



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**RICHELLY BARBOSA DE MEDEIROS**

**DIMENSÕES DA CRISE E ULTRALIBERALISMO NO BRASIL (2014-2022)**

**FORTALEZA**

**2024**

RICHELLY BARBOSA DE MEDEIROS

DIMENSÕES DA CRISE E ULTRALIBERALISMO NO BRASIL (2014-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em Educação Brasileira. Área de concentração: Filosofia e Sociologia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Hildemar Luiz Rech.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M44d Medeiros, Richelly Barbosa de.  
Dimensões da crise e ultraliberalismo no Brasil (2014-2022) / Richelly Barbosa de Medeiros. – 2024.  
230 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Hildemar Luiz Rech.
1. Crise . 2. Democracia. 3. Ultraliberalismo. 4. Reacionarismo. 5. Bolsonarismo. I. Título.  
CDD 370
-

RICHELLY BARBOSA DE MEDEIROS

DIMENSÕES DA CRISE E ULTRALIBERALISMO NO BRASIL (2014-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, com parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em Educação Brasileira. Área de concentração: Filosofia e Sociologia da Educação.

Aprovada em: 17 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Hildemar Luiz Rech (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profª. Dra. Antonia Rozimar Machado e Rocha  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Epitácio Macário Moura  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Profª. Dra. Erlenias Sobral do Vale  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. Luiz Fernando Reis  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

A Deus.

À minha mãe, Maria das Graças B. Dantas

## AGRADECIMENTOS

À minha família. Minha mãe, Maria das Graças Barbosa. Minha irmã, Rickelle Barbosa. Minha sobrinha – Rochelly Barbosa. E aos irmãos – Ricardo Barbosa e Rickye Barbosa. Amo vocês!

Ao professor Dr. Hildemar Luiz Rech, pelo apoio incondicional, pela maestria e leveza das suas orientações e pela disponibilidade e atenção em todos os momentos desta trajetória de pesquisa.

À banca desta tese – Prof. Dr. Hildemar Luiz Rech, Prof. Dr. Luiz Fernando Reis, Prof. Dr. Epitácio Macário Moura, Profa. Dra. Antonia Rozimar Machado e a Profa. Dra. Erlenias Sobral do Vale, por terem aceitado o convite para refletir conosco a produção intelectual deste estudo.

Aos(Às) professores(as) do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação/UFC, pelos estímulos ao pensamento e à construção do conhecimento científico.

Ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS/UECE), aos nossos bolsistas e aos companheiros de coordenação e amigos, Epitácio Macário e Tainara Alexandre.

Às bolsistas Thaissa Ellen, Rayanne Cassiano e Gabrielle Lobo, da pesquisa *Crise brasileira e política de ensino superior* (Cetros) pelas discussões, organização de dados e estudos conjuntos.

Ao meu companheiro, Arnaldo Solheiro, pela atenção, apoio e carinho em todos os momentos, inclusive os mais difíceis; sempre presente com palavras positivas, incentivadoras e afetuosas.

Ao querido Epitácio Macário, em especial, pelo trabalho informal de coorientação, pela troca de saberes, pela humildade e pelo grandioso conhecimento à serviço da educação e da docência.

Ao *Coletivo Ao pé da Letra* – Ponto de Cultura do Estado do Ceará, por oxigenar com arte a minha existência e os meus sentidos; e por dar asas a minha paixão pela literatura e pela cultura.

Às minhas amigas de trabalho, Ana Paula Carvalho, Pamella Melo, Andreia Serafim, Fanny Abtibol, Angelina, Cyntia, Thalita, Deuciângela Carvalho, Patrícia Gurgel e Carolina Araújo.

“No mistério do Sem-Fim, equilibra-se um planeta. E, no planeta, um jardim, e, no jardim, um canteiro; no canteiro, uma violeta, e, sobre ela, o dia inteiro, entre o planeta e o Sem-Fim, a asa de uma borboleta.” (Mireles, 1983, p. 163)

## RESUMO

Este estudo analisa a crise econômica mundial e nacional, assim como os conflitos de forças políticas e culturais que resultaram na ascensão da extrema direita e na adoção de uma agenda ultraliberal regressiva no Brasil, com ênfase no ajuste fiscal permanente, nas contrarreformas e no contracionismo em relação aos gastos sociais. Para isso, avaliou-se o fenômeno da crise econômica na teoria de Karl Marx e as suas formas de manifestação no capitalismo contemporâneo, sobretudo no bojo do ultraliberalismo. Além disso, problematizaram-se as dimensões da crise brasileira nas perspectivas econômica, política e cultural, ressaltando a conjuntura na qual emergiu o recente projeto de aprofundamento da estratégia neoliberal. Este estudo, de natureza quanti-qualitativa, no que diz respeito à abordagem, e exploratório, quanto ao objetivo, combinou revisão de literatura com levantamento de dados empíricos em Fontes primárias e secundárias. Na análise, constatou-se que a agenda ultraliberal se tornou hegemônica no Brasil sob os efeitos de longo prazo da crise econômica mundial, que recrudescceu neste país no final do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 2014. Isto é, ainda que a crise estrutural do capitalismo contemporâneo tenha se manifestado em 2007/2008, seu agravamento ocorreu em grande parte dos países periféricos no decênio seguinte, a contar do esgotamento do superciclo das *commodities* e, no Brasil, em especial, desde a desaceleração econômica da China, principal destino das exportações de bens primários do país. Nesse percurso, evidenciou-se que o ultraliberalismo ascendeu sustentado por três dimensões da crise brasileira: 1) pela eclosão da recessão no sistema de acumulação capitalista; 2) pelos conflitos políticos, que resultaram no antipetismo, no *impeachment* de Dilma Rousseff, na prisão do, à época, ex-presidente Lula da Silva e na ascensão da extrema direita reacionária, ilustrada pelo bolsonarismo; e 3) devido à cultura autocrática da burguesia brasileira, que Florestan Fernandes definiu como burguesia em *estado político permanente de contrarrevolução*. Uma classe que lança mão de todos os esforços, inclusive da violência, para garantir sua autodefesa e seu autoprivilegiamento, sendo avessa à democratização e a qualquer divisão que ameace os seus interesses particulares. Com base nos achados teóricos e nas reflexões críticas adensadas pelo levantamento empírico, foi possível identificar três fases do ultraliberalismo no Brasil: no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff (esquerda), na gestão de Michel Temer (direita) e no governo de Jair Bolsonaro (extrema direita reacionária). Resguardadas todas as suas particularidades (analisadas nesta tese), o projeto destrutivo ultraliberal colocou em prática (com efeitos de longo prazo) uma agenda draconiana de

espoliação do trabalho e de rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores. Apesar do objetivo ter sido a recomposição das taxas de crescimento do capital, nenhum desses ciclos apresentou, como demonstraremos, resultados econômicos sustentáveis, embora tenham sido, no geral, eficientes em aprofundar o fosso das desigualdades sociais existentes no país.

**Palavras-chave:** crise; democracia; ultraliberalismo; reacionarismo; bolsonarismo.

## ABSTRACT

This study analyzes the global and national economic crisis, as well as the conflicts among political and cultural forces that resulted in the rise of the far-right and the adoption of a regressive ultraliberal agenda in Brazil, with an emphasis on permanent fiscal austerity, counter-reforms, and contractionism in relation to social spending. To this end, the phenomenon of the economic crisis was evaluated through Karl Marx's theory and its manifestations in contemporary capitalism, particularly within the context of ultraliberalism. Moreover, the study problematizes the dimensions of the Brazilian crisis from economic, political, and cultural perspectives, highlighting the circumstances in which the recent project of deepening the neoliberal strategy emerged. This study, quantitative-qualitative in nature regarding its approach, and exploratory in its objective, combined a literature review with the collection of empirical data from primary and secondary sources. The analysis revealed that the ultraliberal agenda became hegemonic in Brazil under the long-term effects of the global economic crisis, which intensified in the country at the end of President Dilma Rousseff's first term in 2014. In other words, although the structural crisis of contemporary capitalism manifested in 2007/2008, its worsening occurred in most peripheral countries in the following decade, following the end of the commodities supercycle and, in Brazil's case, especially since the economic slowdown in China, the primary destination of the country's exports of raw materials. In this trajectory, it became evident that ultraliberalism ascended, supported by three dimensions of the Brazilian crisis: 1) the outbreak of recession in the capitalist accumulation system; 2) political conflicts, which resulted in anti-Workers' Party sentiment, the impeachment of Dilma Rousseff, the imprisonment of former President Lula da Silva at the time, and the rise of the reactionary far-right, illustrated by bolsonarism; and 3) due to the autocratic culture of the Brazilian bourgeoisie, which Florestan Fernandes defined as a bourgeoisie in a state of permanent political counter-revolution. A class that resorts to all means, including violence, to ensure its self-defense and privilege, being averse to democratization and any division that threatens its particular interests. Based on the theoretical findings and critical reflections deepened by the empirical data collection, it was possible to identify three phases of ultraliberalism in Brazil: at the end of Dilma Rousseff's first term (left), during Michel Temer's administration (right), and under Jair Bolsonaro's government (reactionary far-right). Despite all their particularities (analyzed in this thesis), the destructive ultraliberal project implemented (with long-term effects) a draconian agenda of labor exploitation and the lowering of workers' living conditions. Although the goal was to restore capital growth rates, none of these cycles presented, as we will

demonstrate, sustainable economic results, although they were generally efficient in deepening the gap in existing social inequalities in the country.

**Keywords:** crisis; democracy; ultraliberalism; reactionism; bolsonarism.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – O desenvolvimento do capital financeiro e do capital não-financeiro nos EUA ..37	37
Gráfico 2 – Dívida pública mundial – média de 190 países .....53	53
Gráfico 3 – Endividamento mundial das famílias, todos os instrumentos (% do PIB).....54	54
Gráfico 4 – Crescimento do PIB BRICS ..... 57	57
Gráfico 5 – Taxa de lucro dos EUA (economia total) 1945-2020 %.....90	90
Gráfico 6 – Taxa de lucro dos EUA sobre capital não financeiro (%) Basu-Wasner..... 91	91
Gráfico 7 – Taxa de lucro nos países do G20 sobre capital não financeiro..... 93	93
Gráfico 8 – Taxa anual global de lucro do capital em 25 países..... 94	94
Gráfico 9 – Taxa de lucro, Brasil (1950-2020).....96	96
Gráfico 10 – Taxa de crescimento do PIB e taxa de acumulação do capital (1950-2022) .....97	97
Gráfico 11 – Evolução da taxa de lucro e da taxa de acumulação, Brasil (1950-2020)..... 98	98
Gráfico 12 – Dívida do governo central como percentual do PIB Brasil e outros países.....100	100
Gráfico 13 – Exportações brasileiras (participação em porcentagem).....103	103
Gráfico 14 – Participação da indústria de Transformação no PIB brasileiro.....104	104
Gráfico 15 – Variação Anual das exportações da América do Sul e PIB da China..... 107	107
Gráfico 16 – Evolução do PIB cenário com e sem Lava Jato .....136	136
Gráfico 17 – Número de greves – Brasil, 1983 a 2023..... .....148	148
Gráfico 18 – Comparação entre os recursos aplicados nas UFs e os recursos com a PEC.....156	156
Gráfico 19 – Variação acumulada em 12 meses do IPCA (2011-2018)..... .....165	165
Gráfico 20 – Emprego formal e trabalho precário (2012-2018), Brasil..... .....167	167
Gráfico 21 – Reajuste dos salários do trabalhadores na negociação salarial 2011-2018.....168	168
Gráfico 22 – Variação do IPCA água e esgoto, energia, combustíveis e transporte..... ..... 169	169

Gráfico 23 – Principais disposições emocionais nas peças de <i>fake news</i> .....	181
Gráfico 24 – Evolução das intenções de votos para presidente em 2018.....	184
Gráfico 25 – Variação dos rendimentos do trabalho entre 2012 e 2023, em %.....	186
Gráfico 26 – Relação entre escolaridade, opinião sobre o maior problema do Brasil.....	187
Gráfico 27 – Tributo por base de incidência (carga tributária).....	201
Gráfico 28 – Evolução do PIB (taxa acumulada em quatro trimestres).....	204
Gráfico 29 – Evolução da inflação no Brasil (IPCA-IBGE).....	207
Gráfico 30 – Taxa de investimento média 2019-2022 (% do PIB).....	208
Gráfico 31 – Força de trabalho e população ocupada no Brasil (2018-2023).....	209
Gráfico 32 – Rendimento mensal médio do trabalho no Brasil.....	210

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – PT e a aliança de perdedores.....	115
Quadro 2 – A passividade do setor industrial nacional na defesa do governo Rousseff.....	120
Gráfico 3 – Seleção de medidas ultraliberais do governo Temer (2016 a 2018).....	157
Gráfico 4 – Seleção de medidas ultraliberais do governo Bolsonaro (2019 a 2022).....	192

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento do PIB (observado a projeção segundo o FMI).....	56
Tabela 2 – Taxa de lucro em relação ao capital não financeiro nos EUA (1948 a 1973).....	88
Tabela 3 – Trechos de pronunciamentos de Bolsonaro sobre a Ditadura Militar.....	171
Tabela 4 – Trechos de pronunciamentos políticos de Jair Bolsonaro.....	175
Tabela 5 – Visão geral da análise de sentido e afetos das <i>fake news</i> .....	181
Tabela 6 – Ranking de países em número de mortes por COVI/19 (Setembro 2024).....	197
Tabela 7 – Estatísticas de Covid-19 Brasil, EUA e Índia.....	197
Tabela 8 – Evolução do gasto social da União excluídas despesas com Covid.....	199
Tabela 9 – Evolução do gasto social da União, por função excluídas despesas com Covid, em termos proporcionais .....	200

## LISTA DE INFOGRÁFICOS

Infográfico 1 – Mecanismos em ação na macrotrajetória da crise de 2008.....	41
Infográfico 2 – Nova Matriz Econômica do Governo Dilma Rousseff.....	114
Infográfico 3 – Cronologia das Jornadas de Junho de 2013.....	121
Infográfico 4 – Programa <i>Uma ponte para o futuro</i> (PMDB, 2015).....	153
Infográfico 5 – Comparativo entre os programas de governo de Bolsonaro e Haddad.....	178
Infográfico 6 – Perfil do eleitorado de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad (2018).....	185

## LISTA DE SIGLAS

ABSP – Anuário Brasileiro de Segurança Pública

AMBAC – Financial Group Inc

AIG – American International Group

BBC – British Broadcasting Corporation

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CFMA – Commodity Futures Modernization Act

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CDO – Collateralized Debt Obligations (Obrigação com Dívida Colateralizada)

CDS – Credit Default Swap

EUA – Estados Unidos da América

FIFA – Fédération Internationale de Football Association

FED – Federal Reserve System

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não Binários

MBIA – Municipal Bond Insurance Association

MLP – Modelo Liberal Periférico

MPC – Modo de Produção Capitalista

MPL – Movimento Passe Livre

NME – Nova Matriz Econômica

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PPI – Programa de Parcerias de Investimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PL – Partido Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

$g_K$  – Taxa de acumulação do capital

$g_X$  – Taxa de crescimento do PIB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>2</b>	<b>O CAPITAL FICTÍCIO E A CRISE MUNDIAL DE 2007/2008</b> .....	28
<b>2.1</b>	<b>O cenário de terra arrasada e a restauração neoliberal</b> .....	28
<b>2.2</b>	<b>O sistema predatório das finanças de <i>Wall Street</i></b> .....	33
<b>2.3</b>	<b>O movimento da crise e o aprofundamento neoliberal</b> .....	48
<b>3</b>	<b>A CRISE DO CAPITAL NA TEORIA DE KARL MARX</b> .....	59
<b>3.1</b>	<b>Acumulação de capital, contradições do capitalismo e crises cíclicas</b> .....	59
<b>3.1.1</b>	<b><i>Concentração e centralização de capital</i></b> .....	65
<b>3.2</b>	<b>A Lei da queda tendencial da taxa de lucro</b> .....	73
<b>3.2.1</b>	<b><i>O conceito da queda tendencial da taxa de lucro em Marx</i></b> .....	73
<b>3.2.2</b>	<b><i>As causas contra-arrestantes à queda da taxa de lucro</i></b> .....	76
<b>3.2.3</b>	<b><i>A crise 1960/1970 na análise de Ernest Mandel</i></b> .....	82
<b>3.3</b>	<b><i>A evolução da queda tendencial da taxa de lucro no neoliberalismo</i></b> .....	89
<b>3.3.1</b>	<b><i>Crise econômica e queda da taxa de lucro no cenário ultraliberal brasileiro</i></b> ....	97
<b>4</b>	<b>O ULTRALIBERALISMO COMO ALTERNATIVA NO BRASIL</b> .....	101
<b>4.1</b>	<b>A contenção do impacto da crise mundial no Brasil (2008 a 2010)</b> .....	102
<b>4.2</b>	<b>O fim do boom das commodities e a crise política brasileira: 2011 a 2016</b> .....	110
<b>4.3</b>	<b>As Jornadas de Junho de 2013</b> .....	120
<b>4.4</b>	<b>Primeira fase ultraliberal: crises de 2014 a 2016 e a “guinada à direita”</b> .....	128
<b>5</b>	<b>ULTRALIBERALISMO NO BRASIL: AVANÇO DA DESTRUIÇÃO</b> .....	138
<b>5.1</b>	<b>Autocracia burguesa e dimensão cultural da crise brasileira</b> .....	141
<b>5.2</b>	<b>Segunda fase ultraliberal: a gestão da direita e uma ponte para o passado</b> .....	153
<b>5.3</b>	<b>O ultraliberalismo e a extrema direita reacionária no Governo Federal</b> .....	170
<b>5.3.1</b>	<b><i>Mito e ogro: o bolsonarismo e as eleições de 2018</i></b> .....	171
<b>5.3.2</b>	<b><i>As questões domésticas brasileiras e o perfil do eleitorado de Jair Bolsonaro</i></b> ....	179
<b>5.3.3</b>	<b><i>Terceira fase ultraliberal: conjuntura, pandemia e disputa pelo fundo público</i></b> . 188	
<b>5.3.3.1</b>	<b><i>Breve balanço dos resultados econômicos</i></b> .....	202
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÃO FINAIS</b> .....	211
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	221

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo examina tanto a crise econômica internacional quanto a nacional, bem como as disputas políticas e culturais que resultaram no fortalecimento da extrema direita e na adoção de uma agenda ultraliberal regressiva no Brasil, com ênfase no ajuste fiscal permanente, nas contrarreformas e no contracionismo em relação aos gastos sociais. A crise estrutural do capital de 2007/2008, que teve início no setor imobiliário norte-americano, desafiou o equilíbrio econômico alcançado pela estratégia neoliberal. Ela expôs as contradições mais profundas da política neoliberal e da expansão do capital fictício como mecanismos de valorização do capital no capitalismo contemporâneo, pavimentando o terreno para o surgimento do ultraliberalismo.

Macário (2024) resgata o conceito de crise estrutural em István Mészáros. Para este pesquisador marxista, o capital, em resposta à crise de 1960/1970, teria esbarrado em seus próprios limites absolutos, impedindo o deslocamento espaço-temporal de suas contradições mais explosivas no âmbito do sistema, que se torna incapaz de corrigi-las à altura necessária. Essa complexificação vem estreitando as estratégias de recuperação do capital na medida em que se desprendem e acumulam novas contradições a cada solução aplicada. Como efeito, consoante Mészáros (*apud* Macário, 2024), a crise de 1960/1970, teria se explicitado por ser universal, pelo alcance global e contínua escala de tempo; e por ocorrer de modo rastejante ou permanente.

De acordo com Carcanholo (2018, p. 24), “[...] crise estrutural, para ser preciso, significaria que o capitalismo, para reconstruir as bases de um novo processo de acumulação de capital subsequente estaria obrigado a modificar radicalmente as bases do processo de acumulação que o caracterizaram até aquele momento [...]”. Essa análise, conforme desenvolve Macário (2024), está alinhada com a argumentação de Texeira (2021) de que diante da grande feira comercial na qual se tornou o mundo, o capital foi encontrando espaços para revolucionar as suas forças produtivas, precipitando, a partir de 1960/70, uma nova era, ainda que não tenha sido acompanhado com a mesma intensidade de antes pela expansão horizontal dos mercados.

Desse modo, entende-se que a crise estrutural do capital requer a construção de um novo padrão de acumulação, a fim de que seja possível lidar com a complexidade das novas determinações impostas pela crise em relação às condições pré-existentes. No que tange à crise estrutural de 1929, o capitalismo se recompôs sob as bases do taylorismo/fordismo e do keynesianismo e, em relação à crise mundial de 1960/1970, sua restauração ocorreu sob as bases do toyotismo e do neoliberalismo. Já a crise estrutural iniciada em 2007/2008 (ainda em curso) vem sendo administrada pela lógica do aprofundamento neoliberal e por novas formas, em patamar mais elevado, de desregulamentação do trabalho e de espoliação dos trabalhadores.

Nesta tese, o termo ultraliberalismo, equivalente ao conceito de ultraneoliberalismo empregado por Berhing (2021), vem sendo utilizado para caracterizar a vertente mais radical do neoliberalismo, adotada por governos ao redor do mundo, em resposta à crise de 2007/2008 – a primeira crise estrutural do capitalismo contemporâneo, conforme Carcanholo (2018). Essa estratégia, com vistas a recompor o crescimento do capital, vem apostando em aprofundar a desregulamentação dos mercados, o ajuste fiscal, a privatização das estatais e a espoliação das rendas do trabalho. Isso, ao mesmo tempo em que amplia a apropriação do fundo público pelo capital e corta dramática e igualmente os investimentos sociais, sobretudo em saúde e educação.

Na análise de Paulani (2021), pode-se considerar que o ultraliberalismo versa sobre o pleno desenvolvimento do próprio projeto neoliberal, que teria encontrado na atual conjuntura de crise estrutural do capital as condições para desenvolver seu potencial máximo de destruição, logrando transformar todos os bens sociais em mercadorias, sonho dos pensadores neoliberais como Friedrich August Von Hayek. Consoante Bobbio (1998, p. 87), o neoliberalismo é uma “[...] doutrina econômica consequente, da qual o liberalismo político é apenas um modo de realização, nem sempre necessário; ou, em outros termos, uma defesa intransigente da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas um corolário”. Bianchetti esclarece o seguinte:

[...] o renascer do liberalismo econômico, na década de [19]70, não é resultado de um descobrimento econômico, senão de novas condições histórico-sociais, que permitem a construção de um novo bloco histórico, para o qual o modelo monetarista se adapta melhor às atuais necessidade de acumulação (1975) da obra *O caminho da servidão*, na qual Hayek afirma: ‘O estado previdenciário em grande parte substitui o socialismo como objetivo dos reformadores’ (Hayek, 1987), com o qual lança o slogan da contra-revolução liberal-conservadora. (1997, p. 34).

O fundador da escola de Viena empenhou-se em recuperar a tradição liberal, que considerava ter sido distorcida e ofuscada pelas correntes oposicionistas, fundamentadas no socialismo (à época, uma ameaça real), no fascismo (tido como semelhante ao modelo de planificação socialista) e nas tendências liberal-sociais e democratas europeias (BIANCHETTI, 1997). Em 1944, quando lança a sua obra *O caminho da servidão* ela não parecia, à época, viável ao sistema de acumulação, que vivenciava, em parte do mundo, o modelo de Estado de bem-estar keynesiano. O neoliberalismo surge quando da crise desse modelo, como releitura do liberalismo clássico, ao resgatar a tese de que o mercado é a base fundamental das liberdades coletivas e individuais, dissociando, como para Hayek, o ideal de liberdade do de justiça social.

A sistematização do pensamento liberal clássico para o século XX, que teve como seus principais expoentes inspiradores Von Hayek (da Escola Austríaca de Economia) e Milton Friedman (da Escola de Chicago), consiste numa reatualização do liberalismo como estratégia

ideológica e forma de recuperação do sistema de acumulação capitalista em uma época histórica viável. Entendemos neoliberalismo como reatualização do projeto estratégico liberal que ganha *corpus* prático e aplicável, segundo o uso original da palavra pelo próprio Hayek, em *O caminho da servidão* (1990, p.14): “Há, porém, uma questão de terminologia sobre a qual devo aqui dar uma explicação, a fim de prevenir mal-entendidos. Uso ao todo momento a palavra liberal [...]”.

Ou seja, o uso nesta tese do termo *ultraliberalismo* visa enfatizar o desenvolvimento pleno do próprio liberalismo, ainda que compreendamos suas particularidades no capitalismo contemporâneo, na perspectiva dos pensadores liberais do século XX como são conhecidos Ludwig von Mises (1881-1973), Hayek (1899-1992) e Friedman (1912-2006)<sup>1</sup>. Não se trata de apontar nenhum contrassenso quanto ao uso da categoria *ultraneoliberalismo*, mas de ratificar que estamos diante de formas extremadas de defesa do ideal de livre mercado, que deitam raízes no liberalismo clássico. Isso, ainda que, na prática, a redução do Estado venha ocorrendo para os gastos sociais, agigantando-se, todavia, para o capital, como demonstraremos nesta pesquisa.

Trata-se de um liberalismo radical, para além do neoliberalismo tradicional, pois objetiva pôr em prática, plenamente, seu projeto de destruição (Paulani, 2021), sem qualquer valor ético em torno dos conceitos de justiça social e liberdade. A liberdade é defendida na ótica do mercado. “[...] As liberdades que ele [o Estado neoliberal] encarna refletem os interesses dos detetores da propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro[...]”, destaca Harvey (2014). Em resposta à crise de 2007/2008, observou-se mundo afora uma radicalização dessa lógica (no plano econômico), alinhada ao reacionarismo político.

No plano econômico, estamos diante da retomada ortodoxa e destrutiva da lógica do mercado e, no plano político, lidamos com governos extremistas e reacionários na ofensiva contra trabalhadores e contra grupos minorizados. À exemplo, a liderança Trump nos Estados Unidos (2017-2021), de Erdoğan (2014-atual), na Turquia; Narendra Modi, na Índia (2014-atual); de Giorgia Meloni, na Itália (2022-atual) etc. Já na América Latina, a onda progressista dos governos de esquerda (com Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil; Néstor e Cristina

---

<sup>1</sup> Um dos principais representantes da Escola Austríaca, Friedrich Hayek Hayek é conhecido por sua defesa do livre mercado e pela crítica ao planejamento central, especialmente em sua obra *O Caminho da Servidão*. Ele argumentava que a intervenção estatal excessiva na economia levaria inevitavelmente à perda de liberdades individuais e à servidão política. Um dos maiores influentes teóricos do neoliberalismo. Já da Escola de Chicago, Milton Friedman é conhecido por suas contribuições ao monetarismo e sua crítica às políticas keynesianas. Defendia o controle da inflação por meio de políticas monetárias, a liberdade econômica, e a redução do papel do Estado na economia. Sua obra *Capitalism and Freedom* e a sua defesa de reformas de mercado, como o sistema de *vouchers* educacionais, marcaram suas contribuições ao liberalismo econômico. Outro grande expoente da Escola Austríaca, Ludwig von Mises foi um crítico feroz do socialismo, expondo que a economia planificada não poderia funcionar devido à falta de um mecanismo de preços de mercado. *Ação Humana* é uma obra importante da teoria econômica austríaca, na defesa da praxeologia (ou seja, da lógica da ação humana) (BIANCHETTI, 1997)

Kirchner na Argentina; Rafael Correa no Equador; Evo Morales na Bolívia; Daniel Ortega na Nicarágua; e Hugo Chávez na Venezuela) cedeu lugar *aos governos ultraliberais reacionários*.

Uma nova onda ganhou os governos latinos, em oposição à onda progressista: *a onda ultraliberal reacionária*, agravando a transferência de recursos das economias periféricas para as economias centrais e aprofundando a exploração e espoliação da força de trabalho. Ela foi inaugurada pelo governo de Mauricio Macri (Argentina, 2015-2019), seguido por Sebastián Piñera (Chile, 2010-2014 e 2018-2021), Jair Bolsonaro (Brasil, 2019-2022), Jeanine Áñez (Bolívia, 2019-2020) e Guillermo Lasso (Equador, 2021-atual). Com maior ou menor tintura reacionária, o que ocorreu foi a ofensiva do Estado sobre o trabalho, estratégia fundamental adotada para mitigar os efeitos negativos da crise econômica e recobrar os privilégios das elites.

Em suma, em relação ao *ultraliberalismo*, esses governos vêm atuando de forma draconiana e aprofundada nos cortes sociais, na espoliação das rendas do trabalho, promovendo a liberalização, a austeridade, as privatizações, a desnacionalização, a desindustrialização, a desregulamentação e a flexibilização do trabalho. Embora essa agenda tenha sido aplicada pelo mundo também por governos de esquerda, como na Grécia, após a crise de 2007/2008, sob o governo de Alexis Tsipras do partido Syriza (Coalizão da Esquerda Radical), em 2015-2019<sup>2</sup>; ela ganha maior protagonismo nos governos da extrema-direita reacionária, ainda que o pacote econômico da austeridade fiscal e dos cortes sociais não tenha ficado restrito a essas lideranças.

Não por acaso, nesta tese, serão analisados, além do governo reacionário de extrema direita de Jair Bolsonaro, os governos anteriores, no horizonte da crise estrutural do capital, que foi sentida de forma mais extenuante no Brasil, a partir de 2014/2015. Aqui, identificamos, como trataremos de expor, que o ultraliberalismo desponta no governo de Dilma Rousseff, já em resposta aos efeitos da crise do *boom das commodities* e da desaceleração chinesa, conduzindo o governo ao abandono da matriz econômica desenvolvimentista e do projeto progressista. Essa conjuntura se impôs forçando uma guinada à direita da estratégia de conciliação de classes do PT, em um contexto de intensas pressões políticas e de crescimento do *movimento antipetista*.

A análise conjunta da dimensão econômica, política e cultural da crise brasileira possibilitou-nos desnudar a urgência do capital em avançar, de modo ágil, extenso e profundo no ultraliberalismo. Desse modo, o projeto *A ponte para o futuro* (PMDB, 2015), apresentou-se como alternativa viável ao capital, em fase da necessidade de aceleração da agenda regressiva em curso. O golpe político, jurídico e midiático que depôs a presidente Dilma Rousseff, selou,

---

<sup>2</sup> A crise na Grécia levou a um colapso econômico e à imposição de medidas de austeridade por parte da Troika (Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia). Essas medidas incluíram cortes significativos em gastos públicos, aumento de impostos e contrarreformas trabalhistas.

portanto, essa nova fase, draconiana de contrarreformas, privatizações e contracionismo estatal. Michel Temer em curto prazo de tempo pôs em andamento parte das medidas mais graves do ultraliberalismo, à exemplo as contrarreformas trabalhista e sindical, a Lei da terceirização, a *PEC da Morte* (EC 95/2016), a EC 93/2016 e o Programa de Parcerias do Investimento (PPI)<sup>3</sup>.

Em seguida, com as eleições de 2018, uma nova conjunção de fenômenos sociais e econômicos se anunciaram no horizonte do ultraliberalismo. Uma espécie de *Donald Trump à brasileira*, ganha o cenário eleitoral nacional com narrativas anti-humanistas, alusivas à tortura, à ditadura militar, aos preconceitos e às discriminações. A hecatombe Jair Messias Bolsonaro (PL), *uma figura caricaturesca* a serviço do capital, fez ressurgir o anti-humanismo, que, à espreita, interagiu com a nossa herança colonial, escravista e patriarcal; e com a racionalidade de mundo neoliberal (Dardot; Laval, 2016) – formas totalizadoras de reprodução social. Sua vitória nas urnas, colocou em movimento, de 2019-2022, a terceira fase ultraliberal no Brasil.

A discussão sobre a caracterização de governos reacionários como fascistas ganhou o debate acadêmico. Embora não nos detenhamos no tema, é relevante frisar que ele se trata da prática da conduta fascista, notadamente por líderes como Bolsonaro, em benefício do capital. As teorias em torno do neofascismo, que nesta tese optamos por definir como reacionarismo, examina um ciclo em que tanto mais o neoliberalismo se inclina para a lógica do mercado, tanto mais ele revela as suas nuances antidemocráticas. Para Behring (2021, p. 241), “[...] não se trata da irracionalidade feroz da natureza humana, mas do fascismo do século XXI, o neofascismo, do qual as classes dominantes lançam mão para assegurar a propriedade privada e o lucro [...]”.

Exposta essa breve síntese, importa-nos com esta pesquisa analisar: como a crise econômica e os conflitos de forças políticas e culturais resultaram na ascensão da extrema-direita reacionário no Brasil e na implantação do ultraliberalismo? Para tanto, problematizamos, em específico: qual o contexto recente de crise econômica no capitalismo contemporâneo? Qual a teoria da crise do capital em Marx? Como se conectam as crises econômica, política e cultural no país, pavimentando o terreno para o ultraliberalismo e para o reacionarismo? Por fim, como a agenda regressiva ultraliberal foi executada no Brasil e quais foram os resultados alcançados?

Este estudo, é de natureza quanti-qualitativa, no que diz respeito à abordagem, e é exploratório, quanto ao objetivo. O desafio consistiu na apreensão da dinâmica mesma do

---

<sup>3</sup> Principal instrumento institucional da política de privatizações e concessões do governo Temer, criado com o objetivo de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada, através de parcerias e concessões, para viabilizar da desestatização. A EC 95/2016 foi a responsável por estabelecer o teto de gastos, limitando o crescimento das despesas do governo federal, incluindo saúde e educação, à variação da inflação do ano anterior por um período de 20 anos. Já a EC 93/2016 prorrogou a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até o ano de 2023 e ampliou o percentual de desvinculação de 20% para 30%. Essa emenda teve implicações significativas para o orçamento federal e a gestão dos recursos públicos.

objeto, da sua dialética. De acordo com Kosik (2002, p.34), a apreensão dos fenômenos sociais que circunscrevem um objeto consiste em conhecer o movimento da coisa em si, da substância que “[...] é o movimento da coisa ou a coisa em movimento [...]”. E essa relação só é possível partindo da aparência à essência das coisas, investigando a realidade como um todo indivisível, onde reside o movimento da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade.

Em relação ao levantamento de dados em campo, combinamos revisão de literatura com a investigação empírica em fontes primárias e secundárias. A apropriação teórica versou sobre as categorias: crise do capitalismo, neoliberalismo e ultraliberalismo. A discussão sobre crise do capital em Marx é complexa e mobiliza historicamente diversas análises marxistas, de onde podem ser extraídas variadas teses e muitas delas distintas. Diante do desafio e com base em leituras exploratória, nesta tese nos espalhamos em dois referenciais teóricos: Ernest Mandel (1923-1995), um dos principais marxistas do século XX, e o professor da UFF, Marcelo Dias Carcanholo, escolhido pela qualidade da síntese e pelo rigor teórico na leitura da obra marxiana.

Além disso, para análise do conceito de crise em Marx, recuperamos os estudos e os cálculos que vem sendo realizados sobre taxa de lucro na contemporaneidade, por Michael Roberts (economista Marxista, produtor do blog *Michael Roberts Blog*<sup>4</sup>) e Aldamir Marquetti (professor da Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS). Nosso entendimento é o de que, embora não seja a causa e nem conteúdo das crises, essa taxa, tendo em vista o grau de evidências hoje, elucida a sua evolução, colaborando para a análise da dinâmica do capitalismo. Outro teórico adotado sobre os efeitos da crise mundial de 2007/2008 e seu movimento de longo prazo, foi o sociólogo Iuri Tonelo (professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE).

Sobre as especificidades da realidade brasileira, destacaram-se as pesquisas de Saad Filho e Moraes, em *Neoliberalismo versus Democracia* (2018), de Perry Anderson em *Brasil à parte (1964-2019)* (2020) e André Singer, *O lulismo em crise. Um quebra-cabeça do período Dilma* (2018) e *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador* (2012), bem como Leda Paulani, Elaine Behring, Citaddino, Luiz Fernando Reis, Eptácio Macário e outros teóricos de igual relevância que nos municiaram de conhecimento e balizaram nossas análises.

A pesquisadora registra aqui a relevância de sua inserção como vice-coordenadora e pesquisadora no Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social/Cetros, Laboratório Acadêmico da UECE, para a sistematização das leituras e realização da investigação de campo. Integramo-nos, em 2008, nos projetos de extensão e iniciação artística<sup>5</sup>, bem como na pesquisa

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/> Acesso em: 24 set. 2024.

<sup>5</sup> A pesquisadora é cofundadora e vice coordenadora do Ponto de Cultural *Coletivo Ao pé da Letra*, que foi criado em plena pandemia, em 2018, em parceria com o professor Eptácio Macário, da UECE. O coletivo, certificado

*Crise brasileira e política de ensino superior*, coordenados pelo Prof. Epitácio Macário. Essa parceria fraterna e o apoio de duas bolsistas auxiliaram na produção desta tese. Elaboramos dois grupos de estudos, um sobre neoliberalismo (2019) e outro sobre o capitalismo contemporâneo, que contou com três dias de conferência do Prof. Marcelo Carcanholo – na UECE, em 2023<sup>6</sup>.

A investigação em campo correspondeu a um levantamento em base de dados em fontes primárias e secundária. No primeiro caso, destacaram-se os documentos oficiais e fonte como IBGE, PNAD e outros órgãos estatísticos. Grande parte, todavia, dos dados coletados e analisados decorre de fontes secundárias, resultado de uma extensa pesquisa exploratória, com ênfase no acesso a estudos de economistas e sociólogos disponíveis em livros, dissertações, teses e artigos. Ressaltamos, também, a qualidade das estatísticas e dos relatórios de conjuntura lançados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Com base nos achados teóricos e nas reflexões críticas adensadas pelo levantamento empírico desenvolvido neste percurso metodológico, este trabalho se subdividiu em 5 capítulos, a partir da introdução. No segundo capítulo – *O capital fictício e a crise mundial de 2007/2008*, caracterizaremos a crise estrutural do capitalismo contemporâneo, a partir de uma análise sobre o sistema predatório financeiro de *Wall Street*, com suas práticas especulativas que exacerbaram a crise. Demonstraremos como a crise repercutiu de longo prazo nos países emergentes, como o Brasil, gerando o aprofundamento do projeto neoliberal – o *ultraliberalismo*, que ampliou as desigualdades sociais e resultou em novos desafios para a regulação e a estabilidade econômica.

No tópico 3 – *A crise do capital na teoria de Karl Marx*, propomo-nos a uma análise, em Karl Marx, da acumulação e das contradições do capitalismo que levam às crises cíclicas. A mudança na composição orgânica do capital, a concentração e a centralização são examinadas como fenômenos que acentuam essas contradições. Abordamos, ainda, a Lei da queda tendencial da taxa de lucro como tema central em Marx e a natureza contra-arrestante do

---

como Ponto de Cultural pela Secult-CE, integra um grupo de artistas do Ceará e do Sudeste – escritores, artistas plásticos (bordadeiras/os, desenhistas e pintores), atores/atrizes, musicistas, interpretes de Libras etc. Em 2022, lançaram pela Editora da UECE o livro de artes integradas *Ao pé da letra: literatura no balaio de artes*. Nesta obra multimídia, a pesquisadora participou com a crônica *Navegadores sem mar*, bem como com editoração, a arte gráfica e a diagramação do livro. O *Ao pé da letra* realiza, ainda, ações de incentivo ao letramento literário em escolas e em equipamentos culturais do Ceará e desenvolve exposições, esquetes e outras atividades artísticas. Inf. em: [https://www.instagram.com/ao\\_pedaletra/](https://www.instagram.com/ao_pedaletra/) e <https://www.instagram.com/cetrosuece/>. Acesso em 24 set. 2024.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/live/gGd3aHE0Mto?si=5Zpl4dmoOkJMKtTG> (08 mai. 2023), <https://www.youtube.com/live/v-o1KInHlm4?si=l4IWX4e0u1WYNJ7> (realizada em 09 mai. de 2024) e <https://www.youtube.com/live/WMGtgB9yOvk?si=ZW4Zo-ELNl8iFx94> (realizada 10 mai. De 2023). Roda de Conversa realizada com o Cetros, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e o Laboratório Centelha do IFCE: [https://www.youtube.com/live/htfVKDS3aZM?si=ek4j9F8VRL\\_sfpK5](https://www.youtube.com/live/htfVKDS3aZM?si=ek4j9F8VRL_sfpK5) (que ocorreu em 09 mai. 2023). Além disso, o grupo de estudos *Neoliberalismo no Brasil: um balanço crítico* (2023) contou, ainda, com a participação do Prof. Dr Luiz Fernando Reis (Unioeste), da Profa. Dra. Lúcia Maria Lúcia Lopes da Silva (UNB), da Ms. Rebecca Rocha (IFCE) e do militante do Coletivo Conexão Marxista, Prof. Ms. Antônio Macário Moura. O grupo alcançou mais de 6.100 participantes do Brasil (presencial e por meio virtual).

capital a essa queda. A partir da análise dessas categorias, expusemos a crise de 1960/1970 na perspectiva de Ernest Mandel, com foco na evolução dos contextos de crise e no neoliberalismo, a fim de desnudá-los na lógica do capitalismo contemporâneo e do ultraliberalismo brasileiro.

Em *O ultraliberalismo como alternativa no Brasil* – capítulo 4 desta tese, expomos o cenário de crises econômica e política no Brasil, que se tornou o terreno para a aplicação da estratégia ultraliberal no Brasil, a partir do final do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Para tanto, nossa incursão inicia-se com a primeira contenção do impacto da crise mundial no país, de 2008 a 2010, como ela chega e quais medidas foram adotadas pelos governos do PT. Em seguida, apresentamos as contradições que se agudizaram a partir das Jornadas de Junho de 2013, culminando numa ampla polarização entre petismo e antipetismo. Por último, destacamos elementos que nos levaram a concluir ter havido uma guinada à direita no governo de Rousseff.

Já no capítulo 5 – *Ultraliberalismo no Brasil: avanço da destruição*, debatemos especialmente a condução do ultraliberalismo nos governos de direita – de Michel Temer (após o golpe que resultou no impedimento de Dilma Rousseff) e da extrema direita reacionária, de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Demonstramos de que forma ambos deram curso à agenda ultraliberal, intensificando, ampliando e acelerando as medidas pró-mercado e o ataque aos direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora brasileira. Além disso, apresentamos dados econômicos e sociais acerca dos impactos do ultraliberalismo, para o capital e para o trabalho.

## 2 O CAPITAL FICTÍCIO E A CRISE MUNDIAL DE 2007/2008

### 2.1 O cenário de terra arrasada e a restauração neoliberal

As políticas sociais públicas devem ser examinadas sob a luz da economia política e no contexto dos processos sócio-históricos que reverberam sobre as disputas entre segmentos antagônicos na sociedade. Nosso desafio nesta seção é avaliar a crise econômica do capitalismo de 2008 e seus efeitos de longo prazo, que geraram fortes impactos econômicos em economias pelo mundo, inclusive no Brasil e em outros países dependentes, sobretudo a partir da queda no preço das *commodities* e do fluxo de capitais, em 2015. Esse contexto também será marcado, no caso nacional, pela onda antidemocrática e cultural que motivará o ultraliberalismo no país.

A análise é a de que a crise estrutural – iniciada nos Estados Unidos em 2007/2008, a partir das especulações ocorridas no setor imobiliário, com os *subprimes*, evoluiu ao longo do decênio subsequente (Tonelo, 2021), deslocando-se dos países centrais para os dependentes. A crise evidenciou as seguintes contradições no contexto do capitalismo contemporâneo: 1) a falência neoliberal em prevenir e solucionar os problemas macroeconômicos; 2) a instabilidade econômica após à expansão global do capital fictício; 3) as desvantagens dos países periféricos nessa dinâmica e 4) o grau de fragilidade das democracias burguesas com o avanço ultraliberal.

A bancarrota, em 2008, do *Lehman Brothers*, quarto maior banco de investimentos norte-americanos, com mais de 150 anos de existência, revelou uma das maiores crises recentes do capitalismo, *pondo em xeque* os não gloriosos, mas bem equilibrados 30 anos neoliberais. O que se observou, desencadeado a partir do avanço do capital fictício na esfera financeira e da desregulamentação e liberalização da economia, foi o colapso de bancos e seguradoras, com repercussão mundial, e uma série de elementos típicos de situações de crises, como os aportes dos Estados, a disputa de capitais pela sobrevivência, a elevação da exploração do trabalho etc.

Nessa órbita, o peso da crise dos países impulsionou o discurso da extrema-direita em várias economias mundiais. “Os anos de declínio terminaram” – essa visão reproduzida por Donald Trump ao tratar sobre a suposta, à época, nova *establishment* estadunidense com a sua eleição, em 2016, tem mais a dizer sobre o neoliberalismo do que sobre o governo em si do republicano. A herança neoliberal marcou esse discurso de um estado de crise permanente, que precisaria ser revertido, sendo, para tanto, necessárias medidas para socorrer o capital (bancos e outras empresas) e a implantação de pacotes draconianos de ajuste fiscal e de contrarreformas.

Os impactos dessa conjuntura, a qual trataremos logo em seguida, da grande crise, colocou em evidência, ironicamente, que as duas maiores engrenagens econômicas, China e Estados Unidos, são capazes de serem *keynesianos* quanto mais *em riste* são neoliberais. A

exemplo, os Estados Unidos, em 2008, destinaram mais de 700 bilhões de dólares à compra de *ativos podres* de instituições financeiras e 150 bilhões aos incentivos fiscais e outras garantias aos bancos menores<sup>7</sup>. O presidente George W. Bush anunciava ao povo contribuinte pagante estadunidense que o “bem seria maior” e que cabia a todos contribuir para a reversão da crise.

Não obstante, anos depois, na mesma lógica de atuação, uma das primeiras medidas do presidente norte-americano recém-eleito, Joe Biden, foi um plano de superação da pandemia de COVID-19 que previa um pacote de injeção na ordem de 1,9 trilhão de dólares, bem como reformas estruturais com investimentos superiores a 2 trilhões de dólares. O chamado *Plano de Emprego Norte-Americano*, um dos maiores investimentos do país desde a II Guerra Mundial, ocorreu em um momento grave para os E.UA. Além das consequências da pandemia, a potência encontra-se ameaçada economicamente pelos ainda então efeitos da crise de 2007/2008 e frente às ascensões da China e da Rússia, que vêm apresentando índices importantes de crescimento.

Na China, o também financiamento de empréstimo bancários de retorno improvável para o grande capital se torna uma prática corriqueira. Marcelo Carcanholo (2017) alerta para o fato do neoliberalismo não se resumir a políticas econômicas ortodoxas, podendo os governos situados nesse campo também emanar políticas econômicas heterodoxas. O que está na ordem do dia para as políticas neoliberais, consoante o economista, é a estabilidade macroeconômica; neste caso, as necessidades de cada conjuntura é que irão determinar medidas mais o menos ortodoxas. Portanto, evidencia-se que o modelo neoliberal não pode ser pensado estaticamente.

Em 2017, chamava atenção do mundo a crise que se instalava na *Evergrande*, uma das maiores empresas de construção civil ligada ao mercado imobiliário chinês, num contexto em que a economia mundial vinha em *alerta* após a crise de 2008. A grande preocupação seria a possibilidade de um semelhante destino da crise em relação ao que havia acontecido com a economia global após o colapso econômico provocado pelo capital financeiro estadunidense. A *Evergrande*, além de negócios e investimentos em diversas áreas, é uma empresa importante do setor chinês da construção civil, tendo contabilizado, em 2020, mais de 110 bilhões de dólares em vendas, 1.300 obras em curso e 4 milhões de empregados em folha (Souza, 2021).

O setor imobiliário chinês é fundamental para sua economia, representando mais de 30% do PIB do país, em detrimento, por exemplo, dos 19% dessa mesma participação nos EUA, alerta Souza (2021). A *Evergrande* chamava atenção como ameaça acerca da conversão de mercados em bolhas, pois em 2021 sua dívida era da ordem de US\$ 300 bilhões (cerca de 2%

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/bush-sanciona-lei-que-preve-us-700-bilhoes-contra-a-crise-b7h00f61a5db8rp97oqa0usem/> Acesso em: 22 set.de 2022.

do PIB chinês) – uma das empresas mais endividadas do mundo desse setor, típico exemplo da simbiose entre as esferas produtiva e financeira, com expressiva acumulação via capital fictício.

Afinal, além da dívida que a empresa acumulou com bancos estatais e privados chineses (mais de 300 credores), sua crise alçou, fora dessas instituições, expressivo número de investidores dentro e fora da China pela venda de títulos sem regulação de *wealth management*, por especulação financeira informal, “da sombra”: operação *shadow finance* (Souza, 2021). Souza (2021) acrescenta que a venda de títulos da *Evergrande* a juros altos lembrava as fraudes financeiras no estilo pirâmide de Charles Ponzi, que enriqueceu no início da década de XX com promessas de altos lucros a curto prazo, pagos com a inclusão acelerada de novos investidores.

O que está posto, à exemplo trazido pelas duas maiores potências do mundo em cenário contemporâneo – Estados Unidos e China, é que o capital, com larga atuação do capital fictício – característica que se acentuou em sua fase contemporânea após 1970, está na *corda bamba*, onde a corda oscila sob os efeitos de elementos difíceis de serem geridos. Essa realidade ampliou o poder de grandes corporações (tamanho a centralização e concentração de capital) em causar abalos mundiais, afetando setores diversos da economia dentro e fora de seus países. Nesse escopo de crise, o Estado consiste num agente ativo na aplicação de medidas anticíclicas.

Acompanhado da mundialização do capital, da financeirização, da reestruturação produtiva e de outras características do capitalismo contemporâneo, pós crise de 1960/1970, o neoliberalismo teve que lidar com o baixo crescimento econômico e com a autonomização do capital na esfera dos ativos e dos derivados financeiros. Isso posto, alertou-nos Chesnais (1996) no mesmo movimento em que se condenou trabalhadores, de um modo geral, ao desemprego estrutural, os governos perderam o controle sobre o destino das moedas e das finanças, deixando que se tornassem uma força “quase que incontrolável”, regidos pela amalgama da liberalização.

A tentativa convulsiva por encurtar a rotação do capital e a necessidade de encontrar espaços de valorização para o capital acumulado na superprodução, que arregimentou a crise de 1960/1970, rodopiou, desse modo, a esteira na qual se produziu o grande mundo, literalmente do capital fictício e das especulações financeiras. Esse processo também agravou as formas de transferência de renda das economias periféricas para os países de economia central, por aquelas se inserirem na economia mundial de forma desigual, como distinguiu Marini (2000) por meio da Teoria Marxista da Dependência – TMD, chamando à atenção para nossas particularidades<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Luce (2018) caracterizará a transferência de valor como intercâmbio desigual entre economias dependentes e economias imperialistas por meio das seguintes formas: 1) a deterioração dos termos de intercâmbio dos bens e serviços. Verificou-se por Marine que Celso Furtado havia percebido, ainda que não tivesse levado a cabo todas as suas consequências, que a renda geral das exportações crescia no Brasil enquanto dobrava os esforços produtivos no setor, representando uma tendência declinante dos preços das matérias primas em relação ao dos produtos

O mundo das finanças como estilo de acumulação do capitalismo contemporâneo, portanto, incentivou novas formas de centralização, mediante gigantesco capitais financeiros (títulos e ações que inclusive não precisam estar alicerçados no setor produtivo). Decerto, o peso dessa esfera – financeira, cujo ritmo, inclusive, é superior ao ritmo da esfera produtiva (Chesnais, 1996), se retroalimenta da formação do capital fictício, com forte obsessão pela rentabilidade aliada à liquidez, dentro de um processo de expectativa da geração de riqueza, que pode ou não se concretizar, o que também favorece a “desgovernada” criação de *pirâmides*.

Vale lembrarmos que a crise de 2007/2008 foi precedida por crises anteriores, de menor proporção, como, por exemplo, a das *empresas.com*<sup>9</sup>. Não obstante, casos como esses vêm demandando medidas anticíclicas, a saber: 1) o intervencionismo estatal para salvar bancos e empresas, com endividamento massivo das Nações de forma geral e 2) o escoamento do fundo público para honrar esse endividamento – um valioso processo de transferência de riquezas para a esfera das finanças (Chesnais, 1996) e de transferência de valor de economias dependentes para economias imperialistas via serviço da dívida pública (sua remessa de juros) (Luce, 2018).

Na conjuntura recente, dos dez últimos anos, no contexto dos desdobramentos da crise estrutural de 2007/2008 e das medidas anticíclicas, entre elas o endividamento das nações e a intensificação da exploração do trabalho, um fator sociologicamente particular se apresentou como notório, chamando a atenção pela semelhança com épocas históricas anti-humanistas do passado mundial: o reacionarismo de extrema direita. Os discursos de ódio, misóginos, racistas,

---

industriais. Quando esses termos de intercâmbio são desfavoráveis isso implica em crises no balanço de pagamento, mantendo, de uma maneira ou de outra, a ampliação da dependência por meio da esfera comercial. 2) O serviço da dívida, que expropria o trabalho e o fundo público, submetendo de forma ainda mais violenta as economias dependentes, cujos primeiro ciclos de endividamento datam da espoliação colonial na América Latina, agravada ao longo do tempo pela fragilidade da moeda dos países dependentes, pela engrenagem mais robusta de “[...] sucção [dos países imperialistas] nos circuitos internacionais de circulação do capital-dinheiro, especialmente sob a forma de capital fictício; a condição de soberanias frágeis das formações econômico-sociais do capitalismo dependente vis-à-vis a relação de poder que a lógica da dívida e o poder dos Estados imperialistas engendram” (LUCE, 2018, p. 63); 3) A remessa de lucros, royalties e dividendos, tipo de transferência vinculada ao investimento externo. O que se observa é que somente parte dos lucros são reinvestidos, grande parte deles seguem para as matrizes, superando a soma da entrada de recursos e de reinvestimento. Destaca Luce (2018, p. 67): “[...]A dependência tecnológica e financeira, a saída de recursos superando os montantes investidos, a apropriação da mais-valia extorquida dos trabalhadores do capitalismo dependente para irrigar as casas matrizes demonstram que, em vez de impulso ao desenvolvimento tecnológico, o investimento externo capitalista atua sobremaneira como veículo de desenvolvimento do subdesenvolvimento. Ou como escreveu Marine, para o desenvolvimento capitalista mais subdesenvolvimento”. 4) Apropriação da renda diferencial e da renda absoluta de monopólios. As rendas diferenciadas a grosso modo consiste em um lucro extraordinário extraído de capitais que utilizam terras diferente das menos adequadas (Carcanholo, R., *Apud* LUCE, 2018). “A América Latina, na sua condição de região abundante em recursos naturais, constitui uma zona de reserva para geração de renda diferencial no âmbito da economia mundial” (Ibidem, p. 68). Luce cita como exemplo a Vale do Rio Doce, unidade dos Carajás responsável por produzir minério de ferro com um grau alto de pureza, gerando por essa razão renda diferenciada.

<sup>9</sup> Conceituar

homofóbicos e xenofóbicos, semelhantes aos do nazismo, do fascismo e de sangrentas ditaduras mundo afora, ressurgem e, num cenário de crise econômica, provam o seu potencial ideológico.

Nosso objetivo, desse modo, é refletir sobre o capitalismo contemporâneo, dando ênfase ao lugar ocupado pelo Brasil nessa dinâmica. É expor de que forma o país adentra nessa fase da economia mundial neoliberal e financeirizada, carregando consigo a sua configuração dependente, que foi tanto quanto mais afetada do que os países imperialistas pela crise de 2008. Demarcamos neste capítulo a argumentação de que o golpe de 2016 no Brasil e a emergência da ultradireita são derivações de contradições internas do capitalismo, no bojo da referida crise.

Tonelo (2021) chama à atenção para analisarmos os efeitos da crise econômica de 2008, considerando as suas determinações clássicas, que tornam a teoria de Marx mais atual do que nunca, num cenário não-clássico de mudanças políticas, sociais, culturais e ideológicas. Ou seja, há conexão entre fatores econômicos e fatores políticos e ideológicos que particularizam a crise de 2008, diferenciando-a de qualquer crise anterior; e a assim ela deverá ser analisada, dentro de um quadro advindo de um longo período de difusão da “razão de mundo neoliberal”<sup>10</sup>, bem como no campo da formação social e histórica de cada nacionalidade, sua herança cultural.

Uma das falas recorrentes nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil foi a do candidato Ciro Gomes ao atribuir a emergência da ultradireita bolsonarista no país a problemas gerados pelos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores – PT. Apesar das críticas que precisam ser elevadas à razão científica acerca da gestão social e econômica do PT, decerto o interesse eleitoral deixou de lado elementos essenciais para se avaliar a chegada à presidência da ultradireita, anterior a Bolsonaro, ainda que capte uma questão essencial: *qual a sua origem?*

É mister ressaltarmos que não se trata exclusivamente do “bolsonarismo” e outras manifestações da extrema direita afora, que se consolidaram após 2016, mas de uma dinâmica do capital que “lançará mão” dos meios necessários à restauração da estabilidade econômica. Governos dessa natureza, afinal, passaram a ver como aliados a austeridade fiscal e os discursos de ódio – extremistas-reacionários, de modo a avançar nas medidas anticíclicas, naturalizando o agravamento da fome, do desemprego, do subemprego e da desproteção social, considerando que grande parte da sociedade mais afetada são aqueles e aquelas a quem destinaram o tal ódio.

---

<sup>10</sup> Cristina Laval e Alain Dardot analisam o neoliberalismo em "A Nova Razão do Mundo" (2016) Segundo os autores a racionalidade neoliberal promove a ideia de que tudo deve ser submetido à lógica de mercado, afetando áreas como educação, saúde, mas também, de forma abrangente, às relações sociais. Os autores enfatizam que, ao tratar as relações sociais como transações de mercado, a participação cidadã e o debate público são desvalorizados. Nesse sentido, o poder econômico se sobrepõe ao poder político. Essa transformação gera impactos para as democracias na sociedade contemporânea, pois trata-se de um modelo que prioriza a eficiência econômica em detrimento de qualquer justiça social.

Na aparência, esses tais fenômenos ora se apresentam como resultados de um novo tipo de capitalismo, mais agressivo, que demonstra uma outra face, inovadoramente mais cruel. Ora, são vistos como sequelas da condução de indivíduos autoritários e fascistas, “pervertidos” pelo conservadorismo moral. Isso pode gerar nos movimentos sociais progressistas um clamor equivocado por superar este ou aquele governo, a fim de se conquistar um Estado mais justo, capaz de humanizar o capital. Veremos que não se trata de nada disso, mas do próprio capital, que se realimenta da herança cultural conservadora das nações e do caráter autocrático burguês com vistas a garantir a estabilidade econômica e ampliar a sua valorização e a rotação de capital.

Não se trata de um tipo de capitalismo mau, medianamente bom ou ruim, nem de estadistas progressistas ou conservadores – maus ou bons, mas de um sistema cujo metabolismo se centra na sua expansão desenfreada, funcionando o Estado como colaborador essencial dessa dinâmica, onde residem crises cíclicas e as suas contratendências, num contexto cuja produção das subjetividades encontra-se balizada pelo *modus* neoliberal. Processos onde na base, tanto na Lei de acumulação como nas influências *contra-arrestantes*, está o aumento da exploração do trabalho, quer na lógica expansiva quer nos períodos de depressão/recessão e crises cíclicas.

Nesse sentido, a teoria marxista torna-se fundamental para analisarmos a essência do capitalismo e suas formas de se reproduzir como força totalizadora, capaz de criar, ao mesmo tempo e de forma dialética: lógica, contradições e valorização, valendo-se do que Marx chama de *autonomização e substantivação* da forma capital – com configurações que ganham relativa autonomia e vida própria (dialética) de funcionamento (Carcanholo, 2018). Marx é, mais do que nunca, um autor atual para entendermos as formas específicas e históricas das crises, bem como é fundamental para avaliarmos as suas particularidades no capitalismo contemporâneo.

## **2.2 O sistema predatório das finanças de *Wall Street***

O padrão de acumulação do capitalismo contemporâneo, cuja dinâmica se efetiva mediante a circulação dos capitais em escala global (Chesnais, 1996), demonstrou o poder predatório das finanças e a sua capacidade de repercussão sobre a economia global com a crise de 2008. Essa crise econômica, cuja ponta do iceberg foi o setor imobiliário norte-americano, gestou-se num processo muito anterior de desregulamentação do mundo das finanças, iniciado nos anos 1950/1960 nos EUA e Inglaterra (Chesnais, 1996), o que, por sua vez, implicou numa mundialização com dominância financeira que não tardou a revelar sua perspectiva predatória.

O termo *mundialização do capital*, na perspectiva de François Chesnais (1996), diz respeito a uma nova configuração mundial, como resposta à crise de acumulação do capital, de

1960/1970, que vai resultar na predominância da acumulação do capital na esfera financeira. A dinâmica do capitalismo contemporâneo, esclarece Chesnais (1996), passou a ditar as regras da espera financeira em um processo cada vez mais intenso de concentração e centralização, haja vista a urgência do capital em encontrar espaços de valorização para o capital super-acumulado.

O professor Luiz Fernando Reis, em sua tese de doutorado<sup>11</sup> (2015), resgata as três etapas do processo de mundialização para Chesnais (1996; 1998 e 2005). A primeira teve início com a reconstituição do capital financeiro nos EUA nos anos 1950 e na Europa em 1960. A reconstituição do mercado financeiro, de modo a garantir-lhe desregulamentação, sem controle estatal, não ocorreu naturalmente. O Estado interviu de forma que, em 1958, foi possível criar como *offshore* [“paraísos fiscais”], na região do sistema financeiro londrino (City Londres), um mercado de *eurodólares*, sem regulamentação, como antes de 1929 (Chesnais *apud* Reis, 2015).

A segunda fase, aponta Reis (2015), identificada por Chesnais, iniciou-se, a partir de 1976, com a “reciclagem dos petrodólares”, quando ocorreu a aplicação de somas elevadas, provenientes da alta temporária do petróleo, no mercado financeiro (crise do petróleo). Tanto os *petrodólares*, como, mais tarde, os *narcodólares*, resgata Chesnais, entraram nesse circuito nas praças *offshores*, como a de Londres, sendo utilizados e posteriormente disponibilizados como linhas de crédito para os países do Terceiro Mundo, especialmente para os países latinos. Sobre essa reciclagem dos lucros, Chesnais (2005), como assinala Reis (2015, p. 42), destaca:

‘Essa “reciclagem” deu origem, nos anos 1970, ao processo de crescente endividamento dos chamados países em desenvolvimento. O crescente endividamento dos chamados países terceiro-mundistas, observado nos anos 1960/70, irá redundar, nos anos 1980, na chamada crise da dívida do Terceiro Mundo, como decorrência da alta das taxas de juros, resultante da política protecionista adotada por Paul Volcker, presidente do Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve System (FED).

Já a terceira etapa da mundialização financeira, começou nos anos de 1990, com a inclusão no sistema financeiro mundial dos mercados emergentes, mediante a abertura dos mercados e da titularização da dívida pública nacional (Chesnais, 2005 *Apud* Reis, 2015). Essas três etapas, consolidaram a mundialização, mediante: a desregulamentação, com inovações via criação de títulos negociáveis; a descompartimentalização, que uniu crédito de curto prazo, com crédito de longo prazo e mercados cambiais, e a desintermediação, que ampliou, para além dos bancos (para fundos de pensão, investimentos etc.) a atuação como emprestadores (Reis, 2015).

---

<sup>11</sup> Tese intitulada Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014), sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Mancebo, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <file:///C:/Users/riche/Downloads/Luiz-Fernando-Reis-Versao-Final-27DEZ.pdf> Acesso em 29 set. 2024.

Entre as respostas à crise de 1960/1970<sup>12</sup>, o capitalismo contemporâneo promoveu a expansão dos mercados, intensificando a liberalização financeira, e a mudança na lógica de acumulação do capital, consoante determinações do capital fictício (Carcanholo, 2018). Carcanholo (2018) lembra que a categoria *capital fictício* só é possível de ser compreendida na lógica do que Marx denominou de autonomização/substantização. Este, esclarece que as formas de circulação do capital – configurações, ganham relativa autonomia de funcionamento. Ou seja, exercem lógica própria na manifestação das suas formas e conteúdo – de modo dialético.

Em “O trabalho interno” (2010), dirigido por Charles Ferguson, ganhador do Oscar de Melhor documentário, em 2011, os fatos demonstrados permitiram a argumentação de que essa crise, considerada por diversos analistas como a maior crise mundial desde 1929, foi produzida pela “[...] promiscuidade e irresponsabilidade dos financistas de *Wall Street*, pelas agências de classificação de risco, pelas autoridades monetárias e pelo mundo acadêmico [estadunidenses]”<sup>13</sup>. Todavia, a análise em destaque se dissipa em suas próprias lacunas, haja vista que não capta a dinâmica de funcionamento do capital, restringindo-se a questões morais.

Porém, ainda que manifestações importantes da crise se deem na aparência dessa dinâmica, suas formas de se expressar mediante seus agentes, suas agências, o Estado etc., não podem ser consideradas como causas da crise. Essa análise consiste em um completo equívoco. Essas manifestações só são desencadeadas quando processos anteriores se precipitam, que não dizem respeito ao caráter e a moral de seus agentes, mas estão relacionadas com as contradições internas do próprio capital, como veremos no capítulo seguinte, sobre os fundamentos da crise, uma vez que são expressões da legalidade do capital total, em sua dada evolução e historicidade.

---

<sup>12</sup>“Após a crise de 1960/1970, algumas características tornaram peculiares os processos sócio-históricos decorrentes das novas necessidades postas ao capital: i. reestruturação produtiva que, dentre outras coisas, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, elevou a taxa anual ou periódica de mais-valia, consequentemente a taxa anual ou periódica de lucro. (Marx, 1988, vol. III, seção II); ii. reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram o aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos; iii. aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados à concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por modalidades de remessa de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro; iv. expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira; v. mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício” (Carcanholo, 2018, p. 25).

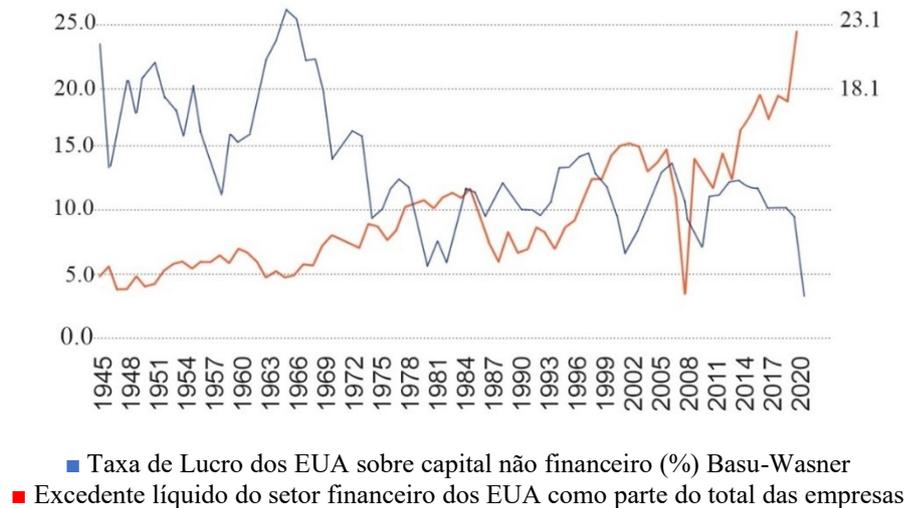
<sup>13</sup> O *Trabalho Interno (Inside Job)*, lançado em 2010 e dirigido por Charles Ferguson – documentário vencedor do Oscar de Melhor Documentário em 2011, explora as causas e consequências da crise financeira global de 2007-2008. O filme apresenta uma análise crítica da desregulamentação dos mercados financeiros dos Estados Unidos e como isso levou ao colapso econômico. Entre os pontos principais abordados estão a desregulamentação financeira, que permitiu práticas de alto risco, os empréstimos subprime, que desempenharam um papel central na crise, e o uso generalizado de derivativos financeiros, instrumentos que amplificaram os riscos do sistema. O documentário revela a ligação entre bancos, reguladores e acadêmicos, e como a crise foi, em grande parte, resultado de decisões que favoreceram o setor financeiro em detrimento da estabilidade econômica mundial.

Não obstante, bancos, seguradoras, fundos de pensões, fundos de investimentos e outras empresas do setor financeiro ampliaram desmedidamente suas operações em um patamar de risco capaz de desestabilizar toda a economia global. O crescimento desse setor, acelerado de forma exponencialmente maior que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, da dinâmica produtiva e das trocas comerciais, colocou o capitalismo diante de um fenômeno mundial de expansão disfuncional quanto à acumulação do capital total, destaca Carcanholo:

Essa lógica de crescimento do capital fictício [por meio de instrumentos financeiros que nada mais são que títulos que garantem ao proprietário a apropriação de um valor que ainda não foi produzido] não implica apenas funcionalidade para o capital total, uma vez que ele, por sua constituição, não participa diretamente da produção do valor. Portanto, o seu crescimento significa a expansão de títulos de apropriação sobre um valor não necessariamente produzido na mesma proporção. Quando uma massa crescente do capital se especializar na mera apropriação de valor, e esse não é produzido na mesma magnitude, prevalece a *disfuncionalidade* do capital fictício para o modo de produção capitalista. Esta dialética do capital fictício permite-nos entender de algum modo, o capitalismo contemporâneo. [...] A nova crise estrutural do capitalismo [2008], nesta passagem do século XXI, se explica justamente pelo domínio da disfuncionalidade da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total; ou seja, as raízes da atual crise do capitalismo são encontradas nas contradições próprias do capitalismo, aprofundadas pela sua dinâmica de apropriação contemporânea (2018, p. 27-28).

Em seguida, o gráfico 1 demonstra essa disfunção no que tange ao crescimento do capital financeiro (onde se insere os índices de capital fictício) em relação ao capital produtivo (medido por meio da taxa de lucro do capital não-financeiro). Tendo por base a economia estadunidense, de onde partiu a crise imobiliária de 2008, evidencia-se que o capital financeiro cresceu ao longo da década de 1990 e nos primeiros anos de 2000, quando em 2008 entra em crise. Apesar dela, esse capital volta a crescer mesmo quando o setor produtivo ainda vivencia os efeitos da crise criada pelo setor financeiro. E ele ainda permanece em expansão quando da pandemia de COVID-19, citada por economistas liberais, incorretamente, como causa da crise.

Gráfico 1 – O desenvolvimento do capital financeiro e do capital não-financeiro nos EUA



Fonte: Adaptado de Roberts (2022a)<sup>14</sup>

Esse crescimento, elevado em patamar superior ao momento pré-pandemia, destaca Robert (2022a), se deve à injeção pelo Estado de crédito/dinheiro nos bancos e de forma direta nas corporações, pela via da compra de títulos e por meio de empréstimos às empresas. Robert (2022a) chama a atenção, porém, para o fato desse crédito generoso não ter sido investido em pessoal, salários e empregos, sequer na sustentação das corporações. Ao invés disso, vem sendo utilizado para especular em ativos financeiros, o que, também, confirma essa *disfuncionalidade* em meio à capacidade orgânica do capital em se autonomizar sob parâmetros da lucratividade.

O exemplo norte-americano equivale a uma prática assumida por grande parte das economias mundiais, que diz respeito ao fato de os governos, por meio da compra de títulos públicos e corporativos ou por empréstimos diretos, injetarem o fundo público em bancos e corporações. Lembremos outro exemplo, no caso o brasileiro. Em 2020, assim que a pandemia de Covid-19 se iniciava o Banco Central, administrado por Roberto Campos Neto, anunciava a destinação de R\$ 1,2 trilhão de recursos para os bancos, sob a alegação de garantir a liquidez do sistema; valor superior, ainda, ao fornecido a essas instituições quando da crise de 2008.<sup>15</sup>

Recordemos que em 2020, o Governo Federal destinou somente R\$ 564, 14 bilhões de reais para o pagamento do auxílio emergencial (no valor de R\$ 600 reais aos trabalhadores

<sup>14</sup> Disponível: <https://thenextrecession.wordpress.com/2022/01/22/a-world-rate-of-profit-important-new-evidence/>. Acesso em: 24 mai. 2023.

<sup>15</sup> Vide Jornal Infomoney: <https://www.infomoney.com.br/economia/com-crise-banco-central-ja-anunciou-r-12-trilhao-em-recursos-para-bancos/>. Verificar ainda em matéria do Jornal Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/cm-n-e-bc-elevam-em-r-12-tri-liquidez-no-sistema-financeiro-contra-coronavirus.shtml>. Acesso em 13 nov. 2023.

desempregados) e para outras medidas de enfrentamento aos efeitos da pandemia.<sup>16</sup> Quanto à orientação do recurso, matérias de jornais denunciavam que o valor não teria se revertido em crédito, sequer chegado a beneficiar microempresas e mercado interno. Paulo Guedes admitiria meses depois da iniciativa que o dinheiro estaria “empossado nos bancos”.<sup>17</sup> Para auxiliar diretamente estados e prefeituras, o ministério da economia destinou, apenas, R\$ 63, 15 bilhão.

Sobre a possibilidade do recurso de mais de R\$ 1 trilhão para bancos ter, em grande medida, se destinado ao setor financeiro, como ocorreu nos EUA, vale ressaltarmos que a PEC 10/2020, que no Brasil instituiu o regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia, autorizava o Banco Central a comprar debêntures e outros títulos no mercado secundário para dar liquidez ao setor financeiro. Esse foi um dos debates enfrentados por Paulo Guedes na audiência em 30 de junho de 2020, na Comissão de Acompanhamento das Medidas Relacionadas ao Coronavírus, em que se abordava, entre outros, o fato do recurso remetido aos bancos não ter se revertido em crédito para manter e ampliar empregos, salários, pessoal, para microempreendedores individuais etc.

Como os recursos públicos foram utilizados pelo capital nos EUA, Roberts afirma:

Grande parte dessa devassidão creditícia não foi usada para manter a folha de pagamento em dia, ou os empregos ou para sustentar as operações corporativas. Ao invés disso, as remessas foram usadas como empréstimo barato ou custo-zero para especular em ativos financeiros. Chama-se de “margem de débito” a medida do quanto das compras no mercado de ações foram feitas com empréstimo. A última taxa de margem de débito é acima de 7,7% ao mês, uma alta recorde. [...] A 'flexibilização quantitativa' (compra de ativos financeiros com injeções de crédito) dobrou e triplicou neste ano da Covid. Assim, a diferença entre os retornos do investimento no mercado de ações e o custo do empréstimo foi mantida. (Roberts, 2021b, p.1). (tradução nossa).

Em busca de novos espaços de valorização, após a crise das chamadas empresas *pontocom* nos anos 2000, que resultou na falência de mais de 210 empresas norte-americanas ligadas à internet, a massa de capital sobrevivente se deslocou para o sistema de financiamento imobiliário, sobretudo nos Estados Unidos (*Ibdem*). Não por acaso, Alan Greenspan, à época presidente do *Federal Reserve* (banco central norte-americano), orientou que os investimentos se voltassem para o mercado imobiliário devido à redução dos juros e dos encargos financeiros, redirecionando, portanto, os investidores para negócios com as melhores expectativas de lucro. Estes, encontravam ali um ambiente promissor, ainda que tenha colapsado em momento futuro.

<sup>16</sup> Dados disponíveis no site do Senado Federal: <https://bit.ly/46klugo> Acesso em 13 nov. 2023

<sup>17</sup> Matérias de jornais: UOL Estadão – economia - <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/04/05/guedes-reconhece-que-dinheiro-esta-empocado-nos-bancos-e-sinaliza-mais-medidas.htm> ; <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/coronavirus-crise-paulo-guedes-bancos/> Acesso em 13 nov. 2023.

No campo das finanças, esse crescimento do capital fictício já vinha criando crises econômicas de menor monta, cujo tamanho das oscilações era contido por medidas anticíclicas; nesse caso, geralmente espalhando-as para outros setores, sem produzir grande recessão, como é próprio da dinâmica das crises no capitalismo (Mandel, 1990). À exemplo, o processo de desregulamentação financeira promovido pelo presidente Reagan nos EUA, a partir de 1982, custou, no final de 1980, mais de 124 bilhões de dólares aos depositantes dos fundos de pensão, sem que houvesse compromisso com a lisura dos investimentos e com as formas de aplicação.

Esse *blecaute* nas contas certamente foi o maior roubo da história norte-americana, como foi referido no documentário “trabalho interno” (2010), orquestrado em um contexto de alta inflação e das tentativas de superação dos ainda efeitos da crise de 1960-1970. Isso só foi possível a partir da desregulamentação de instituições de depósito e poupanças iniciada pela Lei *Garn-St. Germain*<sup>18</sup>. Ao assiná-la, em 1982, Reagan discursava: “Esta é a mais importante legislação aprovada para as instituições financeiras nos últimos 50 anos” (Krugman, 2009). De fato, a legislação, que demonstrava ao mundo o que teria que ser praticado, cumpriu o seu papel!

Reagan, acrescentou: “[...] Definitivamente, acho que acertamos em cheio na sorte” (*Ibidem*). Ele obviamente mirava na desburocratização e desentrelaçamento de qualquer impedimento ao livre desenvolvimento econômico, onde se via a regulamentação tradicional como excessiva. O código do capitalismo em perseguir lucros maiores, por meio dos investimentos de alto risco, considerando a necessidade de desenvolver novos espaços de expansão, de acordo com o padrão neoliberal de acumulação, encontrou no alto volume de ativos financeiros novas formas de circulação de direitos de propriedade, ancoradas em rendimentos futuros, aparentemente reais.

Essa desregulamentação financeira no capitalismo contemporâneo, com o acelerado desenvolvimento das tecnológicas aliadas ao estreitamento do tempo-espaço (Harvey, 2005) e à arquitetura avançada de funcionamento do mercado de ações, arregimentaram a expansão e as mais profundas contradições internas do neoliberalismo (Duménil; Lévy, 2014), que se manifestaram na crise de 2008. A crise monetária asiática, de 1997-1998, a crise das empresas *pontocom*, em 2001-2003, o escândalo da *Eron*, *Vivende* e *WorldCom*<sup>19</sup>, vinham antecipando a debacle, que não tardou a evoluir para um patamar mais complexo, isto é, no setor imobiliário.

---

<sup>18</sup> Lei disponível em <https://www.congress.gov/bill/106th-congress/house-bill/5660> e-bill/6267 Acesso em 09 dez. de 2022.

<sup>19</sup> Os escândalos financeiros da *Enron*, *Vivendi* e *WorldCom* envolveram fraudes contábeis que resultaram em grandes colapsos corporativos e impactos devastadores no mercado. A *Enron*, uma gigante do setor de energia nos Estados Unidos, inflava seus lucros e escondia bilhões de dólares em dívidas através de esquemas contábeis fraudulentos. Quando o esquema foi revelado em 2001, a *Enron* declarou falência, resultando em enormes perdas para investidores e funcionários. A *Vivendi*, conglomerado francês de mídia e telecomunicações, manipulou seus resultados financeiros para parecer mais rentável do que realmente era, em meio a uma série de aquisições que ampliaram o seu endividamento. O CEO Jean-Marie Messier foi demitido, e a *Vivendi* quase foi à falência quando

Para Duménil e Lévy (2014), os Estados Unidos são reveladores desse novo grau de contradições, que foi capaz de pôr em xeque a economia global. Suas ambições e ganância, argumentam os autores, depõem sobre o fracasso dessa grande potência e do neoliberalismo quanto à dinâmica interna geral do capitalismo. Os autores apontam três de seus componentes:

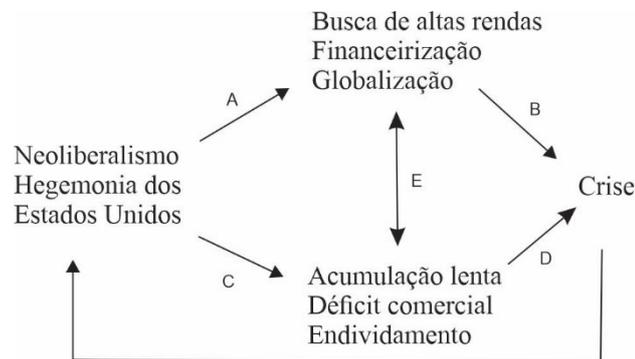
- 1) *A perversa dinâmica da busca por altos rendimentos*, que instrumentalizou a desregulamentação e securitização, ao passo em que endividou as famílias. Uma combinação entre gestão duvidosa de ativos e produção de *excedentes fictícios*;
- 2) *A capacidade reduzida de governar a macroeconomia* – momento marcado pela ineficiência de controle da macrogovernança diante da alta disponibilidade da massa de capital global para transação/investimentos em todas partes do mundo;
- 3) *Avanço às custas de uma trajetória de acumulação decrescente e perigosos desequilíbrios acumulativos*. Os EUA avançam livres, devido a sua hegemonia, de equilibrar o comércio externo, inclusive o dólar. Como cenário, observou-se uma crise no setor financeiro capaz de gerar uma contração no setor produtivo.

Os EUA, num processo de internacionalização ampliados das *commodities*, criou a necessidade de estímulo das demandas internas, decorrente do aumento das importações e dos déficits comerciais, o que fomentou o endividamento das famílias, estimuladas pela concessão de créditos sem qualquer critério financeiro (*subprimes*), a investir em imóveis. A crise de 2008 irrompeu na lógica do excesso de financeirização e do excesso de globalização, bases de uma frágil estrutura financeira e de uma economia mundial sem controle (Duménil; Lévy, 2014). Abaixo, são expressados os mecanismos em ação na macrotrajetória da crise de 2008 (*Ibdem*):

---

o escândalo veio à tona em 2002. O caso abrangeu práticas contábeis enganosas que abalaram a confiança dos investidores no mercado europeu. A *WorldCom*, uma das maiores empresas de telecomunicações dos EUA, registrava custos operacionais como investimentos, inflando seus lucros em bilhões de dólares. A fraude foi descoberta em 2002, levando a uma das maiores falências da história das corporações americanas até então.

### Infográfico 1 – Mecanismos em ação na macrotrajetória da crise econômica de 2008



Fonte: Duménil e Lévy (2014, p. 42)

Duménil e Lévy (2014) assinalam acima alguns fatores importantes para avaliarmos a situação não só dos EUA, mas do capitalismo geral diante das suas próprias contradições, no atual momento de desenvolvimento do padrão de acumulação neoliberal. Decerto, não há como tais forças regredirem e os territórios fictícios, como tais, não apresentam limites físicos, o que os torna adaptável aos propósitos da rotação acelerada do capital na atual fase do capitalismo contemporâneo. Marx no século XIX havia captado o processo de funcionamento fictício do sistema creditício, caracterizando-o como resultado de processos, aparentemente, automatizados:

[...] [que esses] adiantamentos mútuos dos que os produtores e os comerciantes realizam entre si em forma de letras de câmbio constituem a verdadeira base do crédito, também seu instrumento de circulação, a letra de câmbio, constitui a base do verdadeiro dinheiro creditício, das cédulas bancárias etc. Estes últimos não repousam na circulação monetária, seja a de dinheiro metálico, seja a de papel-moeda emitidos pelo Estado, mas na circulação de letras de câmbio (Marx, 2017, p. 451).

Além do mais, Marx, no *Capital*, livro III, capítulo 30, ressalta que essa dinâmica pode gerar crises devido a grande massa (inexistente) de letras de câmbio que não se realizará:

Num sistema de produção em que toda a rede de conexões do processo de reprodução se baseia no crédito, quando este cessa de repente e só se admitem pagamentos à vista, tem de se reproduzir evidentemente uma crise, uma demanda violenta de meios de pagamento. À primeira vista, a crise se apresenta como uma simples crise de crédito e crise monetária. E, com efeito, trata-se apenas da conversibilidade das letras de câmbio em dinheiro. Mas a maioria dessas letras representa compra e venda reais, cuja extensão, que vai muito além das necessidades sociais e acaba servindo de base a toda a crise. Ao mesmo tempo, há uma massa enorme dessas letras que representa apenas negócios fraudulentos, que agora vêm à luz e estouram como bolhas de sabão; além disso, há especulações feitas com capital alheio, porém malogradas; e, por fim, capitais-mercadorias desvalorizados, ou até mesmos invendáveis, ou refluxos de capitais que jamais se realizam. Esse sistema artificial inteiro de expansão forçada do processo de reprodução não pode naturalmente ser remediado fazendo com que um

banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra, conceda a todos os especuladores, com suas cédulas, o capital que lhes falta e compre todas as mercadorias depreciadas a seus antigos valores nominais. Além disso, aqui tudo aparece distorcido, pois nesse mundo de papel jamais se manifestam o preço real e seus fatores reais; o que vê são apenas barras, dinheiro metálico, cédulas bancárias, letras de câmbio e títulos. Principalmente nos centros em que se concentram todo o negócio monetário do país, como Londres, nota-se claramente essa distorção; todo o processo se torna incompreensível, mas em menor medida nos centros de produção. (2017, p. 547).

A liquidez produzida pela emissão das moedas via bancos centrais foi exponencial e continua sendo para a criação das bolhas no sistema financeiro. Mas, nos detenhemos em esclarecer sobre a crise de 2008 e logo se evidenciará as relações que foram argumentadas por Marx. Como já dito, várias crises introduziram no cenário norte-americano a bolha imobiliária, regidas pela desregulamentação financeira iniciada em 1980, mas que em 2000 ganhou outra normatização afirmativa com a *Lei de Modernização dos Mercados Futuros de Commodities*<sup>20</sup>. Tal legislação tornou os derivativos isentos de qualquer regulação, no caso, o comércio de títulos.

Já se anunciava que o código do capitalismo em perseguir lucros maiores, por meio dos investimentos de alto risco, eram necessários dentro da nova dinâmica neoliberal do capital, onde se via a regulamentação tradicional (considerada excessiva) como um entrave à economia, bem como a emissão de moedas pelos bancos centrais e os altos impostos para as empresas. Após 2000, a transação de derivativos nos EUA era muito lucrativa, dominada por cinco bancos de investimentos, dois conglomerados das finanças, três seguradoras e três agências de notação – que detinham controle de praticamente todos os processos financeiros da cadeia imobiliária.

Os Lehman Brothers eram um desses cinco bancos de investimentos, junto com o Goldman Sachs, Morgan Stanley, Merrill Lynch e Bear Stearns. Citigroup e JP Morgan, os dois conglomerados das finanças. Já as três seguradoras eram as AIG, MBIA e AMBAC e as três companhias responsáveis pelas avaliações de risco eram Moody's, Standard & Poor's e Fitch (Ferguson, 2011). Diferente do sistema tradicional de hipoteca, que só unia credor e banco de concessão de crédito, essa cadeia de securitização se ligava a investidores de todo o mundo, uma vez que ela avança no contexto multifacetado da globalização, sob a hegemonia financeira.

O mercado imobiliário foi crescendo mediante financiamento via hipotecas, cujo crédito hipotecário era concedido às famílias, tendo como garantia o próprio imóvel. Por esse motivo, ao longo da crise, várias casas foram sendo desapropriadas para quitação das dívidas. Esses imóveis, no início do século XXI, se supervalorizaram, e a facilitação do crédito, em um

---

<sup>20</sup> Commodity Futures Modernization Act (CFMA), de 14 de dez. de 2000. Essa Lei definiu legalmente a diferença entre Commodity e título, estabelecendo, assim, que negociações com derivativos individuais (de balcão) não seriam regulados (proibindo qualquer regulação), no caso, o comércio de títulos. Antes nenhuma lei norte-americana estabelecia essa diferenciação.

momento favorável da economia, garantiu boas expectativas de pagamento aos tomadores das hipotecas, que conseguiam administrar a renda e arcar com as dívidas contraídas; malsucedido, quando se expandiu para mutuários *subprime*, que não tardariam a se envidar e não as saldar.

O segmento *subprime de mercado* são aqueles que não possuem garantias ou renda que lhe permitam cumprir com as obrigações financeiras, geralmente pessoas desempregas ou subempregadas – “[...] na linguagem do setor financeiro, chamadas ninjas (*no income, no job, no asset*) – sem renda, sem trabalho e sem ativos [...]” (Tonelo, 2021, p. 20). A emissão de crédito *subprime* cresceu exponencialmente quando, em 2005, atingiu o seu pico com US\$ 665 bilhões de hipotecas; representando 54% de todas as hipotecas do mercado, estimulado por inovações financeiras que, desde 2002, atraíam os tomadores de maior risco (Gontijo, 2008).

Em 2003, os custos do crédito hipotecário alcançaram a o menor nível dos últimos 40 anos e à medida que as hipotecas cresciam, foram registrados aumento importante no valor dos imóveis, que alcançou o pico de 14%, em 2005 (Gotijo, 2008). Essa demanda elevada gerava esses aumentos, que, por sua vez, valorizava adicionalmente os imóveis. Assim, os tomadores de hipotecas podiam quitá-las e receber esse valor adicional, reinvestindo em outro imóvel e assim por diante. A renda financeira de forma geral, portanto, reverberava no consumo das famílias, ampliando a demanda pelo consumo, gerando empregos etc. (Carcanholo, 2018).

Como efeito, na contramão, sem contar com as consequências prováveis, o crédito que se expandiu gerou o aumento progressivo do endividamento das famílias, dentro de um contexto de explosão das hipotecas *subprime*. Decerto, o ciclo que se iniciava na tomada do empréstimo junto ao banco corretor (primeira alavancagem de vendas) ganhava novos rumos ao serem transformados em pacotes direcionados para os investidores. Considerando esses dois movimentos, Tonelo (2021) argumenta que a bolha imobiliária teria dois componentes: 1) o financiamento para grupos *subprimes* e 2) a inovação, com a securitização dos ativos e seguros.

Os empréstimos de alto risco (*subprimes*), na lógica de franca desregulamentação do setor financeiro, portanto, foram transtornados pelos bancos em pacotes a serem vendidos, junto com ativos de outros setores – os *securities*. Desse modo, era possível a conversão desses passivos em títulos, como os CDO’s – *Collateralized Debt Obligations*. As agências de notação eram as responsáveis por julgar esses passivos e classifica-los quanto ao risco e à rentabilidade. A securitização permitia agrupar em CDO, junto com um conjunto de outras hipotecas e outros ativos de dívidas, as hipotecas de grande risco, *maquiando-as* aos investidores (Tonelo, 2021).

Assim, um investidor – ao comprar os passivos financeiros – CDO, por exemplo, estava adquirindo os empréstimos (as dívidas) do setor imobiliário e outros que iam da dívida pública, ao crédito, ao consumo (financiamento de automóveis, cartão de crédito etc.) e ao

crédito estudantil. Essas dívidas transformadas em produtos financeiros pelas seguradoras – AIG, MBIA e AMBAC, avaliados como rentáveis e seguros por agências como a Moddy’s e as S&P, diluíam as hipotecas de alto risco de inadimplência, aparecendo como ações estáveis, repassadas para investidores mundo afora, processo que vinha garantindo a liquidez dos papéis.

Pela via desse processo [de diluição das ações], os bancos conseguiam que cerca de 75% das dívidas negociadas se transformassem em novos títulos, mais bem classificados, com ratings [avaliações] superiores. Assim, o banco de investimento, ao vender o pacote financeiro para investidores, transferia-lhes o grosso dos rendimentos e dos riscos (Tonelo, 2021, p. 21).

[...] as carteiras de crédito imobiliário foram rapidamente securitizadas em MBSs, REMICs e conjuntos diversificados de CDOs, englobando hipotecas de diferentes riscos, recebíveis de cartão de crédito, recebíveis de crédito ao consumidor (automóveis), etc. Cada pacote era identificado a partir de determinado grau de risco fornecido pela Moody’s, Standard & Poor’s e Fitch, com alguns ativos sendo classificados como grau de investimento e grau mezzanino (BB a BBB), sendo adquiridos por investidores institucionais e hedge funds. As tranches de maior risco (denominadas Equitys) foram transferidas para SPVs que contavam com linhas de crédito das controladoras para garantir a liquidez dos papéis, os quais eram garantidos por companhias de seguro através de derivativos (Gotijo, 2008, p. 18).

Nesse sentido, um grande *golpe* estava sendo aplicado pelos vendedores de ativos, orientados pelo CEO das corporações, com participação ativa de toda a cadeia de securitização, ciente da venda indiscriminada e em alta conta de hipotecas *subprimes* e do repasse *maquiado* dos riscos aos consumidores via CDO’s. O documentário Trabalho interno (2010) chamou a atenção para o fato de tais empresários não terem sido penalizados pela crise (mundial) criada<sup>21</sup>, tendo muitos deles enriquecido pela venda antecipada de suas ações, antes que perdessem valor de mercado. Estava-se diante da já conhecida acumulação via criação de pirâmides financeiras.

Esses administradores se beneficiavam com salários muito altos, por receberem aditivos pelo aumento das vendas de hipotecas e seguros (bônus) e como proprietários de capital fictício (ações do mesmo mercado que administravam, com informações privilegiadas). Essa se tornou uma marca das corporações neoliberais – definida por Duménil e Lévy (2014) como *hibridização no topo*, em que interesses convergentes entre a classe gerencial e os capitalistas se movem em função do mercado de ações (propriedades do capital) em que participam, dando ao mais alto escalão das finanças importante acesso à propriedade, além dos elevados salários.

Quanto ao crescimento das hipotecas, ela se deu em um cenário de enriquecimento das famílias estadunidenses e europeias médias, no início do século XXI, impulsionado também pela sua inserção no mercado especulativo, adotando o aumento do consumo geral e de imóveis

---

<sup>21</sup> A Comissão de Valores Imobiliários (*Securities and Exchange Commission – SEC*), agência independente responsável por proteger e regular o mercado de capitais americano não conduziu nenhuma investigação dos bancos de investimentos durante a bolha (Ferguson, 2011).

(Carcanholo, 2018). A compra de ativos – tipo CDO, era rentável, pois, de início, mesmo com perdas por inadimplência, os ganhos cobriam os prejuízos. Além disso, os lucros de bancos originadores, empresas de classificação de risco, distribuidores de seguros etc, chegou a 2,8% do saldo hipotecário, em 2007, ano este em que o valor alcançou US\$ 1,2 trilhão (Gotijo, 2008).

Os *Lehman Brothers*, por exemplo, lucravam ao conceder inicialmente o crédito e a partir de então os riscos eram assumidos pelos investidores, em um processo relativamente seguro e rentável – antes de se tornaram as altas as taxas de inadimplência. Quando ainda o preço dos imóveis crescia, e chegaram a crescer mais de 6% ao ano entre 2000 e 2005 (Idem), não se tinha prejuízo porque isso permitia também aos mutuários, com margem, a rolagem da dívida, e, nesse cenário, o negócio se tornava lucrativo para todos, com perdas equilibradas, ainda que a maior desvantagem os aguardasse à frente, diante dos elevados juros a serem pagos.

[...] É claro que o maior obstáculo [para os tomadores *subprime*] residiria no custo da transação – que, em termos nominais, chegava a ultrapassar 10% de juros ao ano –, mas esse problema era contornado pela elevação dos preços dos imóveis, particularmente no período de 2000 a 2005, quando, conforme mencionado, os preços reais aumentaram 36,4%. Com a apreciação dos imóveis, os tomadores de recursos no mercado subprime poderiam refinanciá-los com taxas mais baixas e mesmo obter créditos extras, que eram utilizados para expandir o consumo. Assim, os tomadores de empréstimos subprime eram atraídos para negócios inerentemente ruins pelas baixas *teaser rates*, que não guardavam qualquer relação com os vultosos pagamentos que seriam requeridos mais tarde” (Blackburn, 2008, p. 73 *Apud* Gotijo, 2008, p. 21).

O fato é que a crise se expressou tendo como ponta do *iceberg* a inadimplência desse grupo de devedores. Para Tonelo (2021), na estrutura desse bloco de gelo estaria submersa a desregulamentação do setor. Seria dela, portanto, para o autor, a responsabilidade pela crise:

Acontece que a explosão da bolha financeira se deu justamente devido à política dos bancos de aumentar, ainda mais, quase no limite, a desregulamentação financeira (ou seja, o conjunto de procedimentos para o oferecimento de crédito), de modo a estimular os corretores a praticar a venda hipotecária sem análise de crédito detida, sem pedir às famílias documentos ou meios que comprovassem que dispunham de capacidade para pagar a dívida que adquiriam. Nesse sentido, aceleravam as vendas para clientes *subprimes*, e o risco nos pacotes financeiros que repassavam aos investidores começou a se tornar cada vez maior. (Tonelo, 2021, p. 21).

Carcanholo (2018) acrescenta algo essencial para se avaliar de fato o que precipitou a crise. Para ele, na medida em que “[...] a demanda por capital monetário não foi acompanhada pelo financiamento que permitia a rolagem dos passivos (dívidas) e, mais importante, a massa de capital fictício ali acumulada não via mais sustentação na alta dos preços, o processo [de acumulação] se reverteu” (Carcanholo, 2021, p. 29). E põe em evidência uma contradição

fundamental do capitalismo contemporâneo, que consiste no fato de que a demanda agregada que só se realiza no mercado, não acompanha as finanças, gerando, portanto, baixa da liquidez.

Ademais, quando o consumidor da hipoteca, que realiza o pagamento por meio de um capital adquirido no mercado, tinha sua renda incompatível com a dívida (como no caso das hipotecas *subprime*), não podendo renegociar a sua rolagem e nem utilizar o preço em alta para refinanciá-la; o que se tem é a devolução dos bens dados em garantia —o próprio imóvel. A devolução massiva, resultado dessa disfunção, ocasionada à inadimplência, pressionou mais ainda o preço dos imóveis para baixo, desvalorizando todo o setor, também para os adimplentes, o que gerou uma insatisfação generalizada com o acordo de negócios firmado com os bancos.

Os que conseguiam pagar, inclusive, se sentiam lesados por estarem arcando com parcelas mais altas do que os novos consumidores, que adquiriam as casas por preços menores, o que estimulava ainda mais o crescimento da inadimplência. Essas manifestações da crise, como lembra Carcanholo (2018), transformou o então ciclo “virtuoso” em “vicioso”. Quando a baixa do mercado de imóveis veio à tona, não se buscava mais investir em ativos (de dívidas ou créditos), pelo contrário, a corrida era para se livrarem o mais rápido possível da propriedade, o que fez com que eles, rapidamente, se desvalorizassem, estocando nos bancos e seguradoras.

É precisamente este movimento que leva a bolha imobiliária a explodir: as famílias com condições de continuar pagando a hipoteca desistem e buscam imóveis mais baratos, **uma quantidade enorme de pacotes financeiros e outros títulos imobiliários perdem seu valor repentinamente e começa uma grande ‘corrida de conversibilidade de letras de câmbio em dinheiro’, para usar os termos de Marx** (Tonelo, 2021, p. 24). (O grifo é nosso).

Com dívidas que necessitavam ser quitadas, os bancos e seguradoras se tornavam, também, inadimplentes, considerando que grande parte do capital que crescia era inexistente, especulativo, e que grande soma de seus empréstimos girava em torno do aumento da liquidez. Esclarecem Duménil e Lévy (2014, p. 115) que “[...] o endividamento do setor financeiro é um fenômeno novo e espetacular, típico das décadas neoliberais. Esse aumento relevante foi efeito principalmente pela emissão de títulos pelos [...] setores [governo e finanças]”. Essa prática foi agravada pelo aumento do *Credit Default Swap* (CDS), seguros emitidos para proteger seguros. Não por acaso, o sistema se complexifica, mediante fortes expectativas de realização do valor.

Para se ter noção da dinâmica de autonomização e substantivação, vale ressaltarmos que esse tipo de derivados (CDS) – vendidos em grande qualidade pela AIG, maior companhia de seguradores do mundo, permitia aos investidores de CDO’s serem ressarcidos de suas perdas no caso das inadimplências e outros riscos. Diferente de um seguro comum, esses investidores apostavam na inadimplência quantas vezes quisessem, de modo especulativo. Diferente de um

seguro tradicional, o crédito *swap* permitia que vários seguros fossem feitos sobre o mesmo CDO, aumentando, assim, em caso de perda, proporcionalmente, o prejuízo dentro do sistema.

Essa prática, denunciou o documentário Trabalho Interno (2010), era incentivada pela distribuição de bônus da AIG para seus funcionários, que chegou, em 2008, a ordem de 3,5 bilhões de dólares. Nessa lógica, as pessoas estavam sendo recompensadas por assumir altos riscos, que a curto prazo produziram grandes receitas, mas que a longo prazo criavam falência, distorcendo o sistema de compensação (Ferguson, 2010). Já vivenciando a crise, em 2008, essas agências de securitização injetaram nessa dinâmica o valor de empréstimos ainda maiores, decerto que com recursos do fundo público, à época, drenados pelo Estado para socorrer bancos.

As dívidas aumentavam, ao passo que os efeitos da crise se estendiam para outros setores de derivados, não só nos EUA, como em outros países do mundo (Carcanholo, 2018). “Em 2008, seus empréstimos [do setor financeiro] totalizaram 271% do PIB, e os empréstimos que tomou, 119% [dívida bruta do setor financeiro, em 2008, em comparação a porcentagem do PIB]” (Duménil; Lévy, 2014, p. 115). Duménil e Lévy destacam que tais massas de empréstimos eram transferidos para a emissão de novas *securities*, inclusive *swaps*, como foi possível observamos na análise de Michael Roberts (2021a), consoante os dados do gráfico 1.

Assim, o “[...] o setor financeiro aparece como grande tomador de empréstimos durante o neoliberalismo” (Ibidem). A crise do setor imobiliário, que paralisou diversos títulos tidos “podres” nos bancos e seguradoras, que não conseguiam repassá-los aos investidores, já cientes do cenário, bem como esse endividamento – a incapacidade dessas agências honrarem seus débitos devido aos prejuízos, levou a falência de um dos maiores bancos de investimentos dos EUA, *Lehman Brothers*, e o colapso de muitas outras entidades do mesmo tipo e de seguros, alertando para o potencial do capital fictício em gerar crises, de forma e de conteúdo, estruturais.

É importante derivar dessa quantidade de elementos complexos, os quais não temos pretensão nem condições de exaurir, que, como em todas as crises, a do setor financeiro (leia-se capital fictício – porque sua composição se dá sobretudo nesse esfera na contemporaneidade) tem relação com o capital produtivo (afinal, qualquer crise precede a queda da taxa de lucros – nexos que veremos a seguir); e, no caso da crise de 2008, o fato dela afetar o crédito e o consumo das famílias, gerando falência no setor produtivo, a exemplo, o declínio do setor de automóveis.

Nessa dinâmica, o papel do Estado se torna crucial e importante para o capital em momentos de crise. O Estado injeta somas significativas de recursos públicos para recuperação das instituições capitalistas, como ocorreram nos Estados Unidos e em outros países do mundo. Portanto, a disputa dos trabalhadores pelo fundo público acaba tendo que concorrer não apenas

com o endividamento dos Estados-nações (pagamento de dívidas cuja origem e as formas de juros a sociedade desconhece), mas ainda com aportes para salvar bancos e corporações.

Enfim, toda essa conjuntura da crise de 2008 coloca-nos diante da grande forma e conteúdo da instabilidade econômica agravada após a crise de 1970, mediante o crescimento da financeirização (do montante em capital fictício) e da desregulamentação. A expansão em larga medida do capital fictício, mesmo após os efeitos de grande monta da disfuncionalidade do setor, traduzido na referida crise, não retrocederá, como inclusive relevaram, apreensivamente, os dados do gráfico 1. O que observamos é que o atual estágio do capitalismo, consolidado e maduro, subsumiu a lógica das barreiras físicas, do setor produtivo, à um estado de dispersão.

Afora essa projeção dada pelo modo como a bolha de 2008 se moveu; o tamanho do emaranhado especulativo fabricado e a sua super produção de ativos e derivados (nunca antes visto na história da economia mundial nessa lógica e proporção), é possível considerarmos que o capital fictício seja um risco iminente para o capital total nesta fase do neoliberalismo, ainda que seja, contraditoriamente, responsável pelos maiores ciclos de ajustes e expansão dos últimos 50 anos, desde 1970, fase em que o capitalismo vem demonstrando parco crescimento. Essa contatação tem forte impacto e delinea o conteúdo do capital na particularidade nacional.

Esse debate, que também deve versar sobre a realidade da nossa formação social e histórica brasileira – dependente e periférica, e acerca da forma como o neoliberalismo se fez no jogo de forças nacionais entre burguesia e classe trabalhadora no país; nos permitirá, ao final deste estudo, avaliar a disputa pelo fundo público, capitaneado para a resolução dos problemas criados pelo capital – estruturais, em detrimento dos gastos sociais; discussão da qual deriva temas, caros ao povo, como o financiamento das políticas sociais pública e a garantia de direitos, e acerca do apoio da burguesia nacional/internacional à emergência da extrema direita no país.

### **2.3 O movimento da crise e o aprofundamento neoliberal**

Tonelo (2021) destaca que os efeitos de longo prazo da crise de 2008 se moveram no decênio seguinte, dos países do centro para os da periferia do capitalismo (incluindo, nações avançadas mais débeis, as emergentes e as do Sul do mundo). Esse segundo momento, que se seguiu após a fase mais recessiva para as grandes potências, trouxe à tona planos robustos de austeridade e de ajustes fiscais, contrarreformas, subordinação à dívida pública etc.; acirrando conflitos de classe e, ainda, reveses geopolíticos, como a guerra comercial entre EUA e China, em um contexto de ascensão e reprodução do *ultraliberalismo* em diversos países pelo mundo.

Diferente de Tonelo (2021), que verifica os efeitos da crise no cenário internacional, captaremos elementos gerais para refletirmos sobre a nossa realidade brasileira, acertando nos seus desdobramentos, como veremos a partir de 2014, quando no Brasil passamos a sentir de forma mais contundente a voracidade de seus determinantes, no cenário da queda do preço das *commodities* e dos conflitos políticos que se desdobraram no “impeachment” em 2016, na prisão do, à época, ex-presidente Lula da Silva (abril de 2018) e na ascensão da extrema-direita no país, que avançou em, no mínimo, três aspectos: militarismo, conservadorismo e austeridade fiscal.

No plano internacional, em 2016, tivemos a eleição de Trump nos Estados Unidos, bem como, em 2015, a presidência de Macri na Argentina, responsável por inaugurar a onda conservadora, ultraliberal Sul-americana. Soma-se, a eleição bem sucedida de Boris Jonhson no Reino Unido, em 2019, a de Bolsonaro no Brasil, em 2018, bem como o estabelecimento dessa frente em muitos outros países pelo mundo. Na América Latina, a *onda progressista* de partidos políticos de esquerda (Santos, 2022) foi se esgotando na medida em que avançava a *onda extremista* de direita, com forte apelo à austeridade fiscal e às contrarreformas do Estado.

Existe uma relação entre a crise econômica e o crescimento dessa extrema direita? No Brasil há uma comunhão de fatores nesse sentido, mas é importante frisar que essa crise não é o único fator e que isso não é uma regra para todos os países do mundo, pois não se trata de causa e efeito puramente simples. Como questiona Löwy (2015), ainda que a crise econômica tenha devastados vários países do globo, em muitos deles essa vertente da extrema-direita reacionária continuou marginal, como na Espanha e Portugal, refutando as teses economicistas de que a crise econômica de 2008 tenha gestado governos ultraliberais, como algo matemático.

A Grécia seria outro exemplo. Ainda que aumentada essa influência conservadora, lá ela tem tido menos relevância que a esquerda radical, aponta Michael Löwy (2015). Já em países como Suíça e Áustria, em parte menos impactados pela crise, a extrema-direita teria capitaneado mais de 20% do apoio nacional. Desse modo, não é possível lançar mão apenas da análise econômica para avaliar esse fenômeno, cujas referências deitam suas bases em ondas conservadoras formadas mediante fatos históricos e culturais também de acentuada relevância. Desse modo, carece aos fatos contextualização, amplamente, sócio-histórica, política e cultural.

Na Europa, onde Löwy (2015) se propõe a de fato analisar, a tradição antissemita, as correntes pró-Segunda Guerra, a cultura colonial etc. se colocaram como centrais em países como a França, explicando, por exemplo, a ameaça do partido Le Pen<sup>22</sup>. Os fatores globais,

---

<sup>22</sup> Esse movimento ficou conhecido por meio do crescimento expressivo nas eleições, em abril de 2022, do partido ligado à candidata à presidência Marine Le Pen na França. Marine é representante da direita radical, disseminando

como as guerras que estimulam o antissemitismo, as narrativas sobre o terrorismo (em torno do 11 de setembro, do assassinato dos diretores do jornal satírico Charlie Hebdo etc.), entre outros, explica o autor, foram ganhando corpo e sendo também subestimados pela esquerda e pela visão economicista, que não teriam conseguido antecipar essa emergência das ofensivas reacionárias.

Essa breve exposição consiste em um preâmbulo ao nosso posicionamento de que: 1) não há na crise econômica a exclusividade de respostas para pensarmos sobre o crescimento da extrema-direita no Brasil. 2) É necessário desenvolver um olhar “de dentro” para avaliarmos também o nosso *gigante adormecido* (no cenário atual) da ideologia política reacionária. E por fim, 3) a crise econômica de 2008 que afetou os países emergentes a longo prazo é, no caso do Brasil, fundamental nessa análise, pois expôs a real impossibilidade de qualquer aliança de classe, como a que foi pretensa e contraditoriamente projetada pelo partido dos trabalhadores.

Desse modo, de antemão, vamos pensar sobre essa crise, para em outro momento, com outras análises conjuntas, possamos radiografar de forma mais ampla esse período a que estamos chamando de ultraliberal no plano econômico e de extrema-direita no plano político. Essa crise econômica se configurou mundialmente a partir dos acontecimentos de 2008, os quais foram possíveis repormos, brevemente, no tópico anterior. Partilhamos da mesma tese de Tonelo (2021) de que essa crise se moveu, ecoando, tardio e fortemente, em países avançados mais débeis, como o Brasil, onde foram aplicados ajustes e contrarreformas sociais draconianas.

Tonelo (2021, p. 25-60) caracterizou, mundialmente, a persistência dos efeitos da crise de 2008 mediante as seguintes fases: 1) de *2007-2009: a queda abrupta*; 2) de *2010-2011: os planos de austeridade*; 3) de *2012-2015: estancamento secular e a crise dos emergentes*. Esse momento da história mundial, desde 2008, se arrolara frente a um processo em franco desgaste político do movimento operário e do aumento de conflitos nos movimentos sociais, que se soma a uma onda de consequências geopolíticas, onde, centralmente, se situam a disputa entre EUA e China e a guerra comercial, situações atravessadas por outras de ordem econômica.

Carcanholo (2023), assim como Tonelo, distingue três fases da crise econômica mundial, que se desdobra a partir da bolha imobiliária estadunidense, em 2007/2008. A primeira fase consiste no momento inicial da crise. A segunda quando ela se move para a zona do Euro em 2010/2011. E a terceira quando ela se soma à pandemia e à guerra da Ucrânia. E certamente, outra fase, esteja por vir, ligada possivelmente aos efeitos da inflação e da estagnação, adverte

---

em seus discursos restrições aos imigrantes, propondo práticas radicais de controle da imigração, e da propriedade nacional; supressão da permissão de residência aos estrangeiros, entre outros.

Carcanholo (2023). Roberts (2022c)<sup>23</sup> distingue na crise os componentes: o *chash* financeiro de 2008, a crise ambiental (raiz da pandemia) e as contradições geopolíticas dos países pelo lucro.

No primeiro interstício da crise, por Tonelo (2019) – *a queda abrupta*, os efeitos econômicos teriam sido os mais severos, o *auge da turbulência*. Ao analisar o crescimento do PIB nos países, Tonelo (2019) destaca que a taxa mundial, em 2009, havia declinado a -1,7% (negativo), com contração ainda mais expressiva quando analisadas as potências, como EUA, de - 2,7%, União Europeia, de - 4,3%, especialmente, Alemanha, com recuo de -5,6%, França, de - 2,9% e o Reino Unido, de -4,1%, chegando ao Japão uma queda de - 5,4% (dados do Banco Mundial *Apud* Tonelo, 2019). Essa radiografia da crise tratava por apresentar a sua intensidade.

Para Tonelo (2019), Roberts e outros economistas abstraem os efeitos objetivos e subjetivos da reestruturação produtiva, do neoliberalismo e da desorganização de trabalhadores como amortecedores da crise 2008. Ele argumenta que “[...] a mesma crise econômica, em sua dimensão qualitativa, em um contexto distinto, poderia ter produzido efeitos muito mais catastróficos como uma queda mais acentuada do PIB, como em 1929, e fenômenos políticos mais agudos” (2019, p. 29). Logo, a intensidade da crise também deve considerar o alcance sociopolítico e geopolítico da crise (em 1929, as guerras mundiais e a revolução russa, à época).

De todo modo, Tonelo (2019) reconhece que Michael Roberts fornece importantes contribuições para a compreensão da crise de 2008. Roberts, segundo Tonelo, identifica o início da crise em agosto de 2007, quando ocorre o fechamento de um dos fundos de investimento hipotecário do banco Paribas Nacional nos EUA. A crise, a partir de então, experimenta uma cadeia de processos de recessão, com contração profunda e longa em países do centro da economia capitalista, como o que aconteceu nas 30 mais avançadas nações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Algo só comparável à recessão de 1929.

Do pico do boom anterior de crescimento real do PIB em 2007 até o fundo da Grande Recessão em meados de 2009, as economias da OCDE contraíram oito pontos percentuais no PIB. Se você comparar o produto global em 2009 com o quanto deveria ser sem a queda, a perda de renda foi ainda maior que os oito pontos percentuais. No fundo da Grande Recessão, o nível da produção industrial foi de 13% abaixo do pico anterior, e o comércio mundial caiu 20% do pico anterior. O mercado de ações mundial caiu uma média de 50% do pico de 2007. A grande recessão foi também a mais longa desde a Grande Depressão [1929-1932]. (Roberts, 2016, p. 66).

Tonelo (2019) acrescenta outros elementos que merecem exposição. Primeiro, esse período em que os países europeus são bastante afetados é marcado pela queda abrupta da

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2022/03/13/the-three-contradictions-of-the-long-depression/>. Acesso em 30 dez. 2023.

economia nessas nações e pelo bumerangue que se segue, após 2009, com, ainda, alguns momentos de crescimento, mas muito incipientes. À exemplo, em 2010, o PIB mundial dispara uma leve recuperação, chegando a 1,6%, seguido de uma longa queda e recessão. Outra marca desse momento consistiu no aporte de recursos dos Estados, nunca antes visto na história do capitalismo, trilionário, para salvar bancos e empresas, com alta injeção monetária, alegando gerar liquidez no mercado e impondo o ônus da conta à população, via assalto do fundo público.

É importante esclarecermos que essa prática de desvio do fundo público para salvar o mercado financeiro e empresas vem sendo adotada não só por economias avançadas, mas por economias periféricas, como o Brasil, como já expusemos. Em países como EUA, epicentro da crise, portanto, o governo, em 2008, injetou 85 bilhões de dólares na Seguradora AIG; seguido por 50 bilhões de dólares na General Motors. Após, um valor ainda maior foi injetado em um plano de resgate, em setembro do mesmo ano, aprovado pelo senado, de 700 bilhões (Tonelo, 2019). Essa alocação, lembra Roberts (2016), tem aumentado absurdamente a dívida pública:

O maior [pacote financeiro] se deu em 30 de setembro de 2008, quando o Senado americano aprovou um plano de resgate financeiro no valor de 700 bilhões de dólares, o que, seguindo nosso exemplo de comparação com o produto interno bruto de países, seria um valor próximo à soma dos PIBs da Argentina e da Venezuela durante todo o ano de 2008. Esse foi o maior pacote, mas não foi o único nem se deu apenas em um país, fazendo parte de uma política generalizada dos governos das principais potências diante da crise. Sendo assim, se levarmos em conta a atuação incisiva não só do Federal Reserve (FED) mas também do Banco Central Europeu [...] e do Japão, veremos que o salvamento de bancos, das seguradoras e das grandes empresas foi um dos componentes decisivos da crise, uma atuação sem a qual suas consequências poderiam ser imprevisíveis. (Tonelo, 2019, p. 31).

Outro atributo importante dessa primeira fase, consoante Tonelo (2019), trata do deslocamento rápido da crise para a Europa, visto que a também compressão tempo-espço no capitalismo contemporâneo possibilitou, assim, com que as crises fossem sentidas quase que instantaneamente. No entanto, ainda que esta tenha sido a forma de lidar com a crise que se generalizou durante os anos que se seguiram após a queda dos Lehman Brothers, essas respostas de igual magnitude financeira, como ocorrido em solo norte-americano, não tinham como ser compartilhadas, como foi possível observar em países como Grécia, Portugal, Espanha e Itália.

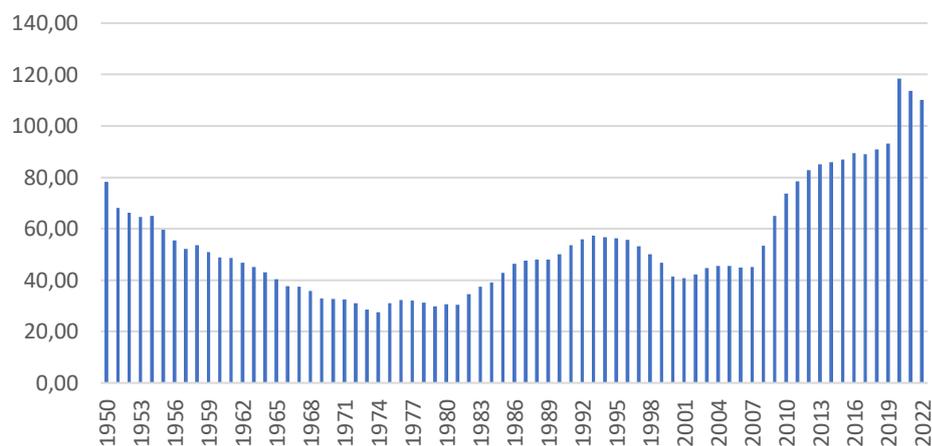
Ao resgatar essa fatalidade, Tonelo (2019), portanto, aborda a franca desigualdade de condições das nações no enfrentamento das crises, em que determinadas potências possuem mais capacidade financeira para salvar empresas e bancos, enquanto tais efeitos explodem com maior envergadura em países mais débeis, embora alguns deles estejam no *centro do centro*, como se observou em nações como as citadas acima, cuja recessão foi marcada por danos mais

complexos. Nessa segunda fase recessiva, portanto, a sua migração para a Europa (epicentro da crise entre 2010 e 2011) foi sentida conforme a capacidade financeira que cada país dispunha.

Apostavam-se, os teóricos da “desacoplagem”<sup>24</sup>, destaca Tonelo (2019), que a crise de 2008 não alcançaria os países do Sul global, que iram se resumir às grandes potências. No entanto, a história demonstrou que, conforme argumenta o sociólogo, não tardaria para essa previsão revelar as suas limitações. Tonelo (2019) declara que a queda dos países emergentes, como no que tange aos BRICS – Brasil, Índia, China e África do Sul, a partir de 2012, não tardou a acontecer, debelando o forte impacto e o poder de dinamicidade da recessão, que chega nestas nações fomentando graves contrarreformas sociais e pacotes draconianos de austeridade.

Portanto, a fase que Tonelo (2019) nomeia de “2010-2011: planos de austeridade” diz respeito justamente às consequências que se seguiram à aplicação dos volumosos recursos estatais em instituições do capital quando dos mais intensos efeitos da crise, ampliando o saldo devedor das nações. Isso aconteceu nos países desenvolvidos e emergentes, como nos países do Sul global. Trata-se do maior endividamento do setor público já registrado desde 1950, como é possível verificarmos no Gráfico 1, abaixo. Ainda que diversos relatórios mundiais apontem como determinantes a pandemia e a guerra da Ucrânia, desde 2008 houve crescimento contínuo.

Gráfico 2 - Dívida pública mundial – média de 190 países  
(governo central como parcela do PIB - % do PIB)



Fonte: International Monetary Fund, Global Debt Database: Methodology and Sources<sup>25</sup>  
Gráfico, produção própria a partir dos dados do FMI.

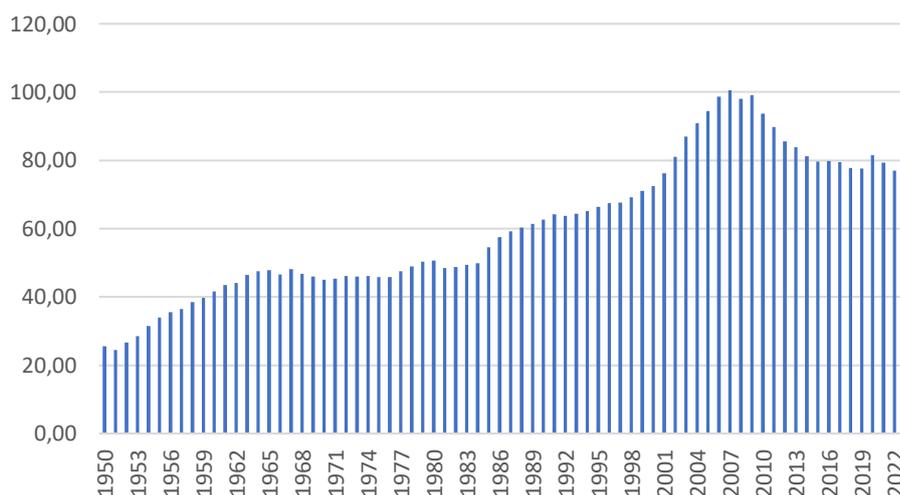
<sup>24</sup> A teoria da desacoplagem aborda uma tendência dos mercados econômicos se tornarem menos dependentes uns dos outros no cenário global.

<sup>25</sup> Obs.: Esse painel contempla 190 economias avançadas, economias de mercado emergentes e países de baixa renda. Disponível em Global Debt Database: Methodology and Sources do FMI: [https://www.imf.org/external/datamapper/CG\\_DEBT\\_GDP@GDD/FADGDWORLD?year=2022](https://www.imf.org/external/datamapper/CG_DEBT_GDP@GDD/FADGDWORLD?year=2022). Acesso em 26 dez. 2023.

A média do endividamento público alcançou cifra superior a 100% do PIB. Roberts (2010), situa que o crescimento exponencial recente da dívida pública dos países é de extrema relevância quando se aborda a grande depressão contemporânea após a crise de 2007/2008. Esses aportes financeiros destinados ao capital vêm subsumindo o orçamento público das nações aos interesses econômicos de grupos empresariais e rentistas, comprometendo, desse modo, o investimento estatal em políticas sociais e servindo de justificativa para a aplicação de planos profundos e violentos de austeridade fiscal e vastas contrarreformas sociais e trabalhistas.

Portanto, destaca Tonelo (2019), que não tardou para pacotes de austeridade fiscal e de contrarreformas passarem a ser adotados em vários países pelo mundo, demonstrando que a crise neoliberal seria respondida com ainda maiores, virulentas e agressivas doses neoliberais contra os direitos sociais e do trabalho. Se estratégias direcionadas para o capital tratavam de emanar a sua heterodoxia (por meio de gastos suntuosos para recuperar empresas e bancos), quanto aos direitos dos(as) trabalhadores(as) a ortodoxia representou a lei e a ferra, rebaixando suas condições de vida e de trabalho, em cenários de alta inflação e de endividamento familiar.

Gráfico 3 – Endividamento mundial das famílias, todos os instrumentos (% do PIB)



Fonte: International Monetary Fund, Global Debt Database: Methodology and Sources<sup>26</sup>

Nota.: Gráfico, produção própria a partir dos dados do FMI

É possível observar no gráfico 2, acima, que antes mesmo da crise mundial de 2008 as famílias já vinham vivenciando um processo extenuante de endividamento. Mesmo quando

<sup>26</sup> Obs.: Esse painel contempla 190 economias avançadas, economias de mercado emergentes e países de baixa renda. Disponível em Global Debt Database: Methodology and Sources do FMI: [https://www.imf.org/external/datamapper/CG\\_DEBT\\_GDP@GDD/FADGDWORLD?year=2022](https://www.imf.org/external/datamapper/CG_DEBT_GDP@GDD/FADGDWORLD?year=2022). Acesso em 26 dez. 2023.

ocorre um importante declínio, de 2010 em diante, o patamar alcançado no século XXI não deixou margem para qualquer sensação de arrefecimento em relação ao século passado. Dívidas de cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro ou de casa etc.; se somaram com a necessidade de compra de serviços de saúde, educação, previdência, transporte, esporte/lazer etc. (cada vez mais desfinanciados nos serviços públicos).

Na contramão dos altos investimentos no setor privado e rentista, o neoliberalismo, em sua forma mais potente, após 2008, vem sendo aplicado em sua ortodoxia aos trabalhadores:

Do ponto de vista das políticas econômicas, em conformidade com as escolas teóricas de economia, a contradição entre essas etapas da crise é gritante: se o plano de salvamento dos bancos e os fortes recursos despendidos pelo Estado iam na contramão de uma política econômica ortodoxa, ou seja, satisfaziam amplos matizes de keynesianos, a política de austeridade era parte do regozijo dos velhos neoliberais, agradando até os apologistas mais ortodoxos da Escola de Chicago. (Tonelo, 2019, p. 35).

Essa análise dos fatos históricos do desenrolar da crise de 2008, converge também com a discussão de Carcanholo (2018), que ressalta a capacidade heterodoxa do neoliberalismo, que deve ser pensada como estratégia de desenvolvimento, cuja prática se dá em conformação estrutural específica na sociedade capitalista. Sua conformação estrutural, portanto, é suscetível ao período histórico e à conjuntura, podendo suas políticas econômicas serem ortodoxas ou heterodoxas, na medida em que interagem com os interesses de equilíbrio econômico do capital:

El sentido más difundido para el neoliberalismo es asociarlo directamente con la política económica. Entretanto, esta idea, la más común, es equivocada. Según sus mismos formuladores, el neoliberalismo está planteado en un nivel de abstracción superior al de la política económica, el nivel de una estrategia específica de desarrollo, que tiene que ver con una conformación estructural específica de la sociedad capitalista. Esta conformación estructural específica puede presentar, en su tiempo histórico, distintas coyunturas. Estas, a su vez, suelen requerir distintas políticas económicas (ortodoxas o heterodoxas), justamente para enfrentar características de las específicas coyunturas. (Carcanholo, 2019, p.35)

Assim, a ortodoxia neoliberal, em 2010-2011, se direcionou para as contrarreformas neoliberais, em um processo marcado pelos altos índices de desemprego, recorde de inflação e de arrocho fiscal por parte dos governos, afetando fortemente a classe trabalhadora (Tonelo, 2019). O caso grego, no centro europeu, foi um dos mais emblemáticos, acrescenta o autor. Sob o governo de esquerda de Karólos Papúlia e do primeiro-ministro Geórgios Panpandréu, o país tornou-se um laboratório de medidas neoliberais draconianas de ataque aos bens públicos e aos trabalhadores, levadas às últimas consequências contra o endividamento e o desequilíbrio fiscal.

O desafio, portanto, no momento, seria o de viabilizar o neoliberalismo agressivo, rebaixando as condições de vida do povo trabalhador em parte importante dos países do globo. Essa aplicação austera neoliberal na Grécia foi seguida por outras nações a medida em que se movimentava também a crise, sua “solução” (aporte suntuosos de recursos para o capital) e os seus resultados (o endividamento público). Destarte, em 2012-2015, com a fase do, para Tonelo (2019), “estancamento secular e a crise dos emergentes”, a recessão se dirigiria ao seu decênio, migrando para países que inicialmente tinham sido pouco afetados, como, no caso, os BRICS.

Ainda que à frente analisemos essa fase da crise com base nos fatos acontecidos no Brasil, é importante ressaltar que para o autor, de 2012 a 2015, os fatores determinantes dessa fase a nível mundial consistiram no *estancamento* econômico e produtivo global e no fato da crise ter se movimentado para países emergentes, que inicialmente tinham se desviado de seus efeitos mais penosos (Tonelo, 2019). Quanto ao estancamento econômico, o PIB das nações obteve crescimento médio, de 2012 a 2018, de apenas 3,5% (vejam Tabela 1). A queda foi dramática em 2020, seguida de crescimento, em 2021, e retorno ao patamar de 3,5%, em 2022.

Tabela 1 - Crescimento do PIB: observada a projeção  
segundo o FMI (jul./2023) (Em %, variação)

Países e regiões	Média 2000-2007	Média 2008-2011	Média 2012-2018	2019	2020	2021	2022	2023 (previsão)
<b>Mundo</b>	4,5	3,1	3,5	2,8	-3,1	6,3	3,5	3,0
<b>Economias desenvolvidas</b>	2,7	0,4	1,9	1,7	-4,5	5,4	2,7	1,5
Área do Euro	2,2	-0,1	1,2	1,5	-6,3	5,3	3,5	0,9
Reino Unido	2,8	-0,3	1,9	1,4	-9,3	7,6	4,1	0,4
Estados Unidos	2,7	0,3	2,4	2,3	-3,4	5,9	2,1	1,8
Japão	1,4	-0,8	1,2	0,0	-4,5	2,2	1,1	1,4
Países emergentes e em desenvolvimento	6,5	5,6	4,8	3,7	-2,0	6,8	4,0	4,0
Ásia	5,4	4,9	5,3	5,4	-0,8	7,5	4,5	5,3
China	10,5	9,8	7,2	6,0	2,2	8,4	3,0	5,2
Índia	7,1	7,3	7	4,0	-6,6	9,1	7,2	6,1
América Latina e Caribe	3,5	3,1	1,3	0,1	-6,9	7,0	3,9	1,9
México	2,4	1,1	2,6	-0,2	-8,1	4,7	3,0	2,6
Brasil	3,6	4,1	0,2	1,4	-3,9	5,0	2,9	2,1
Europa - países emergentes e em desenvolvimento	6,2	2,1	2,6	2,5	-1,8	7,3	0,8	1,8
Rússia	7,2	1,6	1,3	2,0	-2,7	5,6	-2,1	1,5
Oriente Médio e Ásia Central	6,1	3,8	3,3	1,5	-2,9	4,4	5,4	2,5
África Subsaariana	5,7	5,4	3,7	3,1	-1,6	4,7	3,9	3,5
África do Sul	4,3	2,0	1,5	0,1	-6,3	4,7	1,9	0,3
Comércio Internacional Volume	7,3	2,7	3,6	0,9	-7,9	10,7	5,2	2,0

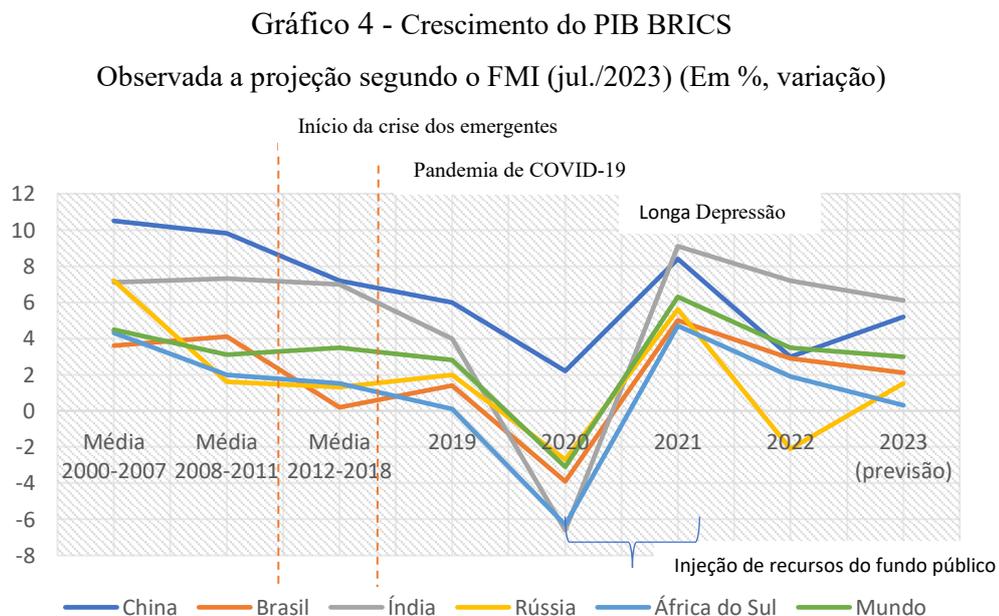
Fonte: FMI. Dados condensados pelo Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea (Adaptado)<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/08/230821\\_cc\\_60\\_nota\\_17.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/08/230821_cc_60_nota_17.pdf) Acesso em 28 dez. 2023

A teoria do *estancamento secular* apresentada por Tonelo (2019), com base na tese original de Alvin Hansen e na economista argentina Paula Bach, aponta para uma estagnação contemporânea, desde de 1970, irreversível a curto prazo, por se relacionar a elementos difíceis de serem contornados. Isso se expressa, segundo Bach (2016 *Apud* Tonelo, 2029), devido ao contexto de envelhecimento populacional, de baixa produtividade do capital, de escassez dos investimentos e de aumento da desigualdade social. A crise de 2008 já teria, portanto, emergido em interlocução com todas essas nuances, ressalta Tonelo, por isso sem previsão de regressão.

Acerca da crise dos países emergentes, com destaque para os BRICS, Tonelo (2019) argumenta que, a partir de 2012, eles foram fortemente impactados pela desaceleração chinesa, pela mudança do fluxo de capitais (que se manifestou em 2013, inicialmente, e em 2014) e pelo declínio das *commodities*. Aqueles que eram vistos como potências em ascensão, acabaram por se tornar elos débeis dos desdobramentos da crise (Tonelo, 2019). Ou seja, nas primeiras etapas da crise, os países emergentes, como o Brasil, haviam sido enaltecidos pelo desempenho econômico. Embora afetados, não teriam se desestabilizado pela grave dinâmica internacional.

Todavia, a partir de 2012, demarca o sociólogo (2019), a crise econômica de 2008, movimenta-se pela segunda vez, fortuitamente abalando a citada sensação de proteção. Afinal, desde 2012, o PIB desses países registrou conjunta inflexão, como se observa no gráfico abaixo:



Fonte: FMI. Dados condensados pelo Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea (Adaptado)<sup>28</sup>  
Produção própria, criado a partir dos dados da Tabela 1.

<sup>28</sup> Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/08/230821\\_cc\\_60\\_nota\\_17.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/08/230821_cc_60_nota_17.pdf) Acesso em 28 dez. 2023

No próximo capítulo trabalharemos essa discussão em um nível maior de abstração, incorporando o conceito de queda tendencial da taxa de lucro e superprodução em Marx. A priori, o importante é caracterizarmos que a crise é grave e impactou o Brasil e outros países parceiros de forma coordenada a partir de 2012. Uma crise que se movimentou desde 2008, inflamada pela: drenagem dos fundos públicos para o capital, queda no preço das *commodities* e desaceleração chinesa (importantes no caso dos países emergentes) (2014), desequilíbrio no balanço de pagamentos dos países, endividamento público, pandemia e pela guerra da Ucrânia.

Desse modo, a crise, chamada por Roberts de longa depressão (2022b) e por Tonelo (2019) de grande recessão, forjou um largo espectro de contradições econômicas sob comando neoliberal. No lastro de terra arrasada a que foram submetidos os trabalhadores mundo afora, a nova carapaça neoliberal da extrema direita reacionária (usando o termo adotado por Lowy, 2015), se tornou, em muitos países, a alternativa viável para implantação acelerada e profunda das contrarreformas contra os direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e sindicais do povo trabalhador, viabilizando processos de superexploração necessários à recomposição do capital.

Tonelo (2019) argumenta que o governo extremista de Trump nos EUA emergiu em um cenário geopolítico de tensão e disputa, em cujo centro repousa a ameaça econômica do crescimento chinês e russo. O capital contemporâneo excede as fronteiras nacionais, gerando novas estratégias de recomposição econômica, acentuando a dependência de países periféricos e aguçando as disputas imperialistas. Pela primeira vez na história, resgata o sociólogo (2019), com a *Estratégia de Segurança Nacional* de Joe Biden (2017), China e Rússia passam a ser, ao invés dos terroristas, considerados inimigos norte-americanos, tamanha a percepção de ameaça.

Para a compreensão desses elementos conjunturais nacionais no bojo da crise global capitalista, é relevante analisarmos as manifestações destacadas, sem que percamos de vista o conteúdo e as causas das crises (que é o que abordaremos no capítulo seguinte). Os fundamentos da crise (compreensão em um nível maior de abstração), no escopo do equilíbrio instável do capitalismo, expõem as dificuldades iminentes de superação de seus entraves estruturais. Essa condição cíclica (elucidada por Marx) é que determina os projetos de Estado nacionais (quer ortodoxos quer heterodoxos, progressistas ou de extrema direita) a depender das necessidades.

Nessa perspectiva, a tese é de que foram decisivas as contradições internas do capital para o favorecimento da crise de 2007/2008 e veremos a seguir que isso não diz respeito apenas às suas manifestações, mas engloba a sua própria inalienável dinâmica, a sua própria existência. No Brasil, os efeitos da crise mundial combinados com a estrutura autocrática nacional, acordou a face atroz do nosso reacionarismo adormecido, ancoradas no patriarcado, no escravismo e no

conservadorismo moral e religioso. Somada às medidas anticíclicas, centrais para a recuperação do capital (analisadas a seguir), esse autocratismo será melhor desdobrado nos capítulos 4 e 5.

### **3 A CRISE DO CAPITAL NA TEORIA DE KARL MARX**

Neste capítulo, iremos abordar conceitos importantes para que possamos analisar os fundamentos estruturantes das crises no sistema capitalista, a sua essência, diante de suas contradições aparentes. Ainda que sob novas roupagens no capitalismo contemporâneo, como as que apresentamos anteriormente, a teoria das crises em Marx, a que pretendemos minimamente desenvolver, nos permitirá analisar o perfil cíclico das crises do capital à luz de elementos estruturantes desse sistema, que impulsionam as crises e determinam as suas manifestações, abordadas de modo elucidativo por meio de dados da Lei da queda tendencial da taxa de lucro.

#### **3.1 Acumulação de capital, contradições do capitalismo e crises cíclicas**

O professor José Paulo Netto (2012) afirma que a crise global da sociedade contemporânea, aleitada em escala internacional há pelo menos cinquenta anos, radica-se em duas grandes crises em dois subsistemas: o socialismo e o estado de bem-estar social. Com a crise dos países da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o ideário socialista perdeu audiência em todo o mundo, impactando fortemente na organização dos trabalhadores em todas as regiões do planeta e dando margem para uma super ideologia que afirma não haver alternativa ao capitalismo. Assim, ao “[...] perder o medo” em algo que ameaça o seu sistema de dominação, forjou-se e difundiu-se amplamente a ideia de que o sistema do capital é insuperável, repondo, desta forma, a tese do fim de história (Netto, 2012).

Diante desse quadro, essa suposta supremacia do sistema capitalista, segundo Netto (2012), está longe de representar qualquer otimismo que aponte para um novo ciclo histórico de progressos econômico e social. Ao contrário disso, o desempenho burguês, ao longo dos séculos, foi responsável por, além de duas grandes guerras mundiais, “[...] conflagrações localizadas, uma crise econômica catastrófica, que quase pôs abaixo o sistema social e as crises menores, mais reiterativas, o imperialismo, o fascismo etc.” (2012, p. 46). Todavia, segundo o autor, a ideia de insuperabilidade e de supremacia absoluta do sistema capitalista não tem base histórica até aqui, pois o que tem se acumulado é situações cada vez mais amplas de barbárie em escala social.

Deve-se observar, acrescenta Netto (2012), por outro lado, que a crise estrutural em que se metera o sistema do capital ao longo das últimas cinco décadas não quer dizer que ele esteja esgotado enquanto forma de organizar a produção e a sociedade. Longe de ser um sistema esgotado, o capitalismo se retroalimenta de suas contradições, convivendo e mantendo, assim, as condições de reproduzir-se como tal – ainda que gerando crises de amplo espectro e em diversas escalas e espaços de reprodução da vida humana e natural.

Numa constante necessidade de empurrar para a frente causas e efeitos de suas crises, o sistema do capital põe em operação hodiernamente uma violenta destruição da natureza, por meio do que István Mészáros chamou de produção destrutiva, avançando sobre todos os territórios e todos os quadrantes da vida social, expandindo os espaços de acumulação, explorando mais profundamente os velhos mercados e criando novos. Marx e Engels (2005, p. 45) já haviam demonstrado que tal processo pelo qual a lógica do capital se expande e invade todos os lugares e interstícios da vida social conduziria “[...] ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição do meio de evitá-las [...]”. A análise da atual crise do sistema capitalista mundial conduz precisamente a esta constatação: a de que as crises se tornaram cada vez mais sincronizadas e expansivas, invalidando as velhas maneiras de contra arrestá-las.

Marx e Engels (2005) caracterizaram as crises do capital como capazes de causar uma transição entre depressão e novos ciclos de expansão, pois elas saneariam o terreno para a recomposição das taxas de crescimento e de acumulação. O tão almejado desenvolvimento cria contradições irrefreáveis que se alternam em ciclos de expansão, depressão e crise. Consoante os autores (2005), as forças que atuam por necessidade na expansão e aceleração da acumulação de capital são as mesmas que, com a mesma necessidade, desencadeiam a depressão e a crise ao gerarem “[...] civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso [...]” (Ibdem, p. 45). Como efeito, acrescentam eles que o “[...] sistema tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio [...]” (Ibdem, p. 45) e essa abundância de riquezas passa a funcionar como entrave, a partir de um determinado patamar, à valorização do valor – que, todavia, representa o sentindo máximo, material e imaterial, da sua reprodução. E diante disso, as crises ganham cada vez maiores e incontidas formas, ficando gradualmente difícil controlá-las, já alertavam Marx e Engels em “O manifesto Comunista”, escrito em 1848. Essa descrição não apenas resistiu à prova do tempo, ela ganhou cores mais sombrias e dimensões mais dramáticas, ao ponto de estarmos diante de uma crise estrutural capaz de invadir todos os domínios da vida social e individual, destroçar formas civilizatórias criadas pelo próprio capitalismo, espoliar rendas e ativos dos povos e dos Estados Nacionais. Mesmo assim, o capital não consegue reproduzir o ciclo marcado por altas taxas de

lucratividade e expansão dos mercados, vivenciando patamares cada vez mais rebaixados quanto a essas taxas.

Nas palavras de Marx, “[...] o capital não é uma coisa, mas uma determinada relação social de produção, que pertence a uma determinada formação histórico-social, representa-se em uma coisa e confere a esta um caráter especificamente social” (2013, p.836). Por via de consequência, a lógica do capital opera em diversos domínios com o fim de garantir as condições de sua expansão, um deles é “[...] o Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador, [que] se ergue sobre a base deste metabolismo econômico que tudo engole, e o complementa de forma indispensável (não apenas servindo-o), em alguns aspectos essenciais”, conforme elaborado por Mészáros (2011, p. 98). No interesse do cumprimento das funções essenciais de seu processo metabólico, o capital subordina as instituições sociais, inclusive o Estado, no sentido de resguardar os interesses do seu sociometabolismo.

Ora, mesmo com a ativação de todos os subsistemas que garantem o sociometabolismo capitalista, inclusive a decisiva intervenção do Estado, a lógica interna ao sistema que o leva às crises continua operando. O fato é que, como destaca o professor Marcelo Carcanholo (2010), o capital *crece e entra em crise; e entra em crise porque cresceu* de forma objetivamente dialética, cabendo à teoria Marxista expor as determinações gerais e específicas, estruturais e conjunturais que desencadeiam essa dinâmica. Cabe à teoria Marxista das crises demonstrar, inclusive, conforme Carcanholo (2010), que as crises têm efeitos cumulativos que, mesmo criando condições estruturais e/ou conjunturais que desencadeiem o crescimento e expansão da acumulação, algumas determinações permanecem na história e, por isto, as crises se tornam cada vez mais intensas pondo em marcha processos de expansão que asfixiam, em proporção cada vez maior e grave, a vida da classe trabalhadora.

[...] Crise em Marx não é apenas uma fase do ciclo econômico, especificamente aquele momento onde o auge da acumulação do capital se reverte de recessão/depressão. Crise em Marx tem o sentido de manifestação das contradições do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que a unidade nessas contradições é a resposta. Assim, o seu significado contém toda a dinâmica dialética presente no movimento do processo de acumulação do capital. Para ser mais rigoroso, o termo correto em Marx é ‘crise cíclica’, pois ele significa a processualidade dialética da acumulação de capital, com momentos de expansão nessa acumulação, onde ao mesmo tempo as contradições fundamentais são complexificadas, o que leva às rupturas (momento de crise [...]) que acabam por repor (dialeticamente) a unidade daquelas contradições, que voltam a se complexificar, e assim por diante [...] (Carcanholo, 2010, p. 2).

Logo, a partir do conceito de “crise cíclica”, Carcanholo reforça a perspectiva de processo no desenvolvimento das crises, que se dão não de forma episódica, mas integradas na dinâmica contraditória real da acumulação de capital, não se resumindo a uma única etapa.

“Nesse sentido, *acumulação de capital e crise cíclica* são termos quase ‘sinônimos’, no sentido de que expressam o mesmo movimento real de processualidade contraditória (dialética) da economia capitalista”, afirma Carcanholo (2010, p. 2), como veremos adiante no próprio Marx.

Carcanholo (1996) colabora para uma definição Marxista sobre a causa das crises. Para o economista, vertentes de interpretação Marxista se deixaram influenciar pela aparência dos fenômenos da crise, confundido suas formas específicas de manifestação com a sua causa. Ainda que essas análises sejam relevantes para a produção de uma teoria Marxista da crise, elas de fato não definem a explicação causal do fenômeno, o requer cumprirmos três requisitos caso pretendamos elucidar o fenômeno como ele aparece objetivamente. O primeiro, consiste na análise dos processos cumulativos, que alastram os efeitos das inflexões/rupturas. Após a recuperação, a economia recobra o crescimento, porque já vinha crescendo, “[...] porque ocorrem efectos propagadores, cumulativos [...], de la misma forma, la recesión, o depresión, continúa ocurriendo justamente porque la economía ya se encuentra en crisis.” (Ibidem, p. 19).

O segundo requisito, de acordo com Carcanholo (2017), consiste na explicação das fases de ruptura e de inflexão. Por que tem momentos em que ocorre crescimento e em outros ocorrem crises; porque não há crescimento *ad eternum*? E por que a desaceleração pós-crise também não é eterna, dando-se a inflexão e, em seguida, a reconstrução de um novo ciclo? – indaga o autor. Isso requer entendermos, de acordo com este, porque o primeiro quesito não é absoluto: “...(i) por qué la economía deja de continuar creciendo por ya estar creciendo y (ii) deja de sufrir los efectos de las crisis por ya estar en crisis” (Carcanholo, 2017, p. 20).

E por último, o terceiro quesito de uma teoria das crises cíclicas equivale a uma síntese dialética, conforme Carcanholo (2017), dos anteriores. É importante perceber que as questões que marcam as rupturas (crises e recuperação) resultam de características particulares produzidas pela inflexão anterior, esclarece o economista. O desenvolvimento econômico criará de forma cada vez mais complexa as contradições que se desdobrarão em crise, ao passo em que suas consequências (da crise) produzirão os elementos da recuperação seguinte. Por esse motivo, esses fenômenos se constituem como necessários e regulares no capitalismo (Ibidem).

É relevante, contudo, que se entenda que a crise econômica resulta do, então, desenvolvimento das contradições próprias, inerentes ao modo de produção capitalista, assinala Carcanholo (1997 e 2017). Ela explicita as suas contradições como uma unidade de contrários entre produção e circulação. Estes são dois momentos que mantém relação de dependência recíproca, ainda que sejam duas fases relativamente autônomas. Da mesma maneira que produção, circulação e consumo constituem momentos relativamente autônomos da economia e, no entanto, estabelecem relações de necessidade entre si, tendo a produção como o *momento*

*predominante* – como asseverou Marx em *Para a crítica da economia política*<sup>29</sup> – na análise do professor Marcelo Carcanholo a unidade de produção e circulação é dialética, não anulando a identidade e relativa autonomia de cada um destes dois momentos. Assim, ainda que constituam uma unidade dialética, a produção e a circulação podem – e devem, por necessidade! – entrar em choque, em contradição, pelo próprio desdobrar das forças que operam na reprodução ampliada do capital. Quando tais contradições se agudizam, a unidade “[...] só é reafirmada através da crise, as crises resolvem, por um dado momento, as contradições imanentes ao modo de produção capitalista, mas não as suprimem” (Carcanholo, 1997, p. 22), empurrando para a frente – e em movimento cumulativo – suas causas mais fundas, reproduzindo, porém, as contradições inerentes ao sistema de acumulação do capital que, ao fim e ao cabo, se revelam como ruptura entre produção e circulação. Carcanholo repõe, pois, de forma precisa, as afirmações de Marx, para quem as crises, são: “[...] soluções momentâneas, violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado” (2005, p. 178).

Outrossim, as crises eclodem porque se explicitam as contradições da reprodução ampliada do capital num confronto entre a produção e a realização do valor-capital. As crises são, assim, expressão da construção de um novo equilíbrio, pois por meio delas são sempre repostas as condições para um novo ciclo de expansão (Carcanholo, 1997, 2017).

Concretamente, o capital possui como tendência a expansão ilimitada de produção de mercadorias, superando, portanto, suas próprias barreiras (Marx *Apud* Carcanholo, 1997). Outrossim, ainda que, nessa mesma lógica, cresça o consumo abundantemente, a dinâmica do capital total desencadeará barreiras a sua realização; “[...] tudo isso provocado pelas mesmas leis, pela dinâmica do capitalismo, este é o conteúdo da crise.” (Carcanholo, 1997, p. 23). Tem-se, ademais, que mesmo [...] que esse excedente seja ele todo consumido produtivamente, viu-

---

<sup>29</sup> “O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercambio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção se expande tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, como se alastra aos demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela. Que a troca e o consumo não possam ser o elemento predominante, compreende-se por si mesmo. O mesmo acontece com a distribuição como distribuição dos produtos. Porém, como distribuição dos agentes de produção, constitui um momento da produção. Uma [forma] determinada da produção determina, pois, [formas] determinadas do consumo da distribuição, da troca, assim como *relações determinadas desses diferentes fatores entre si*. A produção, sem dúvida, *em sua forma unilateral*, é também determinada por outros momentos; por exemplo, quando o mercado, isto é, a esfera da troca, se estende, a produção ganha em extensão e divide-se mais profundamente”. No parágrafo seguinte, ele arremata seu raciocínio: “Se a distribuição sofre uma modificação, modifica-se também a produção; com a concentração do capital, ocorre uma distribuição diferente da população na cidade e no campo etc. Enfim, as necessidades do consumo determinam a produção. Uma reciprocidade de ação ocorre entre os diferentes momentos. Este é o caso para qualquer todo orgânico”. (Marx, 1982, p. 13-14).

se que isso não resolve o problema da superprodução” (Ibdem, p. 25), só o potencializará ainda mais considerando o desenvolvimento de crises cada vez mais expansivas.

A compreensão dessa contradição que se apresenta disruptiva, se precipitando em crises mais ou menos abrangentes, mais ou menos profundas, mais ou menos conjunturais ou estruturais, remete à dialética do valor de uso e do valor de troca, tal como tratado por Marx no capítulo primeiro do livro 1, d’O Capital. como efeito, a circulação mercantil capitalista visa, em princípio, a produção e realização de valor de troca. No interior do circuito  $D - M - D'$ , o valor de uso interessa à produção capitalista somente enquanto suporte material do valor, isto é, um produto que responda a alguma necessidade humana que advenha ela do estômago ou da fantasia e que, em sendo adquirido e consumido, realize o valor investido na sua produção. Como sinalizado em *Para a crítica da economia política*, o consumo é um momento da totalidade da produção econômica, mas somente interessa ao circuito de valorização porque, por meio dele, se realiza o valor contido nas mercadorias. Isto é, o dinheiro investido no início (D) transmuta-se em dinheiro aumentado (D’). O valor ou valor de troca (pois, o valor das mercadorias só se materializa por meio da troca, portanto, como valor de troca) é primeiro em relação ao valor de uso e se interpõe como mediação que condiciona, inclusive, a produção e circulação de valores de uso na sociedade mercantil desenvolvida. Assim mesmo, a transformação de valor em valor de uso é uma condição *sine qua non* da realização do valor de troca, sendo, pois, necessário que a produção de mercadorias produza no mesmo ritmo e na mesma proporção a capacidade de seu consumo. Essa dinâmica não ocorre sempre assim, porém, havendo circunstâncias em que a quantidade de valor produzido não encontra, na esfera da circulação, capacidade de consumo na mesma proporção. Quando essa desproporção atinge determinada magnitude, o circuito de valorização do capital é travado e explode uma crise.

Nessa perspectiva, Carcanholo (1997, 2007) caracteriza essas contradições como conteúdo das crises. “Quando a contradição entre os processos de produção e o de realização se exacerba, a unidade entre os dois polos de contradição é afirmada pela crise” (Ibdem, p. 26). É também por esse motivo que o capital tende a se espriar para todos os espaços possíveis de valorização, *mercadizando* os mais variados bens/serviços, demolindo fronteiras geográficas e, na contemporaneidade, avançando sobre os territórios dos bens ditos públicos e estatais, bem como hipertrofiando a esfera financeira e o capital fictício.

A crise é realmente uma consequência do caráter contraditório que é inerente ao sistema capitalista. Ela aparece porque o único mecanismo que esta sociedade possui para regular as condições de produção aparece a posteriori, depois que o capital já saiu do processo produtivo. Este mecanismo é o processo de circulação de mercadorias - o mercado. Não se pode antever se uma dada produção, com

determinada técnica de produção, condições de trabalho, custos de produção etc. é socialmente desejada ou não. Quando essa produção chegar ao mercado, isto é, depois de produzida, é que se obterá a resposta. Qualquer descompasso e tem-se a crise. Isso fornece uma possibilidade real de aparecimento das crises. O capital quando percorre todo o seu processo de circulação, que engloba produção e circulação de mercadorias, não tem como objetivo satisfazer as necessidades sociais, mas satisfazer os seus anseios de apropriação de lucro. Por isso, há sempre divergências entre a limitação do consumo e o caráter ilimitado da produção. O objetivo de apropriação de lucro decorre da propriedade privada dos meios de produção, que definem um capitalista condicionado ao movimento do capital. (Carcanholo, 1997, p. 28).

Tendo, portanto, estabelecido a sua natureza, resta, problematiza Carcanholo (1997, 2017), compreender a sua causa – *a causa do aparecimento das crises*, que diz respeito à “[...] divergência entre as condições de produção e as condições de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra. Esta contradição, que se encontra na essência do modo de produção capitalista, é o que explicita a irrupção das crises” (Ibdem, p. 28). Logo, essa, destaca o autor, seria a essência do funcionamento do sistema.

As manifestações específicas da crise, como a queda tendencial da taxa de lucro, a superprodução, a superacumulação, o subconsumo etc., alerta Carcanholo (1997), são erroneamente tratadas como causas, o que dificulta a real identificação do fenômeno e a sua verdadeira natureza<sup>30</sup>. Embora relevantes, não podem ser confundidas como tais, ainda que elas – as manifestações, ponham em movimento constante essa teoria, impedindo o seu tratamento como acabado e desafiando os pesquisadores a reavaliarem as suas formas e suas potencialidades cíclicas (Ibdem, 1997).

Partindo dessa explanação sobre o conteúdo e a causa das crises, nos deteremos em avaliar uma das suas importantes manifestações, que consiste na queda tendencial da taxa de lucro, tendo em vista a importância creditada por Marx a essa lei e as recentes contribuições de economistas Marxistas clássicos, como Ernest Mandel, e de contemporâneos, como Michael Roberts e Aldamir Marquetti. Nosso entendimento é o de que, embora não seja a causa e nem conteúdo das crises, essa taxa, tendo em vista o grau de evidências hoje, elucida a sua evolução.

### ***3.1.1 Concentração e centralização de capital***

Para efeito da argumentação que realizamos no presente tópico, trazemos por necessidade do desdobramento categorial alguns conceitos cravados por Karl Marx quando da

---

<sup>30</sup> É relevante frisarmos que esse debate em torno da teoria das crises no capitalismo se gesta em meados do século XX, tendo como principais vertentes a lei da queda tendencial da taxa de lucro, a tese sobre o subconsumo e a tese das desproporções. Elas são analisadas por Carcanholo na sua dissertação de mestrado, defendida no programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. Para maiores detalhes, ver Carcanholo (1996).

análise do processo de produção do capital no Livro primeiro. Não se trata aqui de remontar a arquitetura categorial dessa parte da obra master do pensador alemão, mas de trazer à luz os conceitos necessários à compreensão do que se desdobra a seguir. Partiremos, esquematicamente, do processo de reprodução do capital expresso na seguinte fórmula

$$D - M \text{ (meios de produção + força de trabalho)} \Rightarrow P; P - M' - D'$$

Esquematicamente podemos descrever esse circuito da seguinte forma: o capital dinheiro (D) tem de se transformar em mercadoria (M), que se subdivide em meios de produção e força de trabalho; uma vez que a força de trabalho é utilizada, ou realiza seu valor de uso a serviço do capitalista que a alugou, ela transforma os meios de produção em um produto (P); se houver condições favoráveis no mercado, na esfera da circulação; este produto P transforma-se em uma nova mercadoria, diferente daquela anterior, expressa em M': ela se diferencia qualitativamente por ser um produto que surgiu da síntese entre trabalho como atividade finalista e os diversos materiais ou meios de produção que processou; ela se diferencia quantitativamente porque, além de transferir o valor pré-existente investido em meios de produção para o produto P, ela incorpora, também, o valor da força de trabalho que, por seu turno, enquanto foi utilizada (enquanto realizou seu valor de uso) criou um valor excedente ou mais valor ou mais valia e esta foi incorporada à nova mercadoria M'; então, se antes M pressupunha a soma do quantum de valor investido em meios de produção e força de trabalho, agora a M' contém, além desse valor inicial, o valor a mais criado pelo uso da força de trabalho – a mais valia. Em condições favoráveis, ditadas pelo mercado, essa nova mercadoria M' pode voltar a forma inicial de dinheiro, realizando, assim, a mais valia nela inserida e gerando, portanto, o D'.

Quanto ao valor investido em meios de produção, Marx chamou de Capital Constante (c); já o valor investido no pagamento da força de trabalho, ele chamou de Capital Variável (v). Assim, o valor inserido na mercadoria M' pode ser representado pela fórmula:  $c + v + m$ , sendo c o quantum de valor gasto em capital constante, v o quantum gasto em força de trabalho em o valor extra criado pela força de trabalho que corresponde à mais valia. A partir dessa fórmula geral do valor, Marx desdobra conceitos que são fundamentais para o entendimento da argumentação à frente. O primeiro trata da taxa de mais valia ou taxa de exploração da força de trabalho, representada pela razão  $m/v$ ; o segundo trata da taxa de lucros, representada pela razão  $m/(c+v)$ ; o terceiro refere-se à composição orgânica do capital que é medida pela razão  $c/v$ .

O primeiro conceito serve para medir a proporção de tempo em que a força de trabalho é executada sem a contrapartida de salário, sem pagamento, (tempo excedente), em

relação ao tempo durante o qual a força de trabalho repõe seu valor (tempo necessário) – isto é, serve para medir o grau de exploração da força de trabalho ou, se quisermos, a proporção em que o trabalhador exerce sua capacidade de trabalhar em proveito exclusivo do capitalista, sem o devido retorno para si mesmo, e o tempo em que ele gasta reproduzindo seu próprio salário. O segundo serve para mostrar como o trabalho excedente ou a mais valia – que é gerada durante o uso da força de trabalho – é o responsável pela remuneração de todo o valor empatado em meios de produção e força de trabalho, isto é, o que determina a taxa de lucros. O terceiro, ao medir a proporção existente entre o valor empatado em meios de produção (trabalho morto) em comparação com o investido em força de trabalho (trabalho vivo); ora, na medida em que é este último – o trabalho vivo – o responsável pela geração da mais valia que, por seu turno, responde pelos lucros do capital, a maior ou menor proporção existente entre essas duas magnitudes de valor impactará diretamente na dinâmica de acumulação de capital, na taxa de lucratividade. Conhecidos assim, estes conceitos, podemos avançar para o capítulo 23 do livro 1 d’ *O capital*, para darmos curso à análise dos mecanismos da crise capitalista.

Marx (2013) no capítulo 23 de *O capital*, intitulado *A lei geral da acumulação capitalista*, parte de um primeiro momento do desenvolvimento das forças produtivas do capital, em que a demanda por força de trabalho se mantinha proporcional à composição do capital<sup>31</sup>. Nesse contexto, o aumento da produção de mercadoria dependia do aumento de capital variável<sup>32</sup>, todavia, à medida que avançam a acumulação e a concentração, com vistas

---

<sup>31</sup> A composição do capital é uma categoria central para o entendimento das contradições inerentes ao processo de acumulação de capital que o levam a crises recorrentes, crises cíclicas e estruturais. Reproduzimos aqui na letra do próprio Marx esta categoria que nos interessa na medida em que será fundamental para os argumentos que elaboramos em todo este trabalho de tese. “A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego. Chamo a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica”. (Marx, 1996, p. 245 – LIVRO 1, TOMO 2 – Civilização Brasileira)

<sup>32</sup> Para efeito de nossa argumentação, é importante repor aqui o que Marx chamou de capital constante e de capital variável. Recorremos diretamente à citação do autor, pois nosso propósito é chegar o quanto antes à demonstração dos elementos internos, interiores à própria dinâmica da acumulação que são motivos da crise do capital. Nas próprias palavras do autor: “A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável. As mesmas partes componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho se distinguem como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável”. (Marx, 1996, p. 325 Livro 1, tomo I, Civilização brasileira).

ao aumento da força produtiva social do trabalho, amplia-se, em excesso, o capital constante<sup>33</sup> em relação ao variável.

Marx capta uma dinâmica importante acerca do processo acelerado de acumulação:

A contínua reconversão de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra em processo de produção. Este se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção de mais-valor. Se, portanto, certo grau de acumulação o capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos provocam, de acordo com a conjugação dos estímulos que eles exercem um sobre o outro, a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que a seu componente variável se torna cada vez menor em comparação ao componente constante. (2013, p. 700).

Ora, na medida em que os capitais privados se encontram em situação permanente de competição entre si; na medida em que esta competição exige de cada capital privado a busca por aumentos de produtividade do trabalho ou, por outro lado, a diminuição do tempo necessário à produção do valor da força de trabalho e o aumento do tempo excedente, relativo à mais valia; nestas condições do mercado capitalista, os capitais privados são compelidos a desenvolver formas de extração de sobretrabalho cada vez mais arrojadas – o que se consegue, via de regra, com investimentos de tecnologias de instrumentos, de materiais e de métodos de organização da produção e do trabalho – e isto significa uma compulsão das leis de mercado para que cada capital individual invista cada vez maior quantum de valor na aquisição de meios de produção. Este aumento dos investimentos em meios de produção significa aumento do quantum de valor na forma de capital constante, que vai se tornando um montante crescente de valor investido em meios de produção, sem que os investimentos em força de trabalho acompanhem essa dinâmica, podendo até diminuir tanto relativa quanto absolutamente.

Queremos frisar que esse acúmulo de capital constante é uma necessidade do processo de acumulação, mas é também um complicador desse processo ao incidir diretamente sobre a taxa de lucro do capital. Quer dizer, a nível de anunciação da tese que queremos apresentar aqui, seguindo de perto a elaboração de Marx (Livro III de O Capital) e de estudiosos dessa obra como o professor Carcanholo, que o que se apresenta como salvação no nível da concorrência (a busca por aumentar a produtividade, diminuir o tempo necessário e aumentar o

---

<sup>33</sup> Acompanhem as palavras de Karl Marx: “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante”. (Idem).

tempo excedente ou a mais-valia por meio de investimentos em meios de produção), em verdade se torna um complicador para o processo de acumulação ao impulsionar o crescimento da composição técnica e orgânica do capital. A complicação reside, precisamente, no fato de que a partir de um determinado nível da composição do capital, os investimentos em meios de produção incidem negativamente sobre as taxas gerais de lucratividade dos investimentos. Como efeito, como demonstrando por Karl Marx, a taxa de lucros do capital resulta da razão entre a mais valia explorada da força de trabalho e o total de valor investido em  $c$  (capital constante) e  $v$  (capital variável); na medida em que  $c$  cresce em proporção muito mais elevada do que o  $v$ , não apenas se tem como resultado o aumento da composição orgânica do capital como esta, por seu turno, implica – como lei de tendência! – na diminuição das taxas médias de lucratividade dos investimentos. Todavia, como assinalamos, o que interessa para os capitais individuais é a valorização do valor, a acumulação, o que os leva, inevitavelmente, a perseguir o aumento da composição orgânica do capital em geral. Assim, aquilo que é um elixir saudável para os capitais privados – maiores investimentos em meios de produção e redução relativa e/ou absoluta do quantum de valor investido em força de trabalho – torna-se um veneno ou elemento negativo para as taxas de lucro do capital em geral. O processo, que se dá mediante a incorporação, cada vez maior, de capital constante, que se torna capital acumulado, universalizando-se entre os concorrentes; reduz, barateia, o preço das mercadorias. E mesmo que cresça a mais valia, a taxa de lucro tende a cair, pois o cálculo no capital investido e o lucro obtido tendem a cair. Portanto, a massa de lucro cresce, mas a taxa cai (Marx, 2017).

Marx (2017) assinala que atuam contra essa queda tendencial influências *contra-arrestantes*, o que explica porque esta queda pode ser refreada ou diminuída conjuntamente, motivo pelo qual ele a define, também, como tendencial. O capital necessita ampliar-se cada vez mais, pois a concorrência entre os capitalistas leva-os a buscarem ganhos por meio do aumento da produtividade que significa, ao fim e ao cabo, maiores proporções de capitais investidos em meios de produção, conseqüente aumento da composição orgânica do capital, resultando no crescimento da massa de acumulação, afinal produz-se mais! Então, o aumento da massa da acumulação funciona como movimento contra-arrestante da lei de tendência da queda da taxa de lucros. O aumento da composição orgânica do capital, que pode desencadear a inversão das taxas ascendentes de lucratividade em taxas descendentes, também pode ser compensado – temporária e conjuntamente – pelo aumento da exploração da força de trabalho, gerando assim taxas de exploração elevadas e incidindo positivamente na massa de mais valia gerada na produção em geral. Este é outro elemento que atua suavizando ou mesmo

equilibrando os impactos do aumento da composição orgânica sobre as taxas gerais de lucratividade.

Marx (2017, p. 23), nesse sentido, põe em evidência que “[...] As condições da exploração direta e as de sua realização não são idênticas [...]. Uma são limitadas pela força produtiva da sociedade; outra, pela proporcionalidade entre os diversos ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade [...]”. O crescimento da capacidade produtiva que caminha lado a lado com o aprofundamento da espoliação/exploração do trabalho só pode se confirmar – em termos técnicos, quando a venda das mercadorias se realiza – no consumo da sociedade, razão porque a dinâmica de acumulação, a realização do valor produzido, só se confirma no momento e por meio do consumo produtivo ou consumo final da sociedade. Deduz-se, de antemão, que qualquer desconexão ou desproporção entre a capacidade produtiva – posta em operação na esfera ou no momento da produção – e a capacidade de absorção ou consumo produtivo e/ou final das mercadorias cria uma situação disruptiva que pode ser resumida assim: a capacidade produtiva posta em vida pelo sistema capitalista não encontra meios ou condições de sua realização na capacidade de absorção ou consumo criada por esta mesma sociabilidade. Como nas palavras de Karl Marx:

Essa capacidade não é determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só suscetível de variação dentro de limites mais ou menos estreitos. Além disso, ela está limitada pelo impulso de acumulação, de aumento do capital e da produção de mais-valor em escala ampliada. Essa é uma lei da produção capitalista, lei dada pelas constantes revoluções nos próprios métodos de produção, pela constante desvalorização do capital existente acarretada por essas revoluções, pela luta concorrencial generalizada e a necessidade de melhorar a produção e ampliar sua escala, apenas como meio de autoconservação e sob pena de sucumbir. Por isso, o mercado precisa ser constantemente expandido, de modo que seus nexos e as condições que os regulam assumam cada vez mais a forma de uma lei natural independente dos produtores, tornem-se cada vez mais incontroláveis (2017, p. 28).

É como se o capitalismo fosse o algoz diante d’O gato preto, de Edgar Allan Poe. No famoso conto do escritor estadunidense o gato preto que aterroriza seu o personagem humano, que acredita que o tinha brutalmente exterminado, mesmo depois de muitas investidas mortais deste, reaparece em todos os espaços onde ele pisa. Em nossa comparação, o gato é a lógica imanente da acumulação de capital; a lógica que está sempre lá, ainda que o capital procure fugir dela e eliminá-la; o algoz, o próprio capital, tenta fugir dela, mas tem de lançar mão de artifícios que agiganta e torna cada vez mais sombrio e assustador o gato preto, isto é, as contradições inerentes ao processo de acumulação que levam à crise e ao seu sintoma mais evidente: a lei tendencial da queda da taxa de lucros. Assim, o capital não pode fugir da sua

própria natureza, a qual surge nele sem possibilidade de controle. A concorrência se impõe aos capitalistas de tal forma que eles necessitam alterar a composição orgânica para produzir mais, se tornarem mais competitivos, aproveitando para ampliar o sobrelucro, enquanto a nova máquina incorporada não tiver contando no tempo de trabalho médio necessário, o que acontecerá, pois tal nova composição tende a se generalizar (Marx, 2017).

Nenhum capitalista emprega voluntariamente um novo método de produção, por mais produtivo que possa ser ou por mais que possa aumentar a taxa de mais-valor, quando esse novo método faz diminuir a taxa de lucro. Mas qualquer um desses novos métodos de produção barateia as mercadorias. Por isso, o capitalista as vende [as mercadorias] originalmente acima de seu preço de produção e, talvez, acima de seu valor. Ele embolsa a diferença existente entre os custos de produção e o preço de mercado das mercadorias restantes, produzidas com custos mais elevados. Ele pode fazer isso porque a média do tempo de trabalho socialmente requerido para a produção dessas mercadorias é maior que o tempo de trabalho requerido com o novo método de produção. Seu procedimento de produção se encontra acima da média do procedimento social, mas a concorrência o generaliza e o submete à lei geral. Tem-se, então, a queda da taxa de lucro – começando talvez por essa mesma esfera da produção e logo nivelando-se com as outras –, que é, portanto, total e absolutamente independente da vontade do capitalista (Marx, 2017, p. 304).

Traduzindo, basicamente: porque o capitalista incorporaria mais capital constante sabendo que este reduziria, em determinado tempo, a taxa de lucro? Ao incorporar a(s) nova(s) tecnologia(s), as quais os outros não possuem, o capitalista se aproveita delas para baratear suas mercadorias, eliminando a concorrência e obtendo, inicialmente, maior taxa de lucro. Mas esses procedimentos tendem a se generalizar e serem incorporados pelos demais adversários, que os submeterão à lei geral, eliminando qualquer vantagem, independente da vontade do capitalista individual. Aqui também é expressa a contradição basilar do capitalismo que se passa na esfera do privado (onde tudo é racionalizado, as decisões são tomadas tendo em vista adquirirem – os capitais privados – maiores vantagens na competição e concorrência com os demais). Ocorre que ao se sintetizarem – atenção, não se trata de soma, é uma síntese social das ações privadas – elas contribuem para erguer uma legalidade no plano econômico como um todo, que é: se criam forças produtivas demais, cresce demais a composição orgânica do capital total que já não conseguem produzir nem uma massa de mais valia suficientemente grande ou uma taxa de mais valia suficientemente grandes para valorizar a montanha de capitais investidos na forma de trabalho morto – capital constante – e trabalho vivo – capital variável.

Uma vez generalizada, a incorporação de novas tecnologias se faz necessária para fazer frente à nova circunstância da concorrência e assim sucessivamente, até gerar uma situação em que o aumento da composição orgânica do capital em geral potencialize a produção de mercadorias e bens de capital a um ponto em que já não é mais possível absorvê-los nas

condições de mercado geradas pela própria dinâmica de acumulação. Uma desproporção entre capacidade produtiva e capacidade de consumo se instaura e se expande, fazendo ruir as taxas de lucratividade do capital em geral. Sobrevém, assim, um período de crise.

“A luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores” (Marx, 2013, p. 702). Nesse sentido, não lhes restam alternativas que não acumular, expandir ou desaparecer; quando esse movimento natural do modo de produção é interrompido ou então é perturbado se dão as crises, algo que, certamente, em algum momento, irá ocorrer (Idem), pois se trata de uma lei de tendência.

Individualmente, cabe aos capitalistas de maior poder e astúcia sobreviver aos danos, reduzindo suas perdas, destarte, no computo geral. Os capitalistas, portanto, que tiverem maior condição de investimentos em capital constante, terão, portanto, maiores condições de sobreviver e crescer. Além do poder de que desfrutam em face da concorrência, os grandes capitais lançam mão do sistema de crédito para expandir o máximo possível seus domínios, incorporando e/ou destruindo capitais menores e com menos poder para enfrentar a disputa. Por isso, o sistema de crédito funciona como “[...] um gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais” (Marx, 2013, p. 702). A concorrência e o crédito são, pois, na perspectiva Marxiana, as alavancas mais poderosas da centralização no desenvolvimento da produção e acumulação, considerando o poder que possuem de incentivar e de gerar a expansão que se fizer necessária. Eis aqui um dos pontos nodais da teoria Marxiana que, partindo dos mesmos pressupostos dos economistas clássicos, isto é, da doutrina liberal da livre concorrência, chega a resultados opostos: para os liberais a concorrência “perfeita” gera o equilíbrio e evita a concentração/centralização dos capitais; para Marx, a concorrência mais perfeita gera as crises e a concentração/centralização do capital.

Nesse sentido, a centralização de capital, que se realiza mediante uma massa de capital cada vez maior, forma, portanto, uma união de poucos capitais maiores, que somados se tornam carteis, trustes etc. de capitais existentes. Desse modo, operam conjuntamente em “[...] condições de ampliar a escala de suas operações” (Marx, 2013, p. 703), ao passo que criam as condições para as revoluções na composição técnica do capital às custas de sua parte variável.

Essa caracterização remete à produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, como importante efeito desse modo de produção sobre a classe trabalhadora. No momento, cabe frisarmos que a conversão de capitais menores em capitais maiores e a concorrência que se impõe nas disputas entre burgueses demonstram que isso ocorre

naturalmente e se deve acirrar em contexto de crise. Não esqueçamos que as crises ainda se dão na agudização das contradições entre a unidade do diverso, a unidade dialética de dois momentos singulares – a produção e circulação de mercadorias; é somente nas crises que a unidade do diverso se resolve, isto é, a disrupção entre os dois momentos encontra seu equilíbrio. As crises surgem assim como resultado das contradições inerentes ao processo de acumulação, mas também como resolução temporário de tais contradições – empurrando-as para a frente.

O restabelecimento das condições saudáveis da produção capitalista na dinâmica concorrencial e nas crises envolve “[...] uma inativação, até mesmo uma destruição parcial de capital, no montante de valor de todo o capital adicional  $\Delta C$  ou de uma parcela dele” (Marx, 2017, p. 36). Isso, sem que as perdas sejam distribuídas, devendo ser decididas na concorrência, distribuídas desigualmente, conforme as posições já conquistadas pelos capitalistas individuais, “[...] de modo que um capital se vê inativado, outro destruído, um terceiro experimenta apenas uma perda relativa ou sofre apenas uma desvalorização transitória etc.” (Marx, 2017, p. 293).

A luta concorrencial, portanto, é inevitável. E a crise nessa dinâmica de acumulação está sempre à espreita. Há convergências quando se tem interesses comuns e há divergências quando da socialização, portanto, das perdas. Essa lógica, já denunciada por Marx, ganha corpo no neoliberalismo, pois estamos diante da *barbarização* desse modo de produção, em cuja política repousa os mais variados modos de organização dos segmentos dessa classe, na disputa pelo Estado, pelo fundo público e pelas ações políticas anticíclicas, despidas de critérios sociais.

### ***3.2 A Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro***

#### ***3.2.1 O conceito de queda tendencial da taxa de lucro em Marx***

Aponta Marx (2017, p. 27) que “[...] O processo de produção capitalista consiste essencialmente na produção de mais-valor, representado pelo mais-produto, ou na alíquota das mercadorias produzidas, na qual o trabalho não pago está objetivado”. Uma estudiosa de sua obra, a professor Virgínia Fontes (2021), explica que o aumento da massa de mercadorias – mantendo, diminuindo ou não crescendo novos trabalhadores, com relação ao montante de capital constante empregado, transforma-se em um monstruoso aumento do mais-valor ou da exploração da força de trabalho. E não se deve, diz Marx (2017), atribuir à produção aquilo que ela não é: interessada na criação de “meios de desfrute”, mas sistema cuja finalidade direta é a conversão de parte desse mais-valor em capital.

Dessa forma, por conseguinte, o que interessa para os capitalistas individuais e para a classe dos capitalistas em geral é a valorização do valor, o aumento da acumulação, fazendo com que persigam, permanentemente, o aumento da sua composição orgânica. Esse processo, que se dá mediante a incorporação, em escala cada vez maior, de capital constante, que se torna capital acumulado, universalizando-se entre os concorrentes, reduz, barateia, o preço das mercadorias (Fontes, 2021). E mesmo que, analisou Marx (*apud* Fontes, 2021), cresça a mais-valia, tende a cair a taxa de lucros, pois o cálculo entre todo o capital dispendido, transferência de mais-valor, e o lucro obtido tende a cair, mesmo vendendo-se mais mercadorias. Assim, conclui-se: a massa de lucro certamente se eleva, mas a taxa cai!

Estamos diante de contradições imanentes e, portanto, permanentes do capital, até aqui sistematizadas em, no mínimo, dois elementos: 1) o aumento da massa de mercadorias, mediante a incorporação de capital constante e a ampliação da mais-valia expropriada dos trabalhadores, ainda que faça crescer a massa total de lucros, não significa aumento da taxa de lucros (Marx, 2017 *apud* Fontes, 2021); 2) Para que a espoliação do trabalho se realize em sua totalidade, ela necessita se objetivar, o que só ocorrerá com a venda total dos produtos, com o consumo das mercadorias. E em face desse condicionante, como já argumentado, a dinâmica de acumulação gera sempre mais potência produtiva de capital e mercadorias do que capacidade de absorção ou consumo no mercado.

Tem-se posto que ao incorporar mais maquinarias, maior tecnologia (inclusive), o capital reduz a necessidade proporcional de força de trabalho (como já explicamos ao tratar do processo de acumulação). As mercadorias se tornam mais baratas, na medida em que – dado o aumento da produtividade – a massa de valor gerada pela força de trabalho pode crescer, mas nunca na mesma proporção da massa de mercadorias que gera, razão porque um quantum menor de valor é inserido nas mercadorias individuais; daí resulta seu barateamento no mercado. Ainda que estejamos diante do caráter ilimitado do processo produtivo no capitalismo, com uma cada vez maior quantidade de mercadorias produzidas, isso significa que a massa de mais-valia pode até continuar ou crescer, mas não necessariamente a taxa de lucro acompanhe essa mesma lógica.

A taxa de lucro, destarte, dependendo de cada contexto ou diante de determinadas circunstâncias, pode vir a crescer ou não; não necessariamente ela crescerá. O que Marx (2017) identifica é que ele vivencia de forma constante uma pressão tendencial à queda, pois são cada vez maiores os montantes de capitais investidos em novas tecnologias e maquinarias, ampliando o valor total do capital investido (algo de grande proporção na fase atual da indústria 4.0). Sobre o assunto, esclarece Marx, considerando a alteração da composição do capital no capitalismo:

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente [...]. A tendência progressiva da taxa de lucro à queda é, portanto, uma *expressão, peculiar do modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho (2017, p. 273) (grifo do próprio Marx).

Ainda que a taxa de lucro decresça, isso não significa que o trabalho vivo tenha diminuído, nem tampouco a massa de mais-trabalho por ele apropriado. Marx argumenta (2017, p. 254): “[...] A proporção se altera não porque diminui a massa do trabalho vivo, mas porque aumenta a massa do trabalho já objetivado que aquele põe em movimento”. E acrescenta: “[...] A diminuição é relativa, não absoluta e de fato tem a ver com a grandeza absoluta do trabalho e do mais trabalho postos em movimento” (Ibidem). A queda da taxa de lucro emana não dessa diminuição absoluta, mas do aumento de capital constante em relação ao capital total investido.

Se antes você produzia com 20 trabalhadores 40 unidades, passe-se com a mesma quantidade de trabalhadores, mediante maior incremento tecnológico, a produzir 45, 50... Isso significa que foram dispensados vários trabalhadores, que outrora seriam necessários caso se quisessem ampliar na mesma grandeza o número de mercadorias fabricadas. E mesmo que o número absoluto de trabalhadores aumente (nem sempre, porque se pode vir a produzir 50 com 18, por exemplo, ao invés de 20, resultando em uma redução absoluta), uma superpopulação relativa ou exército de reserva é acelerado pela própria dinâmica desse processo de acumulação.

Marx expõem elementos fundamentais para compreendermos a crise do capital, ainda que a queda da taxa de lucro não seja a sua causa, como muito acertadamente argumenta o professor Marcelo Carcanholo, já exposto. Ainda que estejamos diante de um cada vez maior desenvolvimento das forças produtivas, o capital não tem como se livrar dessa característica tendencial de queda da taxa de lucro diante do incremento necessário – frente a concorrência e a concentração de capital, de novas tecnologias, progressivamente mais caras. Sob tal lei, situa Fontes (2021), a cada movimento de queda, o capital amplia a exploração da força de trabalho.

Como já inferimos, o próprio processo de acumulação, mesmo ao aumentar a massa de trabalhadores, a medida em que expande os investimentos em capital constante, ao empregar por exemplo, “[...] um capital de 100, a parte destinada aos meios de produção tende sempre a aumentar, ao passo que a destinada ao trabalho vivo tende a diminuir [...]” (Marx, 2017, p. 253). A dinâmica de acumulação desenvolve as forças produtivas de modo crescente, exigindo também processos de trabalho crescentes, gerando um número de operários em escala sempre

maior (ainda que diminuto em relação ao capital constante), explicando que a taxa de mais-valor e o lucro, por consequência, aumente, ainda que a taxa lucro, por sua vez, caia (Ibdem).

Marx apresenta esse efeito duplo, o qual se afirma na lei da acumulação, a saber:

[...] com o progresso do modo de produção capitalista, o mesmo desenvolvimento da força produtiva social do trabalho se expressa, por um lado, numa tendência à queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, no aumento constante da massa absoluta do mais-valor ou do lucro apropriado; de modo que, em geral, ao decréscimo relativo de capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos. [...] esse efeito dúplice só se pode representar num aumento do capital total em progressão mais acelerada que aquela na qual diminui a taxa de lucro. No caso de uma composição mais alta ou um aumento relativo mais intenso do capital constante, o emprego de um capital variável acrescido em termos absolutos requer que o capital total aumente não só na proporção da composição mais alta, mas com rapidez ainda maior. Disso se segue que, quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, uma quantidade cada vez maior de capital é requerida para ocupar a mesma força de trabalho e, mais ainda, para ocupar uma força de trabalho crescente (2017, p. 261).

Desse modo, compreende-se que o processo produtivo ilimitado do capitalismo gera uma superpopulação relativa de trabalhadores cada vez maior e permanente. Se antes, explica Marx, o capital investido em força de trabalho era a metade do valor total e passa a ser 1/6, obviamente para empregar a mesma força de trabalho, o capital teria que ser triplicado. Além do mais, o capital tenta compensar esse efeito de queda, essa lei tendencial ampliando a o mais-valor expropriado da força de trabalho (seja pelo alongamento ou intensificação da força de trabalho, seja pela redução dos salários etc.), bem como por meio de outras contratendências.

### ***3.2.2 As causas contra-arrestantes à queda da taxa de lucro***

Importa salientar, nessa altura de nossa argumentação, que a queda da taxa de lucros não trata de uma *couraçado de ferro* ou algo que se ponha em toda e qualquer conjuntura em função do incremento de capital constante. O fato de ter sido apanhada como *lei de tendência* por Marx ensejou e ainda enseja várias críticas precisamente porque podem ocorrer lapsos de tempo bastante longos, ou ciclos longos de acumulação, em que a referida lei parece não estar presente. Mas, como já argumentado, é precisamente nos ciclos de expansão puxada pelo incremento dos investimentos em meios de produção em proporções, geralmente, maiores do que os investimentos em capital variável (força de trabalho), que a lei é atualizada e ganha musculatura na essência mesma da dinâmica expansionista até que em um dado momento explode e mostra-se totalmente como *lei de tendência*. A este respeito, Reinaldo Carcanholo argumenta acerca das críticas feitas a Marx:

É importante reiterar aqui que a tendência tem como contraparte as contratendências, e que elas podem, durante períodos mais ou menos longos, dominar aquela. Dessa maneira, a taxa geral de lucro pode perfeitamente apresentar períodos de crescimento sem que se negue a existência da tendência. Adicionalmente, não é fora de propósito, em situação concreta, encontrar momentos em que ocorra não só o crescimento sobre os níveis anteriores, mas um verdadeiro salto circunstancial da taxa de lucro, de maneira que a nova rentabilidade do capital passe de certo nível, relativamente baixo, para abruptamente alcançar outro mais elevado. (Carcanholo, R, 2011, p. 85).

No capítulo 14, da seção 3, do livro III d'O capital, Marx se detém na exposição de seis *causas contra-arrestantes* que atuam contrárias à queda tendencial da taxa de lucro do capital: I) *Aumento do grau de exploração do trabalho*, II) *Compreensão do salário abaixo de seu valor*, III) *Barateamento dos elementos do capital constante*, IV) *A superpopulação relativa*, V) *O comércio exterior* e VI) *O aumento do capital acionário*. Quando Marx (2017) expõe tais relações de contratendência, segundo Fontes (2021, s/p), ele demonstra, fortemente, o capital e sua prática, forma/conteúdo, “[...] como relação social, globalizante e totalizadora, que submete o conjunto da população às condições dramáticas da reprodução ampliada do próprio capital”.

*Por que ela [taxa de lucro] não cai ad eternum?* – já expusemos a indagação de Carcanholo (2017). Esta, inclusive, é a mesma problematização que, a seu modo, fundamenta Marx no início do capítulo 14 a que fizemos referência – livro III d' O capital, nomeado de *Causas contra-arrestantes*. Essa dinâmica, que se acentua em períodos de crise do capital, cuja a forma se expressa nessa Lei, bem como na superprodução de mercadoria, entre outros, torna ainda mais grave, penosa e dramática a sobrevivência de trabalhadores(as) sob o julgo dessa acumulação.

Exporemos brevemente os efeitos de algumas dessas intituladas por Marx (2017) *causas contra-arrestantes*, que por vezes chamaremos de contratendências – em referência a *lei tendencial da queda da taxa de lucro*. Aqui, iremos apenas situar alguns dos principais elementos que impactam na classe trabalhadora, por conceber que quer na expansão quer na crise o capital cria e recria constantemente formas de exploração dos trabalhadores, pois é sobre esta base que o capital se reproduz ao longo do tempo.

Posto que o aumento do grau de exploração do trabalho consiste em uma estratégia importante de reduzir as perdas do lucro no computo geral, isso se dará de forma a aumentar apropriação de mais-valia ou do mais-trabalho no processo produtivo, prolongando a jornada de trabalho e/ou intensificando o trabalho (Marx, 2017). Além de reduzir o capital variável em relação aos investimentos em capital constante e, proporcionalmente, em relação à grandeza de

trabalho posto em movimento, essa força de trabalho diminuta fica condicionada aos ditames de um processo produtivo forçosamente mais intenso, longo (extenso) e desgastante de trabalho.

Outro efeito importante, que também se acondiciona na plataforma do crescimento do exército industrial de reserva (cada vez mais ampliado a partir da alteração da composição orgânica do capital), consiste na compressão dos salários para baixo do seu valor. Com destaca Fontes (2021, s/p): “[...] Marx vai dizer que esse tema pertence a concorrência, mas é uma das causas mais significativas de contenção da tendência de redução da taxa de lucro. A compressão do salário abaixo do seu valor significa usar mais rapidamente a vida do trabalhador, desgastar aceleradamente a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras”. Assim, a compressão dos salários abaixo do valor da força de trabalho apresenta-se, sempre, como resultado da concorrência e também como eficaz mecanismo político de extração de maiores quantidades de sobretrabalho. Esse processo de *superexploração* da força de trabalho não se trata de algo externo à luta de classes, mas processa-se precisamente por meio dessa luta, e é amplamente protagonizado tanto pelos capitalistas individuais, como pela classe capitalista como um todo. Para tanto, o Estado é instado a cumprir importante e decisiva função no estabelecimento das condições ideológicas, políticas, legais e institucionais na imposição desse estado de coisas sobre a classe trabalhadora. Nos momentos de crises a função estruturante do Estado na garantia da exploração e superexploração da força de trabalho se expressa solenemente sob a luz do dia e pode ser observada empiricamente por qualquer pessoa.

O interessante é que Marx ao tratar desses assuntos nos remete às contratendências e, ao mesmo tempo, como duas faces de uma única moeda, à *Lei geral da acumulação*. No livro I, capítulo 23 – O capital, Marx (2013, p. 711) expõe que o interesse do capitalista é extrair uma quantidade maior de trabalho de um número cada vez mais reduzido de trabalhadores, de forma a explorar intensiva e prolongadamente as forças de trabalho individuais. Sem recrutar mais trabalhadores, argumenta o autor, põem-se mais trabalho em movimento, acelerando a criação de uma superpopulação relativa, que avança dentro da mesma lógica da revolução técnica. Acrescenta o autor:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capital individual, ao mesmo tempo que acelera a produção de um exército industrial de reserva num grau correspondente ao da acumulação. [...] *Grosso modo*, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. (Marx, 2013, p. 712, grifo do autor).

Nessa seara, a exploração do trabalho consiste em uma força inalienável, parte da lei da acumulação e forma de balanceamento dos efeitos da queda da taxa de lucro, sendo, desse modo, condição de sobrevivência (em momento de estagnação e crise) e reprodução do capital. E a diminuição salarial, outra importante estratégia para a recomposição declinante da taxa, se torna fundamental quando do movimento declinante dos lucros, exaurindo os(as) trabalhadores:

[...] dizima pouco a pouco a população trabalhadora, de modo que, em relação a ela, o capital se torna novamente superabundante, ou, como outros explicam, a baixa salarial e a correspondente exploração redobrada do trabalhador aceleram, por sua vez, a acumulação, ao mesmo tempo que o salário baixo põe em xeque o crescimento da classe trabalhadora (Marx, 2013, p. 713).

Essa exploração do trabalho, como causa contra-arrestante, portanto, envolve a extensão do tempo de trabalho, o barateamento dos salários, o dispêndio cada vez maior da energia dos trabalhadores, ainda que com a mesma jornada; a redução do número de trabalhadores por maior incorporação de capital constante etc. Diante das crises cíclicas, que, como vimos, fazem parte da trajetória do capitalismo, são regulares e necessárias, tem-se que esse processo da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras tende a se aprofundar em cada contexto sócio-histórico, à medida, inclusive, que essa taxa de lucro decresce e sobretudo tendo em vista a dificuldade que ela desenvolve em recobrar patamares anteriores de lucratividade, como veremos ao analisar os gráficos no tópico a seguir, a partir da crise econômica de 1960/70.

Não obstante, o que o neoliberalismo criou foi a oportunidade, com a reestruturação produtiva e outras medidas anticíclicas, de pôr em prática em escala global uma mais intensa e prolongada exploração do trabalho, no limiar de uma alteração importante, com o advento de um maior grau de tecnologia (nunca antes vista, com a indústria 4.0 e, hoje, 5.0), da composição orgânica do capital, alcançada pelo desenvolvimento contemporâneo das forças produtivas. É dentro dessa lógica que, com outras características do capitalismo nessa fase atual – e o nome dela, inclusive, aponta Carcanholo (2018), é o que menos importa – busca-se reverter as crises.

Até então, é relevante situarmos que como manifestação da crise, a queda da taxa de lucro é tencionada para cima pelas causas contra-arrestantes, ao mesmo tempo que, quando ela se torna abrupta (tendo em vista os limites inclusive naturais e políticos das contratendências – limite de horas totais possíveis para a exploração do trabalho, limite do desgaste físico e da pronta substituição de trabalhadores etc.), de forma contraditória, as medidas vão requerer, entre outros, aprofundar a exploração do trabalho. O que os teóricos capitalistas tentam ignorar é que a mesma causa que determina a acumulação acelerada do capital gera a queda da taxa de lucro.

A terceira causa de contratendência consiste no barateamento dos elementos do capital constante – máquinas, equipamentos e matérias primas. Considerando que cresce esses custos em relação ao capital total investido, tornando-se progressivamente mais elevados. Barateá-los, portanto, se torna fundamental para reduzir as perdas no computo final.

Um quarto ponto, a que inclusive já citamos, diz respeito à superpopulação relativa, que está ligada à alteração na composição orgânica do capital em, no mínimo, dois movimentos: um, a “[...] aceleração da acumulação, levando a uma massa crescente de capitais acumulados, por um lado, e dois, a uma dispensa permanente de trabalhadores absoluta e relativa” (Fontes, 2021, s/p). Ou seja, a incorporação de novas forças produtivas expulsa a força de trabalho quer pela via do desemprego direto quer pelo não emprego das pessoas que poderiam estar no processo de produção caso se mantivesse o patamar anterior de desenvolvimento tecnológico.

Em se tratando do comércio exterior, quinto ponto elaborado por Marx (2017), ele diz respeito a necessidade que possui o capital de encontrar espaços de valorização e se espriar internacionalmente. Nesse quesito, Marx previu um processo de expansão *sui generis* muito expressivo, inclusive fornecendo bases para a compreensão da expansão e interconexão do capital em escala mundial que marca o capitalismo contemporâneo e que a literatura chamou de *globalização*. Com vista a manter e até ampliar a taxa de lucro, o capital pode explorar matérias primas em condições muito mais favoráveis para si – e dramáticas para os povos periféricos e para as classes trabalhadores de tais regiões – mundo afora. No mesmo diapasão da mundialização, o capital encontra meios de baratear também a própria força de trabalho, operando em diversas paragens do mundo, explorando mão de obra abundante e sequiosa pelo assalariamento em regiões periféricas, bem como consegue alargar mercados de consumo; com isto, grandes montas de capital são economizadas para o investimento em tecnologias cada vez mais avançadas.

A criação de um mercado mundial é um processo crucial para o capital e Marx já havia identificado isso no século XIX: esse seu *movimento de expansão internacional*. Afinal, ele precisa dar vazão a uma massa crescente de mercadorias e necessita encontrar espaços de valorização do capital, além de encontrar em nações menos desenvolvidas as condições para aumentar a espoliação da força de trabalho e a exploração das matérias primas em riquezas naturais, como foi no caso das colônias, exemplifica Marx. Algo verossimilhante foi imputado aos países dependentes, como na América Latina e África, na divisão internacional do trabalho.

Nessas práticas, o capital identificou a produção de um lucro extraordinário, em que ele pode em lugares de baixo desenvolvimento e densidade tecnológica obter taxa de lucro mais

alta (Marx, 2017). Algo que se alargou para todos os espaços, quase sem interposição de barreiras, fomentando e a divisão internacional do trabalho.

Já o último ponto de contratendência destacado por Marx (2017) equivale ao capital por ações. Ainda que o autor não tenha se detido no assunto, ele é de suma importância no capitalismo contemporâneo e se liga em parte ao ponto anterior. Marx (2017, p. 279) afirma que “[...] dada a aceleração da acumulação, uma parte do capital só pode ser acumulada e empregada como capital portador de juros”. Não nos detenhamos na análise sobre juros, lucros, dividendo e renda da terra, visto sugerimos para tanto a leitura do capítulo. Apontemos para esse ponto de contratendência no desdobramento de sua complexidade interna.

Afinal, no capitalismo contemporâneo, estamos diante de uma expansão do mercado financeiro, com a incorporação de diversos e amplos produtos financeiros e de derivados. No capítulo anterior já expusemos como o capital por ações, no campo do mercado financeiro, foi se autonomizando/substantivando ao adquirir as propriedades do capital fictício. Essa mudança da lógica de acumulação, fortemente expandida após a crise de 1960/1970, se configurou como forma do capitalismo encontrar e aprofundar espaços de valorização para uma massa de capital superacumulada – isso acaba ainda por expressar a natureza contra-arrestaste do capital fictício.

Marx, desse modo, contribui para avaliarmos alguns dos elementos fundamentais do funcionamento do capital, tendo em vista, até mesmo, que essas causas de contratendência se aprofundam ou se exasperam quando das crises, que são “[...] nada mais são que o reflexo do capital que procura valorizar-se para além das próprias condições que ele tem de realizar o mais-valor produzido crescentemente [...]” (Carcanholo, 2021, p. s/p). A crise, esclarece Carcanholo (2021), é de *superprodução do conteúdo-capital* (esse é seu conteúdo) – capital em excesso, de forma que a valorização (insustentável) se *desvaloriza*, reduzindo a taxa de lucro.

Vamos finalizar nossa incursão sobre os pontos de contratendência ratificando que 1) não se trata de defender a queda da taxa de lucro como causa da crise, mas de reconhecer a sua importância essencial para o então entendimento das crises no capitalismo; 2) os dados organizados por pesquisadores como Michael Roberts e Aldemir Marquetti – que iremos abordar ainda neste capítulo, possibilitam visualizarmos a evolução dessa problemática para o capital e 3) a crise é, certamente, como nos diz Carcanholo (2021, p. s/p), “[...] uma das principais contratendências à queda da taxa de lucro!”, com vistas a recompor os seus ganhos. Nessa direção, afirma o pesquisador e professor da Universidade Federal Fluminense:

[...] as crises como uma tendência necessariamente resposta de tempos em tempos no transcorrer da acumulação, constituiu-se na principal contratendência do capitalismo à queda da taxa de lucro! A crise no capitalismo cumpre uma funcionalidade, superar (*aufhebung*) ciclicamente a tendência a queda da taxa de lucro. Por isso também o caráter regular e necessário das crises no capitalismo. Por mais surpreendente que possa ser essa conclusão, basta seguir a leitura do capítulo 15 do livro III, que Marx é explícito: ‘A desvalorização periódica do capital existente, que é um meio imanente ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação do valor de capital mediante a formação de capital novo, perturba as condições dadas nas quais se consoma o processo de circulação e reprodução do capital e é, por isso, acompanhada por paralisações súbitas e crises do processo de produção’ (Marx, 2017: p. 289). E mais adiante, ‘O limite do modo de produção capitalista se manifesta: ‘. No fato de que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho gera, com a queda da taxa de lucro, uma lei que, em certo ponto, opõe-se do modo mais hostil ao desenvolvimento dessa força produtiva e que, por isso, tem de ser constantemente superada por meio de crises...’ (Marx, 2017, p. 297). (Carcanholo, 2021, s/p).

Desse modo, é fato que a discussão sobre as crises contribui para analisarmos os desdobramentos da sua regularidade e da sua necessidade na lógica (expansão e depressão) do sistema de acumulação capitalista. Ainda que não seja a causa, a queda tendencial da taxa de lucro, assim como a super acumulação, são categorias essenciais para compreendermos como a crise econômica se manifesta e, com base nessa prerrogativa, sem que nos detenhamos em possíveis equívocos de cálculo, apresentaremos a crise econômica de 1970 em Ernest Mandel e, em seguida, nos dados que vem sendo produzidos por Michael Roberts e Adalmir Marquetti, por consideramos que são acertadamente ilustrativos quanto à atualidade do assunto em Marx.

### **3.2.3 A crise 1960/1970 na análise de Ernest Mandel**

O importante pesquisador e militante socialista sueco Ernest Mandel foi um dos mais proeminentes na aplicação da teoria Marxiana para analisar as crises capitalistas sob um ponto de vista teórico e, inclusive, a crise dos anos 1960/70, incorporando uma quantidade de dados e fatos da conjuntura daqueles anos. Em seu livro *A crise do capital: os fatos e sua interpretação Marxista*, ele trata a recessão generalizada do capital de 1974/77 como uma crise clássica de superprodução. O caráter clássico dessa recessão, segundo ele, se expõe na medida em que avaliamos dois traços importantes da conjuntura de longo prazo, que seriam: a queda tendencial da taxa de lucro, anterior ao encarecimento do petróleo depois da *Guerra de Kippur* e, por segundo, a superprodução constante, que impôs a expansão da capacidade ociosa no todo das economias mais desenvolvidas àquela época. O autor reafirma que não se trata de fatores exógenos, mas constitutivos deste sistema, a saber:

[...] Trata-se de explicar em que essas recessões e as fases de depressão - de retomada hesitante, desigual e não-cumulativa - que lhes seguem não são nem o resultado do acaso nem o produto de elementos exógenos (“a alta do preço do petróleo”; “a luta de libertação dos povos do Terceiro Mundo”; “o comportamento irracional dos sindicatos”; “as reivindicações salariais dos trabalhadores, que se antecipam à inflação”). Elas correspondem, ao contrário, à lógica imanente do sistema - embora fatores exógenos ou acidentais desempenhem evidentemente um papel nas particularidades de cada ciclo. (Mandel, 1990, p.07)

Nessa mesma perspectiva, todos os autores aqui assinalados ratificam a teoria das crises periódicas e do ciclo industrial como partes do processo de reprodução do capital, ainda que a teoria das crises em Marx seja uma das discussões mais polêmicas da sua obra. Apesar das dissonâncias, esse debate em torno das crises do capital, segundo Mandel (1990), coloca-nos, a todos, diante de contradições inerentes ao capitalismo como sistema social, que resultam, por exemplo, em desemprego massivo e outras ofensivas deletéria aos(as) trabalhadores(as); algo tão devastador quanto a miséria no terceiro mundo, com ameaças cada vez maiores às liberdades democráticas e à paz global.

A crise de que se vinha acumulando desde meados da década de 1960 e se expressou de forma disruptiva em 1974-1976 foi uma das mais graves desde o pós-guerra, pois ela se deu de forma síncrona em todas as grandes potências mundiais. Mandel destaca que as crises de menor proporção que ocorreram anteriormente a esta (como a dos EUA em 1960, do Japão em 1965 ou da Alemanha Ocidental em 1966/67), geraram, à parte, recuperação em decorrência da dessincronização do ciclo industrial, pois as economias expandiam-se, exportando para países que escapavam da crise. Em 1974/75, ao contrário, todas as potências mundiais haviam sido golpeadas (sincronização do ciclo industrial internacional) pelos efeitos da retração econômica.

A Alemanha, lembra Mandel (1990), conseguiu retardar, à época, por um semestre a crise devido às exportações, mas não por muito tempo – dois semestres depois vivenciavam a estagnação e no primeiro trimestre de 1975, a queda das exportações. A mesma inserção da economia alemã na internacionalização que a tinha induzido a acreditar que se sairia ileso da crise, a fez ter que reconhecer a sua gravidade ao invés de atenuá-la. Algo verossimilhante foi o que ocorreu no Brasil, quando o presidente Lula da Silva subestimou a crise mundial de 2008, dizendo se tratar de uma *marolinha*, confiante em algumas iniciativas anticíclicas e na excelente performance dos exportadores de *comodities* que se encontravam sobrevalorizadas no mercado internacional.

Em seguida, pouco tempo depois, como vimos no capítulo anterior, Lula, assim como ocorreu com o chanceler Alemão Helmut Schmidt, que discursou aos metalúrgicos em 1974, dizendo ser embaraçoso a constatação de que a economia alemã se portava bem em

comparação com as demais economias internacionais (Idem); teve que recuar. Embora sejam dois fatos e épocas distintos, ambos contemplam bem uma outra nuance da crise a ser registrada – o fato de que não se pode antecipar com precisão um exato momento de crise e recessão, bem como não é possível prevêê, tampouco, o ritmo e a intensidade do crescimento nem da recessão (Carcanholo, 2017). Não obstante, devemos observar suas expressões, época e o cenário.

Essas observações não se devem deixar levar por causas que não sejam puramente acadêmicas, alerta Mandel. Mandel (1990) aponta que *a sincronização internacional do ciclo industrial*, da produção, que, de modo nada fortuito, resultou da expansão precedente aos anos de 1970, tendo sofrido um impulso poderoso do avanço das forças produtivas, sob a forma de uma concentração e centralização internacionais do capital cada vez mais avançadas. Uma das sérias contradições reside nas restritas tratativas dos Estados nacionais em aplicar políticas anticíclicas, por estarem – mesmo que a produção não esteja, limitadas as suas fronteiras locais.

Outra resposta contraditória consistiu em tentativas de controlar as crises periódicas que já vinham ocorrendo há mais de 25 anos, o que se deu mediante a expansão do crédito e a expansão monetária (Mandel, 1990). Para Mandel (1990, p. 12), o esforço para reduzir sua amplitude (das crises), ainda que sendo incapaz de eliminar seu desencadeamento na longa fase de expansão do pós-guerra, gerou “[...] o aparecimento dos *ciclos de crédito* parcialmente autônomos com relação ao ciclo industrial, que procuravam ‘compensá-los’”. Todavia, como o Estado, o Banco central e a moeda eram nacionais, tais ciclos de crédito eram dessincronizados.

Ainda assim, a longo prazo tais técnicas anticrise são inflacionárias, alerta Mandel. A política de expansão monetária a cada cinco ou seis anos produz uma aceleração da inflação mundial. A implantação de políticas antinflacionárias simultâneas nos países, segundo o autor (1990), foram responsáveis por estimular a nova sincronização internacional do ciclo industrial:

[...] A partir do momento em que a inflação se acelerou em todos os países imperialistas e levou ao desmoronamento do sistema monetário internacional – simbolizado pela proclamação da inconvertibilidade do dólar em ouro –, todos os governos imperialistas foram obrigados a aplicar simultaneamente uma política antinflacionária, mesmo que apenas de pressão da concorrência. Daí um novo impulso à sincronização internacional do ciclo industrial. (Mandel, 1990, p. 12-13)

Portanto, diante do esgotamento expansivo pós-guerra, as condições se tornaram mais graves, dos países imperialista entre si e entre eles e os países semicoloniais e dependentes (Mandel, 1990). As fases prósperas ficariam mais curtas (a de 1972/73 teria sido, em larga medida, de acordo com Mandel, especulativa), ao passo que as fases de estagnação (ou até de

recessão) se alargariam. Isso, de todo modo, situa Mandel (1990), acelerou a sincronização do ciclo internacional industrial, com o aprofundamento dos desdobramentos dessa crise por anos.

A recessão que se generalizou após a onda longa de expansão, iniciada precisamente nos Estados Unidos da América em 1940 e na Europa Ocidental e no Japão em 1948, duraria até 1960. Após, o que se observou, destaca Mandel (1990), foi o seu esgotamento por meio de uma taxa decrescente de crescimento – de uma diminuição durável do crescimento econômico. Não se encontraria, desde então, a febre expansiva desses dois decênios – desses anos gloriosos. Isso se somou a uma crise de conjunto, simbolizado pelo *Maió de 1968* na França, pelo *Maió rastejante* na Itália, pela *revolução portuguesa de 1974/1976* e pelas lutas operárias na Inglaterra e na Espanha, que se estenderam sobre a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos. Esses eventos se deram no mesmo contexto das flutuações e de uma recessão generalizada relativa a uma crise clássica de superprodução – uma confluência de fatores interligados em sua *multicausalidade*<sup>34</sup>.

Mandel (1990) esclarece sobre a amplitude da crise de 1974/1975 que, embora tenha sido tão intensa quanto a 1929/1930, a redução da produção industrial foi mais modesta na segunda do que na primeira, mesmo que o desemprego tenha sido mais agressivo nesta última. Como o desemprego cresceu enquanto a produção se manteve constante? Devido a dois fatores, esclarece: 1) a terceira revolução tecnológica desenvolvida nos países imperialistas e 2) a incorporação, no período de expansão, de uma massa de trabalhadores mal paga (mulheres, jovens e imigrados) aptas a serem expulsas da produção quando de uma virada da conjuntura.

Assim, não é nada espantoso que tal expulsão [massiva dos trabalhadores do setor de produção] se tenha efetivamente produzido em grande escala no curso da recessão de 1974/75, levando a esses três setores do proletariado [mulheres, jovens e imigrados de países periféricos] taxas de desemprego muito mais elevadas do que para operários e empregados masculinos adultos, autóctones [naturais do país] e pais de família. (Mandel, 1990, p. 16-17).

Desse modo, vamos deslindando as características expansivas do capital, consoante Marx, no contexto específico da conjuntura que permeou a crise de 1974/1975. Além disso, é

---

<sup>34</sup> Ernest Mandel é considerado o teórico da multicausalidade em relação ao conceito de crise do capital, que teria como causa fenômenos como a queda da taxa de lucro, a superprodução e a superacumulação. Mandel concordava com Marx que o capitalismo tende a aumentar a composição orgânica do capital (mais investimento em máquinas e tecnologias do que em força de trabalho), o que reduz a taxa de lucro ao longo do tempo, gerando após "longas ondas" de expansão capitalista, crises com durações também mais longas. Outro fenômeno, o da superprodução, diz respeito a dificuldade da mais-valia se realizar no sistema de circulação de mercadorias, em decorrência também da superprodução, que consiste num processo de produção bem superior ao que o mercado pode absorver. Carcanholo, ainda que reconheça as contribuições de Ernest Mandel para o debate sobre o capitalismo e as crises, aponta que essa teoria camufla a sua real causa, que está relacionada à própria dinâmica do sistema de acumulação do capital, como iremos expor neste capítulo. Ainda que sejam fenômenos da crise, não são sua verdadeira causa.

possível verificar uma outra característica desse momento de crise, que se intensificou, à época, e se coloca como recorrente nos momentos de recessão – a inflação. Essa não foi reabsorvida pela superprodução, tendo, de fato sido intenso o aumento do custo de vida em comunhão com a eclosão do desemprego massivo, culminando, logo, na redução do poder de compra das amplas massas consumidoras (Idem).

Mandel (1990) elucida que essa dinâmica do crescimento inflacionário impõe maior pressão sobre os Estados por políticas deflacionárias. Aqui se coloca posto a dimensão política deflagrada pela pressão dos trabalhadores, porque uma política anticíclica exigiria uma expansão maior do crédito e da massa monetária, todavia a pressão se torna tal ponto forte que nenhum governo imperialista ousou naquele momento aplicá-la em larga escala. Esse ponto é interessante, porque demonstra o poder de tensão quando a economia afeta dramaticamente a realidade de vida do povo, assumindo o Estado intermediar e amortecer os conflitos de classes.

Como havíamos já sinalizado no próprio Marx (2013), o capitalismo se expande de tal forma que se intensifica, no campo da concorrência, a concentração e a centralização de capitais. E a existência dos monopólios e oligopólios tendem a controlar os preços dos setores, mesmo quando se dispõe de um enorme estoque de mercadorias não vendidas e de ociosidade de produção fabril e de bens de consumo, explicando o aumento sobremaneira do custo de vida (Mandel, 1990) e escancarando as vísceras desse sistema, cujo princípio almejado é o lucro.

[...] Estes [monopólios] podem, até certo ponto, suprimir a concorrência pelos preços e mesmo aumentá-los no caso de uma queda da taxa de utilização de sua capacidade produtiva, a fim de compensar a alta dos custos fixos por unidade produtiva, que resulta das mercadorias não vendidas ou da subutilização da capacidade instalada. Conseguem, assim, manter suas margens de lucro e evitar uma queda demasiado catastrófica da taxa de lucros. Mas não podem conseguir isso senão com a cumplicidade dos governos, dos bancos centrais e do sistema bancário em seu conjunto, que continuam a inflar a massa monetária em razão das necessidades dos monopólios, apesar de todos os grandes juramentos sobre a ‘prioridade de lutar contra a inflação’. (Mandel, 1990, p. 17-18).

Mandel (1990) destaca que caso a alta dos preços das mercadorias não se efetivasse, isso não significaria uma crise de superprodução menos dramática ou curta. O autor exemplifica que nas crises de 1920/21 e de 1929/33 tivemos uma queda dos preços, porém, nem por isso elas foram menos profundas. Assim, Mandel (1990) nos coloca diante de algumas questões fundamentais: 1) que o intervencionismo do Estado se faz necessário para a recomposição do capital, com seu arsenal tático em razão da recuperação econômica. E que, 2) o tensionamento político só dá resultado em certa medida, pois o compromisso do Estado é com as corporações.

Outro elemento importante é que, consoante Mandel (1990), a dessincronização entre o ciclo industrial e o de excedentes agrícolas estimulou a inflação em 1973/74. Esses anos foram determinados por uma redução mundial nas reservas de cereais e, por consequência, em uma alta dos preços dos produtos alimentares, agravando, assim, o contexto de recessão. Essa foi uma crise internacional de grande envergadura, mesmo que tenha sido subestimada por economistas neoliberais como Milton Fridman, que a definia como simples recessão (Idem).

A contração do comércio exterior foi algo que se pronunciou em 1975 – uma queda de 7% para o conjunto do comércio mundial, tendo sido uma marca do período expansivo do capital o *boom* das exportações. Essa contração se deu posteriormente ao início da recessão generalizada, aponta Mandel (1990), ainda que não fosse possível evitá-la na medida em que afetava o conjunto de países imperialistas (*os que possuem o poder de compra globalmente disponível*). Mandel definiu a retração do comércio mundial em três fatores que interagem entre si:

[1] “[...] Ela é um produtor direto da recessão nos países imperialistas, na medida em que as quedas da produção e do emprego reduzem a demanda global por bens de consumo e pelos bens de produção importados (inclusive a demanda global de matérias-primas) [...]”. [2] [...] Ela é um produto indireto da recessão, na medida em que os países exportadores de matérias primas (com exceção dos membros da OPEP [exportadores de petróleo] veem seus recursos em dívidas brutalmente reduzidos pela queda do volume e dos preços das exportações, e são, assim, constrangidos a diminuir suas exportações. [3] [...] Ela é o produto de uma política deliberada de redução das importações, seguida, sobretudo, por algumas potências imperialistas, confrontadas por fortes déficits de seu balanço de pagamento durante o primeiro semestre de 1974, isto é, o produto de uma volta pouco disfarçada ao nacionalismo econômico e ao protecionismo. (Mandel, 1990, p. 20).

Essas medidas deram resultado no caso de algumas potências, enxugando esses fortes déficits do balanço de pagamento, como no Japão, desde do segundo trimestre de 1975, nos Estados Unidos, no primeiro trimestre de 1975, que registrou *superavit* de 1,3 bilhão de dólares; na Itália, com redução de 75% do déficit; na Inglaterra, com favorecimento de 7 bilhões e na França com uma transformação do déficit de 2 bilhões de francos em 1974 em um *superavit* de 620 milhões (Mandel, 1990). Tudo isso, às custas de países imperialistas menores e de países semicoloniais, afinal, para que *haja ganhadores, são necessários os perdedores* (Idem).

Um dos pontos centrais da discussão de Mandel é a análise da superprodução, como já foi apresentado, e a avaliação que ele aplica à taxa de lucros em relação às economias no período da crise de 1974/1975. O autor (1990) demonstra uma queda tendencial que já vinha se expressando há anos, quando eclode a recessão de forma generalizada. As “[...] margens de lucros das sociedades por ações americanas não-financeiras teriam passado de uma média de

20% no período de 1958/66 para 12% durante a recessão de 1970/71, para subir 15% durante o ‘boom especulativo’ de 1972/73 e cair para 11%/12% no início de 1975” (Ibidem, p. 23). Vide:

Tabela 2 – Taxa de lucro (eliminados os ganhos de reavaliação dos estoques) em relação ao capital das sociedades não financeiras nos Estados Unidos (1948-1973)

Ano	Antes de impostos (%)	Após impostos (%)
1948/50	16,2	8,6
1951/55	14,3	6,4
1956/60	12,2	6,2
1961/65	14,1	8,3
1966/70	12,9	7,7
1970	9,1	5,3
1971	9,6	5,7
1972	9,9	5,6
1973	10,5	5,4

Fonte: Mandel, 1990, p. 23

Fenômeno semelhante ao dos EUA foi ocorrendo em outros países imperialistas, como Alemanha, mesmo com a oxigenação a qual já nos referimos; Inglaterra, com queda nos lucros de 100, em 1964, a menos de 60, em 1975, acelerando-se entre 1973 e 1975 – de um índice de 90 para inferior a 60 (Mandel, 1990). Outra economia analisada por Mandel (1990) foi o Japão, onde a queda girou em torno de 35, 5% dos lucros brutos das empresas e de 20,9% nas principais sociedades por ações do país, assim como na Suécia. O esforço de Mandel (1990) é no sentido de ilustrar a Lei da queda tendencial da taxa de lucro como origem da crise – 1970.

É importante salientar a crítica de Carcanholo (1996) a Ernest Mandel em relação ao conceito de causa da crise. Para o economista brasileiro, ainda que tais fenômenos – como a superprodução, a superacumulação e a queda tendencial da taxa de lucro, sejam fundamentais para a compreensão das crises, dentro do arcabouço de uma teoria da crise do capital em Marx, não se pode confundir tais expressões fenomênicas como causa das recessões generalizadas. A defesa, da qual partilhamos e que já expusemos, é a de que existe um gatilho anterior que os desencadeia, próprio do sistema capitalista, que precisa ser analisado com maior rigor teórico.

### 3.3 A evolução da queda tendencial da taxa de lucros no neoliberalismo

Outro economista, contemporâneo, que vem atuando teoricamente nessa mesma perspectiva, com dados de longo prazo, de forma muito alinhada ao que se propôs Mandel, é o inglês Michael Roberts. Ainda que se possa apresentar possíveis equívocos de cálculos nas suas projeções<sup>35</sup>, como contra-argumentam alguns economistas, os seus dados cumprem a função de reforçar uma análise em grande série que nos permita observar o funcionamento cíclico das crises e a correlação que elas estabelecem com a Lei da acumulação capitalista e a Lei do valor.

Baseado em Marx (2013 e 2017), Roberts atribui a queda secular da taxa de lucro nas economias capitalistas ao aumento da composição orgânica do capital. Para o economista (2018), repor a teoria sobre a taxa de lucros em uma economia torna-se essencial para que se possa resgatar o fato de que todo e qualquer valor criado advém do trabalho dos seres humanos na produção das mercadorias. Ele destaca que o caráter cíclico das crises expõe a dilaceração contraditória entre produtividade e tendência da queda da mais-valia quanto ao capital investido.

Roberts (2021) esclarece que, diferente de alguns outros Marxistas que excluem qualquer medida de capital variável, justificando não se tratar de parte do capital investido, mas sim circulante. Nessa perspectiva, a maioria deles se detém a medida da taxa de lucro com  $s/C$  – sendo “s” mais-valia e “C” capital constante, restaurando, portanto, a fórmula de Marx. Já Robert (2021) acredita que se encontra mais próximo possível à fórmula de Marx, a seguinte:  $s/C+v$ , onde “v” são os salários ou custos com funcionários, indicador que considera essencial<sup>36</sup>. De toda forma, como dissemos, apesar das controvérsias, consideramos seus dados ilustrativos.

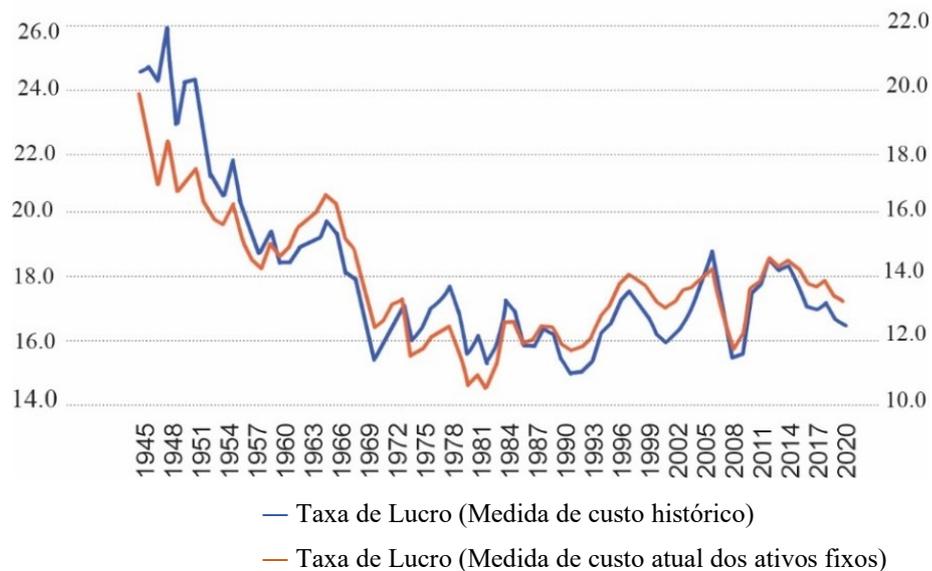
É importante, todavia, validar que Marx (2017, p. 251) destaca o seguinte sobre o assunto: “[...] Essa proporção entre a massa de mais-valor e o valor total empregado constitui a taxa de lucro, que tem, portanto, de diminuir constantemente”. Vejamos o que dizem os dados:

---

<sup>35</sup> O economista afirma (2021) haver várias maneiras de calcular a taxa de lucros, inclusive, nessa perspectiva, indica consulta ao artigo escrito por Basu – Replacement versus Historical Cost Profit Rates: Whats is the difference? When does it matter? (2012). Disponível em: <<http://pinguet.free.fr/basu2012.pdf>>. Segundo Roberts (2021), o seu cálculo pretende ser o mais próximo possível da fórmula original de Marx de  $s/C + v$ , onde  $s$  seria mais-valia;  $C$  igual a capital constante – que deve contemplar os ativos fixos (máquinas, etc.) e o capital circulante (matérias primas e componentes intermediários); e  $v$ , no caso, seria os salários ou custos com a força de trabalho. A lei da tendência da taxa de lucro é: se  $c/v$  subir e a taxa de exploração,  $s/v$ , permanecer inalterada, a taxa de lucro –  $s/v(c+v)$ , deve cair (Roberts, 2018). O autor (2021) também indica, para a compreensão dos seus cálculos, o manual escrito em 2015 por Anders, onde este explica quais fontes de dados consultar para medir a taxa de lucros no EUA, dados do estoque líquido de capital do *Bureau os Economic Analysis* di. Disponível em: <[short-manual-for-downloading-rop-data-from-bureau-of-economic-analysis-1.pdf \(wordpress.com\)](https://short-manual-for-downloading-rop-data-from-bureau-of-economic-analysis-1.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2022.

<sup>36</sup> Para a análise da fórmula, Robert (2021) indica o trabalho importante de Brian Green na medicação do capital circulante e na taxa de volume de negócios dos EUA. Ele destaca ser uma consideração vital para a medição adequada da taxa de lucro. Disponível em: <<https://theplanningmotivedotcom.files.wordpress.com/2021/11/1997-2020-various-rates.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

Gráfico 5 – Taxa de lucro dos EUA (economia total) 1945-2020 %



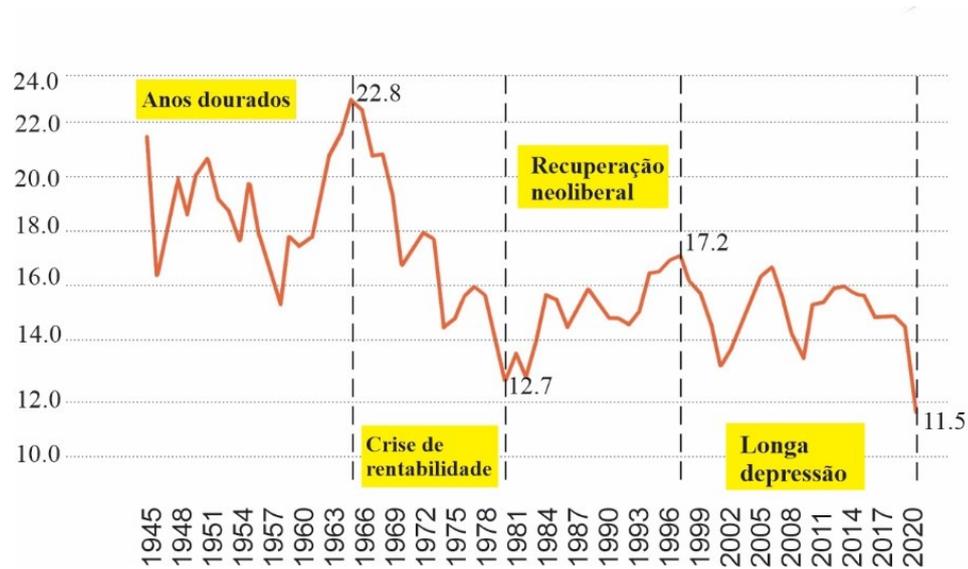
Fonte: Roberts (2021)

Roberts (2021) também esclarece que utiliza na elaboração do gráfico acima dois índices, a medida de custo histórico (traçado azul) e a medida de custo atual de ativos fixos. Essas medidas serão diferentes quando, sobretudo, das décadas de 1960 e 1990 por causa da inflação. Quando a inflação cair as diferenças entre o índice histórico e o de capital fixo diminuirá!

Quando analisada a série histórica estadunidense, observamos uma coalisão com o que havia pressuposto Mandel no início dos anos de 1990, baseados na mesma chave teórica: a Lei da queda tendencial de lucro em Marx. Temos exposto que já antes de 1974, quando se tem a crise generalizada, países como os EUA já vivenciavam uma queda consubstancial em seus lucros. O capital não se reergueu ao patamar da era de ouro, no pós-guerra, tendo atingido seu pico em 2006 com a “recuperação” neoliberal, declinando, à frente, em 2008 – crise imobiliária.

Para Robert (2021), o pico de 2006, nunca antes visto desde a crise de 1974/1975, decorre do disparo dos lucros do setor financeiro, devido à injeção de crédito, permitindo-lhes, portanto, especular nesse mercado em particular para se obter receita líquida de juros e suas comissões. Vejamos os dados abaixo quando Roberts expõe a taxa de lucro dos EUA em relação ao capital não financeiro, ou seja, tendo por base o capital produtivo, onde se evidencia uma queda secular desde a segunda metade da década de 1960, como também observou E. Mandel.

Gráfico 6 – Taxa de lucro dos EUA sobre capital não financeiro (%) Basu-Wasner



Roberts (2021) (Tradução nossa)

Este gráfico demonstra o quanto a história se modifica quanto ao real crescimento da economia abstraídos o setor não financeiro dos EUA. É importante observar como os investimentos realizados na base produtiva da economia – que ao fim e ao cabo é o que garante todo o sistema funcionando, inclusive os lucros do capital fictício – obtêm taxas relativamente altas de rentabilidade do pós II Guerra a meados da década de 1960 para, depois, caírem vertiginosamente e só experimentarem pequena recuperação no decorrer da década de 1990, induzimos nós pelos efeitos combinados da reestruturação produtiva e do neoliberalismo implementados em escala internacional. Na primeira década do século XXI, novamente ocorre um movimento descendente da taxa geral de lucratividade nos setores não financeiros dos EUA vindo a sofrer profunda depressão nos anos 2007/2008, que é quando explode a primeira crise estrutural do capitalismo contemporâneo – tomando como referência as palavras de pesquisador Marcelo Carcanholo.

Outro dado interessante diz respeito às perdas do capital no período da Pandemia de COVID-19, a crise pandêmica, poderíamos supor, representou uma queda relevante da taxa de lucro, que se já se deu, ainda, em um quadro de depressão importante que já acontecia desde 1997. Os dados apontam uma modesta recuperação neoliberal de 1980 a 1996, seguida de uma, nomeia Robert, *longa depressão*, em um contexto em que, diferente do tempo das recessões, as economias pertencem por longo prazo deprimidas.

O cálculo feito por Roberts (2021) se baseou na medida calculada por Deepankur Basu e Evan Wasnur<sup>37</sup>, que tem por base o custo atual dos ativos fixos não residenciais. Robert (2021) argumenta que estes dados expressam a “saúde” geral da economia norte americana em se tratando do setor produtivo, antes do apoio monetário e dos subsídios governamentais. Os dados revelam que o neoliberalismo e outras medidas anticíclicas, diante da depressão dos últimos 75 anos, se tornaram apenas *alento* diante de um cenário grave de queda dos lucros.

[...] Na chamada ‘idade de ouro’ do capitalismo dos EUA do pós-guerra, a taxa de lucro era muito alta, com uma média de aproximadamente 20% nessa medida e o nível subiu 6% de 1945 a 1965. Mas depois veio o período de crise de lucratividade entre 1965 e 1982, quando a taxa de lucro caiu 44%. Isso provocou duas grandes recessões em 1974-5 e 1980-2, e levou o capitalismo a tentar restaurar a taxa de lucro com as políticas neoliberais de privatização, a estagnação dos sindicatos, a desregulamentação das finanças e a globalização a partir do início da década de 1980. O período neoliberal 1982-1997 viu a taxa de lucro no setor não financeiro aumentar 34%, embora no pico de 1997, a taxa ainda estivesse abaixo da média na idade de ouro. Depois veio um novo período de crise de lucratividade, que eu chamei de Longa Depressão. Nesse período, que inclui a Grande Recessão de 2008-9, e, é claro, a queda da COVID de 2020, a taxa de lucro caiu 33%, com uma queda de 21% apenas em 2020. Em 2020, a taxa de lucro não financeiro atingiu um mínimo de 75 anos (Roberts, 2021, s/p) (tradução nossa)<sup>38</sup>.

Abaixo, Roberts (2020) demonstra, com dados sobre a evolução da taxa de lucro nos países do G20, que em 2008, a crise imobiliária dos Estados Unidos generalizou seus efeitos para os demais países, empurrando para patamar, mormente, inferior a economia global. Essa situação que se vem se arrastando ao longo dos últimos anos se somou à crise sanitária global, que afetou o mundo em 2020 e nos anos subsequentes. Porém, ainda que agravando o conteúdo e as manifestações da crise em curso, a Pandemia de COVID -19, não foi o gatilho da crise e nem emergiu em condições favoráveis ao capital, mas já no andamento de uma longa depressão.

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://dbasu.shinyapps.io/Profitability/>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

<sup>38</sup> Texto original: “In the so-called ‘golden age’ of post-war US capitalism, the rate of profit was very high, averaging around 20% on this measure and the level rose 6% from 1945-1965. But then came the profitability crisis period between 1965 and 1982, when the rate of profit fell 44%. This provoked two major slumps in 1974-5 and 1980-2, and led to capitalism trying to restore the rate of profit with the neo-liberal policies of privatisation, the crushing of unions, the deregulation of finance and globalisation from the early 1980s. The neoliberal period 1982-97 saw the rate of profit in the non-financial sector rise by 34%, although at the 1997 peak, the rate was still below the average in the golden age. Then came a new period of profitability crisis, which I have dubbed the Long Depression. In this period, which includes the Great Recession of 2008-9 and, of course, the COVID slump of 2020, the rate of profit fell 33%, with a 21% fall in 2020 alone! In 2020, the US rate of profit in its non-financial sector reached a 75-year low”. Disponível em: <The US rate of profit in 2020 – Michael Roberts Blog (wordpress.com)>. Acesso em: 09 jun. 2022

Gráfico 7 – Taxa de lucro nos países do G20 sobre capital não financeiro



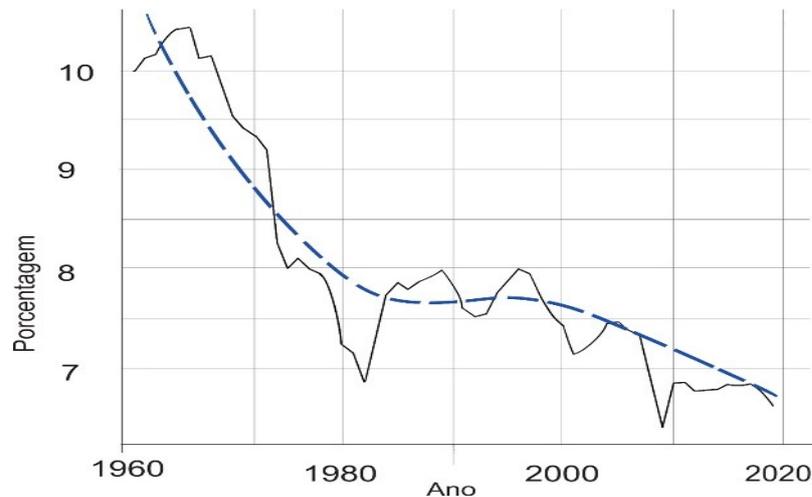
Fonte: BASU et al. adaptado por Roberts (2020) (Tradução nossa)

O gráfico 8, abaixo, baseada no painel eletrônico de Basu et. al<sup>39</sup>, tendo por referência 25 países, reafirma os dados apresentados no gráfico 7. Os dados ilustram, vale a pena novamente ressaltar, que neoliberalismo não recuperou as taxas de lucro do capital, como é verificável (de 1981 a 2020), com tendência acentuada ao declínio. O que se observa é a mesma tendência demonstrada no gráfico anterior de uma depressão contínua das taxas de lucratividade a partir de meados da década de 1960, coadunando com a teoria mandeliana daquela crise. Importa notar que o processo de neoliberalização do mundo capitalista que, segundo a perspectiva de David Harvey se dá precisamente na década de 1980, implicou um estancamento da tendência sempre depressiva da taxa de lucros e até esboçou uma curva ascendente. Mas, as contradições desencadeadas pelo neoliberalismo iriam se aprofundar e a

<sup>39</sup> Painel dos autores (professores do Departamento de Economia da Universidade de Massachusetts), disponível em: <https://dbasu.shinyapps.io/World-Profitability/>, com dados atualizado até o ano de 2020. Acesso em: 13 jun. 2022. Os autores alimentam o painel, conforme informam no site. Para maiores informações sobre o trabalho que desenvolvem, ver: BASU, Deepankar; HUATO, Julio; JAUREGUI; WASNER, Evan. World Profit Rates, 1960-2019. PDF disponível no canto inferior do site supracitado. Os autores esclarecem que derivaram uma fórmula simples para agregar taxa de lucros em nível de países em uma taxa de lucro mundial. Ao usarem essa fórmula, viram que a taxa de lucro é uma média ponderada das taxas de lucros em nível de país, com a participação de um país no estoque de capital mundial sendo o peso. Em segundo lugar, usaram duas fontes de dados diferentes, a versão mais recente do Extended Penn World Tables (EPWT 7.0) e o Banco de dados de Contas socioeconômicas do Mundo de Entrada e Saída. Isso torna a amostra básica de países do estudo dos autores maior do que de outros estudos existentes, abrangendo um período de 1960 a 2020. Em terceiro lugar, segundo eles, usaram duas taxas de câmbio diferentes para converter variáveis de nível nacional expressas em unidades monetárias locais em uma unidade comum: taxa de câmbio OOO atuais e taxas de câmbio nominais. O uso das taxas de câmbio os permitiram calcular adequadamente as taxas de lucro mundiais, garantindo que adicionassem quantidades proporcionais. Em quarto lugar, criaram um Painel Mundial de Rentabilidade (link acima), onde é possível acessar os dados e gráficos. É importante salientar que esse Painel utilizou dados compilados pelo economista Marxista brasileiro Adalmir Marquetti, que expandiu e modificou as Penn World Tables – desenvolvido pelo Groningen Grow and Development Center, no que ele chamou de Extended Penn Word Tables (EPWT), um reforço relevante de dados.

crise retornaria com muita força a partir da primeira década do nosso milênio, vindo a estourar em 2007/2008. Como se observa no gráfico, o neoliberalismo, depois de 1997, ostenta tendência linear negativa (vide o pontilhado), ainda que a resposta do capital à crise de 2008 e a crise pandêmica venha sendo reinvestir, com maior agressividade, no próprio modelo.

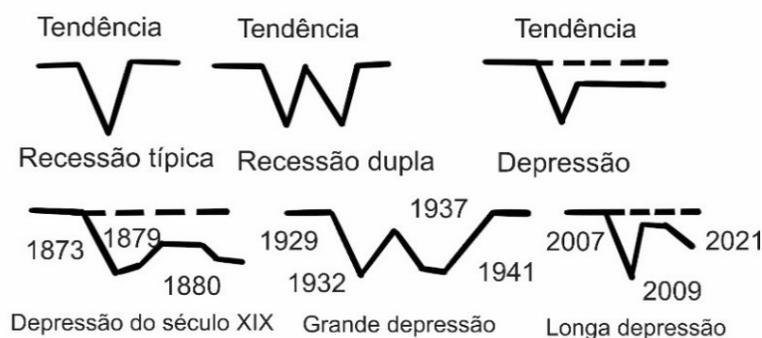
Gráfico 8 – Taxa anual global de lucro do capital em 25 países



Fonte: Painel Mundial de Rentabilidade de Basu *et. al.* Disponível em <<https://dbasu.shinyapps.io/World-Profitability/>>. Acesso em 13 jun. 2022.

Basu *et. al.* (s/d) lançam evidências empíricas que apoiam a fórmula de Marx sobre a queda tendencial da taxa de lucro. Isso reforça a sua legitimidade em contraponto às teorias de base neocardianas (que colocam as crises no campo da circulação de mercadorias) ou outros, inclusive Marxistas, que situam as crises recorrendo ao subconsumo ou à financeirização, ou, quando não, apenas negando a existência de uma teoria das crises em Marx (Roberts, 2022).

Figura 1 – Representações esquemáticas das crises do capitalismo



Fonte: Roberts, 2022b<sup>40</sup>. (Tradução nossa).

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://www.cadtm.org/The-three-contradictions-of-the-Long-Depression>>. Acesso em 13 jun. 2022.

Destacamos que os dados elucidam estarmos em um momento, como define Robert (gráfico 7) de longa depressão do capital, que se aprofunda com a crise de 2008, mas que demonstra as suas predisposições já desde muito antes, a partir de 1997, com um quadro geral de declínio da taxa de lucro (gráficos 6, 7 e 8). Essa primeira crise estrutural do século XXI – que é a primeira crise estrutural do capitalismo contemporâneo na perspectiva de Marcelo Carcanholo – sobre a qual iremos refletir à frente, certamente foi agravada pela pandemia de COVID-19, em 2020-2022, nos colocando perante fortes dilemas econômicos para os anos que se seguirão, com os seus efeitos.

### ***3.3.1 Crise econômica e queda da taxa de lucro no cenário ultraliberal brasileiro***

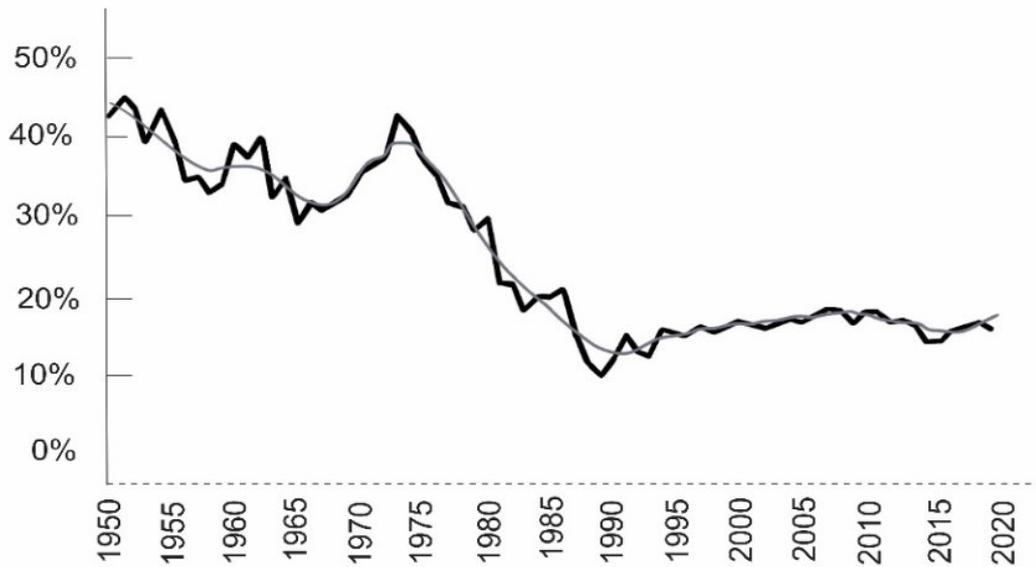
No caso brasileiro, é possível observarmos sua relação com a tendência à queda na taxa de lucro, sob a mesma perspectiva desenvolvida por Marx, em sintonia com as já apontadas alterações econômicas descritas em cenário mundial e quanto às especificidades nacionais e as particularidades dos países latino-americanos. Aldamir Marquetti, docente da faculdade de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, exibiu, no webnário “O comportamento de curto e longo-prazo da taxa de lucro no Brasil”, em 2022<sup>41</sup>, o estudo (no prelo) “Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2022” (2022).

O estudo de Marquetti et. al. (2022), que aguarda publicação, divulgado no citado webnário, apresenta dados inéditos acerca da evolução da taxa de lucro no país. Os autores, inclusive, integraram o livro “World in crisis – a global analysis of Marx’s law of profitability” (2018), organizado por Roberts e Carchedi, com avaliação sobre a evolução da taxa de lucro e a sua decomposição no Brasil (1953-2008), expondo dados relevantes para analisar a dinâmica da economia e explicando, assim, com base em Marx, traços da acumulação de capital no Brasil. É dele o gráfico a seguir sobre taxa de lucro no Brasil (Marquetti et. al., 2022):

---

<sup>41</sup> Webinário promovido pelo grupo de pesquisa “Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L913Rh-VogM>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

Gráfico 9 – Taxa de lucro, Brasil (1950-2020)



Fonte: Marquetti et. al (2022)

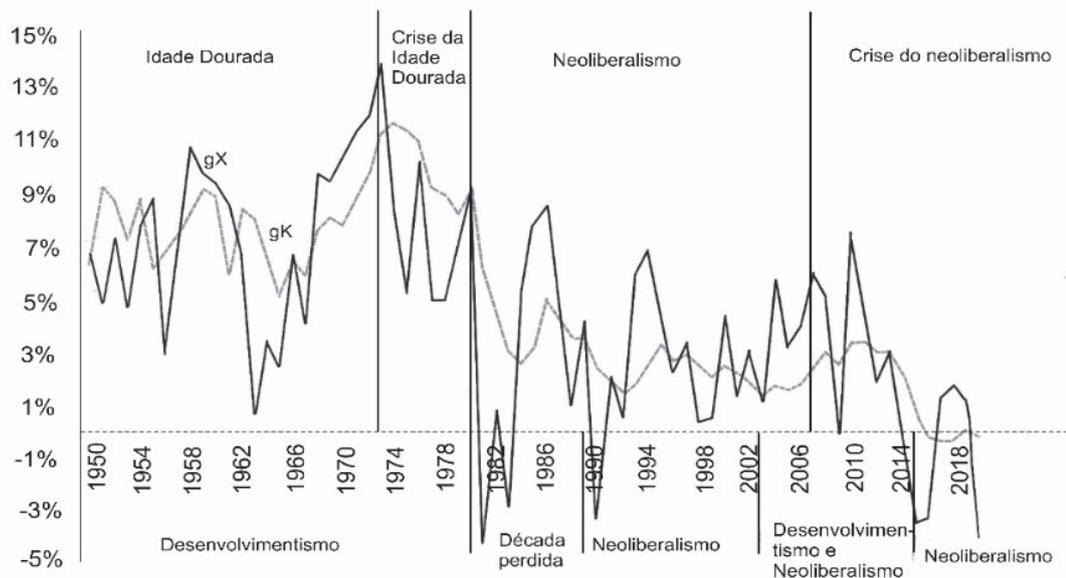
O comportamento geral da economia brasileira medido pela performance evolutiva das taxas de lucratividade apresenta similaridades com o que ocorreu no plano mundial, conforme já demonstrados nos gráficos 1 a 4, embora as taxas de lucratividade sejam diferentes. A nós nos interessa, fundamentalmente, captar a tendência nas décadas que antecedem e sucedem a crise estrutural dos anos 1960/1970. Na particularidade brasileira, porém, observa-se que, enquanto os países industrializados do centro do sistema mundial experimentavam grave descenso em suas taxas de lucratividade a partir de meados de 1960, no Brasil vivia-se uma conjuntura favorável à expansão e valorização do capital até, pelo menos, 1975. Daí em diante, o cenário internacional de depressão das taxas de lucros se expressa também em nível nacional, vindo a estancar a queda vertiginosa a partir da década de 1990 – que corresponde, no caso brasileiro, à implementação do neoliberalismo.

Porém a partir de 1990, momento de implantação neoliberal no Brasil, a taxa de lucro não se recuperou ao ponto de atingir os níveis experimentados nas décadas de 1950-1970, mas houve uma retomada de crescimento por conta dos ajustes neoliberais. O patamar, que já havia alcançado mais de 40% em 1975, reduziu-se a uma média próxima aos 20% em todo o período de 1990 a 2020, o que confirma as apreciações acerca dos limites da neoliberalização, agravando-se, certamente, com a crise imobiliária de 2008, com a pandemia, em 2020-2021, e com a guerra entre Rússia e Ucrânia, no início de 2022 (que vem afetando a economia mundial).

No gráfico 10, a seguir, é possível verificar, em Marquetti et. al. (2022), um paralelo entre as fases da economia mundial e as fases da economia brasileira, por meio da taxa de

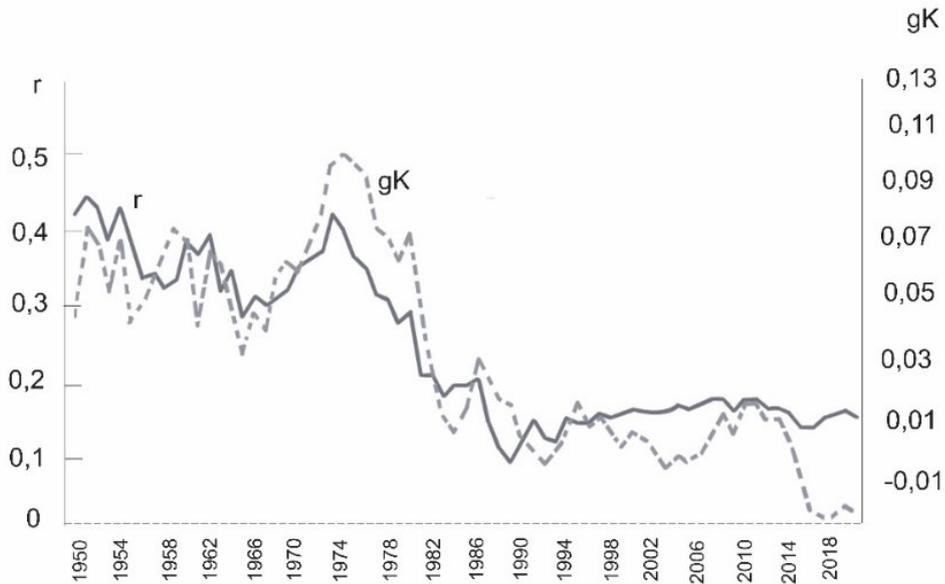
crescimento do PIB ( $gX$ ) e a taxa de acumulação do capital ( $gK$ ). Essas duas taxas demonstram redução tal qual foi exposto nos dados acerca da taxa de lucro, sobretudo a taxa de acumulação, que tem relação com a concentração de capital. Lembremos, segundo Marx (2013), que se trata dos lucros em relação ao total do capital investido, que, devido a alteração na composição orgânica do capital, resulta na redução tendencial da taxa, ainda que a massa de lucro aumente.

Gráfico 10 – Taxa de crescimento do PIB,  $gX$ , e taxa de acumulação do capital,  $gK$ , Brasil (1950-2022). Fases da economia mundial na parte superior e da brasileira na inferior



Fonte: Marquetti (2022).

Como expressa o gráfico 10, Marquetti et. al. (2022) demonstra o desempenho da taxa de lucro ( $r$ ) e da taxa de acumulação ( $gk$ ), em que se identifica uma proximidade entre ambos. Para os autores, subsidiados por Marx (2013, 2017), a taxa de lucro é que explica a desaceleração do crescimento da acumulação no país, dessa forma ela é a variável explicativa, enquanto a taxa de acumulação, seria, a variável dependente, ainda que exista uma importante interrelação entre ambos, como é verificável no gráfico abaixo (Oreiro, 2022).

Gráfico 11 – A evolução da taxa de lucro,  $r$ , e da taxa de acumulação,  $gK$ , Brasil (1950-2020)

Fonte: Marquetti et. al. (2022)

A acumulação é determinada pela taxa de lucro e não o inverso, como pressupõe outros autores Marxistas, como Kaidor (1956), Pasinetti (1961) e Robinson (1962), economistas da escola de Cambridge (Oreiro, 2022). Para estes, a taxa de acumulação de capital determina a taxa de lucro por meio das alterações incidentes sobre a distribuição de renda entre salários e lucros (Oreiro, 2022). Oreiro explica que Marquetti et. al. foram assertivos acerca do tema:

Esses resultados [Gráficos 10 e 11] parecem apontar que a desaceleração do crescimento de longo-prazo da economia brasileira [de 1980-1955] estaria associada a tendência secular de queda da taxa de lucro, a qual é um resultado inexorável do processo de industrialização da economia brasileira no período 1950-1980 o qual é necessariamente capital intensivo, ou seja, atua no sentido de diminuir a produtividade real do capital. Contudo, ainda que se aceite a tese de que o processo de industrialização leve a um aumento inexorável da quantidade de capital tecnicamente necessária para a produção de uma unidade de produto (ou seja, gere uma redução da produtividade real do capital), a ampliação da escala de produção das indústrias produtoras de bens de capital deveria gerar, no longo-prazo, uma redução do preço relativo dos bens de capital devido a existência de retornos crescentes de escala nesse tipo de setor. Dessa forma, seria de se esperar que a redução da produtividade real do capital fosse ao menos parcialmente compensada pela queda do preço relativo dos bens de capital, algo que não ocorreu na economia brasileira. **Minha hipótese para explicar esse “puzzle” é a persistência do modelo de industrialização por substituição de importações no Brasil nos anos 1970, época que o mesmo deveria ter sido substituído por um modelo de promoção de exportações segundo a estilização de Kaldor (1967) sobre as etapas do desenvolvimento industrial.** (Oreiro, 2022, s/p). (Grifo do autor).

O Brasil, ciosoante Saad Filho e Morais (2018), teve três sistemas de acumulação. O primeiro, agrário-exportador, que entra em crise com a crise do capital mundial de 1929. O segundo, que vigora de 1930 a 1980 – desenvolvimentista, comandado pela Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que inclui uma enorme variedade de formações políticas, especialmente ditaduras populistas, militares e democracias populistas. E a neoliberalização, com democracia política, desde o final de 1980. Essas transições ocorrem de forma processual.

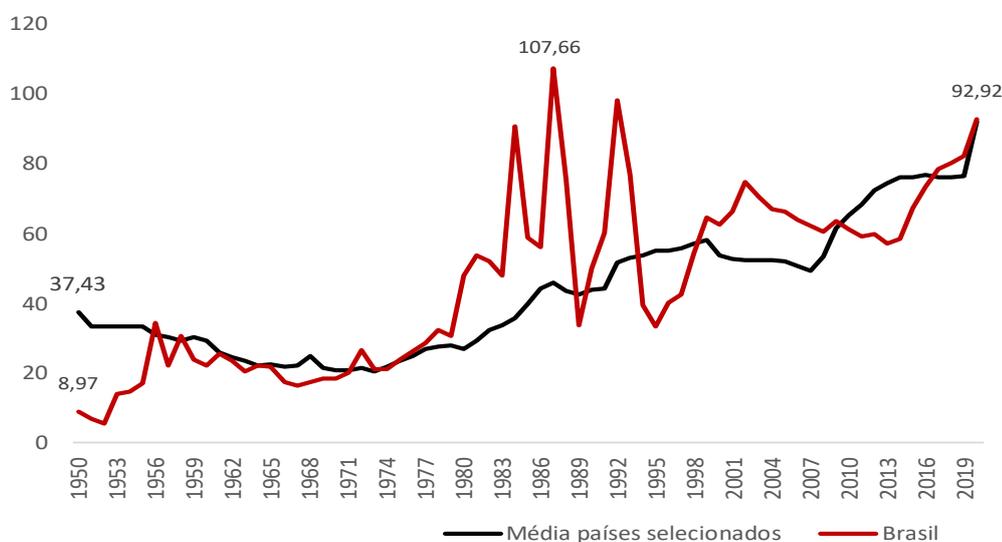
A ISI promoveu a industrialização de bens manufaturados (que eram adquiridos, anteriormente, por importação). Isso, “[...] a fim de aliviar a retrição do balanço de pagamento, criar empregos e incorporar novas tecnologias e novos valores culturais” (Ibdem, p. 37). Da era de ouro da ISI (1953-1973) (vide gráficos 9, 10 e 11) foram derivados dois *booms* econômicos, o primeiro na década de 1950, momento em que o país se industrializou rapidamente, pela expansão de setores de bens de consumo duráveis e de capital, no contexto do “Plano de Metas”, de 1956 a 1960; o PIB chegou a crescer 7,7% ao ano, no período (Marquetti et. al., 2018).

Para se ter noção, a economia brasileira cresceu de forma expressiva no período da ISI. Em relação à agricultura, a sua participação nacional no PIB reduziu de 36% para 10% de 1910 para 1980. Nisso, a participação da indústria cresceu de 14% para 41% no referido período e tais mudanças econômicas em grande escala estimularam revoluções democráticas, sociais, culturais e políticas, alterando comportamentos e padrões de consumo nacionais, à medida em que foram criadas novas indústrias, classes e grupos sociais (Saad Filho; Morais, 2018).

O modelo ISI perseverou no contexto das reformas políticas e econômicas quando da ditadura militar, atingindo seu ápice (segundo boom econômico) no chamado “Milagre econômico”, de 1968 a 1973, período em que se consolidou e fortaleceu a industrialização. Esse momento foi marcado por uma espantosa taxa de crescimento do composto anual, de 10,8% no PIB, e de 14% na manufatura (Marquetti et. al., 2022). Tal modelo, porém, entrou em crise, a partir de 1973, no mesmo período de estagflação mundial e diante da crise política da ditadura.

Em resposta à crise da ISI e da ditadura, esclarece Marquetti et. al. (2018), investiu-se num Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, mantendo o compromisso com o modelo de industrialização. As metas novas e audaciosas de crescimento econômico visavam ampliar a ISI através da produção de bens intermediários e mediante à expansão da produção de energia. O ponto chave é que o investimento nesse desenvolvimento da acumulação ocorreu por estatais e por, maiormente, financiamentos maciços decorrentes de empréstimos estrangeiros (Ibdem).

Gráfico 12 – Dívida do governo central como percentual do PIB – Brasil e média de países selecionados\*



\* Estados Unidos, Japão, Alemanha, Índia, Reino Unido, França, Itália, Canadá, Rússia, Espanha e México

Fonte: Macário e Reis (2022)<sup>42</sup>

Não por acaso, “[...] o principal papel econômico do Estado no âmbito da ISI foi dar suporte à acumulação privada por meio da regulação, crédito, subsídios, infraestrutura e insumos baratos, promovendo um desenvolvimento capitalista de matriz manufatureira centrado nos Estados Unidos[...]” (Saad Filho; Morais, 2018, p. 44). Como demonstra o gráfico 12, a dívida do governo central como percentual do PIB, ilustra o endividamento do país, que se intensifica durante as crises econômicas e que tem percurso crescente já há muito tempo.

Pode-se afirmar que a ISI foi um esteio precursor importante desse endividamento, que no neoliberalismo tornou a crescer, com pico na década de 1990, declínio de 2003 a 2014, e nova taxa ascendente a partir da crise econômica iniciada em 2014, que recolocou o Brasil em um patamar de endividamento muito próximo do ocorrido em 1986, auge mais elevado da série. A ISI alargou a dependência do país aos recursos externos e ao crédito direcionado, com franco endividamento para o financiamento de tecnologias importadas, associados a alta taxa de juros e a política monetária internacional, tornando o país altamente vulnerável à inflação (Ibidem).

<sup>42</sup> Levantamento e gráfico pertencentes a pesquisa “Crise brasileira e política de educação superior”, realizada pelo professor Eptácio Macário no Laboratório Cetros, em parceria com o professor Luís Fernando Reis da Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste).

Apontam Marquetti et. al. (2018, p. 273) que “[...] as empresas públicas aumentaram sua participação na formação bruta de capital fixo de 12,9% no período de 1969 a 1973 para 23,1% durante 1974-1979, enquanto a dívida externa aumentou de US\$ 14,9 bilhões em 1973 para US\$ 55,8 bilhões em 1980” (dados coletados no ipeadata, 2009). Mesmo que de 1973 a 1980 tenha se instaurado a crise, com expressiva magnitude no país, o PIB crescia a uma média anual de 6,6%, ainda que fosse sob a inflação que se anunciava a obriedade da gravidade da recessão, tendo ela majorado de 29,6%, em 1973, para 92,1%, em 1980 (IBGE *apud* Ibidem).

A crise da dívida externa agravou a situação nacional. A taxa de lucro reduziu de modo acentuado desde o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. As respostas criadas pela ditadura militar aos problemas econômicos expandiu o endividamento, o que parecer ser uma prática recorrente na realidade nacional, haja vista os anos recentes de crise neoliberal no Brasil e em outras nações do globo, inclusive as imperialistas, como destaca o gráfico 8. A dívida histórica não auditada que o país carrega e essa prática de recorrer a empréstimos colocam o Brasil em alta fragilidade financeira. Ademais, esse tipo de crédito o torna vulnerável à inflação.

No contexto de crise mundial do capital (1974/1975), o Brasil, assim como outros países “[...] flutou rumo à expansão sobre um mar de dívidas, cuja incidência cumulativa teve forçosamente de acelerar a inflação” (Mandel, 1990, p. 30). O período passou por, a fim de diminuir o tempo de rotação do capital, uma *estagflação*, em 1970 e a uma *shumpflação* – recessão e inflação, de 1974 a 1975. Assim, de um efeito estimulante para a economia passa-se a ter efeitos perversos – doses cada vez maiores para estimular a demanda mundial (Ibidem).

#### **4. O ULTRALIBERALISMO COMO ALTERNATIVA NO BRASIL**

Neste capítulo analisaremos a crise mundial quanto aos seus desdobramentos no Brasil, dialogando com elementos que vão do campo econômico (retração decorrente da crise das commodities e a inviabilidade da matriz econômica desenvolvimentista) ao cenário político (queda da popularidade de Dilma Rousseff, Jornadas de Junho de 2013, antipetismo, ascensão da matéria anticorrupção e articulação política da burguesia pelo *impeachment*). A partir daí, será possível analisarmos os processos de escalada da extrema direita ao governo no país e a atuação da burguesia internacionalizada para a recomposição da agenda ortodoxa neoliberalista.

#### 4.1 A contenção do impacto da crise mundial no Brasil (2008 a 2010)

O segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), tido por analistas políticos e pela mídia como um dos mais prósperos entre os governos do PT, foi o responsável por conter alguns dos impactos dessa primeira fase da crise mundial, num contexto em que se desfrutava de um cenário favorável às *commodities*, que, à época, permitiu a mudança positiva do balanço de pagamentos, alterando os termos de troca (importações divididas pelos preços da exportações), que há tempos era um entrave ao desenvolvimento econômico nacional, gerando, em parte, a ideia de que estaríamos a salvo da debacle que impactava EUA e Europa.

Afora às relevantes contradições do processo de reprimarização da economia a que esse fenômeno também alavancou (que se reverterá em limitação à frente); de 1999 a 2003, as exportações no Brasil haviam crescido mais de 50% enquanto as importações permaneciam estáveis. Em 2003, elas chegaram a US\$ 50 bilhões em exportações, quase que triplicando nos anos seguintes, quando alcançou, em 2006, US\$ 138 bilhões, e, em 2011, US\$ 256 bilhões, o que repercutiu em melhorias relevantes em médias e grandes empresas e no crescimento do PIB (Saad Filho, Morais, 2018), bem como se tornou relevante recurso para o fundo público.

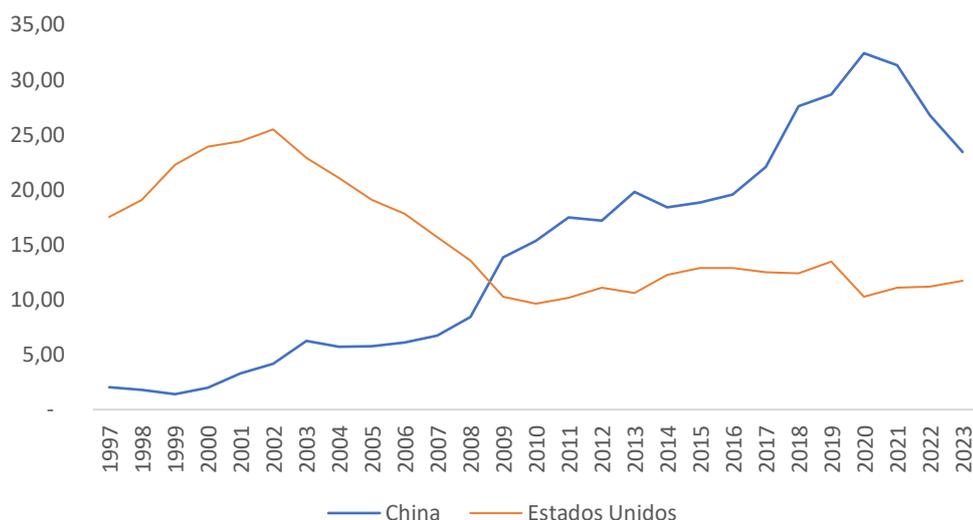
Além disso, os superávits fiscais ampliaram as reservas internacionais, as receitas de impostos, o índice Bovespa etc. Essa confluência de fatores permitiu, inclusive, a quitação da dívida brasileira com o FMI<sup>43</sup>, em 2005, o que acabava por firmar, caso restasse ainda alguma dúvida, os compromissos do governo com o neoliberalismo (Ibdem). De forma geral, esse período em destaque foi marcado pelo bom desempenho econômico, decorrente do crescimento das economias para as quais se exportava e da evolução dos sistemas internacionais de crédito, permitindo ao Brasil estar entre as principais economias, à época, em crescimento: emergentes.

No gráfico a seguir é possível observar, por meio da série histórica – de 1997-2023, que a China se tornou o principal destino das exportações brasileiras, superando os Estados Unidos de 2002 (quando inicia seu decréscimo) a 2010, quando o país asiático ascende sua vantagem. Os dados demonstram (Apêndice 1) que, em 2002, a nação norte-americana recebia 25,48% dos produtos brasileiros, enquanto a China 4,18%. Já em 2008, essa cifra se altera por completo: 9,63% para os EUA e 15,34% para o país asiático, que chega, em 2021, a 31,30%. Além de uma mudança importante para o Brasil, o fato coaduna com o desenvolvimento chinês.

---

<sup>43</sup> Em relação ao pagamento da dívida, é importante esclarecer, conforme avalia a Auditoria Cidadão da Dívida que, além dessa dívida ser ínfima em relação ao total da dívida nacional, ela teria sido quitada por meio de uma dívida interna com juros mais elevados, permitindo que os credores transfiram seus lucros para o exterior sem restrições. Vide análise, disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/presidente-lula-tenta-dizer-que-divida-publica-nao-e-problema/> Acesso em: 25 set. 2024.

Gráfico 13 – Exportações brasileiras (participação em porcentagem)



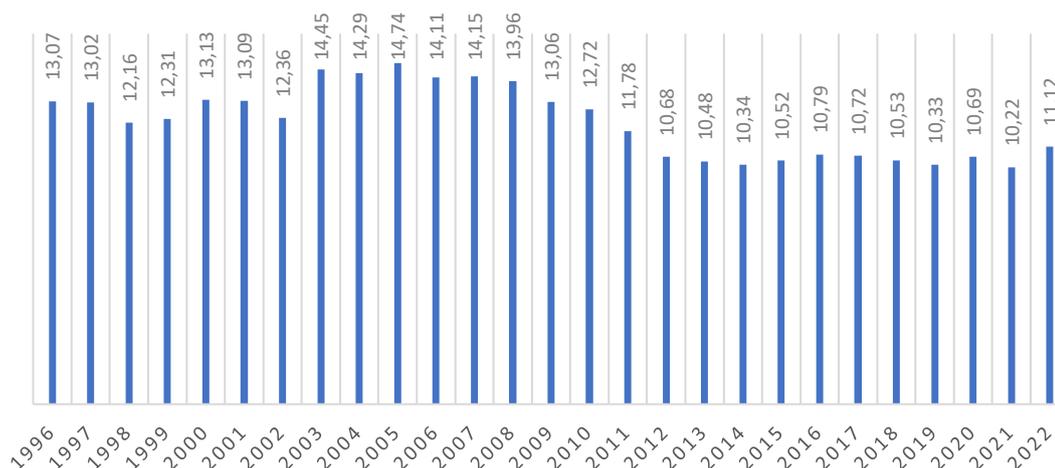
Fonte: Dados da Secex/Ministério da Economia<sup>44</sup>.  
Elaboração própria.

Os Brics (união entre Brasil, Rússia, Índia, China e, desde 2011, África do Sul – com o objetivo de firmar melhores acordos comerciais) já coroavam essa fase de crescimento nacional, quando, em 2007, o Brasil lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O objetivo era reinvestir em setores estratégicos da economia, tais como energia, transporte e infraestrutura, drenando recursos, via BNDS para segmentos selecionados. Essa foi uma fase de investimentos desenvolvimentistas, visando fomentar áreas que alavancassem a economia e estimulassem setores manufatureiros, o que obteve êxito quanto ao incentivo à industrialização.

Todavia, consoante análises de longo prazo, o que aconteceu, de fato, foi que esses investimentos e avanço no crescimento das exportações não alterou o processo de redução da participação da indústria de transformação no PIB. Os dados do IBGE (gráfico 3), apontam que o século XXI para nós foi marcado por um processo intermitente de desindustrialização. No governo Lula, em 2003, se tinha uma porcentagem de 14,29% de participação desse setor. Ao final do seu segundo mandato, em 2010, chegamos a 12,72%. Nos governos subsequentes essa porcentagem não ultrapassou 10%, com um leve aumento em 2022, chegando a apenas 11,12%.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/base-de-dados-bruta>  
Acesso em: 24 jan. 2024.

Gráfico 14 – Participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro (%)



Fonte: Dados IBGE – Contas Trimestrais, quanto ao PIB, e da Pesquisa Industrial Anual – tabela 1846, quanto aos valores da Indústria de Transformação<sup>45</sup>. Produção Própria.

Ainda que esse quadro de ampliação das exportações de commodities apareça como um redentor aos interesses de crescimento nacional, essas pilastras dão segmento ao *Modelo Liberal Periférico*, como denominou Reinaldo Gonçalves (2014) ao fazer referência ao projeto econômico brasileiro de 1995 em diante. Para o economista, o Brasil mantém postura passiva no cenário internacional, diferente da China, que logrou altos investimentos em sua capacidade produtiva, gerencial e tecnológica, aumentando a sua competitividade internacional. No caso do Brasil, o que ocorreu foi um país a reboque dessas mudanças, mesmo que acendendo com elas.

Gonçalves (2014) destaca que de 1995 a 2010 (de FHC a Lula), consolidando-se em 2003, se manteve o problema central da política econômica nacional, que envolve a *elevada vulnerabilidade externa estrutural*. Ainda que, de 2003 a 2007, segundo ao autor<sup>46</sup>, o país tenha melhorado os indicadores de *vulnerabilidade externa conjuntural* (de curto prazo), devido ao crescimento da renda, das exportações e das reservas internacionais (o que gerou a consideração de que o país estaria blindado à crise de 2008), isso não reverteu a nossa baixa resistência de longo prazo, fincada nas deficiências da estrutura produtiva (primária), do padrão de comércio exterior, da eficiência sistêmica, do dinamismo tecnológico e robustez financeira/institucional.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9300-contas-nacionais-trimestrais.html> Acesso em: 24 jan. 2024.

<sup>46</sup> Ainda que não seja possível esmiuçarmos os elementos dessa vulnerabilidade externa estrutural, pois não consiste nesse período a centralidade do nosso estudo, sugerimos a leitura do capítulo 5 do livro de Reinaldo Gonçalves (2014), que abordará o papel da deterioração das contas externas, o desequilíbrio de fluxos e estoque e os retornos dos ativos e passivos externos como elementos, que garantem evidências a tese da vulnerabilidade de longo prazo (estrutural) e da blindagem de papel crepom brasileira aos efeitos da crise de 2008.

Assim, a vulnerabilidade externa estrutural brasileira (não revertida), o liberalismo econômico (liberalização, privatização e desregulamentação) e a dominância financeira, que teriam sido as marcas da nossa economia desde a crise de 1980<sup>47</sup> são as três características que fundamentam o Modelo Liberal Periférico (MLP). A tese do autor é a de que essas mudanças estruturais rompem (sim!) com o modelo desenvolvimentista, anterior a 1990, que se centrava no papel chave das empresas estatais, no protecionismo, na regulamentação e no planejamento, colocando o Brasil em uma nova rota de trajetória econômica, mesmo que em diferentes etapas.

Tudo isso ocorreu de forma contraditória, onde foi sendo possível observar traços de nacionalização, sobretudo nos governos petistas. À exemplo, o fato da *repriminização* ter sido a marca mais evidente da política econômica nacional, ainda que no governo Lula tenha destinado altas somas de recursos públicos para empresas brasileiras ou sediadas no país. Essa política das *campeãs nacionais*, segundo Santos (2018), em nada alterou o tecido industrial brasileiro (como também evidencia o gráfico 3), ainda que essa política de crédito via BNDES tenha feito uso de recursos duas vezes superiores à movimentação do Banco Mundial e do BID.

A centralização de capital em setores considerados competitivos no exterior, nas áreas de exportação primária e da construção civil, consoante Santos (2018), por meio dessa política, avançou no ciclo de expansão, até o primeiro mandato de Dilma. Exemplifica o autor que o BNDES investiu R\$ 6 bilhões na JBS, transformando-a na maior exportadora de carne do mundo; além de mais de 2 bilhões de reais que transformam a Votorantim Celulose em uma das maiores empresas mundiais em celulose – a Fibria; e mais de R\$ 1,5 bilhão na fusão Sadia e Perdigão, que fez da Brasil Food a maior exportadora de frango do mundo (Santos, 2018).

A Odebrecht, no ramo da construção civil, se tornou, com aporte financeiro dessa mesma política, reconhecida como maior empresa de construção civil da América Latina, com negócios em quase todos os países latinos, na Colômbia, Cuba, e em outras nações (Idem). Além dos indícios de corrupção a que muitas se envolveram, colocando o projeto na defensiva, muitas empresas dessa envergadura, que receberam grandes somas de recursos do BNDES passaram para o controle de capitais internacionais, como ocorreu com o conglomerado Ambev, que se fundiu com uma empresa belga, transferindo sua sede para a França (Santos, 2018).

O que se observou foi que o resultado, na prática, não teria atendido às expectativas de alavancar e dinamizar o setor da industrial nacional. Ao “[...] contrário, há indícios que as

---

<sup>47</sup> Crise de onde derivam as crises monetária – inflação, fiscal e cambial, que também acabaram por colocar a questão bancária e financeira como centrais no que tange ao topo da agenda política e econômica do país, afirma Gonçalves (2014), uma mudança que coaduna com a mesma transformação no cenário internacional, ainda que no caso brasileiro isso tenha se dado de forma periférica e dependente, em relação ao

*campeãs nacionais* acessaram crédito de longo prazo para reduzir custos de capital, ou mesmo para lucrar por meio da manipulação das taxas de juros: investiam o dinheiro emprestado na compra de títulos do governo, que pagaram juros mais altos” (Santos, 2018, 109). Enfim, essa política, no inverso que se pretendia, foi acompanhada da desindustrialização, ao mesmo tempo em que decolava a *reprimarização* e a política extrativista nacional (SVAMPA, 2018).

Gonçalves (2014) destaca que de 2003-2010 o crescimento real do valor adicionado da mineração e da agropecuária alcançaram altos índices, tendo o governo Lula posto em prática os vieses *pró-mineração, pró-agropecuária e anti-industrial* de transformação. Tal tese reforça a contextualização de sociólogos como Maristela Svampa (2017) e Alba Pinho de Carvalho (2018), que caracterizam essa etapa do liberalismo sul-americano, comandada pelos governos progressistas, como *Rentista-neoextrativista*. De acordo com Araújo e Carvalho, tal modelo é:

[...]resultante da composição orgânica entre rentismo, capital financeiro, e suas formas exorbitantes de lucro via juros e o capital vinculado ao neoextrativismo, a acumular riquezas pela via da expropriação, do agronegócio e da mineração, com base na intensa mercantilização de commodities agrícolas e minerais. Trata-se da imbricação do financismo e do neoextrativismo, numa poderosa combinação em que os donos das finanças e os ruralistas, os segmentos do agronegócio e da mineração, ditam os rumos da vida brasileira (2021, p. 151).

É importante salientarmos que a reprimarização da economia, com o crescimento do agronegócio, da mineração e outras commodities, além dos danos ambientais graves, geram uma série de problemas que lhes são próprios, com os quais se deve lidar, enumera Gonçalves:

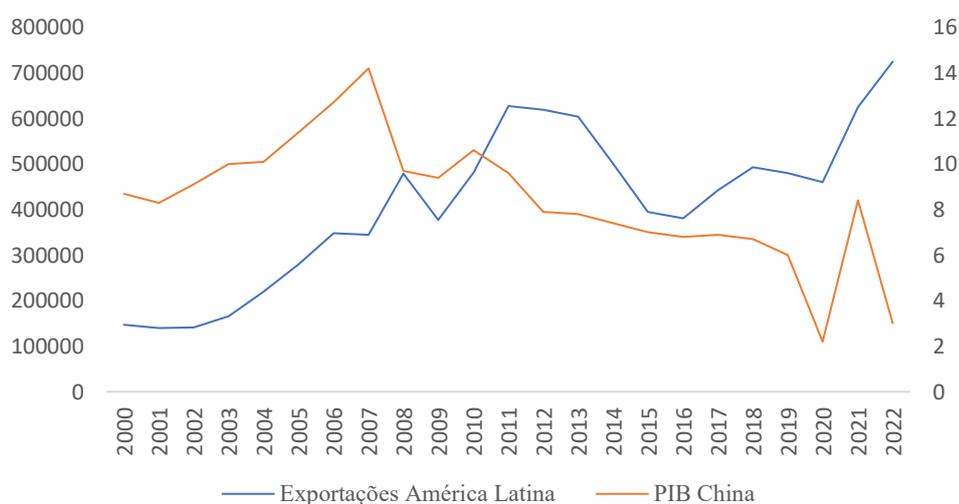
No debate sobre comércio e desenvolvimento, há destaque para o conjunto de problemas que são próprios das commodities: baixa elasticidade-renda da demanda, elasticidade-preço da demanda desfavorável, reforço de estruturas de produção retrógradas baseadas nas grandes propriedades, que gera maior concentração de excedente e do poder econômico; concentração da riqueza e da renda, que causa vazamento de renda e pouco dinamismo do mercado interno; restrição externa, visto que as commodities se caracterizam por alta volatilidade de preços e instabilidade de receita de exportação; rápida e profunda transmissão internacional dos ciclos econômicos; maiores barreiras de acesso ao mercado internacional; escalada tarifária, menor valor agregado, dumping ambiental com redução do nível de bem-estar social e riscos crescentes de litígios comerciais (Gonçalves, 2014, p. 92).

Enfim, é nesse cenário de inserção dependente e extrativista do Brasil no mundo da financeirização que o *Modelo Liberal Periférico* se planificou, já sinalizando para a dificuldade de modificação de suas deficiências, mesmo que diante de resultados econômicos positivos. O progressismo latino-americano do século XXI, período marcado por governos de esquerda e pelo desenvolvimento econômico decorrente da valorização internacional das commodities, sua

ascensão e queda, ilustram bem a necessidade de retomada da teoria social crítica para a análise da complexidade do pacto de classes no qual muitos apostaram, no campo econômico e político.

No gráfico 15 é possível visualizarmos a variação das exportações dos países latinos e sua influência em relação as variações do PIB Chinês, com destaque para a venda de bens primários de baixo valor agregado, em detrimento da estrutura diversificada, no caso do Brasil, herdada do período desenvolvimentista. Uma vez que essa relação bilateral se consolidou, os países latinos também passaram a gravitar em torno da economia chinesa (vide gráfico abaixo):

Gráfico 15 – Variação Anual das exportações da América do Sul e PIB da China



Fonte: CEPAL<sup>48</sup> (dados das exportações) e Banco Mundial (PIB China)  
Elaboração própria.

Quando de 2003 a 2008, a positiva liquidez das *commodities* municiou o governo brasileiro na aplicação de medidas anticíclicas contra os impactos da crise mundial, dando-lhe margem para manobras financeiras. A nossa taxa de investimentos crescia de modo vertiginoso, passando de 17,1% do PIB, em 2005, para 19,4%, em 2008, e 20,5%, em 2010, lembram Saad Filho e Moraes. Acrescentam (2018, p. 157) que “[...] o crédito pessoal quadruplicou, passando de 24% do PIB para 45%, enquanto os empréstimos hipotecários aumentaram de R\$ 26 bilhões (US\$ 10 bilhões), em 2004, para R\$ 80 bilhões (US\$ 30 bilhões) em 2009”, gerando consumo.

<sup>48</sup> Disponível no sítio eletrônico da CEPAL. Acesso em 18 jan. 2024. [https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator\\_id=2207&area\\_id=131&lang=es](https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=2207&area_id=131&lang=es). Para maiores informações, vide: [Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe 2022: el desafío de dinamizar las exportaciones manufactureras \(cepal. https://repositorio.cepal.org/items/0e319bc5-9fa2-4fc9-aad1-67f7f042bd16org\)](https://repositorio.cepal.org/items/0e319bc5-9fa2-4fc9-aad1-67f7f042bd16org).

Saad Filho e Moraes (2018) denominam esse projeto de Estado, e suas variantes no sistema de acumulação, como *neoliberalismo neodesenvolvimentista*. Apesar de não haver consenso sobre a categoria, é fato que o neoliberalismo sob os governos do PT conciliou uma agenda econômica ortodoxa, com a conservação das mesmas estruturas econômicas do governo anterior, em função das reformas pró-mercado (Carcanholo, 2018), ainda que com maior aplicação em gastos sociais, só possível devido também ao *boom* econômico das exportações.

Para Saad Filho e Moraes (2018), quando da crise econômica de 2008, o governo teria adotado uma postura assertiva, tendo, ao contrário do que sugeria economistas e meios de comunicação, implementado política anticíclicas agressivas, junto com países como a China. Nessa conta, afirmam os autores (2018), entrariam maiores gastos fiscais – tendo a Petrobras atingido o ponto alto de investimentos, na ordem de 2,6% do PIB, e o Minha Casa Minha Vida, 1,2% do PIB. Ampliou-se o crédito via bancos públicos, com redução da taxa de juros pelo Banco Central e com injeção do PIB de mais de 3,3% em instituições financeiras (Idem, 2008).

Diferente de Saad Filho e Moraes (2018), Carcanholo (2018) destaca, lucidamente, que a política diante dos influxos da crise – como a desoneração tributária destinada a alguns setores e o financiamento do consumo das famílias, mesmo que não ortodoxa, não se mostraram tão eficazes como havia antevisto o governo e como insistem, até hoje, parte dos economistas. Aponta Carcanholo (2018), que a duração de longo prazo da crise pôs em evidencia os limites dessas práticas pouco expressivas, gerando déficits fiscais [inclusive que virariam justificativas para o futuro teto de gastos em 2016] e o grave endividamento das famílias dos trabalhadores.

O expressivo superendividamento das famílias rebaixou suas condições de vida e o seu poder de consumo, já bastante comprometido pelo desfinanciamento de bens e de serviços sociais, devido à drenagem de recursos do fundo público para o pagamento de serviços da dívida pública (Carcanholo, 2018). Não significa que os ortodoxos estavam certos, mas que o ajuste recessivo que se impôs era o único capaz de, situa Carcanholo (2018, p. 39), “[...] garantir os compromissos necessários, assumidos pela [...] estratégia de desenvolvimento [neoliberal]”, a fim de manter, por meio de políticas quer heterodoxas quer ortodoxas, a proteção ao mercado.

Um fator relevante que merece destaque como atenuante quanto ao impacto da crise de 2007/2008 no Brasil, diz respeito ao elevado nível de reservas internacionais. Para Reinaldo Gonçalves (2014, p. 171), essa foi uma “conquista notável” do governo Lula, pois ela “[...] respondeu, em grande medida, à conjuntura de liquidez internacional e às pressões ocasionais do setor industrial e do agronegócio nos períodos de grande apreciação cambial”. Todavia, a

falta de estratégias teria majorado os custos cambial e fiscal das reservas<sup>49</sup>, agravado, inclusive, pelo empréstimo concedido ao FMI, em 2010, tendo o Brasil *pagado para emprestar ao Fundo*.

O empréstimo de US\$ de 10 bilhões ao FMI alçou um custo médio de R\$ 2 bilhões de reais ao ano. Ao durar três anos, esse valor alcançaria R\$ 6 bilhões em custo fiscal e entre US\$ 500 milhões e US\$ 1,1 bilhão em custo cambial (Ibdem). Sobre o custo da reserva total:

No período de 2009-2011 o custo cambial (média anual) é US\$ 5,7 bilhões, que representa 23% do superávit da balança comercial. O custo fiscal (média anual) é R\$ 47 bilhões, que representa 72% do superávit primário do governo central e 1,3% do PIB. Portanto, tanto na perspectiva cambial como na fiscal as reservas internacionais têm custos elevados para o país (Gonçalves, 2014, p. 171).

Outra discussão que se faz necessária ao tratarmos das reservas cambiais, consiste no fato de que são mecanismos de transferência de riqueza socialmente produzida dos países periféricos para os centrais. Esse colchão em moeda estrangeira, cujo fluxo de capital beneficia os países estrangeiros, tem o objetivo de manter a estabilidade econômica interna, em especial para garantir o pagamento de dívidas externas e controlar a volatilidade cambial<sup>50</sup>. Além disso, essas reservas são reinvestidas em títulos de dívida de países centrais, como os títulos do Tesouro dos Estados Unidos, outra forma de drenagem. Consoante o Banco Central do Brasil,

As reservas internacionais são os ativos do Brasil em moeda estrangeira e funcionam como uma espécie de seguro para o país fazer frente às suas obrigações no exterior e a choques de natureza externa, tais como crises cambiais e interrupções nos fluxos de capital para o país. No caso do Brasil, que adota o regime de câmbio flutuante, esse colchão de segurança ajuda a manter a funcionalidade do mercado de câmbio de forma a atenuar oscilações bruscas da moeda local - o real - perante o dólar, dando maior previsibilidade e segurança para os agentes do mercado. **Essas reservas, administradas pelo Banco Central, são compostas principalmente por títulos, depósitos em moedas (dólar, euro, libra esterlina, iene, dólar canadense e dólar australiano), direitos especiais de saque junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), depósitos no Banco de Compensações Internacionais (BIS), ouro, entre outros ativos.**<sup>51</sup> (Grifo nosso)

Essas políticas de acumulação de reservas e o empréstimo alardeado por Lula ao FMI – este anúncio utilizado como forma de expressar a estabilidade econômica conquistada pelo

<sup>49</sup> O custo cambial “[...] decorre da diferença entre a taxa média de retorno de ativos estrangeiros no país e a taxa média de remuneração das reservas internacionais brasileiras. O custo fiscal, por seu turno, resulta da diferença entre o custo médio da dívida pública mobiliária federal interna e a taxa de remuneração das reservas internacionais”. (Gonçalves, 2014, p. 171). Não se trata de um custo direito, mas de um cu

<sup>50</sup> A volatilidade cambial refere-se à variação ou flutuação no valor de uma moeda em relação a outra ao longo do tempo. Em termos simples, é a oscilação do preço de uma moeda em comparação a outra em um período específico, que pode ocorrer em função de vários fatores econômicos e políticos.

<sup>51</sup> Disponível em: <https://cdn-www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reservasinternacionais> Acesso em 20 set. 2024

Brasil, na verdade reforçam a *acumulação por espoliação* (categoria explicitada por Harvey, 2004), dos países centrais sobre os países periféricos. Esses mecanismos de transferência de valor servem para perpetuar a hegemonia do imperialismo central e do sistema financeiro internacional (Harvey, 2004). Segundo Luce (2004), esse intercâmbio *desigual*, nem sempre perceptível em sua essência, assume caráter sistemático e estrutural no capitalismo dependente.

Em síntese, Lula conclui o mandato com mais de 80% de aprovação popular. Esse próspero cenário, todavia, como resgatamos, equivalia a uma *Crônica de uma morte anunciada*, como no romance de Gabriel Garcia Marques, em que o fim já era de ciência de muitos, exceto da própria futura vítima. Os rumos econômicos que intensificavam a dependência brasileira, com a reprimarização da economia, centrada na exportação de bens primários e nas manufaturas de baixo valor agregado, decerto deixavam o Brasil e outros países latinos expostos a flutuações do preço desses produtos no mercado internacional, o que não tardaria a dar sinais de falência.

Mesmo com essa taxa de sucesso eleitoral em torno do PT e, especialmente, da figura carismática e popular de Lula da Silva (capaz de eleger, em 2011, Dilma Rousseff, uma sucessora política desconhecida de grande parte da população brasileira); essa prosperidade não resistiria à crise econômica que se seguiria com o fim do superciclo das *commodities*. Ela fez surgir uma grande crise política dos pântanos mais sombrios da cultura autoritária nacional. O pacto de classe se esgotava, de um lado, motivado pela concentração de renda, precarização do trabalho e corrosão tributária; de outro, pela crise da abundância que afetaria as elites do capital.

#### ***4.2 O fim do superciclo das commodities e a crise política brasileira: 2011 a 2016***

De 2011 em diante, não cessaram os efeitos da crise mundial, ainda que economias como a dos EUA e a da Europa tenham atuado de forma enérgica na aplicação de medidas anticíclicas, que envolveram a destinação de somas extraordinárias de recursos públicos para o capital (instituições bancárias e outras ligadas ao setor financeiro, bem como empresas). Nessa lógica, a população foi duplamente lesada, pela referida drenagem do fundo público e por recair sobre ela o pacote draconiano de austeridade fiscal adotado pelas potências (Tonelo, 2021), algo que, em verossimilhança, fora amplamente reproduzido nos países de economia periférica.

O desafio maior consistia em reciclar *soluções* já praticadas em cenário pré-crise, aprofundando-as! Tais soluções eram ampliar a precarização do trabalho, a desigualdade, o desemprego, o endividamento das famílias, a desproteção social etc, algo já outrora corriqueiro. De um lado, supercréditos ao capital; do outro, o endividamento das nações, forçando pacotes fiscais a ceifarem os direitos sociais. Mesmo diante de suas próprias contradições, explicitadas

na crise de 2008 (como adiante na crise pandêmica futura); o Estado demonstrou que não havia *reservas* em adotar neoliberalismo para aplacar os efeitos adversos do próprio neoliberalismo.

Não deveria causar alarde, desse modo, que a burguesia, o Estado e os economistas neoliberais continuassem apostando nesse projeto, muito, inclusive, alinhado com o sistema de acumulação capitalista, mesmo que o antídoto para as suas contradições fossem a sua própria toxina, aponta Tonelo (2021, p. 36) ao problematizar acerca dessa ilógica “receita antinômica”:

[...] Trata-se da doença estrutural do neoliberalismo, que reduziu bruscamente o potencial do consumo da sociedade, diminuindo salários, retirando direitos, em suma disputando cada centavo de mais-valor produzido, o que gerou uma recuperação das taxas de lucro. Esse movimento aumentou a contradição mais geral da dinâmica do capital na sociedade e desenvolveu contradições ainda maiores com a hiperfinanceirização e a formação de bolhas para manter os níveis de realização das mercadorias e do consumo. Depois do estourar da bolha e do escancarar das contradições, o ‘antídoto’ foi aplicar a mesma toxina.

No caso brasileiro, a análise do capítulo Dilma Rousseff dessa história permitirá avaliarmos nuances políticas e econômicas para o empoderamento da direita no país, ainda que sua versão reacionária só possa ser analisada na interlocução com a cultura autocrática nacional. Foi, inclusive, no referido governo que o Brasil alçou, digamos, o auge e o declínio do projeto progressista de Estado. Isso porque já se calculava termos passado pelos efeitos mais graves da crise mundial, ainda que, à espreita, eles estivessem se movimentando em nossa direção, o que fez o governo Rousseff transitar “Da glória ao desastre”, como traduziram Saad Filho e Morais.

Após a primeira fase da crise (como expusemos no tópico anterior), o país decolou de forma comprometida com a aceleração do crescimento econômico e com a distribuição de renda, por meio do fortalecimento do *Modelo Liberal Desenvolvimentista* (Ibdem). Esse novo desenvolvimentismo, cujo pacto de classes era certamente a sua mais forte marca, ainda que com maior tintura social, não teria abandonado o tripé econômico liberal<sup>52</sup>. Nesse percurso, ela fez jus, a uma nova matriz econômica (NME), de incentivo ao investimento privado e à valorização do real, que, em face do agravamento da crise, não tardaria ao fracasso (Ibdem).

Esse fracasso da NME, argumentam Saa Filho e Morais (2018), teria levado ao *impeachment* da presidenta em 2016. Somados aos relevantes aspectos sociopolíticos que o

---

<sup>52</sup> A principal finalidade das metas inflacionárias é controlar a inflação para que ela não atinja níveis excessivamente altos ou baixos. Os bancos centrais utilizam diversas ferramentas de política monetária, como a taxa de juros, para atingir essas metas. O controle fiscal refere-se às políticas e práticas adotadas por um governo para gerenciar suas receitas e despesas, visando a sustentabilidade das contas públicas. Envolve o uso de ferramentas como orçamentos, impostos e gastos públicos para equilibrar as finanças do estado. O câmbio flutuante é um regime de taxa de câmbio em que o valor da moeda é determinado pelo mercado, ou seja, pela oferta e demanda de divisas, sem intervenção direta do governo ou do banco central.

sociólogo André Singer e o historiador Perry Anderson nos ajudarão a compreender à frente, os economistas abstraem elementos que merecem nossa atenção para a caracterização de pontos de convergência entre as crises econômica e política que afetarão o Brasil a partir de 2011. De início, consideremos que Dilma Rousseff teria feito o governo mais à esquerda do país desde João Goulart (Jango), o que Saad Filho e Morais (2018), bem como Singer (2018) concordam.

Isso porque, para ambas as análises, politicamente, as medidas adotadas teriam se direcionado para mudanças, mesmo que não estruturais, ainda mais ousadas quanto às políticas ligadas à infraestrutura, bens e serviços; bem como em relação aos programas assistenciais. Nesse processo, no decorrer da crise, Rousseff também adotou medidas que afrontavam o poder do capital rentista nacional, algo que colocava em xeque o pacto de classes criado pelo petismo. Em um contexto de grave crise econômica, forçar a redução dos juros bancários mais altos do mundo, o quartel dos *spreads*, certamente cobraria um preço alto quanto aos acordos políticos.

Mas, nos deteremos nesse ponto certamente adiante, pois isso também envolve as frações de classe a que o governo se vinculou e o fato destas (sobretudo, a burguesia nacional) possuírem interesses difusos e devido a sua diligência em lançarem os botes a qualquer indício de naufrágio. Com o ensaio “Cutucando onças com bases curtas”, Singer (2018) elucida que as decisões da presidenta alteraram o seu escopo de manobras junto aos parlamentares e ao capital, criando as condições objetivas para que a coalisão entre capital industrial e trabalho desse lugar à frente única burguesa em defesa do corte de gastos públicos e das contrarreformas em curso.

No Brasil, em 2011, viu-se delinear de modo contundente a crise mundial, a partir dos avanços decorrentes de 2008. Isso ocorreu ao passo em que, nesse ano, no início de agosto, a crise mundial passava por um novo reverse. Nos EUA, lidava-se com o crescimento da dívida, a fuga de capitais e a alta inflacionária; e como com a manada de capital para os títulos da dívida norte-americana. Além disso, a crise econômica havia se movimentado para zona do Euro, novo epicentro da turbulência financeira mundial. Em reação, as potências credoras, lideradas pela Alemanha, imporia recessões às nações devedoras vizinhas – Grécia, Itália, Espanha e Irlanda.

Não tardou para que, em 2012, como já expusemos, a China passasse a ver declinar suas taxas crescimento. Singer (2018) destaca que para continuar a desenvolver o *reformismo fraco* que consagrava o PT, era necessário o crescimento anual de mais de 5% do PIB. Essa foi a circunstância para que Dilma Rousseff pusesse em prática a NME, conjunto de medidas que vinham sendo planejadas desde a substituição de Henrique Meireles por Alexandre Tombine como presidente do Banco Central (BC), em novembro de 2010. A NME envolvia medidas anticíclicas, que fossem capazes de garantir a estabilidade e acelerar o crescimento econômico.

Afinal, uma das promessas veiculada em rede nacional quando Rousseff subiu a rampa do planalto em 1º de janeiro de 2011 foi a modernização nacional. Outra, a redução da pobreza. Com Guido Mantega no Ministério da Fazenda e Alexandre Tobine no BC, a NME representava um ativismo estatal com características do projeto econômico *desenvolvimentista*, que, para Singer (2018), em curtas palavras, envolvia: o fomento à industrialização integral para a superação da pobreza, o planejamento estatal para a industrialização eficiente, a definição (pelo Estado) dos setores de expansão; e a orientação de recursos estatais para áreas específicas.

Essa reunião de medidas atinentes ao projeto desenvolvimentista, anuncia Singer (2018), foram especialmente renovadas nos anos 2000 pelos governos do PT. Reanimada após a experiência “novo-desenvolvimentista” dos anos 1950 e 1960, a NME favoreceu o ativismo estatal, que para o autor, portanto, foi dotada de *antiliberalismo*. As suas análises da conjuntura não se tornam menos importantes, ainda que seja controversa esta conclusão. Como foi possível exploramos com Carcanholo (2018) sobre a flexibilização neoliberal, a adoção da heterodoxia (convivendo com políticas ortodoxas) é possível e viável quando se fizer necessária ao capital.

Sem que houvesse alterado a estrutura da política econômica neoliberal, o PT demonstrou que as “[...] reformas estruturais liberalizantes, no entanto, não só seriam mantidas, como, em alguns casos, aprofundadas” (Carcanholo, 2018, p. 37). Afora as visões de Singer e Carcanholo, Saad Filho e Morais (2018) admitem um *neoliberalismo desenvolvimentista*, uma junção entre esses dois projetos, em curso no Brasil até a fase mais grave dos efeitos da crise. Essa fase, a partir de 2014, alteraria os rumos do projeto desenvolvimentista periférico. A NME, no governo Rousseff, teria sido a sua grande aposta econômica, que o levou do auge ao fracasso.

Singer (2018) se debruça justamente na reflexão: o que teria resultado no fracasso desenvolvimentista? Para o cientista político, essa é a chave para a compreensão dos processos políticos que desencadearam o *impeachment*. Nesse momento histórico, trata-se da trajetória da NME, seu conteúdo, a que interesses favorecia (e desfavorecia) e os seus limites diante do fosso profundo da crise econômica e do esgotamento do ciclo das *commodities*. Essas são questões a serem analisadas. Todavia, primeiramente, o infográfico 1 nos permitirá caracterizar suas ações:



Fonte: Singer (2018, p. 43-46) e Relatório BNDES (2011).  
Produção própria.

Esse acima foi o plano para alavancar a economia brasileira e arrefecer a crise. Até certo momento, é possível afirmar seu pleno sucesso, tendo sido 2011, o ano do seu auge, como consentem Singer (2018), Anderson (2020) e Saad Filho e Morais (2018). Em pleno curso do NME, inclusive, os índices de popularidade da presidenta eram bastante positivos, alcançando 79%, em 2013, valor superior aos melhores momentos de Lula e FHC<sup>53</sup>. Nessa fase, o governo optou por medidas de aprofundamento da nova matriz, com investimentos em várias áreas do setor produtivo industrial, assumindo um lado quanto aos interesses faccionados da burguesia.

Para analisar a situação, no qual desemboca a própria matriz – nacionalista, Singer (2018) aborda um tema caro para a compressão dos interesses burgueses no Brasil. O fato de termos, no mínimo, duas frações em curso no país, de *coalizões contrapostas*: a rentistas e a produtivista. “A rentistas reuniria o capital financeiro e a classe média tradicional, enquanto a produtivista seria composta dos empresários industriais associados à fração organizadas da classe trabalhadora” (Idem, p. 57). Singer se ampara na análise de Boito Jr, que lança mão das teorias de Nicos Poulantzas, segundo as quais não há um bloco burguês sem fissuras no poder.

Boito Jr., ao prefaciá-lo livro *Poder Político e classes sociais* de Poulantzas, afirma:

<sup>53</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm> Acesso em: 14 fev. 2024.

A classe capitalista não é concebida, ao contrário do que ocorre em alguns autores Marxistas, como um bloco homogêneo sem fissuras. Ela é analisada, regra geral, como um coletivo de classe, dotada de interesse político geral comum, mas subdividido em frações no que concerne a interesses econômicos de médio prazo. Atraídos por esses dois polos, o interesse de classe e o interesse de fração, os diferentes segmentos da classe capitalista podem realizar movimentos surpreendentes e até contraditórios. O bloco no poder é concebido, por sua vez, como unidade, às vezes instável, dessas frações em conflito pelo controle da política econômica, social e externa do Estado. A complexidade oriunda do encruzamento dos diferentes sistemas de fracionamento da burguesia – porte do capital, origem do capital, a inserção nas diferentes fases do processo de acumulação etc. –, a composição e a correção de forças entre as frações que integram o bloco, as relações variadas de tais fracções com diferentes classes populares, todo esse conjunto de vetores cria um jogo político muito complexo que o dispositivo conceitual de Poulantzas permite deslindar. Estamos longe da oposição simples e simplificada entre a classe capitalista e a classe operária e é do que precisamos para a análise das conjunturas políticas. (Poulantzas, 2019, p. 9-10).

Saad Filho e Morais (2018) capitam a bifurcação política entre segmentos da burguesia desde a eleição de Lula da Silva, em 2002, onde operou de forma nítida essa estratificação quer em relação à burguesia quer quanto à sociedade civil quer no que tange aos grupos políticos de oposição historicamente dominantes no cenário eleitoral nacional. O progressismo, portanto, teria sido eleito, em 2022, apoiada por uma *aliança de perdedores*, do qual Rousseff também derivaria suas bases. Essa aliança foi composta por quatro grupos principais, conforme abaixo:

Quadro 1 – PT e *Aliança de perdedores* (versus Aliança neoliberal)

Aliança de perdedores (AP)	Caracterização da AP	Perdas com a neoliberalização pela AP	Aliança Neoliberal (oposição à AP)
Classe trabalhadora urbana e rural sindicalizada	«Segmentos da classe média, servidores, trabalhadores formais e sindicalizados, que se tornaram a base e a estrutura da esquerda desde a ditadura militar».	Perdas decorrentes “[...] da desindustrialização, das privatizações, dos cortes de empregos, da estagnação salarial, da diluição dos direitos trabalhistas e da insuficiência provisão de bens e serviços públicos decorrentes das políticas neoliberalismo [...]».	«Parcela da classe média que estabeleceu aliança com a burguesia internacionalizada nos governos FHC».
Grandes segmentos da classe trabalhadora informal	“Antes tinham relutância ao PT, por estarem ligadas a práticas clientelistas e populistas e pela falta de organização que os conectasse com o partido. As exceções eram as comunidades eclesiais de base da Teologia da Libertação, ala da Igreja católica (que enfraquecem a partir da década de 1980)».	“Em 2002, esses grandes grupos não organizados tenderam a apoiar Lula porque ele demonstrava opor-se ao neoliberalismo e prometia redistribuição de renda e programas sociais, mas também pelo pacto do PT com diversas igrejas evangélicas”.	«Trabalhadores informais que tradicionalmente voltavam com a direita».
Capitalistas, proeminentes, em particular entre a burguesia interna	“[...] Grupos que estavam debilitados pela estagnação econômica, a ofensiva do capital transnacional, as altas taxas de juros, a sobrevalorização da moeda e a pressão das importações baratas”.	“[...] Essa fração tinha uma relação contraditória com o neoliberalismo e as políticas públicas. Apesar de permanecerem ligados à ideologia neoliberal e tenderem a apoiar as políticas fiscais, trabalhistas e sociais associadas ao neoliberalismo, a burguesia interna reconhecia que a regulação governamental, as políticas de bem-estar social e o aumento do salário mínimo poderiam aumentar a coesão social, promover a estabilidade política e impulsionar o mercado interno”.	«Burguesia internacionalizada, politicamente dominante nos governos Collor e FHC. Seu projeto político estava ancorado no tripé de políticas macroeconômicas neoliberais, em privatizações, na “desregulamentação da economia, nas concessões de serviços públicos e na rejeição de programas sociais e de distribuição de renda”.
Vários notórios oligarcas, latifundiários e líderes políticos de direita das regiões mais pobres	«Grupos que desde o início da década de 1990 vinham sendo excluídos de suas posições influentes em Brasília, por uma nova legião de gestores alinhados aos interesses do capital transnacional (economistas, financistas e administradores profissionais, em especial do rico Sudeste, diferente dos advogados, engenheiros e nomeados políticos ineptos das regiões mais pobres do país)».	«Os oligarcas, além da diminuição do seu poder e de sua representatividade política em Brasília, também se ressentiam da redução dos fundos federais para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, em função das imposições de austeridade fiscal, que contribuiu para corroer a influência política do grupo. (p. 136). Apostaram que o PT seria mais sensível que o lado neoliberal à ajudar as regiões mais pobres, maximizando o seu poder».	«Nova legião de gestores ligados aos interesses do capital internacional».

Fonte: Saad Filho e Morais (2018, p. 134-137).  
Elaboração própria.

Algo que manteve o alinhamento com os seus apoiadores no decorrer dos mandatos progressistas foi o aparente abandono neoliberal. Na verdade, ocorreu foi que o PT acomodou os interesses desses segmentos ao neoliberalismo com políticas sociais compensatórias e pela reversão da estagnação neoliberal (Saad Filho; Morais, 2018). Os perdedores possuíam interesses limitados, que podiam ser acomodados nos planos pró-mercado dos governos do PT, enquanto a submissão a ambas as frações do capital sinalizava a derrota de quaisquer formas de socialismo ou mudanças estruturais mais profundas, de caráter, de fato, antiliberais (Idem).

Na abonação das *commodities*, esses interesses foram positivamente conciliados. Já quando da crise econômica decorrente do final desse ciclo, o governo de Dilma Rousseff optou em desenvolver o mercado interno, os bens e serviços e incentivar a industrialização nacional. Essas foram as medidas anticíclicas da NME, cujos resultados, inicialmente, foram exitosos em benefício de frações de classe do capital nacional, em oposição a outras medidas que foram de encontro aos interesses do capital financeirizado – ligados a internacionalização, como foi a “guerra declarada” de Dilma e do Ministro da Fazenda Guido Mantega aos *spreads* bancários.

Ao *cutucar as onças* (os bancos privados), Dilma gozava de ampla popularidade, em um contexto de boas expectativas econômicas. Reduzir as taxas de juros, desvalorizar o real, e tornar mais baixos os custos de energia e transporte eram necessários para reduzir o custo de produção, criar oportunidades de produtividade, captar investimentos privados e fomentar o consumo baseado no crédito pessoal (Saad Filho; Morais, 2018). Essa agenda alinhava-se, concretamente, às exigências da burguesia nacional, de tal modo, consoante Saad Filhos e Morais, que a *Agenda Fiesp*, mais poderosa organização empresarial do país, regia a sua pauta.

Como resultado, a NME reduziu as taxas de juros com a política monetária em curso pelo Banco Central. A taxa Selic alcançou 7,16%, em 2012. Decréscimo de 8,24%, se mantendo assim até maio de 2013 (Ibdem). Quanto às taxas de juros reais, Dilma Rousseff atingiu a menor redução desde 1992. Essa política, para ampliar a competitividade das empresas nacionais, “...visava reduzir o ingresso de capital estrangeiro especulativo, desvalorizar a moeda e diminuir os custos do crédito. Buscava-se, assim, promover os investimentos e o consumo privados, em vez de recompensar a especulação financeira” – destacam Saad Filho e Morais (2018, p. 173).

Portanto, considerando a quais interesses se direcionava a NME e tendo em vista que as frações do capital financeirizado não pretendiam reduzir suas vantagens, a política em curso pela presidenta Dilma Rousseff desagradava-os diretamente, comprando brigas inéditas – “[...] uma vez que confrontava o poderoso setor financeiro para manter o crescimento e obter a industrialização” (Singer, 2018, p. 48). Nesse sentido, Singer (2018) chama a atenção para

um ponto de inflexão entre Lula e Dilma. Uma vez que Lula atuava sem enfrentamentos, Dilma não tangenciou, *caiu em campo e em combate* – como ao forçar a queda dos *spreads* bancários.

No campo econômico, em 2011 as medidas reagiam, de início, de forma exitosa e Dilma avançava no confronto ao rentismo. Em maio de 2012, alterou as regras de remuneração da poupança e mantinha o incentivo à queda da Selic pelo BC. A presidenta, no discurso em 1º de maio de 2012, resgata Singer (2018), denunciou em rede nacional o absurdo dos juros do cheque especial, das prestações e do cartão de crédito. Mantega, em setembro, declarava serem “escorchantes” os juros do cartão de crédito e que os bancos públicos os forçariam para baixo.

Ou seja, o recado, destaca Singer, prenunciado em *alto e bom som*, com o confronto captado pela mídia nacional, era de que, caso não cuidassem, os bancos privados perderiam os seus clientes para os bancos públicos, se não se habilitassem a acompanhar as taxas das estatais. Em 2012, as eleições municipais, refletiam a popularidade de Dilma e do PT quanto ao apoio popular, fortalecendo o governo, relembra Singer (2018). O autor acrescenta (2018) que em 23 de janeiro de 2013, ao anunciar a redução da conta de luz, Dilma alcançaria à glória da NME. Estaria, todavia, à espreita a turbulência das novas especulações no que tange a alta da inflação.

Essa situação, estimulada por uma fala do presidente do BC, em fevereiro de 2013, em entrevista com Miriam Leitão sobre uma possível falta de conforto quanto ao controle da inflação, estimulou uma aposta dos investidores na alta dos juros. Colunista da Folha de São Paulo, Singer (2018) acompanhava a dificuldade de Dilma Rousseff, na época em viagem para a África do Sul, em conter as repercussões em torno do assunto. Para Singer, naquele momento, diante do “vaivém” da presidenta ao se explicar, era evidente “... que correntes invisíveis tinham reordenado forças submersas, e que o ensaio começava a naufragar [...]” (Singer, 2018, p. 53).

Essa situação gerou uma grande pressão sobre o ensaio desenvolvimentista. Era já então nítida a ruptura com o BC, que passou a atuar sob a perspectiva rentista. Essa ruptura entre o BC e o Ministério da Fazenda, sob intensa pressão da mídia e do setor financeiro, que somada à uma possível nova estagnação econômica global, fez surgir uma frente burguesa e midiática em torno um projeto contracionista no país (Saad Filho; Morais, 2018). Tinha-se o clima oportuno para os ataques a nova matriz e para a defesa do ajuste recessivo (Singer, 2018). A pressão da imprensa internacional e nacional direcionou toda a responsabilidade a Rousseff.

Singer (2018) resgata alguns dos ataques midiáticos ao intervencionismo da NME, atribuindo ao abandono da política monetária neoliberal uma possível hecatombe econômica. Em síntese, Saad Filho e Morais destacam os problemas da tentativa de reversão desse quadro:

A estratégia econômica do governo chegou a um impasse. O problema não se resumia à contradição entre políticas fiscal e monetária. Por um lado, as tentativas contínuas de controlar a inflação por meio das taxas de juros e da sobrevalorização cambial agravariam o déficit em conta-corrente e intensificariam a desaceleração econômica [...]. Por outro lado, a tentativa de controlar a inflação por meio da contenção de salários, transferências e investimentos públicos interrompiam os ganhos produtivos e comprometeria o crescimento do PIB e os desejados ganhos de produtividade. Em vez disso, o governo optou pela imposição de controles de preços e pela distribuição de subsídios, apesar de sua limitada eficácia e seus elevados custos fiscais. (2018, p. 176).

Enfim, não vamos abordar os pormenores dos processos de crise econômica que se desencadearam, mas o importante é reafirmar que a NME apresentou seus limites diante do contexto internacional de recessão (como expusemos: com o fim do *superciclo das commodities*) e pela própria dinâmica complexa na qual se desenvolvia as suas medidas anticíclicas. É fato que as duas frações do capital se encontravam em disputa, uma delas no centro das atribuições da nova matriz. Outra, extremamente poderosa, tendo que rever ganhos de capital exorbitantes. Desse modo, a presidenta foi para a disputa do segundo mandato com suas bases enfraquecidas.

Em 2013, sua popularidade foi fortemente afetada pelas *Jornadas de Junho*, que ganharam as ruas das capitais e de pequenas cidades do Brasil em um dos maiores movimentos de rua das últimas décadas, algo certamente só comparável ao movimento contra a ditadura. O *Movimento Passe Livre* (MPL), que se iniciou depois do aumento das passagens de ônibus em São Paulo, capitaneou um conjunto de forças políticas, muitas delas autônomas e contrapostas. Deriva desse momento, certamente, o crescimento midiático (redes sociais) do reacionarismo social e partidário, o que, de modo contraditório, se somou a reivindicações justas por direitos.

Nos deteremos, em seguida, a analisar esses acontecimentos, mas por hora cabe situarmos que a imagem da presidenta Dilma Rousseff sobrevivia a um forte desgaste popular. À sua época, o reacionarismo que ganhou as ruas (ainda que este não representasse as Jornadas), inclusive, atacava a presidenta como mulher, de forma misógina, ratificando as discriminações historicamente presentes na política e na sociedade brasileira. À época, os investimentos na Copa do Mundo de futebol, sediada no Brasil, também passaram a ser alvo de duras críticas, assim como a corrupção e o PT. “Queremos escolas, metrô e ônibus padrão FIFA”, circulava.

Em julho de 2013, a popularidade de Dilma Rousseff, a ser candidata ao 2º mandato no ano seguinte, já havia despencado. Sua aprovação, segundo dados do Ibope, tinha caído 24 pontos percentuais, decrescendo mais de 50% para 31%, pesquisa encomendada, inclusive, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)<sup>54</sup>. Considerando que o setor da industrialização tinha

---

<sup>54</sup> Dados disponíveis em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html>. Acesso em 16 fev. 2014.

sido o maior beneficiado pelos investimentos da NME, algo já se delineava incongruente em relação a fração do capital industrial aliada de Rousseff. No próximo tópico, visualizaremos que nas Jornadas de Junho de 2013 o pato gigante e amarelo da Fiesp, que tumultuava a Avenida Paulista com o slogan “não vamos pagar o pato”, cravava a ruptura do governo com o segmento.

Inicialmente contra o aumento dos impostos e, em seguida, pelo impedimento da presidenta, a Fiesp, muito mais do que algo relacionado a um desvio de caráter da burguesia nacional, sinalizava que não apostavam na capacidade da NME em reverter a crise econômica, tendo sido um erro o abandono do tripé neoliberal, a ser recuperado com contracionismo. O tão urgente ajuste já havia sido apresentado ao governo, destaca Singer (2018), cuja centralidade se direcionava à necessidade de redução dos direitos trabalhistas, via contrarreforma trabalhista, algo que, marcadamente, poria fim a conciliação de classes sustentada até o momento pelo PT.

O que teria ocorrido à burguesia nacional para que abandonasse a base de Dilma já que era, indiscutivelmente, a maior beneficiária do *Desenvolvimentismo Liberal*? Utilizando a categoria de Saad Filho e Morais (2018), colocamo-nos diante de uma das principais questões levantadas por Singer (2018) acerca das bases políticas da presidenta e de suas características. Quando do impedimento, muitos economistas e sociólogos não acreditavam na sua conclusão por avaliarem que Rousseff já dava sinais de que poria em curso as contrarreformas trabalhista e previdenciária, o que estava na base dos interesses dos que vislumbravam um governo à direita.

Singer (2018), alicerçado no debate teórico sobre as frações de classe da burguesia e na sua trajetória como analista político da conjuntura nacional (aquele que acompanha os fatos *ad hoc*, analisando-os no desenvolvimento das situações e dos conflitos), chegou a uma síntese de possibilidade para explicar a guinada do empresariado brasileiro contra o governo Dilma. O quadro 4 expressa o seu ensaio ao refletir sobre este questionamento: *se o Brasil do diálogo, da produção e do emprego* priorizava a burguesia interna no bloco de poder hegemônico pelo PT, por que a passividade diante de um *impeachment* que ameaçava os seus próprios interesses?

Quadro 2 – Explicações para a passividade do setor industrial nacional na defesa do governo Dilma Rousseff

IMBRICAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E RENTISMO	FATOR IDEOLÓGICO	LUTA DE CLASSES	DIMENSÃO EXTERNA
<p>A financeirização contemporânea levou à ampliação da simbiose entre rentismo e capital industrial;</p> <p>Várias rubricas produtivas passaram para o controle de bancos e fundos de investimentos;</p> <p>Décadas de altas taxas de juros levaram o empresariado brasileiro (rentista e produtivo) a ganhos elevados com investimentos seguros e elevada liquidez (GUILHERME MELO);</p> <p>Como capital de indústria, o empresariado deseja crédito a baixo custo, com baixa taxa de juros; no entanto, como conglomerado que também é financeiro aspira juros altos, para acrescer o investimento aplicado;</p> <p>De forma dicotômica, o seu caráter produtivo implica aliança com os trabalhadores, mas a sua relação com o componente financeiro dos lucros, faz com que ele abra mão desse compromisso na medida em que o ambiente econômico se altere;</p>	<p>O capital rentista difundiu pensamentos para cooptar o capital produtivo, mobilizando extenso aparato de formulação e divulgação de críticas ao desenvolvimentismo;</p> <p>As críticas, sob a prerrogativa do anti-intervencionismo, se direcionaram a Dilma Rousseff, acusando-a de incompetente, de arbitrária, de autoritária e de leniente com a corrupção;</p> <p>É relevante considerar que a piora das condições econômicas no contexto da crise mundial e do fim do super ciclo das <i>commodities</i>, potencializaram o efeito ideológico;</p> <p>«O baixo crescimento do PIB, a pressão inflacionária e a redução da margem de lucro funcionaram como combustíveis para os argumentos anti-intervencionistas»;</p> <p>No caso do empresariado industrial, a maior motivação foi a oscilação do lucro; com queda generalizada das margens de lucro do ganho da indústria de 2012 a 2014;</p> <p>Com a depreciação do real além do que era necessário, cresceu a importação de bens manufaturados. E a taxa de lucro das empresas se tornou inferior à taxa média de juros da Selic.</p>	<p>O aumento dos postos de trabalho formais, por meio das intervenções estatais «tira dos empresários um instrumento decisivo para mandar na política econômica - justamente a ameaça do desemprego»;</p> <p>«Num contexto liberal, se os empresários 'perdem a confiança' na política econômica, param de investir e o emprego cai. Então, o governo é obrigado a mudar a política. Mas, se o emprego é sustentado por verbas públicas, então esse perde o poder de pressão, que cessa de existir»;</p> <p>«As greves provocaram quase 87 mil horas de paralisação em 2012, o maior índice desde 1997. Houve 873 greves, em 2012, com um salto para 2.050, em 2013. Continuaram a crescer em 2014, batendo as 111 mil horas paradas». O expressivo número de paralisações no primeiro mandato de Dilma era suficiente para afastar o capital do trabalho;</p> <p>O salário médio dos trabalhadores cresceu 13% entre 2011 e 2013. Considerando o desaquecimento da economia, isso passou a ser considerado um peso pelo empresariado. E esse custo não era possível ser passado para os produtos devido a desaquecimento das vendas, o que passou a pressionar os lucros.</p> <p>Nesse contexto, se torna essencial no âmbito da lógica do capital a defesa da perspectiva neoliberal de reduzir salários e direitos trabalhistas.</p>	<p>Avanço da China e da Rússia na América Latina no século XXI, redesenhando os acordos comerciais, que se afastavam da influência dos EUA;</p> <p>Influência nos meios industriais brasileiros da discussão sobre a Parceria Transatlântica sobre Comércio e Investimento (TTIP), elaborado pelo EUA e pela União Europeia, visando criar o maior mercado consumidor do mundo (uma das prerrogativas era o não respeito aos direitos fundamentais do trabalho);</p> <p>Defesa de setores contra o <i>Mercosul</i> e em favor do alinhamento com o Bloco Norte-americano, com apoiadores dentro do governo Dilma Rousseff, como os ministros Roberto Mangabeira e Arnaldo Monteiro;</p> <p>«Apesar de a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, no final de 2016, ter arrefecido o ímpeto norte-americano pelos tratados de livre comércio, no Brasil a agenda liberalizante, como se viu na reforma trabalhista aprovadas em julho de 2017, seguiu seu curso».</p> <p>Pressão dos setores do capital industrial para a retomada das parcerias e acordos de Livre-comércio com os Estados Unidos, deixando o Mercosul no segundo plano.</p>

Fonte: Singer (2018, p. 66-72)  
Produção própria

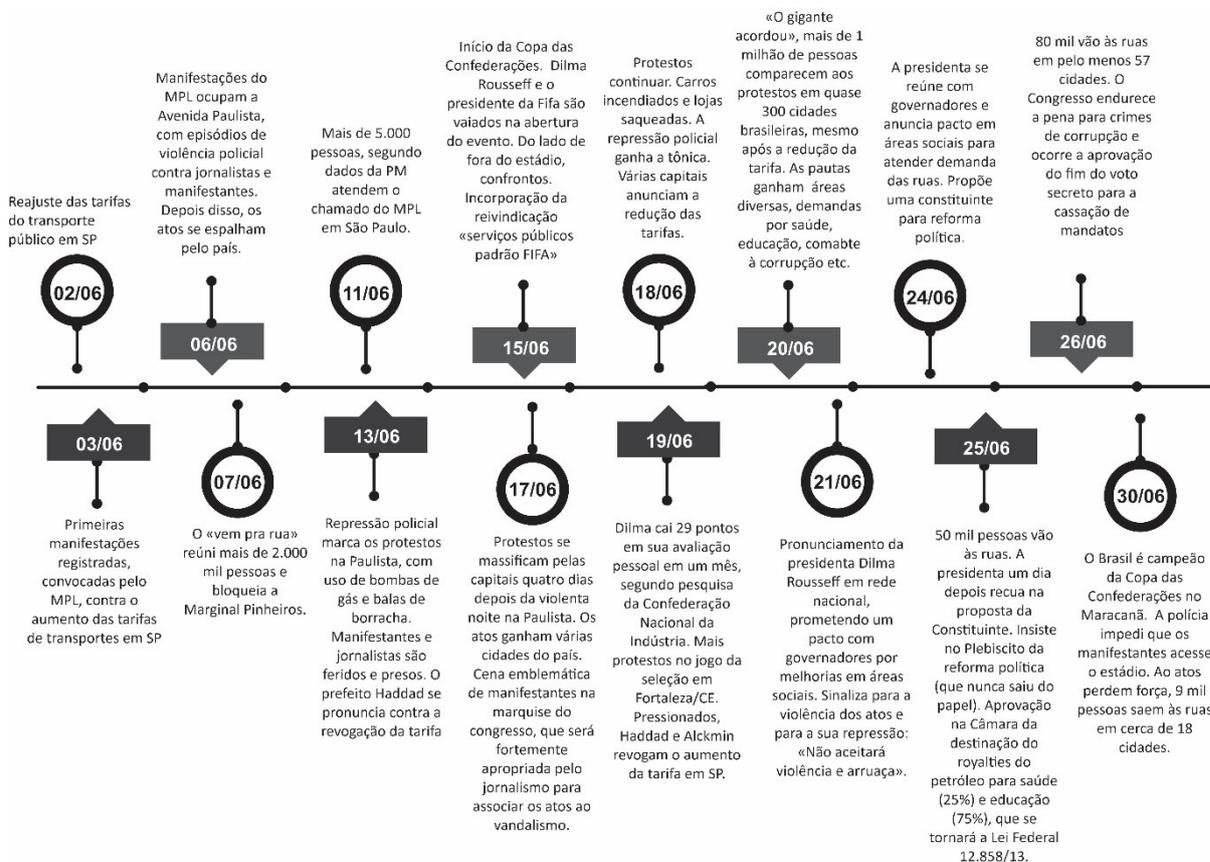
Desse modo, um conjunto de componentes influenciava os interesses do capital industrial, que carrega consigo um lado rentista. A organização dos trabalhadores, bem como a conjuntura externa fundamentalmente exerceram papel fundamental na sedução dos industriais à defesa rentista pela consolidação da frente única antidesenvolvimentista (Singer, 2018). Nesse contexto, analisaremos, a seguir, a influência das Jornadas de 2013 no fortalecimento da ultradireita a partir das manifestações políticas desencadeadas, contraditoriamente, em defesa do passe livre em São Paulo. A questão é analisarmos os rumos desse movimento para o Brasil.

### 4.3 As Jornadas de Junho de 2013

As Jornadas de Junho de 2013 surgem contra o aumento da tarifa de transportes em São Paulo, organizados, inicialmente, pelo Movimento Passe Livre (MPL). Ao longo, revelou-se uma série de insatisfações populares com transporte, com saúde, educação, lazer, segurança pública, corrupção, direito à cidade e outras pautas. O primeiro ato foi no dia 03 de junho, um dia após prefeitura e o governo de São Paulo anunciarem o reajuste de 20 centavos nas tarifas.

No dia 6 e 7, o MPL consegue convocar em São Paulo mais de 2.000 pessoas. Os atos foram somando um número cada vez maior de pessoas e tomando as ruas de outras capitais brasileiras.

### Infográfico 3 – Cronologia das Jornadas de Junho de 2013



Fonte: Jornal Folha de São Paulo, G1 e Estadão (pesquisa nas publicações diárias).  
Produção própria

As Jornadas de Junho de 2013 equivalem ao maior movimento de massas desde Os Caras Pintadas, que depôs Fernando Collor de Mello, e desde as Diretas Já. Tamanha a dimensão desse evento político nacional, é importante que possamos analisá-lo no que tange ao desenrolar dos fatos históricos que se seguiram, sobretudo quanto às nuances ideológicas que difundiram socialmente e que, certamente, em maior ou menor medida, colaboraram para a efetivação do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, para o crescimento do antipetismo e para que a direita reacionária fincasse as suas bases, em 2018, como alternativa ao PT e à corrupção.

De que forma esse movimento teria criado condições para gerar impactos de longo prazo nas disputas políticas orquestradas pelo alto escalão (legislativo, executivo e judiciário) nacional? O primeiro consiste na queda de popularidade da presidenta. Ao finalizar o mês de junho, a presidenta teria, segundo dados do Data Folha, observado o seu índice de popularidade

despencar, mais de 27 pontos percentuais<sup>55</sup>, em comparação ao índice de março do mesmo ano, em que a dirigente havia alçado aprovação (pessoal) por 79% dos brasileiros<sup>56</sup>, valor superior a Lula e FHC. Os protestos foram decisivos no que tange à redução acelerada de sua aprovação.

Esse foi um relevante fator de combustão ao legislativo nacional, que conduziu o caso sem tivesse sido de fato ameaçado por segmentos populares abrasivos, pois visivelmente a sociedade encontrava-se dividida entre o petismo e o antipetismo (polarização conveniente). As Jornadas de Junho de 2013 tornaram transparente essa cisão no cenário político nacional, afirmando-se como fatores importantes de impacto na disputa eleitoral do ano que se seguiria. A disputa só foi vendida no 2º turno e por 51,64% dos votos válidos em relação ao tucano Aécio Neves, do PSDB, que alcançou 48,36%; ou seja, uma diferença de apenas 51 milhões de votos.

Singer (2018) chama a atenção para o potencial de Junho para a ascensão da luta dos trabalhadores, caso tivesse se integrado, de um lado, ao ensaio desenvolvimentista, de outro às greves, ligadas ao movimento sindical. Porém, para o cientista político (2018, p. 118), “[...] Dilma não tinha vocação para o diálogo com a base dos movimentos, e as direções sindicais evitaram politizar a onda de greves”. Lembremos que, segundo dados do SAG-Dieese (2015), em 2013 ocorreram no país mais de 2.050 greves. Em relação as 877 greves do ano anterior, houve um crescimento de 134%, maior número de toda a série histórica, aponta o departamento.

Singer (2018) sinalizar para o fato da possibilidade que a presidenta tinha em mãos de ligar as pontas entre a reindustrialização proposta pelo seu projeto neodesenvolvimentista e a criação dos recursos necessários para financiar melhorias reivindicadas em saúde e educação. Além disso, para Sianger (2018, p. 118), o “[...] PT, envolvido na concepção rooseveltiana de forjar uma nova classe média, também não investiu na composição de um bloco popular a partir de baixo”. O abandono do PT dessa envergadura política das massas cobrou, à frente, o seu preço, na lacuna deixada pela despolarização e na sua apropriação pela fé reacionária de direita.

Cumprindo várias etapas e em um contexto econômico desfavorável ao crescimento econômico nacional, as Jornadas foram transmitindo o enfraquecimento do poder político da presidente, que gozava, anteriormente, do apoio social de parte significativa dos brasileiros. Decerto, esse apoio teria a fortalecimento diante de setores econômicos poderosos os quais enfrentava, como o rentismo. Igualmente, essa queda da popularidade beneficiava esses setores

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml?loggedpaywall> Acesso 25 fev. 2024.

<sup>56</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/12/14/dilma-cniiboep.htm>. Acesso em 25 fev. 2024.

da economia, que passavam a encontrar ali a possibilidade de fortalecer as relações de poder político que dispunha (junto ao legislativo e ao judiciário) e de financiar fortemente a oposição.

Um segundo ponto que necessitamos expor, foi o tamanho descomunal com que se utilizou a truculência policial e a repressão aos atos em junho de 2013. Foi emblemático o uso da força para coagir as manifestações e o direito de protestar publicamente. Uso de bombas de efeito moral e gás de pimenta, balas de borracha, cavalaria e grupos corpulentos de policiais provocaram centenas de prisões e corpos feridos, muitos deles vítimas de sequelas permanentes. O Estado transmitiu a mensagem de que estava disposto a tratar as reivindicações como caso de polícia; e deslegitimava, assim, a crítica que ecoava das ruas, sem que fizesse sua autocrítica.

A mídia foi outra grande protagonista das Jornadas. Conglomerados de TV, com centralidade na rede Globo, e outras mídias tradicionais atacavam as manifestações, ao mesmo tempo que sinalizava contra o governo a sua dificuldade de controle social das massas. E, por outro lado, do mesmo modo que se centralizava em atos de violência dentro das manifestações (depredações, saque de lojas, incêndio à carros e prédios, revolta contra o jornalismo), definindo as Jornadas como atos de vandalismo; apontava para a repressão policial como forma necessária de contenção, ao mesmo tempo que dava ênfase ao enfraquecimento do poder político de Dilma.

Todavia, um novo elefante branco, do qual não se tinha noção da dimensão e do alcance, adentra a arena das relações sociais e políticas nacionais: as mídias digitais. Os atos em 2013 foram capazes de mobilizar pessoas dos diversos territórios brasileiros por meio das redes sociais. As mensagens transmitidas se direcionavam para diversos públicos de modo tão diverso como eram diversos os interesses dos quais também participava não apenas a esquerda e os defensores da democracia e dos direitos sociais, mas o reacionarismo de direita. À exemplo, o crescimento nos atos do protagonismo de entidades como o Movimento Brasil Livre (MBL).

Nessa discussão também é relevante perguntar quem financia os movimentos de direita que ascenderam em meio as Jornadas, como Movimento Brasil Livre (MBL)<sup>57</sup> e grupos liberais e liberais-conservadores, como Institutos e fundações, à exemplo o *Instituto Millenium*. Ainda que estas Fontes não sejam acessíveis, sobressaem discussões acerca de investimentos de grupos empresárias, como o suposto financiamento da indústria Koch, de exploração de óleo e gás, ao MBL. Ademais, de acordo com várias fontes<sup>58</sup>, incluindo o *The Intercept Brasil*, o

---

<sup>57</sup> Criado após as Jornadas de Junho, o MBL se tornou um dos principais movimentos de direita no Brasil, ganhando destaque em protestos contra o governo de Dilma Rousseff. Embora não estivesse diretamente envolvido no início das Jornadas, ele representa um grupo que se beneficiou politicamente do clima gerado pelos protestos.

<sup>58</sup> Indicamos a leitura do artigo, de Guilherme de Almeida Soares, publicada na Carta Capital. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-que-se-esconde-por-tras-do-Movimento-Brasil-Livre-MBL>. Do artigo O poder da Atlas Network: conexões ultraliberais nas Américas, por Fundação Anfip, Disponível em: <https://fundacaoanfip.org.br/o-poder-da-atlas-network-conexoes-ultraliberais-nas-americas/> Esfera de influência:

MBL recebeu apoio de organizações internacionais ligadas aos temas liberais, como a Atlas Network.

A Atlas Network, organização norte-americana, apoia grupos que promovem o livre mercado em diferentes países. Segundo o relatado pelo *The Intercept Brasil*, o MBL manteve vínculos com o *Students for Liberty* e o *Estudantes Pela Liberdade* (EPL), ambos conectados à Atlas. Esses grupos teriam fornecido suporte financeiro e logístico ao MBL em sua campanha pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (Pansardi, 2018). A Atlas, destaca Lee Feng, do *The Intercept Brasil*, vem financiando mais *think tanks*<sup>59</sup> conservadores e defensores do livre mercado pela mundo, já soma mais de 450 no total, grande parte em países da América Latina.

O crescimento e notoriedade de entidades liberais, como o MBL, os Estudantes Pela Liberdade (EPL), o Instituto Milenium, o RenovaBr, o Conservadores se relacionam a grupos de interesses da burguesia, ao imperialismo norte americano e outras influências externas, mas também internas. À título de exemplo, ainda que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) não tenha sido diretamente ligada ao financiamento das Jornadas de Junho, sua influência política e econômica ganhou força nos anos seguintes, contribuindo para o clima de insatisfação contra o governo federal e apoiando mobilizações que adensariam o *impeachment*.

Na dinâmica mundial, o uso das mídias e das arenas virtuais de disputas ganham o cenário da política, determinado o resultado de eleições e até golpes de Estado, como na teoria de Andrew Korybko sobre guerra híbrida e revoluções coloridas, livro publicado no Brasil pela Expressão Popular (2018). O fato é que a partir das Jornadas de 2013 ganha força, no cenário das redes sociais brasileiras, a, também, veiculação de *Fake News* (falsas informações). Seus ataques colaboram com a formulação da atmosfera ideológica antipetista, e se direcionava com potente poder de agressão sobre Dilma Rousseff, inclusive agredindo-a misógina e moralmente.

Guerra híbrida é a combinação entre revoluções coloridas e guerras não convencionais. Neste novo modelo de guerra, as revoluções coloridas – largamente planejadas anteriormente e utilizando ferramentas de propaganda e estudos psicológicos combinados com o uso de redes sociais – consistem em desestabilizar governos por meio de manifestações de massas em nomes de reivindicações abstratas como democracia, liberdade etc., elas são fagulhas que incendeia uma situação de conflito interno. A revolução colorida é o golpe brando. Se ela não for suficiente para derrubar e substituir o governo, avança-se para o estágio da guerra não convencional, aquelas

---

como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana, Lee Feng, no *The Intercept*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>. Acesso em 25 set. 2024.

<sup>59</sup> *Think tanks* são organizações ou instituições de pesquisa que têm como objetivo influenciar políticas públicas e o debate público em áreas específicas, como economia, política, educação, defesa, entre outros. Elas reúnem especialistas e intelectuais para estudar e desenvolver propostas baseadas em dados e teorias que podem orientar decisões governamentais, empresariais ou sociais.

combatidas por forças não regulares, sejam guerrilhas, milícias ou insurgências. Este é o momento do golpe rígido. Stédile (apresentação) em Korybko (2018, p. 9).

Mais à frente, recuperaremos esse conceito de guerra híbrida e o crescimento das Fake News na ascensão da extrema direita reacionária no Brasil, via eleição de Jair Bolsonaro, em 2018). A questão aqui é situar que esse potencial se desenha nitidamente em 2013, por meio da capacidade de mobilização das redes sociais detectada e amplamente divulgada nas Jornadas. Esse fato passa a ser apropriado por entidades ligadas ao liberalismo, inclusive de “cara” nova, com integrantes bastante jovens, como o líder do MBL, Kim Kataguiri; diferente da imagem da direita tradicional, que historicamente figurava em torno dos psdbistas, como Alckmin e Serra.

Decerto, concordamos com Jones Manoel (2023) de que o conceito de Korybko de guerras híbridas não dá conta da complexidade das relações de classe que perpassa a realidade política nacional, pois ao focar na geopolítica pelo alto, a partir das disputas nacionais e por meio de segmentos externos, que mobilizam recursos prestatais e organizações; nega, em sua essência, portanto, o debate marxista sobre luta de classes, a crítica da economia política, o imperialismo, a ideologia e o movimento de massas (Manoel, 2023). Não é por esse caminho que devemos reduzir as Jornadas de Junho de 2013 e seus desdobramentos, alerta Jones Manoel.

Sem dispensar essa miríade de elementos, o fato também é que estamos certos de que as ruas estavam em junho de 2013 em disputa pela extrema direita e que o uso dos novos mecanismos de mobilização, próprios do atual estágio 4.0 de desenvolvimento virtual, fincaram bases, capitaneados por segmentos cujo interesse era a desestabilização do governo de Rousseff. Em 17 de junho, quando do maior volume de atos e pessoas, demarcava espaço nas ruas o então verde-amarelo nas vestimentas, as vozes entoando o hino nacional, os ataques à presidenta etc. (Mendes, 2023); atos que hasteavam e brandavam bandeiras retrógradas como progressistas.

A par da exaltação verde e amarela e da crítica à carga tributária, a direita buscou suscitar nas manifestações o combate à corrupção, a arma favorita do partido de classe média contra o partido popular [...]. O mensalão, amplamente televisionado seis meses antes de junho, deixara o assunto no ar, e a bandeira anticorrupção penetrou no senso comum. Ressurge a ideologia que estabelece vínculo de causalidade entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer a população de que, se a corrupção fosse varrida, haveria recursos para todos viverem bem. A tese seria retomada por um dos líderes da Lava Jato, o procurador Deltan Dellagnol, em seu livro *A luta contra a corrupção* [...]. A ideologia anticorrupção engancha também no autoritarismo redivivo, pois acredita que com um regime forte se poderia vencer os desvios éticos. (Singer, 2018, p. 121).

Para Singer (2018), enquanto a direita avançava na perspectiva da pauta antipetista, sobretudo em relação ao assunto anticorrupção (a depredação ao Itamaraty em 17 de junho é um exemplo a imponência disso); a esquerda também conquistava êxito em lograr oposição à

Copa do Mundo de 2014, levantando o problema das desigualdades urbanas nacionais, o alto custo de vida e o fato da sociedade, a classe trabalhadora, estar pagando *caro* pelo megaevento. Enquanto a direita se apegava ao tema do combate à corrupção, a esquerda punha em evidência as iniquidades sociais, indexando a vivência de uma mistura de posições ideológicas (Singer, 2018). Nesse movimento, o centro passa a atuar como um mediador entre os diversos interesses:

O centro propõe que as duas consignas apareçam como o reflexo de uma sociedade moderna em confronto com um Estado atrasado. Ao enfocá-las dessa forma, retira o potencial de confronto de classes que as palavras de ordem pudessem ter. Desloca o conflito para o tecido social unificado e participativo contra o aparelho estatal opressivo, do qual quer remover velho hábitos, corporativos e corruptos. É relevante o uso das redes sociais, que serve como sinal da modernidade, em contraposição a um Estado supostamente antiquado, que quer combater as práticas políticas atrasadas (Singer, 2018, p. 122).

Singer (2018) atribuiu a esse centro político a caracterização de pós-materialidade de Ronald Inglehart, que analisou a subida de degraus das exigências sociais após satisfeitas as necessidades materiais mais imediatas. Para Inglehart, segundo Singer, satisfeita a “segurança econômica e física”, esta certamente dará lugar a “reivindicações por autoexpressão e qualidade de vida [em caráter abrangente]”. O que esse centro passa a exigir, a partir dessa nova transição geracional, é um meio termo que simbolize mudanças sem exageros, sem radicalismo, discurso ressignificado pelo centro-direita ao apoiar as reivindicações diversas dos segmentos de Junho.

Singer (2018) baseia a sua argumentação na pesquisa realizada sobre o perfil dos manifestantes de Junho. A pesquisa DataFolha, publicada no mês das manifestações, apontava que 31% dos manifestantes se designavam de centro, 22% de esquerda e 10% de direita. Se somarmos o centro ao centro-esquerda (14%) e ao centro-direita (11%), o valor total passa a representar 47% dos manifestantes. A mesma pesquisa, realizada na noite de 20 de junho, em oito capitais do país, assinalava que o maior desejo dos manifestantes consistia na “mudança do ambiente político (65%), com 50% mencionando diretamente a corrupção (Singer, 2018).

A análise em parte está correta quando aposta que a melhoria nas condições de vida (proporcionadas possivelmente pelas políticas de redistribuição de renda e pelo pleno-emprego) tenham alterado o grau das reivindicações oriunda das massas. Porém, a crítica requer maior profundidade, sobretudo quando se trata da carência de politização dessas mesmas massas quanto a luta de classes no país. Nitidamente, observou-se a dificuldade de separação *do joio do trigo* diante das narrativas fragmentadas e contraditórias, cujos interesses camuflariam a ascensão nesse decurso da extrema direita falsamente antissistema, que seria eleita anos depois.

À época, Jair Messias Bolsonaro não representava nenhum segmento, desconhecido pelas massas que então o elegeriam em 2018. A criação de seu Facebook ocorre em 14 de junho (ele via ali o momento de atuar no meio digital). Nas jornadas, representantes da bandeira neoliberal clássica *laissez-faire* (que bebem em Mises, Hayek e Friedman) ganhavam terreno ideológico em oposição ao petismo (antipetismo). Ademais, Mendes (2023, p. 57) lembra que “[...] essas jovens lideranças liberais tinham conexões com a estrutura Usaid/NED e expertise em trabalho no ambiente virtual, sobretudo no Facebook, a rede social mais popular do Brasil”.

As redes sociais despontam como uma estratégia de mobilização também de direita, que se somaram à mídia oligopolista, que vinham estimulando e condenando os atos. O que a princípio pode ser paradoxal, no limiar dessa dinâmica, era uma forma de explorar, usando as palavras e as imagens, a comoção em torno das pautas desestabilizadoras do governo, que já não atendia aos interesses do empresariado televisivo, sobretudo da principal cadeia televisiva do país, a Rede Globo. O PT, que não havia movido recursos políticos pela democratização da mídia, era alvo, então, do próprio complexo que colaborou (ativa e passivamente) para manter.

Como se replicou em vários momentos históricos da realidade nacional, a mídia brasileira tradicional (de jornais e telejornais) assumiu a direção das narrativas, mas, dessa vez, compartilhando de algo inédito devido aos novos meios virtuais de difusão de informações, que seria o alcance de plataformas – Facebook e, posteriormente, o Instagram e WhatsApp (disparo de mensagens em massa). Perfis de direita se multiplicaram, a partir de 2013, em plataformas digitais, com postagens intensas sobre as manifestações (Mendes, 2023), responsáveis pela produção importante de subjetivação, inclusive, fundadas em formas de ser e pensar neoliberais.

Obviamente, não se pode atribuir *as Fake News* (sua veiculação massiva via redes sociais nos anos seguintes contra a presidenta, o PT, em favor da família e da moralidade, contra a corrupção – ligada intimamente ao PT) a decisão e os rumos do impedimento, nem a ascensão da ultradireita, mas decerto que essas estratégias passaram a conviver cotidianamente conosco, de forma portátil e simultânea às tarefas diárias, insistentemente no trajeto dos olhos fixados na tela. Mas, ainda que esses ataques tenham adentrado o ciberespaço doméstico, não os tratemos como entidades espirituais, pois estão alicerçadas nos conflitos reais presentes no tecido social.

Desse modo, reafirmamos, sem receio de pecarmos pela redundância, que os seus alicerces (do crescimento do poder de subjetivação das massas pelos meios virtuais) se dão na dinâmica dos conflitos reais presentes no tecido social. Não há nessa análise a sobrevalorização do poder da narrativa sobre fatos sociais, tecidos na dinâmica das necessidades do capital e da governabilidade do PT. Assim, a grande questão gira em torno das próprias contradições criadas

pelo partido a partir das tentativas de conciliação de interesses inconciliáveis em seu projeto de nação – entre classes sociais antagônicas, que deitam limites nas incontinentes crises do capital.

#### **4.4 Primeira fase ultraliberal: crises de 2014 a 2016 e a “guinada à direita”**

Essa fase da crise brasileira (que vai até a eleição de Bolsonaro, tendo passado a sociedade brasileira por um *impeachment* e pela prisão do ex-presidente Lula da Silva), foi forjada no contexto de agravamento econômico nacional e de ampliação dos conflitos políticos. Com resultados totalmente diferentes dos que a elegeram em 2010, Dilma Rousseff participou de uma disputa acirrada com o candidato da oposição, Aécio Neves, em 2014. A festividade em torno do PT dava lugar a uma intensa polarização, com favorecimento do oposicionismo no limiar das repercussões decorrentes da diminuição do ritmo de crescimento econômico do país.

Outra mudança que se desenhava consistia na redução do apoio do PT na Câmara dos Deputados. A diminuição de sua bancada refletia o acirramento da disputa entre esquerda e direita, com já indícios de que a presidenta enfrentaria uma maior oposição na casa. “Dos três maiores partidos, apenas os tucanos cresceram, ocupando dez cadeiras, além das que ganharam em 2010, enquanto o PMDB perdeu cinco, e o PT, dezoito, 20% da bancada eleita quatro anos antes” (Singer, 2018, p. 162). Essa situação também fortaleceria os processos que anos depois seriam desencadeados pelo referido ente quando posto em votação o impedimento de Rousseff.

Singer chama a atenção que a perda maior do eleitorado de Dilma, em 2014, tenha se centrado na classe média, ainda que na época não tenha sido ela suficiente para a sua derrota. No primeiro turno, o autor resgata que, em comparação a 2010, entre os que tinha renda mensal de cinco a 10 salários mínimos, Rousseff teria perdido 9 pontos percentuais. A debandada teria ocorrido, acrescenta Singer, para os candidatos Aécio Neves e Marina Silva. Dilma foi para o segundo turno das eleições computando, no primeiro, 42% dos votos válidos. Já os seus dois oponentes, somados, alçaram 55% dos votos; caso centralizados, teria dado vitória à oposição.

No segundo turno, variações internas dentro das camadas sociais ampliaram ainda mais o embate, tendo Dilma se redefinido positivamente entre os mais pobres, com aumento de 23 pontos em relação aos mais ricos, se analisados os dados de 2010 e 2014. Em contraposição, a superioridade do PSDB entre os mais ricos também havia se redimensionado, de 18 para 29 pontos, no que se refere a ambas as eleições. Já Dilma teria crescido 9 pontos junto ao estrato de baixíssima renda. Em relação ao segmento de dois a cinco salários mínimos (onde o autor situa a nova classe média estimulada pelas políticas de renda do PT) houve empate (Ibdem).

Em 2014, destaca Singer (2018), a vitória apertada de Dilma também ocorreu em decorrência da forte presença do Norte e Nordeste entre os seus eleitores, significando que ela perdia também massivo apoio entre as regiões mais desenvolvidas do país. Para tanto, Dilma, em largos discursos eleitorais, prometeu garantir crescimento, desenvolvimento e recuperação da economia, com distribuição de renda aos mais pobres. Fez defesas calorosas do combate à corrupção, alegando que daria amplo apoio a investigações contra a corrupção e os corruptores.

Na campanha, não havia qualquer alusão ao ex-presidente Lula por parte de Dilma e nem se tratava do assunto da crise (econômica) em andamento no país. Sem que a população conhecesse a sua profundidade (da crise), Rousseff comprometia-se como um Brasil combativo no enfrentamento à miséria, à fome, ao desemprego e à corrupção, ainda que ciente da depressão no balanço de pagamentos, da crise das *commodities* e do fantasma do antipetismo a solta desde as Jornadas de Junho de 2013. Muitas de suas promessas, certamente, não estavam ao alcance do governo e cobriam o seu preço quando a sociedade se desse conta de sua difícil viabilidade.

A encenação judiciária contra o PT, iniciada com o mensalão, foi adensada, em março de 2014, com a operação Lava Jato, sediada no Paraná, tendo como alvos centrais não apenas o partido, como também Lula da Silva e Dilma. Essa que se tornaria o novo sinônimo de moralidade política, operaria um processo que desencadearia em acusações generalizadas ao PT e específicas ao seu maior representante – o ex-presidente Lula, adensando a polarização entre lulismo e antilulismo, crescendo este em detrimento daquele, sobretudo entre setores médios. A copa do mundo de futebol, tornou pública, nos estádios, a agressividade contra Dilma e o PT.

De Curitiba, a fuzilaria era como nitroglicerina aumentando a combustão entre os embates de campanha. Singer (2018, p. 166) relembra que se tornou à época público, vazado à revista *Veja*, o depoimento de colaboração premiada do ex-diretor da Petrobrás, que afirmava que “o dinheiro [desviado] sustentava a base aliada do PT no Congresso”. O objetivo era, afirma o autor, denunciar o lulismo. No segundo turno, suas falas e do doleiro Alberto Youssef eram amplamente veiculadas pela mídia, a fim de gerar interferência no pleito. O caso chegou a ocupar dez minutos de *Jornal Nacional*, resgata Singer, com vistas a garantir ampla divulgação.

Às vésperas do dia da votação que definiria a presidência, a capa da *Veja*, com fotos de Dilma e de Lula encobertos por um clima de penumbra, era ilustrada com o seguinte título: “Eles sabiam de tudo”<sup>60</sup>, em deferência a revelação do doleiro Youssef de que ambos possuíam conhecimento acerca da corrupção tenebrosa existente na Petrobrás (Singer, 2018). Há cinco dias de um pleito bastante disputado, a publicação, em conjunto com a repercussão midiática

---

<sup>60</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf> Acesso em: 07 abr. de 2024.

nos programas de TV, especialmente nos jornais da rede Globo, influenciaria o resultado final das eleições, ainda que não tenha sido suficiente para reverter a vitória de Dilma (Idem, 2018).

Saad Filho e Morais (2018) salientam que na administração do PT as instituições públicas de grande influência estiveram sob o poder quer da burguesia interna quer da burguesia internacionalizada. Para os autores, a burguesia interna estabeleceu o seu núcleo, em especial, no BNDES, na Petrobrás, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Já o núcleo de poder da burguesia internacionalizada e da classe média, apontam os autores, estavam ligadas, mais fortemente, ao Banco Central, ao Judiciário, à Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal. Estas, por sua vez, teriam sido utilizadas pela *aliança neoliberal*<sup>61</sup> em ofensiva ao PT.

Sobre a *aliança neoliberal*, os autores (2018) assinalam que os protestos de 2013 catalisaram, em torno do projeto do neoliberalismo, uma união entre a classe média, a burguesia internacionalizada e a burguesia interna, que já se sentia lesada com a inviabilidade do projeto novo desenvolvimentista do PT. Essa aliança teria criado as bases para a ascensão da extrema direita, por intermédio de um discurso “[...] agressivo que reunia valores de direita, princípios elementares da economia neoliberal e a acusações de má administração e corrupção” (Idem, 2018, p. 225). O lulismo passava a ser uma ameaça ao grande capital e aos privilégios da elite.

O contexto de alta inflação, a queda na arrecadação pública decorrente da crise das commodities, a instabilidade política, com ataques midiáticos ostensivos, a perseguição, por vezes, declarada da operação Lava Jato contra Dilma e Lula (buscando obsessivamente a sua incriminação por algo), impunha graves dificuldades econômicas e políticas à presidente eleita. Nesse contexto, do segundo mandato, Rousseff abandonou a *guinada à esquerda*, a fim não apenas de recompor suas bases (Saad Filho; Morais, 2018), mas também de solucionar, com austeridade fiscal, a crise econômica, largando mão da conciliação de classes no governo.

Decerto que como um bom Estado Capitalista, não houve prospecção em cobrar ao capital impostos mais altos, o que foi imediatamente rejeitado pela crescente onda de protestos contra o governo, que fortalecia a oposição em pautas dessa natureza. Como solução, o aumento dos preços e tarifas das estatais com gasolina, eletricidade, água etc.; crescimento da inflação devido a oscilações da taxa de câmbio e contração dramática do PIB. “À medida que a economia implodia, as taxas de juros subiam e a renda tributária caía acentuadamente. O déficit fiscal e a relação entre o DPI e o PIB aumentaram, apesar da contração fiscal [...]” (Idem, 2015, p. 233).

---

<sup>61</sup> Vide Quadro 1 – PT e *Aliança de perdedores* (versus Aliança neoliberal).

Saad Filho e Morais resgatam também que se tornou imperativo para o governo do PT, de Dilma Rousseff, a partir de 2015, implantar grave austeridade fiscal nas contas públicas:

Houve cortes em gastos públicos, investimentos, serviços, e, em seguida, em aposentadorias e benefícios para desempregados. Esses cortes se revelaram perigosamente parecidos com aqueles que o PT havia sugerido que o opositorista do PSDB [Aécio Neves] imporia caso vencesse as eleições. A mudança de política, no entanto, chegou tarde demais – o capital vinha exigindo uma estratégia contracionista havia pelo menos quartos anos – e incluía exceções relevantes, como a preservação de direitos e programas sociais grandes e simbolicamente importantes, entre eles o Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida (Saad Filho; Morais, 2018, p. 233).

Desse modo, o “[...] governo repetiu o discurso neoliberal de que o setor público havia se tornado ‘muito grande’ e ‘muito intervencionista’ e os programas sociais estava ‘caros demais’” (Idem, 2018, p. 233). Não por acaso, a substituição de Guido Mantega por Joaquim Levy, como já apontamos, dava indícios dos agressivos ajustes em curso, com foco no corte de gastos sociais e no contracionismo do Banco Central (BC). As medidas anticíclicas alinhavam-se com o ultraliberalismo que já se delineava, inviabilizando qualquer conciliação de classes para acomodar os interesses do capital frente à recessão global e as suas repercussões no Brasil.

É certo que o governo ao invés da guinada à esquerda se reposicionou à direita, em benefício dos privilégios das elites e de retomada acelerada da acumulação de capital, mediante a defesa de ajustes que sacrificariam direitos importantes conquistados por trabalhadores(as), como o direito previdenciário, visto que Dilma Rousseff já sinalizava para a sua contrarreforma. Todavia, como salientam Saad Filho e Morais (2018), o acordo fechado pelo governo com o capital e a classe média já não mais satisfazia a oposição, que exigia cada vez mais radicalidade. Ao invés disso, ele a desgastava tanto com a classe trabalhadora formal quanto com a informal.

A necessidade do capital impunha, na verdade, o aprofundamento neoliberal, como extenuante ampliação da mais-valia, que só poderia se dar mediante rebaixamento dos direitos sociais, especialmente trabalhistas da classe trabalhadora. As medidas anticíclicas, para tanto, tinham que atuar sob novo projeto de governo, que fosse ainda mais radical na defesa do tripé macroeconômico neoliberal e, em particular, na mortificação dos direitos do trabalho. Para isso, a oposição exerceria um papel fundamental, pela “reconstrução econômica”, por meio de um golpe que pudesse viabilizar de forma ágio e profunda as contrarreformas necessárias ao capital.

Saad Filho e Morais (2018) assinalam que uma atmosfera oposicionista possibilitou o que viria a se tornar uma campanha sistemática contra o PT, que já vinha perdendo apoio da massa de trabalhadores e trabalhadoras. Decerto que a burguesia internacionalizada e a mídia brasileira nunca apoiaram o PT, apenas se mantinham acomodados devido ao fato de o governo

não ter se distanciado do tripé macroeconômico. Com o projeto novo-desenvolvimentista, a sua oposição havia se radicalizado cada vez mais, destacam os autores. Além disso, parte da classe média, devido ao mensalão e às políticas de distribuição de renda, já não endossavam o partido.

Além dessas relevantes potências oposicionistas, a redução dos gastos sociais no contexto de crise, a descontinuidade das políticas sociais, a alta da inflação e a recessão também afastavam do partido, da defesa do governo Rousseff, segmentos importantes de trabalhadores. Saad Filho e Moraes (2018), acrescentam de forma acertada, que embora a presidenta tenha se mantido em alta como os trabalhadores informais, parte deles foram afetados pelos escândalos de corrupção, pelo neoliberalismo e devido ao não atendimento a demandas relevantes para a classe, como a redução da jornada de trabalho, da terceirização e a melhoria das aposentadorias.

Outras duas forças oposicionista importantes decorreram da redução do apoio da burguesia interna e do Congresso Nacional ao governo de Rousseff. A primeira, descontente com inviabilidade do projeto novo-desenvolvimentista de promover as mudanças necessárias à aceleração econômica, bem como com os gastos sociais em políticas de distribuição de renda. E o Congresso, insatisfeito com a indisponibilidade do governo em negociar favores, a política do “toma-lá-dá-cá”, para a qual Dilma Rousseff não acenava com cordialidade ou amabilidade (Saad Filho; Moraes, 2018). A mídia sistematizou e publicizou essa enorme fragilidade.

Dilma, portanto, seguia em couraça de ferro e pragmatismo, sufocada em acordos com vista a aprovação de projetos que dessem fôlego à depressão econômica, sem que houvesse interesse da política congressista. Ao contrário, suas ações geravam uma cadeia em massa de reações, relembra Saad Filho e Moraes (2018), da imprensa, do PSDB, do PMDB, do judiciário e até da Polícia Federal. Nessa lógica, uma campanha para prover o golpe jurídico-parlamentar e midiático<sup>62</sup> na democracia brasileira e no governo eleito estava em curso, desestabilizando-o pouco a pouco, sem que houvesse reação da sociedade, aturdida com falsos discursos de justiça.

---

<sup>62</sup> O jurista e professor Alysson Mascaro (2003) analisa o impeachment de Dilma Rousseff como um "golpe jurídico, político e midiático." Segundo o autor (2003), essa perspectiva se fundamenta em alguns pontos principais: 1) o uso do Direito como instrumento político. Neste aspecto, ele argumenta que o impeachment foi orquestrado por setores políticos que, insatisfeitos com o governo, utilizaram a legislação como ferramenta para desestabilizar a presidência de Dilma. A operação do impeachment deve ser considerada como golpe, já que, na sua visão, não havia base jurídica sólida para o afastamento da presidenta. 2) Conexão com a Mídia. A cobertura tendenciosa e a disseminação de narrativas que criminalizavam o governo de Dilma ajudaram a moldar a opinião pública e a legitimar o processo de impeachment. 3) O desvio de função das instituições, que embora deveriam ser neutras e servir à democracia foram cooptadas para agir em prol de interesses políticos específicos. Isso inclui tanto o papel do Congresso Nacional quanto de órgãos como o Judiciário, que, segundo Mascaro, agiram de maneira a favorecer a destituição de Dilma. Por fim, 4) Consequências para a democracia. Neste aspecto, o autor também alerta sobre as repercussões que esse processo ilegítimo teve para a democracia brasileira, uma vez que estabeleceu um precedente perigoso em que a destituição de um presidente pode ser realizada com base em fundamentos questionáveis. Esses pontos ressaltam a visão crítica de Mascaro sobre o *impeachment*, sugerindo que o processo foi mais um reflexo de disputas de poder do que uma ação legítima dentro dos parâmetros da democracia.

Vários ensaios foram testados, como resgata os autores (2018, p. 235), “na busca por uma bala de prata contra o PT”. Desde a impugnação das eleições de 2014, até a imputação por crimes fiscais que sempre haviam sido praticados e que nunca tinham sido estimados ilegais em administrações passadas e nem por governos estaduais. Enquanto isso, o clima no congresso se acirrava e Dilma Rousseff, que havia atribuído ao vice-presidente Michel Temer restabelecer as bases na casa, via-se diante de uma enxurrada de acusações. O Ministério Público, de modo adjacente com a Polícia Federal, também se juntava na busca da arma que atingisse a presidenta.

Assim como aconteceu nas economias avançadas em 2010/2011 (Tonelo, 2008), no Brasil a ortodoxia neoliberal almejava solucionar a crise econômica com contrarreformas arrojadas, em cujo cenário vigorava a alta inflacionária, o crescimento do desemprego e a meta do arrocho fiscal, que viria a recair duramente sobre a classe trabalhadora brasileira. Em janeiro de 2016, portanto, engatinhava a joelhadas largas as ofensivas agressivas da mídia e oposição ao governo Dilma Rousseff. As retrospectivas de 2015 não deixavam dúvidas de que o ano que havia passado tinha sido desastroso na área econômica e apostavam no fracasso de sua reversão.

A classe média se tornou uma forte força de oposição ao PT. Sua sensibilidade para a corrupção deriva do fato de que se consideram, diferente dos herdeiros, privilegiados pelo seu mérito individual. Desse modo, na perspectiva da democracia, anseiam por melhores condições de competição para que os superiores se destaquem, sem interferências que criem desvantagens injustas, impostas pelos que herdam, a burguesia ou pelo tratamento preferencial do Estado, pela corrupção, troca de favores etc. Assim, nessa lógica, a corrupção é concentradora de poder e de recursos, além de criar vantagens políticas e econômicas (Saad Filho; Morais, 2018).

Essa sensação generalizada de ofensa à moralidade política se aguçou contra o PT com as acusações do mensalão e ganharam corpo com a Operação Lava Jato, bem como com a demagogia em torno das pedaladas fiscais, que tornavam Dilma Rousseff corrupta na visão da população, inclusive, leiga em relação ao funcionamento da aplicação de recursos públicos. As críticas neoliberais também se retroalimentavam da crise econômica, que para a classe média se devia aos altos gastos sociais da Administração do PT no fortalecimento dos privilégios aos pobres, em detrimento de uma gestão de recursos neutra, destinada a todos igualmente (Idem).

Essa compreensão neoliberal de mercado livre, de neutralidade do Estado, se torna uma das marcas mais importantes dos governos ultraliberais que se seguirão, de Temer (após o impedimento de Dilma Rousseff) e de Bolsonaro (eleito em 2018). Esses gastos sociais, que no campo das políticas públicas são definidos como redistributivos, são os que geram os maiores conflitos sociais. No debate de quem paga essa conta, a classe média se considera, junto com a

burguesia (nesse caso ela se considera semelhante), as “criadoras das riquezas sociais”, portanto os que eram lesados em benefício de pobres preguiçosos, oportunistas e improdutivos (Idem).

Na medida em que o novo-desenvolvimentismo ganhava corpo na gestão do PT, a classe média nutria, arraigada por suas raízes sócio-históricas e culturais, o antipetismo. Ela se via, desse modo, achatada pelo seguimento dos mais vulneráveis, mais assistidos socialmente, e pela classe burguesa, também considerada como prioridade em detrimento de seus interesses. E a corrupção era como se fosse a cereja do bolo, pois diante dos fatos incontestáveis de que o PT havia maculado a gestão pública, não restaria à democracia alternativa senão reestabelecer a ordem por meio da redução do Estado, sem que questionassem a sua democratização (Idem).

Saad Filho e Moraes (2018) atribuem a despolitização das queixas sociais à uma espécie de *lumpenização da política*. O termo criado pelos autores define o esvaziamento das pautas políticas críticas no decorrer das reivindicações direcionadas ao governo. Afastados de forças políticas tradicionais, como sindicatos e movimentos sociais; protestos e insatisfações não expressavam direção política viável, passando a conviver com a aversão à política ou a sua descrença. Nesse terreno, o Estado deveria ser regulado com mais neoliberalismo e a corrupção só poderia ser contida por um líder forte: no caso, o fascismo (Saad Filho; Moraes, 2018).

Sob reforço do poder da grande imprensa e da perda vertiginosa de popularidade do PT, isso tudo alimentou a indignação da classe média e fortaleceu a *aliança neoliberal* contra o sistema político, que, em seu paroxismo, custaria o PT e a própria democracia (na lógica do Sistema Político de Direitos, já que o impedimento da presidenta foi repleto de irregularidades). Esse cenário, com palavras de ordem confusas, que tinha por estratégia a vitória da direita nas eleições presidenciais de 2014, para implantação de variantes mais excludentes neoliberais, não logrou êxito devido ao poder de votação de regiões do país mais vulneráveis como o Nordeste.

A margem estreita de votos de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições de 2014 certamente tinha o peso dos que vivenciavam historicamente a desigualdade regional do país, aqueles mais fortemente beneficiados com a tintura social do partido. Todavia, a vitória das urnas não significou a derrota dos que acreditavam na direita como solução para os problemas nacionais. Esse imaginário, cujas raízes deitam no conservadorismo brasileiro e no poder da grande mídia em ressuscitá-lo e movimentá-lo, se uniu à defesa de grupos poderosos (parlamento, grandes bancos e sistema industrial) por um projeto estatal de direita radicalizado.

Portanto, outro forte catalizador desse movimento *lumpemizado da política* passou a ser a Operação Lava Jato, encorpado pela classe média em defesa do “fim da corrupção” e pela deposição de Dilma Rousseff. Essa agitação, parcial e enganosa, destacam Saad Filho e Moraes (2018), que adensavam a lista longa de queixas difusas e contraditórias, se definiam

muito mais por insultos morais do que pela lógica ou pela lei. Os autores sinalizam que a pauta era, em primeiro lugar, seletiva. Direcionava-se ao PT e não à corrupção. Tanto é que Eduardo Cunha já era réu por lavagem de dinheiro quando pôe em votação o impedimento de Rousseff.

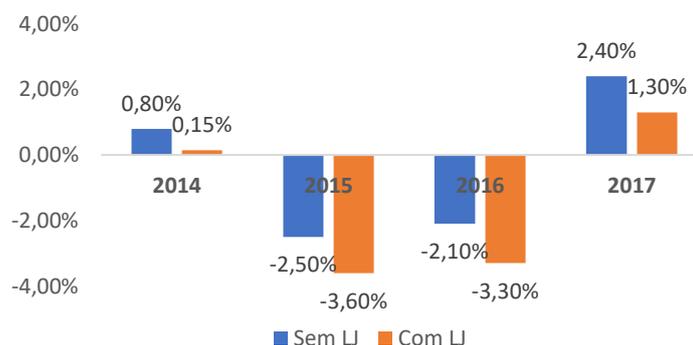
Saad Filho e Morais (2018) ainda resgatam que, em segundo lugar, a pauta da classe média era enganosa, porque servia como cortina de fumaça aos reais interesses da burguesia internacionalizada, que era enfraquecer a indústria nacional, doméstica, reduzir a economia de conteúdo local e por fim nos direitos trabalhistas. O “combate à corrupção”, assim, disfarçava medidas que poderiam deveriam ser posteriormente resgatadas pela direita, em detrimento dos interesses da população e da própria classe média, aturdida quanto aos seus objetivos. O que se desenrolou após o impedimento, em 2016, foi justamente a celebração dessa fase da conquista.

Na lógica do velho ditado popular, “vão-se os anéis e ficam os dedos”, um terceiro disfarce foi o de que ao tirar o PT a economia voltaria a crescer para os vários segmentos sociais, mediante a implantação do tripé econômico neoliberal (Idem), que, aliás, nunca tinha sido abandonado pelo PT. A Operação Lava Jato foi a responsável, nessa guerra de hegemonia, pelo ataque à burguesia nacional (que era o principal grupo aliado do governo, pelo menos até 2013). A pesquisa realizada pelo Dieese (2021), encomendada pela CUT, estimou perda de empregos da ordem de 4,4 milhões e 172,2 bilhões de investimentos, gerando enorme prejuízo econômico.

Afinal, em meados de 2016 as empresas acusadas de corrupção, dominavam áreas de energia, de construção civil, de exportação de carne etc., e representavam 14% do PIB do país. O estudo, citado acima, do Dieese (2021), acrescenta, ainda, que o Estado brasileiro deixou de arrecadar em imposto R\$ 47, 4 bilhões e em contribuições previdenciárias R\$ 20,3 bilhões. Os danos foram em setores diretamente envolvidos – energia, gás e construção civil, e também outra multiplicidade de segmentos, afetados indiretamente (Dieese, 2012). A matriz política da Operação Lava Jato menosprezou a preservação do setor produtivo e da cadeia de empregos.

Gráfico 16 – Evolução do PIB cenário com e sem Laja Jato

Potencial de evolução do PIB estimado (\*) e evolução do PIB observada – Brasil, 2014 a 2017



Fonte: Dieese<sup>63</sup>. A partir de matrizes obtidas da metodologia de Passoni (2019).

\* Dados das contas nacionais sujeitos à revisão.

Ainda, conforme a mesma fonte, deixou-se de ser investido o equivalente a 40 vezes o valor que foi recuperado pelo Ministério Público na Operação Lava Jato, que foi R\$ 4,3 bilhões. A qualidade de empregos perdidos também, impactou na renda e, portanto, no consumo. Isso, para um país, que já estava vivenciando a queda no preço das commodities, como já havíamos sinalizado, resultou em recessão, que impactou fortemente na condução da economia nacional. O PT, portanto, já estava em franca ruína, quanto aos que investiam no partido, no que tange à popularidade e em se tratando das dificuldades que vivenciava para a recuperação da economia.

No primeiro trimestre de 2016, o desemprego chegou a 11,1 milhão de brasileiros, 3,2 milhões a mais do que o quantitativo registrado no mesmo período de 2015, como destacou o Boletim nº 1 do Dieese, de agosto de 2016, intitulado: *Desemprego: uma tragédia olímpica*<sup>64</sup>. A sátira, em alusão aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, estava mais para, como já dissemos, uma crônica de uma morte anunciada no campo econômico, pela própria movimentação da crise internacional. Essa tônica se somou aos escândalos de corrupção que enredavam lideranças do PT, inclusive, Lula da Silva e Dilma Rousseff, que se tornaram alvos diretos da grande mídia.

No mesmo ano do arquitetado impedimento de Dilma Rousseff, em março de 2016, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por determinação do Juiz Sérgio Moro, foi levado, de forma coercitiva, a depor na Polícia Federal. Em 29 de junho o juiz Ricardo Leite asseverou denúncia contra Lula por obstrução à justiça, por supostamente tentar impedir o ex-presidente

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.pdf> Acesso em 22 mar. 2024.

<sup>64</sup> Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2016/boletimEmpregoEmpauta1.html> Acesso em: 10 de mai. de 2014.

da Petrobrás, Nestor Cerveró, de assinar Acordo de Delação Premiada<sup>65</sup>. Em 20 de setembro, o juiz Sérgio Moro aceita denúncia do MPF em Curitiba por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, acusado de ter recebido R\$ 2,25 milhões em propina na reforma do triplex do Guarujá.

Esse processo, que se desdobraria em uma série de questões jurídicas questionáveis, se tornava a combustão para a atmosfera antipetista do primeiro semestre de junho de 2016. Não por acaso, a Câmara dos Deputados aceitou o processo de *impeachment* de Rousseff em 17 de abril, por 367 votos contra 137, quando a mira de Lula pela Lava Jato se delineava. À época, além dos fatos que giravam em torno da presidenta, o processo contra Lula “entoava o canto da sereia” para aqueles que atribuam toda a corrupção da administração pública ao PT, dando força aos seus antagonistas políticos, sedentos pelo projeto neoliberal da Direta no poder.

Em 31 de agosto, a presidenta perdeu no Senado por 367 votos contra 137, tendo, neste dia, ocorrido o *impeachment*. Isso enquanto ocorriam amplos protestos em várias capitais, ignorados pelos congressistas. Ainda que não nos proponhamos aqui a recuperar os pormenores do processo, é mister destacarmos que sua impugnação por juristas e defensores da democracia pelo Brasil e pelo mundo dividiu opiniões quanto a sua legalidade. Militante, esta pesquisadora presenciou um teatro de horrores na “Casa do Povo”, em que justificativas vis e, até misóginas eram utilizadas por deputados e senadores, sem o menor decoro, pelo viés puramente moralista.

“Por Deus e pela família” foi uma das frases frequentemente evocada por deputados e por deputadas, prenunciando talvez o que viria a acontecer anos mais tarde na eleição de 2018, em que Estado, militarismo e religião foram amplamente conectados no campo da moralidade política. Isso, o que por si só agride a prerrogativa do Estado laico – considerando inclusive a multiplicidade de religiões e cultos religiosos presentes na cultura nacional (não representadas), arregimentava em rede nacional o *impeachment* da presidenta eleita em 2014, Dilma Rousseff, bem como consolidava o antipetismo, que se tornaria munição para a extrema direita no país.

No Congresso via-se a movimentação, em benefício dessa conclusão, de lideranças do PSDB – ressequido com as sucessivas derrotas em eleições presidenciais desde a vitória de Lula da Silva em 2002, do vice-presidente Michel Temer e da patota sob alcunha de Eduardo Cunha (de partidos conhecidos com conservadores), sob chancela da grande mídia e do TSE. Esse exército brancaleônico, como definiu Saad Filho e Morais (2018), foi o responsável por

---

<sup>65</sup> A Lei 13.964/2019 estabelece que, por meio da Delação premiada, o informante pode levar ao Estado informações sobre a prática de crimes contra a administração pública. Nesse caso, “serão asseguradas proteção integral contra retaliações e isenção de responsabilização civil ou penal em relação ao relato, exceto se o informante tiver apresentado, de modo consciente, informações ou provas falsas.”

conduzir o golpe. O que Rousseff enfrentava não se tratava do crime de responsabilidade fiscal, mas de um plano para tomar a democracia brasileira de assalto, para fins da pauta neoliberalista.

Para fins da pauta neoliberal, o que a burguesia almejava era o aprofundamento dos ajustes fiscais, o que estaria entre as grandes áreas do tema das pedaladas fiscais. Não por acaso, a Lei do Teto dos gastos, a EC95, conhecida como “PEC da morte”, teria sido promulgada em 15 de dezembro de 2016, pouco tempo depois do *impeachment*, o que demonstrava que Michel Temer estava alinhado com os novos propósitos de arrocho social que haviam sido prometidos aos que exigiam o retorno da agenda regressiva ortodoxa neoliberal. Temer poria em prática a matriz internacionalizada e altamente excludente do neoliberalismo de direita no país (Idem).

No próximo capítulo desta tese, iremos debater os rumos da condução econômica nessa nova fase neoliberal da realidade brasileira, compreendida a partir das medidas para o enfrentamento da crise brasileira. A partir de então, será possível compreender a atmosfera dos ajustes fiscais, do arrocho social e das contrarreformas sociais (previdenciária, trabalhista e sindical), que ganharam a agenda do Estado (ultraliberal), no contexto de crise e de disputa pelo fundo público, de tributação regressiva e de rolagem da dívida pública – elementos essenciais para a também avaliação do (des)financiamento das políticas de ensino superior e C&T no país.

## 5 ULTRALIBERALISMO NO BRASIL: AVANÇO DA DESTRUIÇÃO

Ao iniciarmos este capítulo, vem à memória desta pesquisadora a obra literária “O velho e o Mar” de Ernest Hemingway<sup>66</sup>, agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, em 1954. Na obra ficcional, publicada em 1952, o “velho” Santiago, pescador desde tenra idade, trava uma luta feroz, de vários dias, com um enorme peixe, um peixe descomunal, o maior que teria encontrado ao longo de suas batalhas travadas, que não foram poucas, na árdua profissão. Como leitora, interpretamos que o peixe para o pescador era como a redenção de todos os seus erros e de suas conquistas não realizadas. Precisava pescá-lo, pois era algo que ele devia a si mesmo!

Ao leitor, atento à luta que se travava no imenso mar, “Sol a Pino” e na frieza gélida das noites que se seguiam, parecia não restar dúvidas que a briga épica era travada pelo pescador

---

<sup>66</sup> Ernest Hemingway foi um influente escritor e jornalista americano, nascido em 21 de julho de 1899, em Oak Park, Illinois. Ernest Hemingway se mudou para Cuba em 1939. Ele estabeleceu residência em uma casa chamada Finca Vigía, localizada nos arredores de Havana. Essa casa se tornou seu lar até 1960, e durante esse período, Hemingway escreveu algumas de suas obras mais famosas, incluindo "Por Quem os Sinos Dobram" e "O Velho e o Mar". A vida em Cuba teve um impacto significativo em sua escrita e estilo de vida, e ele se tornou um defensor da cultura cubana. A ilha foi uma parte importante de sua vida até o final, quando se mudou para os Estados Unidos antes de seu falecimento em 1961. Com *O Velho e o Mar* ganhou o Prêmio Pulitzer de Ficção em 1953. Em 1954, ele foi agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura.

consigo mesmo. Cabia a ele conseguir superar os seus próprios limites, diante do cansaço que envolvia manter a grande presa no anzol. Além do descomunal atum, alguns outros *espectros* eram seus rivais! Caso a linha se rompesse, Santiago, não conseguiria içá-lo. A linha, advertia o escritor, era forte e feita para peixes grandes, mas o “velho pescador” tinha que lança-la às costas e aguentar o peso do peixe, esforçando-se para não ser *cuspidido* do barco pela correnteza.

Certa altura, mar adentro, divagava Santiago perdido nos seguintes pensamentos:

[...] – Estou sendo rebocado por um peixe e sou eu o posto ao qual está preso o reboque. Podia puxar mais a linha. Mas ela podia partir-se. Preciso aguentar enquanto puder e dar-lhe linha quando for preciso. Graças a Deus que está avançando direito em vez de ir para o fundo. “Que fazer se ele for para o fundo é que não sei. O que hei de fazer se ele mergulhar ou partir disparado não sei. Mas farei alguma coisa. Há uma porção de coisas que eu posso fazer”. Continuou a linha às costas e observou-lhe o declive na água enquanto a embarcação não cessava de se mover lenta, mas regularmente para nordeste. ‘Isso irá matá-lo’, pensou o velho’, pensou o velho. ‘Não pode continuar assim toda a vida’. Mas quatro horas depois o peixe continuava a nadar compassadamente para o largo, rebocando a embarcação, e o velho continuava firmemente instalado com a linha passada pelas costas e as duas mãos a segurá-la com quanta força tinha ainda seus velhos músculos (Hemingway, 2020, p. 49).

Ao final da batalha, depois da grande vitória em ter dominado o alvo de suas mais tenras aspirações como pescador, Santiago o teria erguido na lateral do barco por cordas. No retorno da viagem, aquele peixe, que quando foi erguido no ar emanava enorme cumprimento e largura, bem como todo o seu poder e a sua beleza, havia sido comido pelos tubarões, que atacavam a carcaça, afastando-se, apenas, enfatiza Hemingway, ao verificarem que não lhe restava mais nenhuma carne. Ao entrar no porto, o pescador, “[...] Viu a linha branca da espinha dorsal, despojada de carne, a escura massa da cabeça com a espada projetando-se na escuridão e o grande vazio provocado pela falta da rica carne do peixe [...]”. (Hemingway, 2020, p. 49).

Pedimos perdão pelo enorme parêntese ao contarmos essa história. A metáfora que derivamos da obra literária de Hemingway, é que Dilma Rousseff apostou em um “enorme peixe” chamado Modelo liberal desenvolvimentista ou neodesenvolvimentismo neoliberal. Ao apostar na nova matriz econômica, a qual já expusemos, a presidenta se propôs à construção de um projeto imponente de industrialização nacional, que ousava desafiar, inclusive, os grandes bancos, ainda que mantivesse o perfil periférico de desenvolvimento. Como na metáfora, o peixe era grandioso, em tamanho e poder, ainda que difícil de ser administrado e de ser içado.

Esse projeto, que em 2011 foi conduzido pela presidenta, era compatível com os interesses de setores da burguesia nacional brasileira e com a conciliação de classes, que se nutria das ações de enfrentamento da pobreza (pela via do pleno emprego, do consumo e do crédito; e pelo aumento da distribuição de renda). Esse projeto, ortodoxo/heterodoxo (inclusive,

com orientação de recursos estatais para o fomento à indústria nacional), todavia, despertou forças contraditórias. Os adversários e os outrora aliados, unidos, como tubarões, devoravam a carcaça grandiosa do petismo e de sua nova matriz econômica, até restar um projeto esquelético.

O projeto econômico de Rousseff já, em 2014, diante da crise, demonstrava a sua inviabilidade. – Quem estaria sendo rebocado? O projeto econômico ou o petismo? O que fazer? – A linha podia partir-se, era necessário aguentar o quanto pudesse. Sem nenhuma mudança importante nos planos, apenas dando-lhe linha, o PT manteve-se firme diante do peixe. A vitória dessa condução paciente, embora exitosa, à exemplo da vitória acirrada nas urnas em 2014, não gerou os resultados pretendidos. Ao final, o impedimento da presidenta Dilma seria o ponto final, onde se encerraria essa trajetória pouco ousada, sem grandes reviravoltas ou resistências.

Com o marasmo da paciência, o PT, portanto, teria fracassado em criar as condições estruturais necessárias ao êxito, bem como teria subestimado os predadores que cercava o seu projeto econômico. A burguesia brasileira e o seu autocratismo, escondido nas profundezas, certamente era o mais importante predador dessas gélidas águas, adaptados à correnteza. Como ocorreu na história de Hemingway, assim como com Santiago, a experiência de Rousseff fora suficiente para que erguesse o peixe, mas a mesma força, necessária à vitória, não teria sido suficiente para afugentar os inimigos, menores, sorrateiros, com grandes presas. Talvez, assim como Santiago, se sentisse impotente ou já não detivesse as forças necessárias para reagir. No caso de Dilma, reagir, por fora das vias jurídicas (alijadas), requeria evocar as forças populares.

As forças populares não foram evocadas. Os movimentos sociais e as massas foram às ruas gritando: não vai ter golpe! Esta pesquisadora adensava as tardes e noites de insatisfação de segmentos que enxergavam o golpe democrático em curso com o processo de *impeachment*. Enquanto Lula, a maior referência política da esquerda e do PT, silenciava e manifestações pelo Brasil cresciam, a presidenta eleita lutava com o aparato e argumentação jurídica que dispunha. O resultado final desse processo, que não apostou nas massas populares, mas nas interpretações da legislação e da jurisprudência, foi uma *linha branca despojada de carne, um grande vazão*.

Assim como a presidenta e o projeto econômico liberal desenvolvimentista, a nossa democracia brasileira sofrera as investidas dos tubarões ou das hienas da política nacional. O que se via, a todos que estarecidos presenciavam o emblemático *31 de agosto de 2016*, foi a *escura massa da cabeça com a espada projetando-se na escuridão*. Peço perdão para a licença poética: os tubarões haviam vencido! Mais uma vez na história brasileira, as forças autocráticas da burguesia nacional poriam em movimento forças antidemocráticas não apenas para garantir a reprodução ampliada do capital (e as medidas anticíclicas), mas sobretudo os seus privilégios.

Restaurar o poder de classe para a implementação da natureza contra-arrestante à queda tendencial da taxa de lucros em grau, intensidade e rapidez necessária ao capital, ganhava com o impedimento de Dilma Rousseff uma nova viabilidade. Com isso, a burguesia nacional e internacionalizada brasileira expusera a sua real face, que necessita ser compreendida na sua dimensão autocrática, com base, inclusive, em nossas raízes sócio-históricas. Promover um *impeachment*, um golpe no Estado democrático, para recompor os ganhos do capital diz mais sobre as raízes, o passado, do que sobre o curso da história, que desemboraria no bolsonarismo.

Colocamo-nos diante da necessidade de compreendermos, após o impedimento de Dilma Rousseff (em 2016), as características basilares da burguesia brasileira, que em diversos momentos da história não se furtou ao uso da força e das condutas antidemocráticas para viabilizar seus projetos econômicos. Além do pacote de austeridade, a ascensão do perfil anti-humanista da extrema direita reacionária, que ascendera ao poder com a eleição, em 2018, do capitão reformado do exército Jair Messias Bolsonaro, certamente requer análise na esfera econômica (capítulos 1 e 2), na esfera política (capítulo 3) e na esfera socioculturais (a seguir).

### **5.1 Autocracia burguesa e dimensão cultural da crise brasileira**

Relembremos que a crise econômica mundial de 2007/2008, que afetou de longo prazo os países latino-americanos, tendo o Brasil a sentido mais fortemente a partir da *crise das commodities* em 2015, colocou a nação diante de um grave quadro de estagnação. Nesse quadro geral, considerando a dificuldade de recuperação econômica e seu impacto no fundo público, viu-se esgotar o modelo de Estado baseado na conciliação de classes, precipitando o país para uma nova fase do projeto neoliberal, que aqui estamos denominando de *ultraliberalismo* – que se desenvolveu – entre 2014 e 2022, nos governos de esquerda, de direita e de extrema direita.

Essa nova fase gestou uma agenda profundamente regressiva, quer acaudilhada pela esquerda, com Dilma Rousseff (no segundo mandato), quer pela direita, com Michel Temer, quer pela extrema direita reacionária, de Jair Bolsonaro. Em menor ou maior grau, mesmo que em ritmo, densidade e profundidade diferentes, o Estado operou medidas *contra-arrestantes* à queda da taxa de lucro do capital, necessárias ao enfrentamento da crise, para gerar maiores excedentes de capital, o que ocorreu mediante rebaixamento e despolitização das condições de vida e de trabalho da população, pela privatização e desnacionalização de setores estratégicos.

O impedimento de Dilma Rousseff, certamente, amplificou em grau e velocidade a agenda já em curso, que se seguiria, com Michel Temer e Jair Bolsonaro. A agenda ultraliberal brasileira desenvolveu importantes ajustes econômicos, políticos e culturais, com a implantação

de contrarreformas draconianas de caráter antissocial e de favorecimento direito ao capital. O congelamento dos gastos sociais, as contrarreformas sindical, trabalhista e previdenciária, bem como a criação de total condições para ampliar o barateamento do valor da força de trabalho e escoamento de ativos estatais para o capital, são algumas das medidas precipitadas nessa fase.

Se Dilma Rousseff já manobrava o Estado, com a redução dos gastos estatais e o debate sobre as contrarreformas, em função dos ajustes sociais ultraliberais, qual o interesse do capital em sua deposição? A pergunta é necessária, afinal o governo já avançava, desde 2014, com a redução dos gastos em políticas sociais públicas (como veremos adiante), já havia vetado a auditoria da dívida pública, em 2016 (uma possível solução à drenagem de grande parte fundo público para o setor financeiro) e já tinha demonstrando, desde 2013, que usaria da “violência” para conter insurreições políticas que ameaçassem o curso das decisões tomadas pelo Estado<sup>67</sup>.

Todavia, para a burguesia brasileira (nacional e internacionalizada) era necessário acelerar, dar densidade e profundidade ao caráter draconiano dessa nova fase neoliberal. Para tanto, na esquerda ainda havia reservas ao programa regressivo agressivo, o qual Leda Paulani denominou de *projeto de destruição* (2021). Esse projeto de *destruição ultraliberal*, lembra a autora (2021), sempre foi o projeto dos sonhos dos ultraliberais, que anseiam, na essência de Hayek, pela devolução ao mercado de todos os direitos outrora *indevidamente surripiados*. Um mundo em que todos os direitos sociais sejam dominados pelo mercado, com o aval do Estado.

Para Paulani (2021), sempre fez parte dos anseios capitalistas completarem, de fato, a devastação programada pelo neoliberalismo, em função da total aniquilação do Estado social. A autora afirma que, para além das questões políticas partidárias (e querelas), em 2016, o golpe político, partidário e midiático pusera no horizonte o que teria se iniciado em 1990 e que teria ficado no meio do caminho. Não por acaso, *Uma ponte para o futuro*, resgata a autora (2021), teria sido chamado de projeto *neoliberal puro-sangue*, por abrir mão da tintura social do PT. As forças tecidas, desde 2013 (*aliança neoliberal*<sup>68</sup>), pretendiam dominar todo o espaço social.

Michel Temer discursou aos empresários em um encontro após sua fala na ONU, em 21 de setembro de 2016, afirmando que Dilma Rousseff só tinha sido apeada do governo por ter recusado as propostas apresentadas a ela pelo PMDB em *Uma ponte para o futuro*<sup>69</sup>. A

---

<sup>67</sup> Novamente, lembremos a forma truculenta como foram tratados os Movimentos Sociais nas Jornadas de Junho de 2013. E que, em 2016, o PT, no governo de Dilma Rousseff, sancionou a Lei Antiterrorismo, publicada em edição extra do Diário Oficial da União (Lei nº 13.260/2016) de 17 de março de 2016. Mesma Lei, inclusive, que foi utilizada para coagir à população em mobilizações contra o golpe deflagrado contra o próprio governo de Rousseff, no mesmo ano, agosto de 2016.

<sup>68</sup> Para relembrarmos o conjunto de forças políticas que se uniram e que resgatamos no capítulo anterior, a partir das discussões de Saad Filho e Morais, em *Neoliberalismo versus Democracia* (2018).

<sup>69</sup> Matéria em Carta Capital, disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em: 13 jun. de 2023. Documento Uma ponte para o

fala, divulgada pelo site *The Intercept Brasil*, portanto, era a alegação de um golpe de Estado. No geral, o documento continha o principal conteúdo da destruição ultraliberal, como a redução de direitos trabalhistas, a privatização, a desvinculação constitucional dos gastos em saúde e educação, a reforma previdenciária, o teto dos gastos, a terceirização total (Paulani, 2018).

A burguesia brasileira, portanto, esfacelava o Estado Democrático de Direito para a expansão de sua dominação ou a reversão do quadro de crise econômica do capital, que, como vimos (no capítulo 2), tem por natureza contra-arrestante a ampliação da espoliação do trabalho. Retomaremos adiante as medidas ultraliberais de Temer, mas por ora é relevante o fato de que a burguesia articulou um golpe de Estado (com o aparato midiático, parlamentar e jurídico<sup>70</sup>), que aplinou o terreno para a aceleração das medidas ultraliberais e para a ascensão da extrema direita reacionária, cuja ideologia trataria de selar o avanço da agenda regressiva e das misérias.

Em seu relatório de pós-doutoramento na Faculdade de Economia da UFF, sob orientação do professor Marcelo Carcanholo, Epitácio Macário (2023) chama a atenção para as particularidades brasileiras e as características da autocracia burguesa. Em sua análise, o autor (2023) problematiza a necessidade de apreensão das leis que operam a essência da evolução do capitalismo brasileiro e de sua burguesia, avessa à democratização e ao compartilhamento com os trabalhadores do usufruto do progresso econômico e social. Nessa lógica, reativa a teoria de Florestan Fernandes sobre uma burguesia em estado político permanente de contrarrevolução.

O olhar sobre o velho e o novo – tendo em vista a dialética presente na produção das relações sociais que evoluem *mudança na continuidade e continuidade na mudança*, são necessárias para compreendermos o golpe e a agenda regressiva pós-golpe, adverte Macário (2023). Considerando que esses fatos históricos não foram gerados como um *raio em céu de brigadeiro*, o pesquisador reclama que sejam analisados à luz da luta de classes, que deita bases, quanto aos pressupostos históricos e conjunturais, nas características da formação histórica do capitalismo no Brasil, na organização de classes e nos embates firmados entre capital e trabalho.

Portanto, coadunamos com Macário (2023) na defesa de que é preciso rememorar a constituição do referido *estado permanente de contrarrevolução da burguesia nacional* e o desenrolar da luta de classes sob Lula da Silva e Dilma Rousseff, que apostaram na conciliação. Decerto que a conciliação de classes dificilmente se manteria de longo prazo sob concordância

---

futuro disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod\\_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundac%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3e%20s.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundac%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3e%20s.pdf) Acesso em: 13 jun. de 2023.

<sup>70</sup> Não existe um consenso no pensamento crítico acerca da legalidade do impedimento de Dilma Rousseff. Parte do pensamento crítico acredita que por estar previsto no aparato jurídico nacional, o que aconteceu ao governo do PT, não se teria configurado golpe.

da burguesia nacional, indisposta aos ganhos da classe trabalhadora, sobretudo diante das crises. Afinal, a sua conduta histórica se retroalimenta do reacionarismo das forças políticas modernas e do anti-humanismo herdado das forças oligarcas, patriarcais e escravistas do passado nacional.

Essa relação simbiótica e orgânica entre o arcaico e o moderno – resgata Macário em alusão ao dualismo entre desenvolvimento e subdesenvolvimento tematizado por Francisco de Oliveira, “[...] articula uma visão burguesa de mundo e uma pragmática, correspondente na esfera da ação política, que alijam as forças sociais discordantes, tendentes ao igualitarismo, ao reformismo e a o nacionalismo autêntico” (Idem, 2023, p. 7). Desse modo, destaca o autor (Ibdem), ancorado em Florestan Fernandes (2005), que resta, “[...] como traços característicos do capitalismo nacional, a exclusão das massas populares dos progressos socioculturais e da participação política efetiva – duas pernas da natureza autocrática da burguesia brasileira [...].

Nas condições históricas do patrimonialismo e da dependência, visando consolidar suas vantagens, ao mesmo tempo que luta pela sobrevivência diante dos países de economia avançada, a classe burguesa nacional funde a república parlamentar com o fascismo, advertiu Fernandes (*apud* Macário, 2023). Florestan Fernandes, consoante Macário (2023), alertou que a burguesia brasileira assume traços irreduzíveis e essenciais de inflexibilidade ao empregar o uso institucionalizado da violência em defesa de seus interesses privados, particularistas. Ela possui, assim, coragem para exercer práticas autocráticas, de autodefesa e autoprivilegiamento.

A transição do modelo agro-exportador para o capitalismo no Brasil, no século XX, não se deu pela ruptura com as velhas oligarquias, como na França. Pelo contrário, os elementos estruturantes arcaicos, pré-capitalistas, foram mantidos, como “[...] a grande propriedade rural, o sistema agroexportador dependente do mercado externo, a dependência econômica, tecnológica e cultural em relação às metrópoles e aos países imperialistas [...]” (Macário, 2023, p. 8). Para Chassin (2000), lembra Macário, no lastro do atraso e da nulificação de vastos contingentes populacionais, no Brasil teria se gestado uma *formação capitalista de via colonial*.

Macário (2023) também relembra que essa transição, na qual o velho interage como novo, ou seja, arcaicas forças políticas com a modernização capitalista, foi nomeada por Marx como *via prussiana*. Ao analisar países como a Alemanha, em Crítica da Economia política, Marx observou que em determinadas sociedades teria ocorrido uma *transação transada pelo alto*, entre células do antigo regime feudal e vetores da nova sociedade industrial. Ou seja, não teria havido a destruição das velhas relações sociais, políticas e culturas que sustentavam seu antigo regime. Muito pelo contrário, teria se mantido uma *série de misérias herdadas*. Vejamos:

Onde a produção capitalista se implantou plenamente entre nós, por exemplo em fábricas propriamente ditas, as condições são muito piores do que na Inglaterra, pois falta o contrapeso das leis fabris. Em todas as outras esferas, tortura-nos – assim como em todo o resto do continente da Europa ocidental – não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a carência do seu desenvolvimento. Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, mas também pelos mortos. *Le mort saisist le vif!* (Marx, 1983, p. 12).

Decerto que Marx analisou a situação em países diferentes do nosso e no seu tempo histórico, todavia nos parece este, a *anacronia do atraso*, um tormento adequado à sociedade brasileira, cuja história guarda máculas em toda uma série estrutural sobrevivente das misérias coloniais, que se reeditaram sob o mantra dos interesses da acumulação de capital. A nova classe burguesa ao urdir pelo alto a simbiótica unidade com os velhos oligarcas brasileiros (escravistas, genocidas, heteronormativos e patriarcas) alinharam também no plano cultural e político as novas estruturas de poder ao clientelismo, ao autoritarismo, ao sexismo e ao racismo.

Sobre o assunto, Mazzeo (2015) também tece as seguintes considerações, a saber:

[...] a base real da formação social escravista do Brasil desautoriza o liberalismo e a revolução em sua configuração clássica. Essa especificidade, determinada por tal concretude, não deixaria de gerar um Estado à sua imagem e semelhança. Um aparelho estatal de onde se despregue a violência e o favor deletério, para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares (escravos e ‘homens livres’) sempre fora do cenário político. Uma estrutura, enfim, que permitia até golpes e contragolpes constantes entre as frações dominantes sem alterações, no entanto, em seu aspecto basilar. (Mazzeo, 2015, p. 109).

Não por acaso, nesse sistema de transição, *transado pelo alto*, essa nova (e velha) classe nulificou grande contingente da população negra, ex-escravizada, do acesso ao trabalho nas indústrias no início da formação capitalista nacional, adensando-a como *mão de obra de reserva* para o capital. Assim, esse sistema – no novo lustre da democracia burguesa, foi capaz de reeditar novas formas de opressão, nulificação social, injustiças sociais e outras violências e violação de direitos humanos, em um processo permanente de *contrarrevolução*. A burguesia nacional, portanto, se formou no bojo do autocratismo provenientes do velho e do novo regime.

Macário (2023) recupera a tessitura de movimento pendular que historicamente se vivenciou no Brasil, com períodos de abertura e de fechamento do regime político. Para atender aos interesses do capital, em contexto de dependência, o Estado brasileiro, de armas em punho, é estoico na manutenção dos interesses exclusivistas burgueses, não tolerando os embates e nem as inserções políticas e econômicas que ameacem os privilégios das elites. Ditaduras (do Estado Novo, de 1945, e a Militar, de 1964) e golpes de Estado no Brasil (e em outros países latinos) são exemplos de que democracia e capitalismo podem caminhar, plenamente, em rota de colisão

Desse modo, o autor (2023) destaca que, assim como nos diversos fatos totalitários da sociedade capitalista, que alijam as forças sociais discordantes, o golpe político, jurídico e midiático que depôs Dilma se alimentou desse perfil autocrático da burguesia brasileira. O ataque ora fora ao projeto político assumido pelo PT, de mitigação da questão social, ora a sua representação, de base popular. A crise econômica precipitou a necessidade da classe burguesa (suas mais poderosas frações de classe) reaver os rumos da atuação do Estado, em função da rapidez e densidade das medidas anticíclicas, entendidas como urgentes à recomposição capital.

Macário (2023) remonta à tese de Florestan Fernandes sobre as particularidades da formação social e histórica brasileira para nos recordar de que vivenciamos no nosso país uma oscilação entre democracia restrita e democracia fraca ou de baixa intensidade. A *democracia restrita* é “[...] a democracia entre iguais, isto é, entre os poderosos, que dominam a sociedade civil – com a ‘orientação modernizadora’, de governo forte” (Fernandes, 2005, p. 403). O autor chama à atenção para o fato de que, por dentro da ordem, o Estado vai tecendo as suas formas de consagrar o poder da autoridade e a legitimidade da classe burguesas e de suas elites.

Atribuir ao Estado (parlamento e aparato jurídico) a mediação de um golpe contra o próprio Estado (presidencialismo), em função de interesses da classe burguesa ou de suas frações de classe envolve, no mínimo, pontuarmos a sua complexidade e contradições internas. Consoante Mascaro (2013), o Estado é um complexo de relações sociais e não deve ser pensado de forma tão-somente instrumental, como algo utilizado por uma classe contra outra. Ele, como forma específica de um dado sistema econômico, entrecruza-se com o tecido social, jurídico e político de forma derivada e, igualmente, ativa; esparramando-se por uma geografia complexa.

A localização do fenômeno político no todo social capitalista se esparrama-se por uma geografia complexa. O Estado é atravessado por contradições políticas variadas. Sua administração apresenta, muitas vezes, horizontes conflituosos no que tange às suas diretrizes últimas. Capital e trabalho se fazem apresentar, ambos, dentro do Estado e nos aparatos que lhe são próximos. Não há poder político totalmente indiferente aos trabalhadores, mas tampouco há aquele que lhe possa ser estruturalmente libertador, porque não há poder político indiferente ao capital. E, além das contradições inerentes que porta como terceiro da relação entre capital e trabalho, o Estado também está mergulhado em diversas outras redes de poder social, como no cada das relações de patriarcado, raça, crença etc. (Mascaro, 2013, p. 63-64).

Somente desse modo é possível compreender a relação do Estado brasileiro com a classe burguesa nacional, no bojo da luta de classes e no horizonte de relações sociais e políticas conflituosas. Não se trata do PT a favor dos trabalhadores e da direita a favor do capital, mas de uma trama de relações sociais, econômicas e políticas mergulhadas em rede. Afinal, decerto que o governo de Dilma Rousseff, sob as pilastras neoliberais, atendia ao capital, ainda que sua

política de desenvolvimento social, sob orientação do Banco Mundial, conferia ao seu governo uma identidade própria, diferente da direita e da extrema direita, na totalidade do tecido social.

O Estado (de forma ampliada e abrangente), todavia, independente da menor ou da maior tintura social, na sociedade capitalista se funda em um contexto de distinção profunda de classe. Na sociedade colonial (cuja herança, como advertiu Macário, se imiscuiu na formação da sociedade moderna brasileira, capitalista), o Estado usou a força e a violência para sufocar a organização popular e garantir a reprodução escravista e patriarcal. Na sociedade moderna, as disputas também são sufocadas por estruturas violentas, ainda que não sejam sempre diretas, como no tratamento direcionado à questão social, suas contradições e suas lutas concernentes.

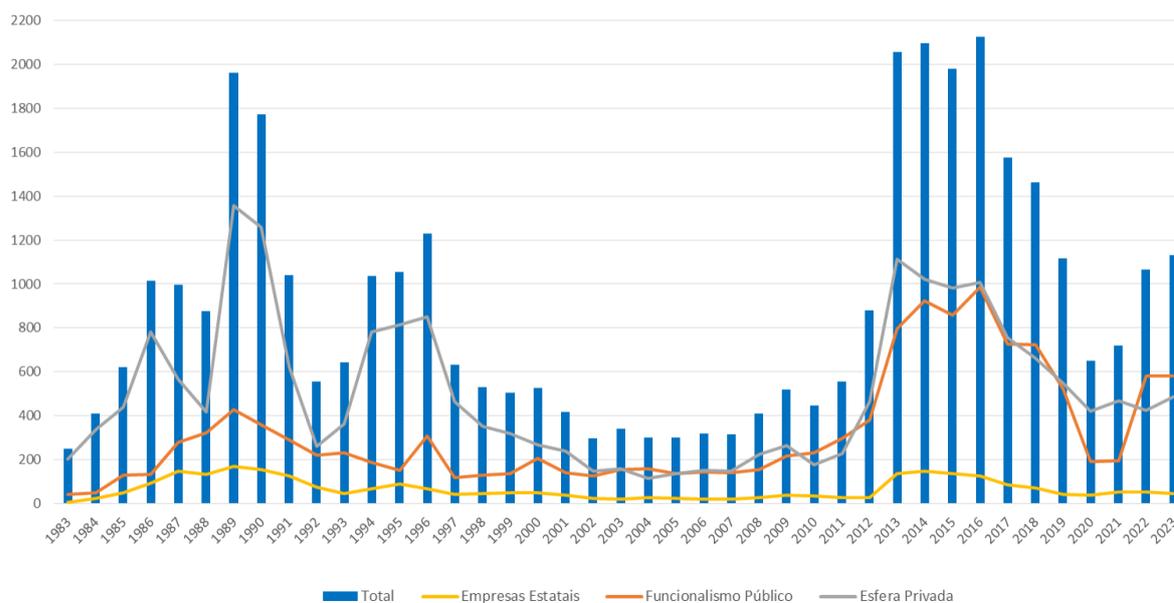
As ditaduras (do Estado Novo e Militar) reivindicam lugar na nossa memória, mas não apenas, se considerarmos a nossa herança dos períodos colonial, imperial e republicano, a violência sufocou e eliminou brutalmente dissidências populares, todavia ao atacar *Hidras de Lerma*. Na mitologia grega, a *Hidra de Lerma* é um dragão enorme com cabeça de serpentes. Quando cortadas, as cabeças da hidra podiam se regenerar. Cresciam duas em cada lugar. Não por acaso, movimentos e revoltas camponesas e urbanas se multiplicaram em centenas ao longo da formação social e histórica brasileira, como hidras, cujas cabeças eram cortadas e cresciam.

Citemos alguns desses movimentos, como Canudos e Palmares, dois importantes episódios de combate. Os *episódios de combate* foram formas particulares e acumulativas de revelia à ordem e de reivindicações sociais. Como Hércules ao derrotar a Hidra (em seu segundo dos doze trabalhos) na mitologia grega, quem detém a força (se colocada à serviço do poder das classes dominantes) pode vir a eliminar cruelmente o oponente. O capitalismo, fez da sua arma a violência ao desenvolver o seu sistema de acumulação (como bem descreveu Marx no capítulo 24, d'O capital, Livro I) e, ao mesmo tempo, ao desenvolver *para-si* contradições inalienáveis.

Dito isto, no Brasil não foi diferente, o *sistema tardio de transição ao capitalismo* se revestiu de outras nuances particulares, em contexto de dependência, tornando a violência – herança colonial e mácula do capital, o padrão contrarrevolucionário das classes dominantes. A burguesia reage ao primeiro sinal de antagonismo com a força ou com a hegemonia, destaca Macário (2023). Neste caso, se compreende “[...] um conjunto de ações desenvolvidas pelas classes e segmentos de classe no seio da sociedade civil com o fim de gerar consenso em torno de ideias, dos valores e ideologias que disputam o controle social [...]” (Macário, 2023, p. 13).

Vejam, abaixo, que as greves, luta sindical onde reside expressões relevantes da luta de classes, estiveram presentes em diversos momentos em que contradições se agudizavam:

Gráfico 17 – Número de greves – Brasil, 1983 a 2023



Fonte: Dieese, Balanço das Greves de 2023 (2024).

Como expressão da já insatisfações decorrentes da crise política que se estabeleceu no Brasil a partir de 2013 (a partir das Jornadas de 2013) e da crise econômica que se agravou a partir de 2014 (com a queda do *boom das commodities*) – contexto os quais analisamos no capítulo anterior, observemos que o número de greves no Brasil se ampliou no último decênio. A luta de classes no Brasil nunca foi tão expressiva, em relação às reivindicações por direitos trabalhistas. Decerto que em 2016, tendo elas ocorrido sobretudo no setor público, o governo de Dilma Rousseff sofria também fortes questionamentos dos movimentos de trabalhadores(as).

As situações de crise econômica acirram a luta de classe, considerando que, como medidas anticíclicas, como vimos ao analisar a natureza contra-arrestante à queda da taxa de lucro do capital, o capital tende a ampliar o grau de exploração do trabalho. As medidas que se seguiram, no governo do golpista Michel Temer e no governo de Jair Bolsonaro, de destruição de direitos trabalhistas, previdenciários e outros, também adensaram as resistências no campo sindical. Ao contrário do que muitos pensam, não houve trégua nos anos seguintes ao golpe. Ainda que tenham reduzido, mantiveram-se altas as mobilizações trabalhistas ao longo da série.

Em 2016, conforme o Dieese, mais de 81% das greves foram de caráter defensivo. Isso quer dizer que elas se direcionavam para a defesa dos direitos vigentes, “[...] pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança ou contra o descumprimento de direitos

estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação” (Dieese, 2017, p. 4)<sup>71</sup>. Em 2017, 2018 e 2019<sup>72</sup> cerca de pouco mais de 80% das greves incluíam itens de natureza defensiva e destes, mais de 50% dizia respeito ao descumprimento de direitos. Em 2020, esse dado saltou para 89% da pauta das mobilizações de greve. Em 2022, saltou para 88% e em 2023 para 78%.

Não obstante, a classes dominantes veem na classe trabalhadora um inimigo a ser neutralizado a qualquer sinal de antagonismo (Macário, 2023). Estava criada a oportunidade para passar a boiada da perda de direito e efetivar contrarreformas profundas e, até o momento, irreversíveis. Aumentar o grau de espoliação do trabalho consistia no plano de enfrentamento da crise econômica (parte da lei de acumulação do capital, como analisamos no capítulo 3 desta tese) e de andamento do projeto de *destruição ultraliberal* (Paulani, 2021). Desse modo, se tornava premente a necessidade de sufocar as dissidências e as pressões da classe trabalhadora.

Lida-se com um imperativo cada vez maior da autocracia burguesa em afirmar seus privilégios frente a qualquer revelia às misérias acumuladas no bojo das particularidades da formação histórica brasileira e no dinamismo do capitalismo dependente. O PT se tornou, portanto, devido aos investimentos (ainda que parcos) sociais, um inimigo naquele momento da crise econômica, assim como as reformas do presidente Joao Goulart antes do golpe militar de 1964 (Macário, 2023). Mesmo que em contextos históricos distintos e com propostas de reformas qualitativamente diferentes, ambos se tornaram uma ameaça aos extratos dominantes.

Quando inflertiram no projeto neoliberal em favor dos mais pobres – pois não se deve elidir o fato de que houve esforços para ampliar políticas e programas de assistência aos mais desfavorecidos – tudo ocorreu de modo tão ordeiro e envergonhado que, ao invés de retroalimentar e armar ideológica e politicamente a classe trabalhadora, serviu mesmo, em grande medida, para dissuadir as organizações trabalhistas e desorienta-las ideologicamente. No que pese as louváveis iniciativas progressistas, inclusive a ativação do Estado para contra-arrestar a crise de 2007/2008 e um conjunto de programas voltados para garantir comida e melhorias na assistência aos chamados ‘setores mais vulneráveis da sociedade, o resultado foi a continuidade e o reforço da concentração de capital e da propriedade (rural e urbana), da renda e do patrimônio, bem como o azeitamento dos mecanismos de fluxos desregulamentados de capital, vertebrando ainda mais as estruturas materiais nas quais se funda, se apoia e propaga a autocracia burguesa brasileira. Essa linha de ação ideológica, que perseguiu muito mais a colaboração da classe trabalhadora para com o padrão neoliberal de acumulação do capital e a burguesia, responde, em parte, pelo melancólico fim do governo Dilma Rousseff. (Macário, 2023, p. 18).

<sup>71</sup> “Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter propositivo. As greves denominadas defensivas são as que se caracterizam pela defesa de condições de trabalho vigentes, pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação. Paralisações que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves de protesto” (Dieese, 2017, p. 4)

<sup>72</sup> Os balanços de dados de 2016 a 2023, do qual derivamos as informações deste parágrafo, estão disponibilizadas no sítio do Dieese, como *publicações*, *Balanco de greve* – onde é possível acessar : <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?tipoBusca=tipo&valorBusca=balan%E7o+das+greves>. Acesso em 27 jun. de 2024.

Em síntese, a resposta antidemocrática arregimentada pela direita e pela burguesia, com o golpe de estado impetrado sobre Dilma Rousseff, equivale uma das respostas do capital a um de seus importantes antagonismos (Macário, 2023). Esse antagonismo consiste em controlar as forças do trabalho e qualquer situação que ponha em risco o protecionismo burguês. Macário (2023) resgata um segundo antagonismo que exige afirmação da burguesia nacional. Ele, está relacionado ao fato da burguesia imperialista – sua “principal aliada”, solapar parte da riqueza que poderia ser investida internamente, no nosso aperfeiçoamento científico e técnico.

Ou seja, ocorre a necessidade de adaptação do padrão de reprodução dependente às transformações do capitalismo mundial, que, no nosso caso, avançou de forma subordinada em relação aos países imperialistas. A inclusão tardia do Brasil no processo de industrialização intensivo exigiu largos passos em direção à modernização, que se deu de forma conservadora, e na transferência de valor para o capital internacional. Ao se chocar com as forças do trabalho nessas condições, a burguesia operou “... mudanças substantivas seja no padrão de reprodução, seja em sua conduta para com o Estado, a política e o poder [...]”, afirma Macário (2024, p. 19).

Macário (2023) adverte que essas mudanças na dinâmica de amadurecimento da burguesia-industrial no Brasil aconteceram apenas na medida em que se pôde expressar o seu exclusivismo em face da espoliação do trabalho e dos sacrifícios de amplos setores populares. Não se tratava de uma evolução nacional, assinala Florestan Fernandes, em resgate de Macário (2023), ao analisar os acontecimentos protagonizados em 1º de abril de 1964. Para o sociólogo, o que ocorreu no Brasil foi um *desenvolvimento desigual interno com dominação imperialista externa*, cujo ciclo da Revolução Burguesia se completaria dentro do capitalismo dependente.

Macário (2023) resgata essa característica do contexto dependente no qual ascende e se desenvolve a burguesia para argumentar que que esses antagonismos (da autocracia e da subordinação ao imperialismo) se refizeram no bojo do projeto neoliberal pós-ditadura de 1964. Argumenta o autor (2023, p. 20) que a “[...] dependência foi reatualizada e se processou sob a forma de ingentes esforços de reestruturação produtiva, de flexibilização, de privatização, de desnacionalização do sistema produtivo e de abertura para o grande capital transacional”. Ou seja, é compatível com o caráter estrutural da burguesia o projeto pragmático do neoliberalismo.

Para a garantia da estabilização macroeconômica em condições de dependência, o neoliberalismo, não apenas no Brasil, como na América Latina passou por projetos de estado com políticas econômicas, dado os diversos contextos conjunturais, mais ou menos ortodoxas

(Carcanholo, 2018). Independentemente da relação de menor ou de maior grau entre ortodoxia<sup>73</sup> e medidas heterodoxas (veremos a frente que a extrema direita também as aplicou por necessidade conjuntural pontualmente no Brasil), o neoliberalismo se efetiva aprofundando, entre outras formas, mecanismos de transferência de valor das periferias para os países centrais.

A conjuntura pós crise econômica mundial de 2007/2008 forçou, como nos advertiu Paulani (2021), o caráter draconiano dessa nova fase neoliberal, que não havia se efetivado por completo devido às necessidades macroeconômicas a seu curso, à época, indigestas no campo político. Em um novo ciclo de ajustes para a recomposição do capital, a liberalização comercial e financeira, as privatizações, a desnacionalização e a superexploração do trabalho as quais o neoliberalismo faz jus cresceram mediante o ultraliberalismo (pós crises política e econômica nacional, a partir de 2014) em patamar superior, ratificando o exclusivismo autocrático burguês.

Não iremos nos deter nas bases materiais da dependência, para tanto recomendamos Marine (2000), Luce (2018), Carcanholo (2008, 2017, 2013), Macário (2023), entre outros que debatem no campo da Teoria Marxista da Dependência. O que quisemos brevemente situar diz respeito ao fato da burguesia nacional carregar consigo traços autocráticos de contrarrevolução, cuja história reside na simbiótica relação que se estabeleceu entre a burguesia industrial e a velha oligarquia colonial – latifundiária, escravista, clientelista, paternalista, patriarcal, sexista e machista – traços estes que, inclusive, permeiam a reprodução das relações sociais neste país.

Essa característica basilar das nossas elites nacionais (e suas frações de classe) se expressa em fatos de notório cerceamento das liberdades políticas e de golpes de Estado, como as ditaduras e o golpe político, jurídico e midiático de 2016 à presidenta eleita Dilma Rousseff. O projeto nacional brasileiro, desde a constituição desta sociedade à luz do comando português, nunca mediou esforços para a aniquilação dos antagonismos sociais, seja pela brutal violência seja pela constituição de consensos, muitos deles ideologicamente aplainados nos interesses da elite brasileira branca, heteronormativa, capacitista, e aversa aos ganhos das camadas populares.

Recobramos à frente, ao analisarmos a trajetória da extrema direita reacionária no país, com a eleição do capitão reformado do Exército, Jair Messias Bolsonaro, esse caráter anti-humanista da burguesia nacional, capaz de retroalimentar algozes da nossa história em função

---

<sup>73</sup> Lembremos que o caráter ortodoxo das políticas econômicas neoliberais está relacionado à garantia “[...] dos superávits primários na política fiscal, regime de metas inflacionárias para a política monetária e regime de câmbio flutuante” (Carcanholo, 2018, p. 33). Acrescenta em nota de rodapé o autor: “Daí se entende como a mais pura ortodoxia econômica tinha poucos problemas nos anos de 1990 para defender o controle de um preço-chave em qualquer economia, a taxa de câmbio, desde que ela servisse como âncora para a estabilização dos preços. Nesse momento, a economia brasileira convivia com uma política econômica de bandas cambiais, política monetária restritiva de combate à inflação e política fiscal também restritiva, no intuito de obter superávits primários necessários para garantir o pagamento do serviço da dívida pública” (2018, p. 33).

dos ganhos de capital. E ao mesmo tempo (além dessa marca de *contrarrevolução permanente*, como bem definiu Fernandes, que se impõe no lastro da defesa de seus interesses e do repúdio à participação popular), a burguesia nacional, em sua reprodução do capital em condições de dependência, tornou-se *mão de ferro* para dentro e subordinada, para fora, ao capital mundial.

Mazzeo (2015) chama essa nossa identidade cultural de *bonapartismo-colonial*, que segundo o autor, se firma no caráter manipulador e autocrático presente na burguesia brasileira:

O bonapartismo-colonial aparece, desse modo, como o elemento de consolidação política de uma sociedade extremamente autocrática, comandada por uma burguesia débil e subordinada aos polos centrais do capitalismo, para a qual a *sociedade civil* se restringe aos que detêm o poder econômico, e as massas trabalhadoras constituem ameaça contante aos seus interesses de classe. O bonapartismo-colonial será o articulador de uma política de Estado manipuladora e alijadora das massas populares, enfim, a encarnação e a gênese da autocracia burguesa do Brasil (Mazzeo, 2015, p. 113).

A atuação dos extratos dominantes se somou a um tipo de sociedade, brasileira, que culturalmente reproduz padrões de comportamento de origem colonial, como por meio do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) e da máquina moral misógina presente em seu *ethos*. Um exemplo tangível recente foi a ofensiva à moral da mulher e presidenta Dilma Rousseff por parlamentares e nichos nacionais quando período do golpe. E a própria eleição de Jair Messias Bolsonaro, um postulante declarado da tortura e da violência contra a mulher, assim, dito isto, um sujeito indefensável por qualquer sociedade que preze pela democracia e igualdade social.

Por esse motivo, o conceito de *democracia em risco* ganhou as mentes e os corações dos militantes na luta política *contra o golpe* e pelo *fora Bolsonaro*, este, também, eleito pelas regras democráticas. Em síntese, essas análises colaboram para que compreendamos, para além dos efeitos políticos, que as raízes dessa recolocação do ódio no poder são históricas e que estão plenamente compatibilizadas com as particularidades da formação social da burguesia nacional e com os interesses neoliberais de recomposição do capital em condições de dependência. Afinal, emergido nos porões da ditadura militar chilena, o neoliberalismo casa com a barbárie.

Em seguida, analisaremos, a *contrarrevolução burguesa* desencadeada a partir da atuação da direita e da extrema direita, com Michel Temer e, após, com a trajetória de Jair Messias Bolsonaro na presidência e na condução do projeto econômico ultraliberal. Portanto, teceremos uma análise das repercussões sociais das medidas extenuantes de ataque aos ganhos sociais do trabalho protagonizadas pelo ciclo de ajustes ultraliberais no enfrentamento da crise, sobretudo no que tange a prática de medidas anticíclicas violentas e irreparáveis em curto prazo.

## 5.2 Segunda fase ultraliberal: a gestão da direita e uma ponte para o passado

O projeto ultraliberal, portanto, se adensou a partir do governo de Michel Temer, (outubro de 2016), momento em que o plano de austeridade fiscal ganha espaço como narrativa principal do governo federal no enfrentamento à crise. A partir de então, o rolo compressor da espoliação do trabalho deveria avançar com celeridade e profundidade, para dar legitimidade aos interesses econômicos dos apoiadores do golpe, ou seja, da autocracia burguesa nacional. Não se tratava de um impedimento sem propósito, mas de um plano para viabilizar a série de medidas austeras que o PMDB assegurava ao mercado, em 2015, em *Uma ponte para o futuro*.

O governo de Michel Temer, portanto, anunciava ao mercado suas intenções de recuperação da economia pela via da devastação dos direitos sociais e da espoliação do trabalho. Não por acaso, as medidas que se seguiram após o golpe foram ágeis e robustas, avançando sobre o sistema de proteção ao trabalhador e sobre os investimentos sociais públicos. Em curto espaço de tempo, o PMDB poria em prática um pacto robusto pela reconfiguração do Estado em função do ajuste fiscal e das medidas pró-mercado, agouradas e expostas no Programa de 2015, texto que continha uma prévia da barbárie a qual estavam todos dispostos a protagonizar:

Infográfico 4 – Programa *Uma ponte para o futuro* (PMDB, 2015)



Fonte: Programa *Uma ponte para o Futuro* (PMDB, 2015)

Elaboração própria

Estavamos diante, portanto, imediatamente após o impedimento de Rousseff, de uma nova fase do ajuste ultraliberal brasileiro, já iniciado pela esquerda em resposta as pressões da crise econômica nacional, mas que ganhava nova robustez no governo do pmdebista. Decerto, Rousseff já vinha realizando um duro ajuste fiscal desde o final de 2014, com contração dos investimentos, com retração dos gastos com pessoal, com cortes sociais e contingenciamentos. Soma-se, o veto à auditoria da dívida, as contrarreformas no acesso ao seguro-desemprego (Lei 13.134/2015) e no acesso às pensões (Lei 13.135/2015) e a lei antiterrorismo (Lei 13.260/2016).

Com a esquerda, em curto prazo, o ultraliberalismo já demonstrava a dureza da austeridade e das políticas anticíclicas impostas à classe trabalhadora. O golpe que avançou ferrozmente sobre a democracia, em 2016, todavia, consistia no anúncio de que era necessário elevar a patamar superior o ajuste ultraliberal. No tabuleiro, Michel Temer era a peça a ser manejada em função dos interesses do capital. Suas medidas não tardariam ao controle ainda mais rígido das contas pública; e o jogo avançaria, assim, contra os direitos sociais, ao devastar barbaramente direitos sociais históricos e ao recrudescer medidas destrutivas contra o trabalho.

A crise fiscal é o tema mais recorrente em *Uma ponte para o futuro*, diferente dos temas desigualdade social e pobreza (Cittadino, 2023). No documento, “[...] termos *como economia, crescimento, orçamento, juros, despesas, PIC, crise, reforma, mercado* aparecem, somados, 203 vezes ao longo do texto (média de 20 citações por palavra, enquanto a *expressão social, direito, democracia, cidadão e pobre* aparecem 31 vezes (média de seis citações)” (CAVALCANTE; VENERIO, 2017, *Apud* Cittadino, 2023, p. 3). Ou seja, em resposta à crise criada pelo neoliberalismo, teríamos que colocar em prática o projeto de aniquilação neoliberal.

Temer, destaca Cittadino (2023), com o projeto nacional ancorado no slogan *Ordem e progresso*, recuperaria das catacumbas as raízes autoritárias da história republicana brasileira. Com narrativa ancorada no atraso, somente pela disciplina, seria possível alcançar o progresso, adaptação da frase *O amor como princípio e a ordem como base*, de Auguste Comte (Ibdem). Se em 15 de novembro de 1889 o grito republicano era: *Proclamem a ditadura!* (Carvalho, 1997 *Apud* Cittadino, 2023), em 12 de maio de 2016, decerto, escutávamos, do mais alto cargo da República, as mesmas palavras centenárias de golpe e atraso, enroupadas de progresso.

Projeto este, inclusive, que não havia sido aprovado pela população, pelo contrário. O conteúdo do documento *Uma ponte para o futuro* estava muito mais alinhado à proposta do candidato da oposição nas eleições de 2014, Aécio Neves, relembra Cittadino (2023). Ou seja, ele não havia sido aprovado pelo crivo eleitoral, que deu vitória ao projeto do PT, do qual, vale lembrarmos, fazia parte Michel Temer como candidato à vice presidente (Ibdem). Assim, com

o golpe que destituía Rouseff, outro golpe se daria sem a aprovação do povo brasileiro, aquele cujo destino era pôr abaixo os direitos sociais e as condições de trabalho da classe trabalhadora.

Assim, não é mera coincidência que o goarverno Michel Temer, ao buscar identificar-se ao dístico positivista republicano ordem e progresso, além de retroceder, associando-se no imaginário político a um símbolo criado há mais de um século, assume implicitamente as premissas contidas neste dístico: a de ter sido alçado ao poder através de um golpe de Estado e a de implementar um governo marcado pelo autoritarismo, promovido para satisfazer os interesses de grupos econômicos vinculados ao capital financeiro internacionalizado, com a total falta de compromisso com as questões sociais e os anseios populares (Cittadino, 2023, p. 8).

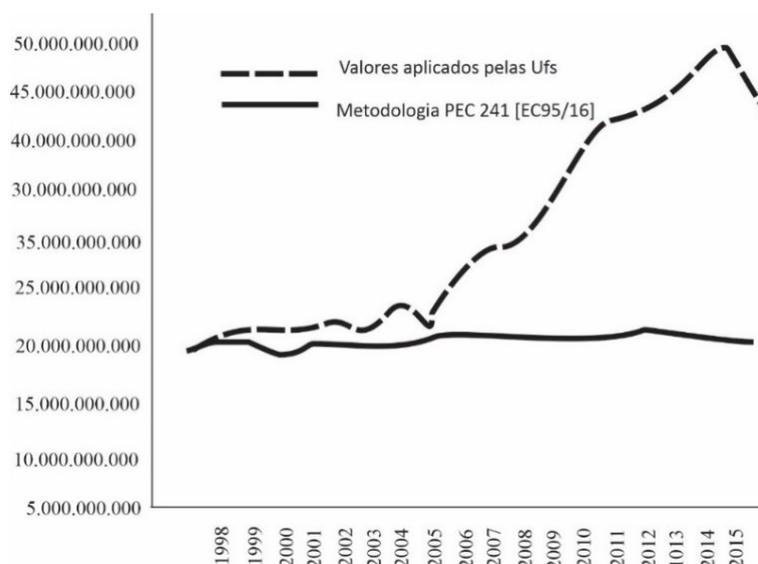
Com Henrique Meirelles (presidente do Banco Central e Ministro da fazenda no Governo Lula) no ministério da Fazenda e Illan Goldfajn na presidência do Banco Central, o mercado financeiro celebrava o golpe e o *autericício*, iniciado por Nelson Barbosa e Joaquim Levy meses atrás (KLIASS *Apud* Cittadino, 2023). A cor cinza dos ternos dos *homens de Temer* (ministério majoritariamente masculino e branco) anunciava o período cinzento o qual recairia sobre a sociedade brasileira, com equipe competente para garantir as privatizações, as concessões de setores essenciais ao capital, as contrarreformas e aniquilação de direitos sociais.

A proposta, como foi possível verificar no infográfico anterior, era ostensiva. Desde avançar com as privatizações, com a tranferência de ativos à iniciativa privada, com a venda de estatais e com o crescimento da parceria público-privado no serviços público; até destruições trabalhistas e previdenciárias, bem como diversas que incidiriam sobre a renda de benefícios. No tempo que dispunha, ao ascender à presidência, até o final de 2017, Temer pôs em prática parte importante de seu Programa: o fim das vinculações constutucionais, a reforma trabalhista, as privatizações, o avanço do setor privado no serviço público e o controle fiscal de longo prazo.

A Emenda Constitucional 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016 (revogada pelo Arcabouço Fiscal, Lei Complementar 200/2023), conhecida como *PEC da Morte* ou *PEC do Fim do Mundo*, inaugurava um novo regime fiscal no Brasil, ainda que vivenciássemos um ambiente de ajuste fiscal permanente, de tempos atrás (BEHRING, 2021). A Emenda congelou, em termos reais, gastos primários federais por 20 anos, possibilitando outras medidas ofensivas contra os trabalhadores, como a contrarreforma trabalhista e a previdenciária (Ibdem). Criou-se também as condições jurídicas para a nova lei das tercerizações e a precarização do trabalho.

Essa *ponte para o passado* se tornou um poderoso instrumento de revalidação das injustiças sociais. À exemplo, Amaral (2007), no gráfico abaixo, expõe a aplicação dos recursos federais com educação superior se há 18 anos tivesse sido aprovada uma medida como a EC95.

Gráfico 18 – Comparação entre os recursos aplicados nas Universidades Federais e os recursos que seriam aplicados por uma PEC semelhante à 241/55 [que se tornou EC 95/16]



Fonte: Amaral, 2017, p. 63.  
Gráfico adaptado.

As políticas sociais públicas, portanto, estiveram sob a estufilha da EC 95. Estava posta, desse modo, uma medida legal de grande impacto sobre os gastos sociais (no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União), que agravaria a nossa fratura social: 1) pela tendência draconiana de redução do orçamento social e 2) por aplinar o terreno para as contrarreformas, como a da Previdência Social, devido a restrição com as despesas obrigatórias. Socializar o custo da crise com a classe trabalhadora era um dos principais objetivos da emenda, que viria a impor franco desgaste aos salários indiretos do povo trabalhador, progressivamente.

[...] A EC nº 95, portanto, foi de um aventureirismo irresponsável inimaginável, já que independentemente do desempenho econômico, congelam-se os gastos primários do orçamento público brasileiro, no mesmo passo em que se liberal a apropriação do fundo público pelo capital portador de juros e pelos especuladores. Em caso de descumprimento da EC nº 95, estão previstas sanções. Aqui, há uma conexão direta entre a EC nº95 e a contrarreforma da previdência, pois uma dessas sanções é não elevar as despesas obrigatórias, o que atropela a recomposição do salário mínimo, indexadora de benefícios previdenciários e assistenciais, como o benefício de prestação continuada (BPC). (BEHRING, 2021, p. 193).

Essas medidas, aliadas a outras no campo da superexploração do trabalho, torna o ultraliberalismo ponta de lança da ofensiva do capital contra o trabalho nesse momento da crise. Outra investida foi a EC nº 93 de 2016, por meio da qual o governo ampliou de 20% para 30%

o percentual que podia ser remanejado das receitas de todas as contribuições sociais. A nova prorrogação do prazo da proposta de desvinculação de receitas da União (DRU), que também cria mecanismos semelhantes para estados, Distrito Federal e municípios, possibilitaria, assim, o cumprimento da meta de resultado primário e o escoamento de recursos para a dívida pública.

Como um dos governos que mais publicou medidas provisórias (MPs), desde FHC (uma a cada seis dias)<sup>74</sup>, Temer punha em ação, de forma acelerada, o ultraliberalismo. Além dos dois projetos de Emenda Constitucional (PEC), matérias da EC 95 e na EC 93, com as MPs, cujos efeitos entram em vigor imediatamente após a publicação no *Diário Oficial da União*, sem que sejam analisadas pelo Congresso Nacional; Temer deliberou, entre outros, a reforma administrativa do Estado, a liberação de 100% de capital estrangeiro em companhias áreas, a revisão de regras trabalhistas, de benefícios previdenciários e a reformulação do Ensino Médio.

No quadro abaixo, apresentamos uma seleção de medidas executadas pelo governo Temer (desde o seu mandato como interino), que tiveram repercussão negativa sobre a classe trabalhadora, por solapar direitos sociais, bem como as que consideráramos pró-mercado e as austericidas. O pmdebista também atuou fazendo uso de outras estratégias administrativas e jurídicas, como as leis ordinárias e os projetos de lei complementar, inclusive para imputar mais alterações à legislação trabalhista. O governo atuava, portanto, velozmente para o alcance das metas e do empreendimento das privatizações, das contrarreformas e das concessões ao capital.

Quadro 3 - Seleção de medidas ultraliberais do Governo Temer (2016 a 2018)\*

Medida	Ementa	Situação em jul. de 2024
Proposta de Emenda à Constituição 55/2016, que se tornou Emenda Constitucional 95. DOU DE 16/12/2016	Altera o ato das disposições constitucionais transitórias para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências	Não consta regovação expressa. Regras em substituição expressas no Novo Arcabouço Fiscal, Lei Complementar nº 200, de 30/08/2023
Proposta de Emenda à Constituição 31/2016, que se tornou EC 93. DOU DE 09/09/2016 – Edição Extra	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.	Não consta regovação expressa.
Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 DOU de 14/07/2017	Altera a CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1/05/1943, e as Leis nº 6.019, de 3/01/1974, 8.036, de 11/05/1990, e 8.212, de 24/07/1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.	Não consta regovação expressa.

<sup>74</sup> “Ao longo dos 31 meses de governo, Temer editou 142 medidas provisórias. O número é 39% maior do que as 102 MPs que a ex-presidente Dilma Rousseff publicou nos 31 primeiros meses de gestão - em média, uma MP a cada 9,1 dias”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/31/temer-conclui-mandato-com-media-de-uma-mp-editada-a-cada-6-dias-e-meio-maior-desde-fhc.ghtml> Acesso em: 25 jul. 2024.

Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017. DOU de 31/03/2017 Edição extra	Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3/01/1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.	Não consta regoção expressa.
Medida Provisória nº 726, de 12.5.2016 DOU de 12.5.2016	Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.	Convertida Lei nº 13.341, de 2016
Medida Provisória nº 727, de 12.5.2016 DOU de 12.5.2016 - Edição extra	Cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI e dá outras providências.	Convertida Lei nº 13.334, de 2016
Lei Complementar nº 156, de 28.12.2016 DOU de 29.12.2016	Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal;	Não consta regoção expressa.
Medida provisória nº 739, de 7.7.2016 DOU de 8.7.2016	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.	Vigência encerrada Ato Declaratório nº 58, de 2016
Medida Provisória nº 741, de 14.7.2016 DOU de 15.7.2016	Altera a Lei nº 10.260, de 12/06/2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior.	Convertida Lei nº 13.366, de 2016
Medida provisória nº 746, de 22.9.2016 Publicada no DOU de 23.9.2016 – Extra	Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007.	Convertida Lei nº 13.415, de 2017
Medida provisória nº 761, de 22.12.2016 DOU de 23.12.2016	Altera o Programa de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência.	Convertida Lei nº 13.456, de 2017
Lei Complementar 159 de 19.05.2017. DOU de 22.05.2017	Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016	Não consta regoção expressa.
Medida provisória nº 774, de 30.3.2017 DOU de 30.3.2017	Dispõe sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta.	Vigência encerrada Ato Declaratório nº 70 de 2017
Medida provisória nº 777, de 26.4.2017 DOU de 27.4.2017	Institui a Taxa de Longo Prazo, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências.	Convertida Lei nº 13.483, de 2017
Medida provisória nº 782, de 31.5.2017 DOU de 31.5.2017 - Edição extra	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.	Convertida Lei nº 13.502, de 2017
Medida Provisória nº 785, de 6.7.2017 DOU de 7.7.2017	Altera a Lei nº 10.260, de 12/07/2001, a Lei Complementar nº 129, de 8/01/2009, a MP nº 2.156-5, de 24/08/2001, a MP nº 2.157-5, de 24/08/2001, a Lei nº 7.827, de 27/09/1989, a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, a Lei nº 8.958, de 20/12/1994, e dá outras providências.	Convertida Lei nº 13.530, de 2017
Medida provisória nº 786, de 12.7.2017 Publicada no DOU de 13.7.2017	Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas.	Convertida Lei nº 13.529, de 2017
Medida provisória nº 795, de 17.8.2017 Publicada no DOU de 18.8.2017	Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural	Convertida Lei nº 13.586, de 2017
Medida Provisória nº 797, de 23.8.2017 DOU de 24.8.2017	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11/09/1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	Vigência encerrada Ato Declaratório, de 2017

Medida provisória nº 800, de 18.9.2017 DOU de 19.9.2017	Estabelece as diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais e dá outras providências.	Vigência Encerrada Ato Declaratório, de 2018
Medida Provisória nº 808, de 14.11.2017 DOU de 14.11.2017 - Edição extra	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1/05/1943.	Vigência Encerrada Ato Declaratório nº 22 de 2018
Medida provisória nº 810, de 8.12.2017 DOU de 11.12.2017	Altera a Lei nº 8.248, de 23/10/1991, e a Lei nº 8.387, de 30/12/1991, e dá outras providências.	Convertida Lei nº 13.674, de 2018
Medida Provisória nº 813, de 26.12.2017 DOU de 27.12.2017	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11/09/1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.	Convertida Lei nº 13.677, de 2018
Medida Provisória nº 848, de 16.8.2018 DOU de 17.8.2018	Altera a Lei nº 8.036, de 11/05/1990, que dispõe sobre o FGTS, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde.	Convertida Lei nº 13.778, de 2018

Fonte: Portal da Legislação (<https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis>)<sup>75</sup>

Elaboração: própria

\* Pesquisa exploratória em Decretos, Leis Complementares, Medidas Provisórias e Projetos de Lei (2016-2018). O critério foi instruções normativas que apresentassem algum prejuízo social, econômico e ou político à população.

Para resolver o déficit fiscal brasileiro, a austeridade, portanto, passou a ser tratada como principal solução à recessão econômica. As privatizações, por exemplo, eram vistas como receitas necessárias para a garantia do pagamento da dívida pública e os cortes sociais eram considerados urgentes como forma de promoção do equilíbrio fiscal. Quanto às privatizações, a direita ultraliberal previa vender 57 empresas, incluindo a Eletrobrás. Assim, contaríamos com serviços mais eficientes e receitas que nos permitissem enfrentar os problemas fiscais. Sob essa justificativa, as privatizações ganharam centralidade no governo Temer. (Dieese, 2018).

O lançamento do Programa de Parcerias do Investimento (PPI), item 6 do Quadro acima, instituído por Medida Provisória nº 727, de 12.5.2016, e transformado em Lei nº 13.334, de 2016, se centrou nos setores de *infraestrutura, óleo e gás natural, transportes (aeroportos, portos, rodovias e ferrovias), saneamento, setor elétrico e mineração* (Dieese, 2018). O PPI, esclarece o Dieese (2018), se tornou o principal instrumento para a viabilização de privatizações e concessões do governo Temer, ancorado no Programa de Parcerias Público Privadas (PPP) e no Programa Nacional de Desestatização (PND). Sobre o assunto, ressalta o relatório do Dieese:

Em termos gerais, o PPI se apresenta como instrumento para agilizar as privatizações, almejando proporcionar segurança jurídica, previsibilidade para o investidor e regras claras para a execução dos projetos elencados. A fórmula, por sua vez, vem acompanhada de rebaixamentos legais em direitos laborais e normas ambientais,

<sup>75</sup> As Leis estão disponíveis em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/> Acesso em 25 jul. 2024. Além disso, as Leis Complementares foram pesquisadas em <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/leis-complementares-1/todas-as-leis-complementares-1> Acesso em 26 jul. 2024.

sendo os órgãos e entidades envolvidos convocados a atuar para que os processos e atos necessários à estruturação, liberação e execução do projeto ocorram de forma eficiente e econômica. Entende-se por liberação a obtenção de licenças, autorizações, registros, permissões, direitos de uso ou exploração, regimes especiais, e títulos equivalentes, de natureza regulatória, ambiental, indígena – e quaisquer outras necessárias à implantação e à operação do empreendimento. É nessa perspectiva que a União anunciou [...] a intenção de privatizar a Eletrobrás, a Casa da Moeda, bancos e outras empresas sob seu controle, além do leilão de ativos pertencentes ou sob concessão da Petrobrás. Adicionalmente, por intermédio do Ministério da Fazenda, a União aprovou o Plano de Recuperação Fiscal para os estados [Lei Complementar nº 159/2017] que prevê a privatização de empresas estaduais como contrapartida para o recebimento de ajuda financeira do governo federal, caso da Companhia Estadual de Água e Esgoto no estado do Rio de Janeiro (Cedaed). (Dieese, 2018, p. 4).

De acordo com dados divulgados pela rede BBC<sup>76</sup>, dos 193 projetos apresentados pelo Governo Michel Temer no PPI, 124 foram concretizados, o que equivale a 64% do total. Em termos de rendimento, os leilões alçaram R\$ 46,4 bilhões em outorgas (valores pagos à União em relação aos contratos) e os investimentos poderão alcançar R\$ 243,3 bilhões ao longo dos próximos 30 anos, estimou o governo. As privatizações se centraram no setor de energia, com 94 projetos concedidos. Segundo o jornal, a avaliação do empresariado foi positiva, pois o governo teria avançado em relação ao mérito e a percepção, pela viabilidade criada pelo PPI.

Na mesma linha de desestatização, o governo sucessor deu andamento ao projeto e assumiu a presidência, após as eleições de 2018, anunciando acelerar as privatizações. A sua meta seria a venda ao capital privado de 23 projetos nos 100 primeiros dias de governo. Em 2019, chegou a levantar R\$ 96,2 bilhões com a comercialização de ativos ao setor privado<sup>77</sup>. Desse valor total, os cofres públicos receberam apenas R\$ 6 bilhões. A cifra restante se destinou às empresas que conduziram as operações, como Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES. A Petrobrás teria utilizado parte do dinheiro para pagamento de dívidas.

Do ponto de vista do projeto econômico, a desestatização vem sendo narrada como principal responsável pelo aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil. Em contrapartida aos déficits de transações correntes, que já chegou a mais de US\$ 500 bilhões, o ingresso de investimento estrangeiro passou “[...] de US\$ 12,6 bilhão entre 2001 e 2008 para US\$ US\$ 57, 2 bilhões entre 2010 e 2016 [e de US\$ 60,7 bilhões de 2015 para US\$ 78,2 bilhões em 2018, antes da pandemia<sup>78</sup>” (Dieese, 2018. p. 11). Conforme o Dieese, parte desses investimentos, ocorreu devido à crise econômica, pela desvalorização cambial e pela venda de Estatais via PPI.

---

<sup>76</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47214138> Acesso em: 31 jul. 2024.

<sup>77</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-levantou-962-bilhoes-com-privatizacoes-em-2019-23994764> Acesso em 31 jul. 2024.

<sup>78</sup> Fonte Banco Central

Temos, no mínimo, três grandes problemas decorrentes desse tipo de crescimento; primeiro porque a transferência do controle das empresas nacionais para empresas estrangeiras praticamente não contribui para o aumento da taxa de investimento nacional, algo necessário para que o país retome o crescimento econômico sustentável. Segundo, porque ela pressiona as contas externas, pois facilita o “escoamento” de divisas para o exterior, por meio da saída do país de recursos na forma de lucros e dividendos. E, ademais, essa prática desnacionaliza setores estratégicos para a economia, fragilizando os interesses e a soberania nacional (Dieese, 2018).

Desse modo, quais os resultados alcançados pela Direita brasileira na execução ultraliberal no enfrentamento da crise econômica? Não foi possível recuperar, como alardeado pelo governo, a economia, afirma tanto Behring (2021) quanto Cittadino (2023). Tomando por referência índices básicos da economia, Cittadino (2023) caracteriza os *resultados como desastrosos* e Behring (2021) como um *retumbante fracasso*. Analisemos brevemente alguns dos resultados a partir dos seguintes índices: PIB, inflação, taxa de câmbio, equilíbrio fiscal (três últimos, tripé macroeconômico), taxa de crescimento, de investimento e o desemprego.

Diferente do que fanfarroneou o presidente, no final de 2017, de que havia colocado a economia de pé outra vez<sup>79</sup>, o modesto crescimento do PIB já demonstrava a inveracidade da comemoração. Em relação ao ano de 2016, o PIB brasileiro, em 2017, cresceu apenas 1%. Em 2019, mesmo com as contrarreformas trabalhista e previdenciária, principais promessas de retomada da economia, o resultado foi “[...]um medíocre ‘pibinho’, de 1.1%; e 11,6% de desemprego, uma medíocre redução em face de 12,7% de 2017, provocada tão somente pelo crescimento do trabalho sem carteira assinada e por conta própria” (BEHRING, 2021, p. 237).

As metas em relação ao crescimento do PIB, pelo governo Temer, não foram alcançadas. Em 2018, a previsão de crescimento do PIB de 3% deu lugar a um desempenho de 1.1% em relação à 2017, em valores correntes da ordem de R\$ 6,8 trilhões, inferior à 2012 (Cittadino, 2023). Em relação aos setores econômicos, Cittadino (2023) cita deficiência em todos eles. O seu conjunto foi impulsionado, no geral, pelo setor agropecuário, cujo valor foi alcançado devido à safra recorde obtida no primeiro trimestre do ano (de +12,54%). A indústria obteve decréscimo de 0,45%; isso sob a perspectiva da *reprimarização* da economia.

Esse processo pífio de crescimento gerou diminuição da competitividade agregada (ainda que as empresas que sobreviveram fossem mais eficientes e competitivas), bem como expandiu a deterioração do número de empregos formais (adensadas pela precarização do trabalho em curso). A necessidade de grandes entradas de capital externo se perpetuou em

---

<sup>79</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/coloquei-a-economia-do-pais-de-pe-diz-temer-apos-o-pib>  
Acesso em: 31 jul. 2024

relação a erosão da base industrial, dos baixos investimento e pela grave situação fiscal do país e de sua balança comercial, características da acumulação neoliberal em situação de crise, fazendo com que a tendência declinante do PIB sob o neoliberalismo avançasse em depressão.

Em março de 2018, já era possível avaliar o legado destrutivo da segunda fase do ultraliberalismo comandada pela Direita nacional em relação a variáveis que o próprio modelo neoliberal considera importantes, como o PIB, o câmbio, os juros e a inflação. Em maio de 2018, o governo teve que lidar com a maior alta do dólar desde o final da década de 1990. Para o professor de economia Flávio Fligenspan (2018)<sup>80</sup>, em junho de 2018, a grande alta do dólar se somava ao quadro de incertezas enfrentados pelo Brasil em parte devido ao aumento dos juros americanos e em parte por questões domésticas, certamente os escândalos políticos.

Michel Temer havia sido denunciado pela tentativa de comprar o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, então preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro<sup>81</sup>. Decerto que a informação, noticiada internacionalmente, acirrou os ânimos do mercado. O dólar no balcão havia subido 8,07%, chegando a R\$ 3,3868. A alta percentual só comparável a 15 de janeiro de 1999 (+11,10%), quando do abandono dos regimes de bandas cambiais<sup>82</sup>. O BC reagiu, rememora Fligenspan (2018), na narrativa e na prática, com a disposição massiva de swaps cambiais<sup>83</sup> no mercado, para proteger a taxa de câmbio e manter o controle da inflação.

Investindo as reservas nacionais na venda futura de dólar (oferta de derivados), o BC chegou a prever injetar US\$ 24,5 bilhões na venda de *swaps* cambiais em 2017. Com o uso desses recursos, sob a narrativa de proteção do câmbio, o governo brasileiro oferta moeda estadunidense em quantidade necessária para evitar a concorrência pelo dólar. De modo contraproducente, ele se lança em acordos financeiros de alto risco, que podem, assim como qualquer ativo financeiro, gerar lucro ou prejuízo. Em 2016, o BC registrou prejuízo total de R\$ 249, 8 bilhões. Os lucros são aplicados no pagamento da dívida pública (Maximo, 2017).

Os contratos com *swap* cambiais, vale apontarmos, no caso de prejuízo convertem-se em dívida pública federal. Em audiência pública no Senado Federal<sup>84</sup>, em 20 de novembro

---

<sup>80</sup> Disponível em: <https://sul21.com.br/colunasflavio-fligenspan/2018/06/cambio-especulacao-e-juros-no-final-do-governo-temer/> Acesso em 31 jul. 2024.

<sup>81</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1885108-dolar-dispara-e-bolsa-trava-negocios-apos-crise-no-governo-temer.shtml> Acesso em: 31 jul. 2024.

<sup>82</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/crise-no-governo-temer-leva-dolar-a-maior-alta-desde-maxidesvalorizacao-de-1999/> Acesso em: 31 jul. 2024.

<sup>83</sup> O swap cambial consiste em “[...] um acordo firmado entre duas partes com o objetivo de trocar moedas estrangeiras, principalmente dólares americanos, pelas moedas nacionais, no nosso caso o real brasileiro. Esta troca acontece por um período determinado e ao final do contrato as moedas são devolvidas com juros”. Disponível em: [O que é Swap e como funciona essa operação? | InfoMoney](#). Acesso em: 01 ago. 2024.

<sup>84</sup> Audiência pública sobre *swap cambial* na Comissão de Transparência e Governança Pública do Senado Federal, ocorrida em 20 de novembro de 2016. Estavam presentes, a coordenadora da Associação Auditoria Cidadã da

de 2016, ao contestar terem os gastos financeiros sido excluídos do teto dos gastos (que se tornaria dias depois em EC95/2016), o senador federal Capiberibe (PSB) registrou o prejuízo de mais R\$ 89 bilhões nesse tipo de transação pelo BC, incorporado ao déficit público, o que resultou, somente em 2015, em uma elevação de R\$ 13 bilhões nos gastos com o pagamento de juros. Ou seja, esses prejuízos vêm agravando a dívida do setor público (Rosa-Jorge, 2016).

Sobre esse assunto, A Auditoria Cidadão da Dívida (2023) denuncia esse processo de desregulamentação que há tempos vigora na condução do BC, embora se trate de operação já contestada até mesmo pelo TCU<sup>85</sup>. Aponta Fattorelli (2023, p. 39) que a Lei Complementar 101/2000 (“Lei de Responsabilidade Fiscal” - LRF) escancara esse tipo de condução pelo BC:

O art. 7º (§1º) da LRF representa o cúmulo da irresponsabilidade monetária, pois dá liberdade total para o Banco Central fazer qualquer aventura em sua política monetária, podendo gerar prejuízos estratosféricos, e esse resultado negativo “constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil”. Na prática, esse dispositivo tem acobertado a operação dos mecanismos que geram dívida pública sem contrapartida alguma e produzem crises<sup>86</sup> sucessivas, como a remuneração da sobra de caixa dos bancos (Bolsa-Banqueiro) e as escandalosas operações de swap cambial, tudo sob sigilo. Somente no ano de 2016, o Banco Central transferiu ao Tesouro Nacional um prejuízo de R\$ 250 bilhões que foi transformado em dívida pública. Em 2022 o Banco Central mais uma vez apurou um prejuízo recorde de quase R\$ 300 bilhões, que de acordo com esse art. 7º da LRF pode ser totalmente transformado em dívida pública e transferido para os ombros do povo brasileiro! Onde está a responsabilidade fiscal?

Nessa lógica e dentro de um escopo maior de abrangência e direcionamento das ações do Estado brasileiro, o sistema bancário, mesmo nos momentos mais graves de crise, seguiu a acumular lucros históricos. De acordo com o balanço dos bancos, em relação a 2016, em 2017 a soma dos lucros das 7 maiores instituição bancárias nacionais, crescia mais de 20%<sup>86</sup>. Enquanto isso, o rolo compressor sobre os direitos sociais e trabalhistas corria, neste

---

Dívida, Maria Lúcia Fattorelli; o senador João Capiberibe; contador e economista Clodoaldo Neri Júnior. O presidente do Banco Central havia faltado à Audiência. Maiores informações, disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/29/politica-cambial-do-banco-central-sofre-criticas-na-comissao-de-transparencia> Acesso em 30 set. 2024. Fonte: Agência Senado, por Rosa-Jorge (2016). **Vide ainda**, o artigo **Tesouro Nacional financia Banco Central e assume seus prejuízos da Auditoria Cidadão da Dívida**, publicado em 29 nov. 2023, disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/artigo-tesouro-nacional-financia-banco-central-e-assume-seus-prejuizos/> Acesso em; 30 set. 2024. Sugerimos que, também, assistam a live no Youtube - **O "estouro" do Banco Central: quase R\$ 300 bilhões de prejuízo, tendo recebido R\$ 212 BI do Tesouro** da Auditoria Cidadã da Dívida, em: <https://www.youtube.com/live/VOlacQtJRel?si=sJr0QHAQWIU2q3x8>. Acesso em 30 set. 2024.

<sup>85</sup> GRUPO II – CLASSE VII – PLENÁRIO TC-012.015/2003-0 (c/ 7 volumes) Natureza: Representação Entidade: Banco Central do Brasil – Bacen Interessado: Tribunal de Contas da União. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Representacao-TC-012-015-2003-0-1-1.pdf>

<sup>86</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/02/24/queda-do-dolar-faz-bc-fechar-2016-com-o-primeiro-prejuizo-em-oito-anos.htm> Acesso em: 01 ago. 2024.

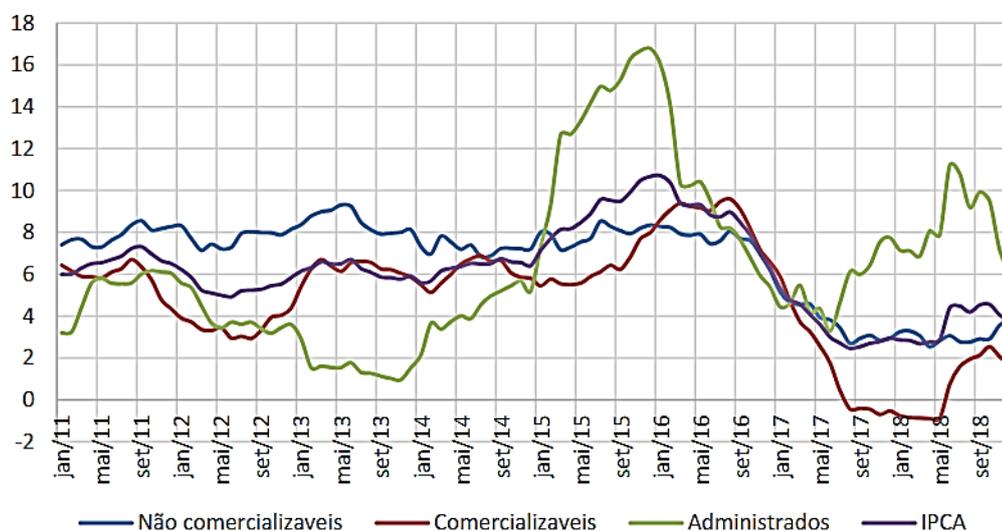
mesmo ano, em marcha acelerada, ampliando o grau de empobrecimento da população. Além disso, a inflação, festejada como saldo positivo, corroía as condições de vida dos mais pobres.

O economista Campedelli (2022), em sua tese de doutorado, ao analisar a inflação de FHC a Michel Temer, destaca que a redução de suas taxas de 2015 a 2018 se deve, não à condução da política monetária, mas à política de austeridade fiscal, que atuou na piora da classe trabalhadora, ou seja, às custas de suas condições de vida e de trabalho. O autor destaca que durante o governo Dilma Rousseff o câmbio foi se elevando, diferente do que ocorreu no governo Lula. O fim do superciclo das commodities, com a colaboração da redução da taxa Selic, beneficiou a desvalorização cambial, conforme o autor (2022), impactando na inflação.

Esse cenário econômico não havia sido enfrentado até então pelo governo Lula. O combate ao crescimento da inflação, portanto, tornou-se mais difícil, a partir de 2015. É importante salientarmos, conforme Campedelli e Lacerda (2020), que a inflação brasileira é influenciada pelos custos, com controle por via das mudanças na taxa cambial. Porém, o “[...] ajuste de preços se mostra estatisticamente significativo em seu modelo econométrico na depreciação, [...] ou seja, quando a taxa cambial se eleva, existe ajuste inflacionário, não ocorrendo tal cenário no caso de redução da mesma” – apontam os economistas (2020, p. 12).

Como é possível observaremos no gráfico abaixo, segundo Campedelli e Lacerda (2020), a elevação inflacionária teve como principal fonte os preços administrados, com os preços comercializáveis e não comercializáveis caminhando abaixo do IPCA. Essa lógica se manteve entre 2016 e 2018, demonstrando que os preços administrados exerceram importante pressão sobre a inflação. A inflação do setor de serviços e industrial variou abaixo do IPCA. Os bens comercializáveis (setor industrial) impulsionaram a inflação no período entre 2011 e 2014, devido a uma taxa cambial desvalorizada, impactando fortemente este ramo (Ibdem).

Gráfico 19 - Variação acumulada em 12 meses do IPCA, dos bens comercializáveis, dos bens não comercializáveis e dos preços administrados: 2011-2018 (em %)



Fonte: IBGE

Produção: Campedelli e Lacerda (2020)

Com as políticas de austeridade fiscal, o governo passa a exercer maior pressão inflacionária por meio dos preços administrados (aqueles que sofrem influência por órgão público, independentemente da oferta e da demanda). Já com Levy, ainda no governo Dilma, como Ministro da Fazenda, o Estado emplacou forte reajuste nesses preços (Campedelli; Lacerda, 2020). Somado a isso, esclarecem Campedelli e Lacerda (2020) que nessa fase, de grave crise econômica e de crise política, entre as eleições e o impedimento de Rousseff, a desconfiança dos agentes do capital levou a uma forte e incontente valorização cambial<sup>87</sup>.

Considerada como necessária a recomposição do capital em crise, o impedimento da presidente acalmou os ânimos do mercado (desculpem-nos a prosopopeia midiática). Em 2016, com a taxa de câmbio reduzida, Temer encontra uma situação mais amena em relação aos preços comerciáveis (setor da industrial) e também em relação aos preços administrados, devido ao ajuste que havia sido realizado no ano anterior. Ambos passam a se comportar de modo aproximado ao IPCA até 2017, quando os preços comerciáveis passam a ser novamente a principal fonte da inflação, no contexto da alta do dólar, como já expusemos anteriormente.

Os autores também explicam que a deflação no setor não comerciável se deve,

<sup>87</sup> Os autores acrescentam que com “[...] isto, temos uma elevação forte do IPCA. O COPOM volta a tentar controlar a inflação a partir de seu mecanismo usual, de elevação constante da taxa Selic, que chega ao patamar de 14,25% ainda em 2015. Tal situação, juntamente com a conjuntura internacional de baixo crescimento e fraco comércio internacional, levou o país à pior crise econômica da Nova República, com redução do PIB de 3,55% em 2015 e de 3,31% em 2016[...]” (Campedelli; Lacerda, 2020, p. 21).

em 2016, em parte porque o setor de serviços passa a ser considerado mais supérfluo para os trabalhadores em situação econômica mais difícil, provocada pela redução dos ganhos reais do salário mínimo. Isso, implica, portanto, na redução da demanda do setor e, portanto, na redução da pressão inflacionária. Uma compensação impulsionada pelos ganhos marginais do trabalhador, pela política de desvalorização do salário mínimo, desde 2016. Esse setor é mais susceptível a essas tais variações, com custo de capital mais reduzido do que o setor industrial.

Essa discussão acerca da política econômica de austeridade é importante, porque nos permite analisar o que está por detrás da redução inflacionária, fortemente comemorada pelo governo Temer<sup>88</sup> como um dos principais legados do seu mandato e fator de crescimento. É fato que em 2016 a inflação chega a 2,95% e 3,75% em 2017 e 2018, respectivamente. Os valores são bem menores se comparados aos 6,5% de 2011 e as 10,67% de 2015 (Ibdem). Porém, o que Campelli e Lacerda (2020 e 2022) demonstram é que foram altos os seus custos para a classe trabalhadora, sobretudo, devido a política de desvalorização do salário mínimo.

Outra análise importante é que se somaram à política econômica de austeridade fiscal outros custos. Outro diagnóstico dos autores é que a manipulação da taxa Selic pelo Banco Central de acordo com as necessidades estabelecidas foi responsável também por pôr a inflação dentro da meta de 2016 a 2018, “[...] junto com a decisão de reduzir tanto os limites inferiores e superiores, que demonstrou um comprometimento da autoridade monetária com o controle monetário” (Campedelli; Lacerda, 2020, p. 12). Isso, portanto, significou, é importante frisarmos, de acordo com os economistas, um custo social danoso para o Brasil.

Desse modo, o ajuste gerou a redução da demanda, contribuindo para o controle da inflação, devido ao rebaixamento dos salários e das condições de trabalho, à concentração de renda e ao crescimento do desemprego (Ibdem). Ademais, citam Campedelli e Lacerda (2020) algo extremamente relevante para esta análise, que consiste no fato de que a inflação continuou pesada sobre os ombros do trabalhador, pois parte dos produtos de seu uso contante permaneceram elevados acima do IPCA. Desse modo, foi deletério o avanço do capital sobre os ganhos do trabalho. O Dieese (2017) analisa o controle da inflação na mesma perspectiva:

Houve desaceleração do nível geral de preços nos últimos meses [início de 2017], fazendo com que a taxa oficial de inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE (IPCA-IBGE), ficasse em 6,48%, abaixo do teto da meta, que é de 6,50%. Esse resultado é fruto, essencialmente, do brutal desaquecimento pelo qual passa a economia brasileira. A expressiva taxa de

---

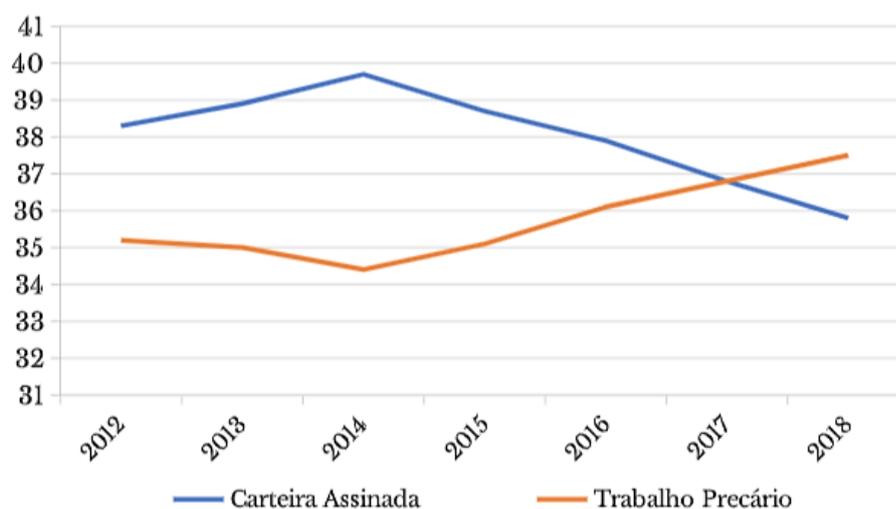
<sup>88</sup> Disponível em Revista Exame: <https://exame.com/economia/inflacao-abaixo-da-meta-e-fato-extraordinario-diz-temer/>. Disponível em: Jornal Folha de São Paulo > <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1949474-temer-comemora-inflacao-abaixo-da-meta-e-fala-em-manter-queda-de-juros.shtml> Acesso em: 06 ago. 2024.

desemprego; a queda de salários; a retração dos investimentos públicos e privados; o endividamento das famílias e das empresas e a baixa expectativa dos agentes em relação ao futuro compõem o atual quadro. Outros fatores que, complementarmente, contribuíram para a queda da taxa de inflação são: a) fim dos efeitos da liberalização dos preços administrados, especialmente energia e derivados de petróleo, entre o fim de 2014 e o início de 2015; b) reversão da política de desvalorização do real para melhorar o desempenho do comércio exterior, o que trouxe forte impacto aos preços dos produtos importados e commodities dolarizadas e; c) melhor regime de chuvas, o que evitou novos efeitos perversos do clima sobre os preços dos alimentos. (Dieese, 2017, p. 03).

Os salários sem reajuste real e os altos índices de desemprego impulsionaram os ganhos do capital. Diferente da alta empregabilidade de 2011 e 2014, o ajuste que se iniciou em 2015 fortaleceu o alto índice de desemprego, em um quadro extenuador de barbárie social. Em 2015, a taxa média de desemprego foi de 8,5%; em 2016 alçou 11,5% e em 2017 elevou-se a 12,7% da população com mais de 14 anos (NERY, 2020). Cittadino (2023) ressalta que de 2014 a 2018 a população de desocupados quase que dobrou e que mesmo em 2018, quando ocorre certa recuperação, o alto índice dos desalentados influiu negativamente nos resultados.

Os desalentados são aqueles que perderam a esperança de inserção no mercado de trabalho. Além deles, a austeridade fiscal, as contrarreformas e outras medidas anticíclicas de enfrentamento da crise, ampliaram a informalidade, a desregulamentação e a precarização do trabalho (gráfico, a seguir). Diferentemente do que propagandeou o governo Temer, o que se concretizou, ao final de seu mandato, foi uma crise civilizatória, humanitária e trabalhista. O ultraliberalismo, portanto, varreu direitos sociais, em um processo de agudização da barbárie social, ao impor a amplos segmentos de trabalhadores brasileiros péssimas condições de vida.

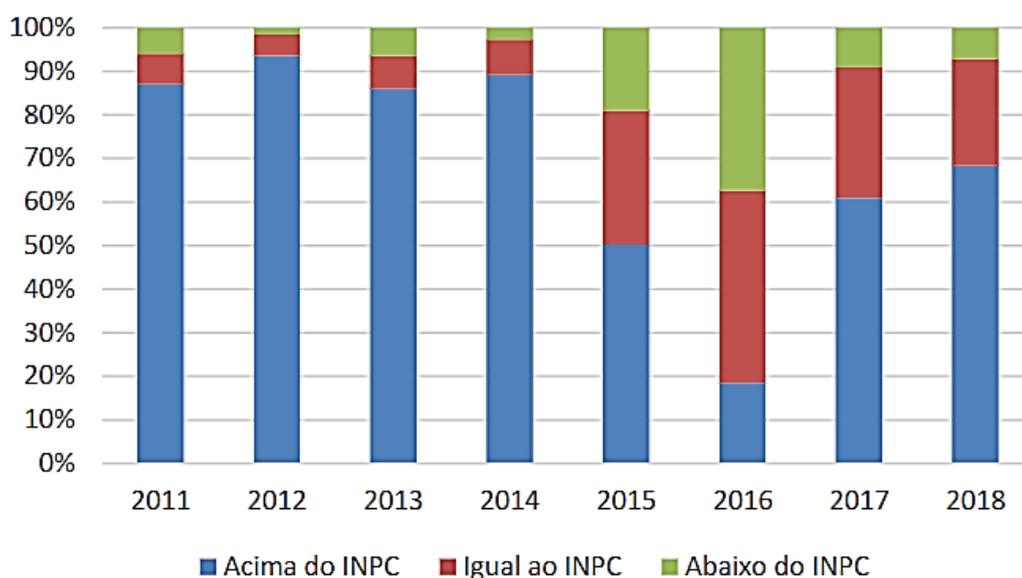
Gráfico 20 – Emprego formal e trabalho precário (2012-2018) (Em mil pessoas)



Fonte: IBGE (2019)  
Produção: Cittadino (2023)

Além do quadro grave de informalidade e de precarização, Campedelli e Lacerda (2020) lembra que o desemprego também favorece a involução das negociações salariais. Em 2015, tivemos uma baixa recomposição salarial. “A porcentagem de trabalhadores ganhando abaixo da inflação chega à 37,3%, sendo que neste mesmo ano, a porcentagem destes que não tiveram ganho real foi de 81,5% [...] (Idem, 2020, p. 17). Essa situação, agravada em 2016 (gráfico abaixo) teve forte impacto sobre os custos por salário, reduzindo nos últimos anos a capacidade aquisitiva dos trabalhadores e fortalecendo a concentração de renda para o capital.

Gráfico 21 – Reajuste dos salários dos trabalhadores na negociação salarial – 2011 a 2018

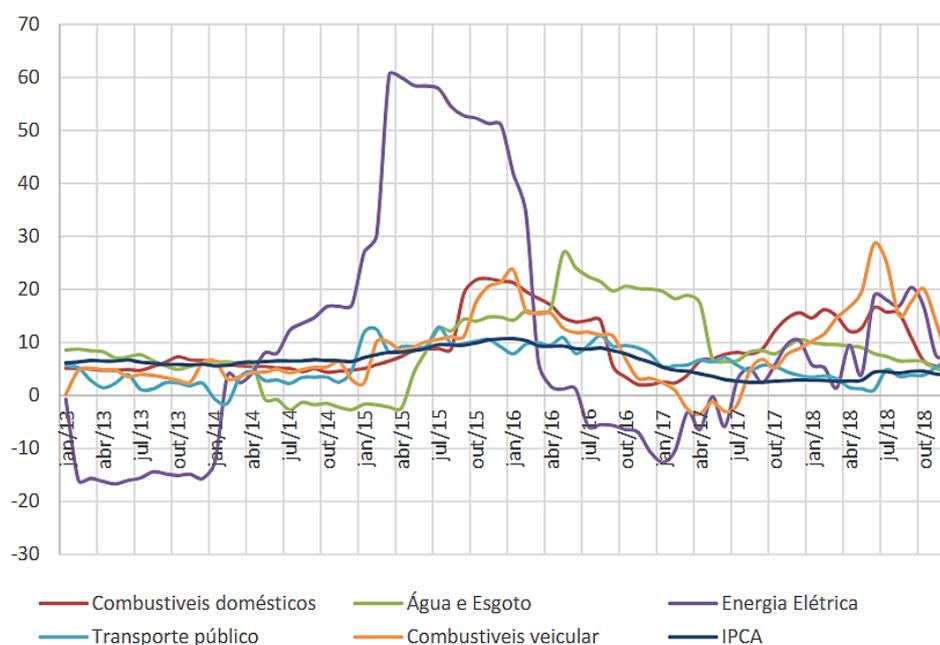


Fonte: Dieese

Produção: Campedelli e Lacerda (2020)

Ao analisarmos esse rebaixamento das condições de renda dos trabalhadores em relação à inflação, os mais desatentos poderiam auferir que a redução dos preços provocada pela redução da inflação compensaria a perda de crescimento real de salário. Isso, em tese, portanto, teria garantido o poder de compra dos trabalhadores. Todavia, outro dado é relevante para avaliarmos essa situação, que consiste no fato de que os bens necessários à qualidade de vida da população não tiveram seus valores reduzidos, muito pelo contrário, mantiveram-se acima do IPCA. Os salários perderam valor quanto ao consumo de bens sensíveis essenciais.

Gráfico 22 – Variação do IPCA acumulado em 12 meses de água e esgoto, energia elétrica, combustíveis domésticos e veiculares e transporte público – 2013 a 2018



Fonte: Dieese  
Produção: Campedelli e Lacerda (2020)

O gráfico de Campedelli e Lacerda (2020), citado acima, nos possibilita avaliar a complexidade da situação da classe trabalhadora, com salários estagnados (sem ganhos reais) e tendo que consumir bens sensíveis à sobrevivência condicionados a valores crescentes. Os bens citados, que envolve água, luz, combustível e transporte público são justamente itens dos preços administrados, que, como vimos, foram os responsáveis pelo crescimento da inflação, a partir de 2015. Bens cujo ajuste é realizado por órgãos públicos, sendo alterados periodicamente. Oscilações estas, certamente, quase sempre negativas para os trabalhadores.

Pode-se, inclusive, alegar o caráter transitório dessa fase de crise econômica, que, quando superada, a partir do crescimento do desempenho produtivo, geraria benefícios para amplos segmentos de trabalhadores. Todavia, o congelamento dos gastos sociais, inclusive como estabelecido pela EC 95/2016, ao invés de gerar aquecimento, arrefece a economia. Em 2017, foi computado “[...] o menor índice de investimentos por parte da União, estados e municípios, na casa de 1,7% do PIB” (Cittadino, 2023, p. 13). Esse desinvestimento, na verdade, gerou aplicação insuficiente, até para cobrir a depreciação dos ativos, cita Cittadino.

Além de tudo, é importante analisarmos que a conjunção entre desemprego ou, quando não, baixos salários (e tudo mais que envolve a precarização do mundo do trabalho), redução do poder de compra da população e precarização dos serviços públicos (os salários

indiretos da população, como o acesso à educação, à saúde, à assistência social, à previdência, ao lazer etc.) não podem e nem devem ser itens de barganhas, condicionados à recuperação das margens altíssimas de lucro do capital ou de recomposição da economia. Nessa disputa pelo fundo público, o ultraliberalismo engatilhou as armas do capital contra os trabalhadores.

Desse modo, os resultados do governo Michel Temer forjaram o avanço da fase ultraliberal do Estado brasileiro, condenando milhões de trabalhadores à barbárie social. Ao invés de resultados positivos para a economia, o que foi alcançado rebaixou as condições de vida e de trabalho da sociedade brasileira, sem que, ainda, pudesse recuperar, de forma sustentável, a acumulação de capital. Mesmo que tenha aplainado o terreno para que a extrema direita reacionária desse segmento ao projeto de destruição (Paulani, 2021), Michel Temer não atingiu o equilíbrio fiscal e, certamente, será lembrado pelo seu *vampirismo neoliberal*<sup>89</sup>.

Além do mais, Temer entrou para a história como o primeiro presidente brasileiro, no exercício do cargo, a ser investigado na esfera penal. Respondendo a mais de 10 inquéritos, entre eles esquema de propina, chefia de organização criminosa etc., em 21 de março de 2019, foi preso, preventivamente, pela *Operação Lava Jato* em investigação de crimes de cartel, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e fraudes ligadas a licitações. Diferente de Lula, que foi detido pela mesma Operação, Temer não foi vítima da convicção do Ministério Público, foi solto 4 dias após a prisão e segue em liberdade, com processos ainda em aberto<sup>90</sup>.

### 5.3 O ultraliberalismo e a extrema direita reacionária no Governo Federal

O projeto de destruição foi ampliado e acelerado em curto período de tempo com Michel Temer na presidência do Brasil. A nossa burguesia *contrarrevolucionária*, regente ao usufruto social dos ganhos do trabalho pela classe trabalhadora (Fernandes, 2005), somava esforços na construção de consensos em torno da necessidade da austeridade no combate à crise. Em uma candidatura, que imediatamente não representava nenhuma ameaça às grandes forças políticas nacionais – PT e PSBD, o capitão da reserva Jair Bolsonaro ascende como um meteoro sobre as cabeças dos que acreditavam que o jogo eleitoral de 2018 permaneceria bipolarizado.

---

<sup>89</sup> Permitindo-nos recordar que Michel Temer, sem faixa presidencial, foi retratado na Marquês de Sapucaí como *vampiro neoliberalista*, sugador do sangue dos trabalhadores em benefício do mercado financeiro, em sátira da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti, no Carnaval Carioca de 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/protestos-voltam-a-sapucaai-em-desfile-das-campeas.shtml>  
Acesso em 06 ago. 2024.

<sup>90</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/09/mpf-pede-ao-stj-nova-analise-sobre-absolvcao-de-temer-em-esquema-de-corrupcao-em-portos.ghtml> Acesso em 07 ago. 2024.

### 5.3.1 Mito e ogro: o bolsonarismo e as eleições de 2018

Já conhecido pela má fama política, em relação a sua inépcia parlamentar (com dois projetos aprovados em 27 anos como deputado federal pelo Rio de Janeiro, desde 1991 a 2019, o candidato à presidência, Jair Bolsonaro, era, ainda, alvo de lembranças deméritas quanto aos direitos humanos e à democracia. Uma delas foi a sua estarrecedora citação em homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, destacado *carrasco* da ditadura militar, na votação do *impeachment* no Congresso Nacional contra Dilma Rousseff, uma das vítimas do torturador<sup>91</sup>.

Na sociedade em que assassinos e torturadores das ditaduras se sobressaíram ilesos aos crimes praticados<sup>92</sup>, Bolsonaro, ao invés de prestar contas à justiça, tornou-se presidente e a principal aposta da burguesia nacional, em 2018, na ofensiva contra o trabalho. Sua postura de afronta aos direitos humanos e aos direitos de cidadania (que não foram poucas), á lá *Trump à brasileira*, fez ressurgir das cinzas ou dos porões da história brasileira o anti-humanismo, que, à espreita, interage com a nossa herança colonial, escravista e patriarcal; e com a *racionalidade de mundo neoliberal* (Dardot; Laval, 2016), criando formas totalizadoras de reprodução social.

Tabela 3 – Trechos de pronunciamentos públicos de Jair Bolsonaro sobre a Ditadura Militar

Fonte	Frases
Entrevista no jornal Brasil Urgente, da TV Bandeirantes, em março de 2019	"Temos de conhecer a verdade. Não quer dizer que foi uma maravilha, não foi uma maravilha regime nenhum. Qual casamento é uma maravilha? De vez em quando tem um probleminha, é coisa rara um casal não ter um problema, tá certo? [...] E onde você viu uma ditadura entregar pra oposição de forma pacífica o governo? Só no Brasil. Então, não houve ditadura"
Entrevista no jornal da Band, da TV Bandeirantes, em outubro de 2018.	"Eu mostrei, e hoje em dia grande parte da população entende, que o período militar não foi ditadura, como a esquerda sempre pregou. [...] Por que tinha censura muitas vezes? De acordo com o articulista, a palavra-chave que estava naquela matéria era para executar um assalto a banco ou até mesmo executar uma autoridade em cativeiro. Essa foi a censura".
Programa Pânico, da Rádio Jovem Pan, julho, 2016.	"O erro da ditadura foi torturar e não matar".

<sup>91</sup> Comentário da presidenta sobre homenagem de Bolsonaro à Ustra – “estarrecedor”, disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/estarrecedor-diz-dilma-ao-relembrar-homenagem-de-bolsonaro-ao-torturador-brilhante-ustra/> Acesso em 18 ago. 2024.

<sup>92</sup> Estamos fazendo referência à anistia concedida aos criminosos, assassinos e torturadores, da ditadura militar brasileira, que permanecem impunes. Lei nº 6.683, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979. Assim, como eles, diversos algozes da história brasileira, que dizimaram os que ousavam pensar e praticar a liberdade ou apenas sobreviver, conjunta e individualmente, à pobreza e à fome, como foi o massacre a resistências populares no Brasil, como Palmares, e a agremiações religiosas como Canudos e Caldeirão.

No Congresso, em sobre o impeachment de Dilma Rousseff, em abril de 2016.	“Pela memória do coronel Carlos Aberto Brillhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...]. O meu voto é sim!”.
Quando era deputado Federal na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 1999	“Ele merecia isso [Chico Lopes, ex-presidente do banco Central]: pau-de-arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também”.
Programa Câmara Aberta, em 1999	“Através do voto você não vai mudar nada neste país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando por FHC, não deixar para fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente”.
Discurso na tribuna da Câmara, em junho de 1999	A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo”.

Fonte: Jornais Folha de São Paulo.

Elaboração: própria.

Santos sinaliza para a emergência de uma tendência ao reacionarismo pelo mundo:

[...] Bolsonaro é a resposta de uma sociedade assustada. Quem está sem trabalho tem medo da fome, e quem trabalha tem medo do desemprego. Todos têm medo da violência, e também tem medo da política. Em um contexto de desprestígio das formas coletivas de luta, Bolsonaro promete a ordem pela truculência, assim como Trump nos Estados Unidos, Erdogan na Turquia, Modi na Índia, o uribismo na Colômbia e o fascismo na Itália – todos no poder. Bolsonaro não está sozinho: é uma tendência, não uma aberração. (2018, p. 142)

Bolsonaro estimula um misto de sensações que vão do fanatismo, por aqueles que o consideram mito, ao menosprezo da sua capacidade intelectual, por aqueles que o apelidaram de *ogro*, haja vista a sua clara limitação no tratamento de assuntos de maior complexidade social e econômica. De fato, uma figura *caricaturesca* à serviço do capital, dos interesses do mercado e subserviente aos EUA (nosso padrão histórico de submissão). Figuras como ele, não tão raras na história nacional, fazem-nos lembrar da crítica do literato Lima Barreto ao caracterizar de forma rebaixada o presidente do país fictício de “Os Bruzundangas” pelos seus vícios de caráter.

O Mandachuva, como assim era chamado o presidente de Bruzundangas, só diverge daquele que se tornaria presidente do Brasil de 2018 a 2022 pela necessidade de advir de uma casta doutoral. Mas, como Lima também admite a possibilidade, o Mandachuva pode ser aquele *general mais ou menos decorativo*. Entre outras características de pouco brilho, aquele “[...] cujas habilidades se resume em contar anedotas” (Lima, 2018, p. 142). Todavia, postos de lado

a ironia com literatura praticada por esta pesquisadora, cabe-nos compreender de que forma Jair Bolsonaro ascende, por vias democráticas, à presidência do Brasil e o que este fato representou.

Sobre a imagem que Bolsonaro construiu sobre si nas mídias sociais, ela resultou da capacidade do ex-capitão em captar o potencial dos jovens de direita, neoliberais radicais, que haviam despontado no cenário político a partir dos protestos de rua de 2013. Anderson (2018) destaca que esse grupo, com o qual Bolsonaro até então mantinha pouco contato, exerceu forte influência no seu crescimento popular na internet. Ele “[...] soube entender o que aqueles jovens tinham alcançado e estabeleceu a sua própria operação pessoal no Rio, antes de qualquer concorrente. No fim de 2017, já deixava os oponentes muito atrás, com 7 milhões de seguidores no Facebook, duas vezes mais que o principal jornal do país”, destaca Anderson (2018, p. 151).

Quanto ao perfil *caricaturesco*, de mito e de ogro (e anedotas), como já expusemos, Anderson também capta a relevância de seu lado religioso, violento e ao mesmo tempo jocoso:

O sucesso da imagem que ele [Jair Messias Bolsonaro] projetou nas redes sociais não resultava apenas da violência de seus pronunciamentos. A imagem passada pela imprensa no exterior, de um fanatismo feroz e incansável, é enganosa. A personalidade pública de Bolsonaro é mais ambígua. Tosca e violenta, certamente, mas também com um lado juvenil e jocoso, capaz de humor grosseiro e até autodepreciativo, muito distante da atitude carrancuda de Trump, com quem [...] é frequentemente comparado. (Anderson, 2018, p. 151).

É importante salientarmos, que no Dicionário da Língua Portuguesa, o termo "mito" é definido como “Uma história, lenda ou fábula que pode conter verdades morais ou sociais, mas que não é necessariamente baseada em fatos históricos comprováveis”. E ainda, simboliza “personagem que representa um ideal ou que é admirado, podendo ser visto como um ícone ou símbolo”. Nessa perspectiva, portanto, termo *mito* no que tange à Bolsonaro é uma narrativa simbólica, que fortalece uma crença em torno de um salvador, um herói, algo que não necessita estar baseado em fatos, mas que basta ser considerado como verdade por um grupo de pessoas.

O ex-capitão foi sendo considerado mito por um grupo expressivo de seguidores, primeiro pela narrativa que foi construída do heroísmo contra a corrupção. Segundo porque ele passa a ser visto como opositor da política tradicional, sobretudo por se expressar sem qualquer preocupação com correções políticas. Em terceiro, porque utiliza as redes sociais para criar uma mitologia em torno de sua figura, com a propagação de memes e narrativas que reforçam essa imagem. Além disso, sua história como ex-militar é valorada por aqueles que são atraídos pelo tema da ordem e segurança. E, porque há identificação com aquele que se considera resistência.

Com o *Power Point* “O caminho da prosperidade”<sup>93</sup>, de 81 páginas, mal elaborado, sobretudo se considerarmos a relevância do cargo por ele preiteado, a sua candidatura prometia ao povo brasileiro ampliar as privatizações e concessões, a reforma da previdência, a redução de encargos trabalhistas aos empresários e a modernização das Leis trabalhistas, com a criação da carteira verde e amarela, em que o contrato individual prevaleceria sobre a CLT. Além de, no campo moral e religioso, insinuar-se como o próprio Messias em meio a versículos da Bíblia, ao passo que cultuava a sua suposta virilidade, sua jovialidade e seu humor grosseiro e grotesco.

Ainda que, no geral, considerando as eleições anteriores, os programas de governo nunca tenham aparecido de forma relevante na mídia, Bolsonaro, com seu formato inusitado, e somando um número de páginas maior se comparado aos rivais, provocou a atenção da mídia. Diferente dos outros candidatos, a religiosidade presente no documento direcionava a narrativa a um determinado público, inclusive aquele que estava, há tempos, descontente com o PT. O seu carisma de *homem comum*, por sua origem humilde, mas que já se encontrava bem de vida, segundo Anderson (2018), reverberava sobre os jovens, dos mais populares aos mais instruídos.

A família passou a ser o seu reduto de moralidade. Sobre sua vida particular, casou-se três vezes; teve quatro filhos com as duas primeiras esposas e uma filha com a atual (aquela à qual gosta de se referir como – *a fraquejada*). A futura primeira Dama, Michelle Bolsonaro, logo se tornaria para parte do segmento evangélico uma referência de beleza, de devoção cristã e de cuidado familiar, imagem criada por apelo a estereótipos femininos nocivos historicamente às mulheres, inclusive quanto aos padrões de beleza e maternidade. Não por acaso, na cerimônia de posse em 2019, o vestido da primeira era um dos assuntos mais comentados nas redes sociais.

Mesmo que católico, o casamento com Michelle foi celebrado por Silas Malafaia, conhecido por seus discursos de ódio direcionados ao público LGBTQIAPN+ e contra o aborto, selando as suas credenciais evangélicas (Anderson, 2018). Classificado pela *revista Forbes* (2013) como o terceiro pastor mais rico do Brasil, Malafaia já foi cabo eleitoral de Lula, nas campanhas de 2002 e 2006; de Serra, em 2012, à prefeitura de São Paulo e de Aécio Neves, à presidência, em 2016. Em 2016, Bolsonaro, em comemoração ao *impeachment* de Dilma, foi batizado, em Israel, pelo pastor Everardo, ampliando o seu vínculo com o eleitorado evangélico.

Decerto que a religião, parcela significativa de evangélicos conservadores, como veremos nos dados estatísticos sobre o perfil do eleitorado do candidato, foi importante para a sua eleição. Ademais, suas falas misóginas, sexistas, LGBTQNI+fóbicas e outras de afronta aos

---

<sup>93</sup> Proposta de governo – *O caminho da prosperidade* (2018), disponível no site Tribunal Superior Eleitoral. [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf)

direitos humanos alimentavam a discriminação e os preconceitos em um contexto grave de crise cultural, adensada pela perseverança de traços nocivos da formação social e histórica nacional. No quadro a seguir, seguem alguns dos pronunciamentos de Bolsonaro, que retroalimentam a narrativa do ódio, bem como confirmam o reacionarismo de direita protagonizado pelo capitão:

Tabela 4 – Trechos de pronunciamentos públicos de Jair Bolsonaro

<b>Fonte</b>	<b>Trechos</b>
Entrevista à TV Cidade Verde, Piauí, em 2018.	Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense.
Debate Programa Roda Viva, em 2018.	Que dívida, eu nunca escravizei alguém em minha vida [...]. É justo a minha filha ser cotista? O negro não é melhor do que eu, e nem eu sou melhor do que o negro. [...] se for ver a história realmente, os portugueses nem pisavam na África, eram os próprios negros que escravizavam os escravos.
Palestra no Clube Hebraica, em 2017	Eu tenho cinco filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher.
Palestra em Clube Hebraica, em abril de 2017	Pode ter certeza que se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.
Palestra em Clube Hebraica, em abril de 2017	“Eu fui em um quilombola em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles”.
Entrevista para a revista Play Boy, em 2011.	Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo.
Entrevista para a revista Play Boy, em 2011.	Fica aí, Maria do Rosário, fica. [...] Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas se fosse, não iria estuprar porque não merece
Discurso na Tribuna da Câmara, em 2011	“O kit gay não foi sepultado ainda. Dilma Rousseff, pare de mentir. Se gosta de homossexual, assume. Se o teu negócio é amor com homossexual, assumo. Mas não deixe que essa covardia entre nas escolas de primeiro grau”
entrevista ao programa CQC, da Band, em 2011.	“Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista”.
Discurso na Tribuna da Câmara, em 2003	“Fica aí, Maria do Rosário, fica. [...] Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas se fosse, não iria estuprar porque não merece”.

Nas eleições brasileiras de 2018, sob a esquadra da trajetória trompista (das eleições de 2016, nos E.U.A), Jair Bolsonaro concorria na sobra de um largo histórico de ódio aos grupos minorizados. Desse modo, o candidato capitaneou neoconservadores junto à população, atraiu o campo político ligado à bancada BBB no Congresso Nacional (da bala, da bíblia e do boi), bem como se alinhou ao neoliberalismo de organismo e institutos liberais de direita (dos jovens aos mais tradicionais). As pautas anti-humanistas sobrepujaram o cenário cultural brasileiro na atmosfera das eleições de 2018, com promessas de provisão de uma sociedade de iguais e livre.

De fato, com discursos contraditórios fundados na liberdade neoliberal e em valores distorcidos em torno da relação entre religião e política, Bolsonaro construiu uma narrativa que, embora imiscuída na contracultura, tinha como principal alvo o aprofundamento neoliberal. Almeida (2018), ao captar a dinâmica complexa do Estado capitalista, se pergunta sobre quais os interesses de fato conservadores e liberais precisam realmente conservar. Ser livre e igual, nessa perspectiva, diz respeito à relação mercantil, não tendo a ver com o respeito à dignidade, nem sequer com a garantia de assistências às necessidades básicas da população (Idem, 2018).

Nesse sentido, o Estado capitalista pode vir a fazer uso de outros discursos que não os do neoliberalismo clássico, baseado no universalismo e no multiculturalismo, para garantir o funcionamento e estabilidade macroeconômica do capitalismo contemporâneo. Nesses casos, aponta Almeida (2018), a ideologia clássica não se mostra capaz de amparar a necessidade de uma política brutal de extermínio e de rebaixamento das condições de vida da população. Desse modo, se tornam imprescindíveis pessoas que sejam capazes de articular a narrativa do ódio, da violência e do extremo individualismo para justificar o atual estágio capitalista (Idem, 2018).

Essas pessoas, que geralmente almejam o Estado, em sua maioria evocam o direito, bem como o apoio de organismos institucionalizados de repressão da administração pública. O Estado, desse modo, resgata Almeida (2018), deve ser transformado, bem como as condições econômicas que lhe fornecem base material, pois não basta apenas acreditar na superação do neoconservadorismo e de suas pautas pelas vias de fragilização de seu discurso ou narrativas. É importante que isso se dê no campo político, mas que o seu enfrentamento ocorra mediante a crítica da economia política capitalista, *pondo em xeque* as contradições ideológicas e materiais.

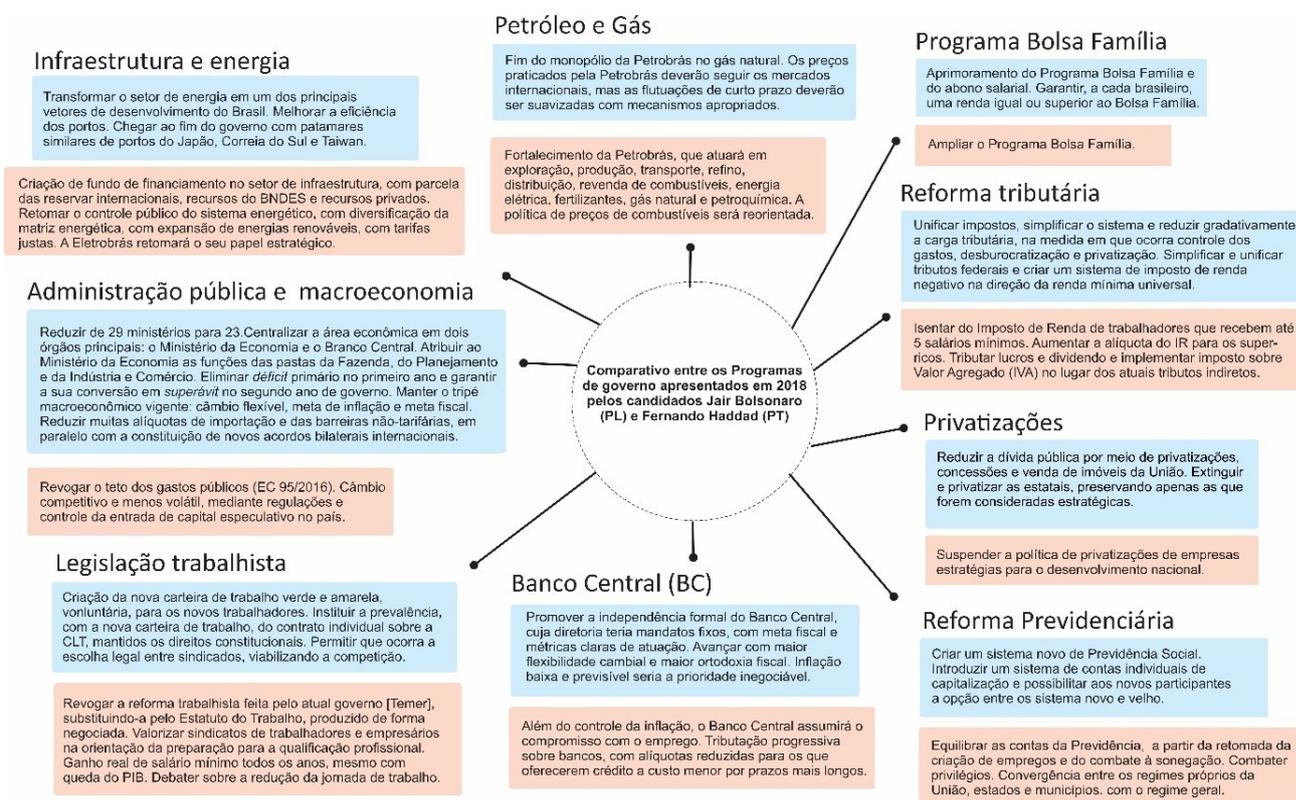
No campo ideológico, as narrativas da extrema direita, portanto, vão se tornando essenciais para o funcionamento do sistema capital em determinadas fases de desenvolvimento e crise de acumulação. A crise estrutural de 2007/2008 pôs o neoliberalismo *face to face* com as suas mais íntimas e mais profundas contradições. A extrema direita reacionária ascende pelo mundo na tentativa de resgatá-lo, submerso em resultados indigestos. Ao invés de revertê-lo,

criam-se as bases para a efetivação de todo o seu potencial destrutivo (Paulani, 2021), com o avanço na subsunção do trabalho ao capital, via formas dramáticas de extração de mais-valia.

Paulani (2021) destaca que nessa atual fase, o ultraliberalismo visa restabelecer o protagonismo do mercado, que inicialmente não foi aplacado em sua totalidade. Na sua fase de implantação, desde 1970, foi-se aplainando o terreno por meio da pregação neoliberal, criando as condições subjetivas para a sua credibilidade como projeto econômico e social. O que se viu nas urnas, nessa perspectiva, em eleições recentes mundo afora, foram presidentes eleitos com projetos de governos diretamente ofensivos no campo social e trabalhista. Eleitos e aclamados por aqueles que usufruem desses direitos, diretamente atacados, como o que ocorreu no Brasil.

Bolsonaro foi eleito, em 2018, com um projeto de governo ousado de destruição neoliberal – que Paulani também caracterizou como ultraliberal (Paulani, 2021). Vejamos abaixo as propostas dos dois principais candidatos à presidência do Brasil em seus Programas de governo, em 2018. Ambos distintos! Ainda que Fernando Haddad não apontasse para as tão necessárias transformações estruturais, o projeto de Bolsonaro estava claramente posicionado à extrema direita. O que o candidato do PL afiançava à população era expandir as privatizações, a mercantilização e focalização de direitos sociais, a precarização do trabalho e contrarreformas.

## Infográfico 5 – Comparativo entre os Programas de governo apresentados em 2018 pelos dois principais candidatos à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro (PL) e Fernando Haddad (PT)



■ Proposta de governo de Bolsonaro – “O caminho da prosperidade”<sup>94</sup> (2018).

■ Proposta de governo de Fernando Haddad – “O povo feliz de novo”<sup>95</sup> (2018)

Fonte: Proposta de governo apresenta por ambos os candidatos em 2018

Produção: própria

Haddad (PT) prometia revogar o teto dos gastos públicos e a reforma trabalhista de Temer; tributar lucros e dividendos, bem como equilibrar as contas da Previdência social, com a criação de empregos e o combate à sonegação. Enquanto isso, a chapa Bolsonaro, presidente, e Hamilton Morão, para vice, assegurava manter a legislação trabalhista e instituir a prevalência do contrato individual sobre a CLT – com a criação da nova carteira de trabalho verde e amarela, realizar a contrarreforma previdenciária e controlar os gastos sociais mediante as privatizações. Isso, além de ratificar o tripé macroeconômico e centralizar poderes no ministério da economia.

Para Paulani (2021), o voto antissistema surge ao se tentar equacionar os problemas que aprofundaram as contradições que estão na base do neoliberalismo. A autora argumenta o

<sup>94</sup> Disponível em :

[https://divulgandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf) Acesso em: 26 ago. 2024.

<sup>95</sup> Disponível em: [https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-de-governo\\_haddad-13-pdf.pdf](https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-de-governo_haddad-13-pdf.pdf) Acesso em: 26 ago. 2024.

seguinte: esse sentimento antissistema vem somando votos em torno de uma aposta que mais parece contribuir para aprofundar o modelo que é o responsável por criar essa *situação ruim e desguarnecida de perspectivas*. A ascensão de Donald Trump nos EUA, em 2016, e da direita reacionária em países como Hungria, Polônia, Itália, Filipinas, Turquia, Bulgária e no Brasil (2019 - 2022), se deve a uma vitória não apenas material, mas ideológica do ideário neoliberal.

No processo eleitoral, Bolsonaro, decerto, tinha ciência de que necessitava atrair aliados. Considerando que os militares sempre foram sua base primária, a escolha do general Hamilton Mourão para compor a sua chapa como vice presidente foi bem aceita pelo Exército. E, consoante Anderson (2020), para tranquilizar o mercado, devido ao seu histórico de posturas nacionalistas, estatistas e de oposição às privatizações e investimentos estrangeiros, declarou-se inábil em economia, mas capaz de delegar a função a um mentor alinhado aos interesses do capital produtivo, dos grandes bancos e do agronegócio – o economista Paulo Guedes, a saber:

Paulo Guedes se formou em Chicago, lecionou no Chile sob Pinochet e voltou ao Rio para se tornar um financista de sucesso. Os colegas economistas não o tinham em alta conta, e sua atuação acadêmica no Brasil não chegou a chamar atenção, mas Guedes foi cofundador do maior banco de investimento do país, BTG Pactual, e com ele fez fortuna. Depois partiu para outros empreendimentos, muito antes de o negócio inicial ser enquadrado pelas investigações da Lava Jato. Um neoliberal puro-sangue, cujos principais remédios para os males econômicos do Brasil são a privatização de todas as empresas e ativos estatais para pagar a dívida pública e a desregulamentação de todas as transações possíveis. Com promessas como essas – mesmo que de execução encarada com desconfiança por alguns cétricos –, o grande capital tinha pouco a reclamar. Os mercados financeiros estavam sob controle. (Anderson, 2020, 153).

Desse modo, a economia estava bem representada para a “garantia do bem-estar do capital”. As forças que comandavam o país teriam avistado na indicação do superministro da Economia a possibilidade de concretização de seus sonhos mais produtores de ultraliberalismo (Paulani, 2020). Já que Geraldo Alckmin, do PSDB, não havia se tornado um candidato viável nas urnas, o segmento ligado ao capital financeiro e a sua elite econômica apostariam no *capitão “antissistema”* para viabilizar, aprofundar e expandir o projeto capitalista ultraliberal. Bolsonaro, com Paulo Guedes, se tornaria, isto posto, palatável para o mercado (Idem, 2020).

### ***5.3.2 As questões domésticas brasileiras e o perfil do eleitorado de Jair Bolsonaro (PSL)***

Esse cenário requer ainda analisarmos outras questões relevantes sobre as eleições, que corroboraram para a ascensão da extrema direita reacionária à presidência do Brasil, como a propagação das *fake news*, a “armação” em torno da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, que o impediu de participar da disputa eleitoral, e o perfil do eleitorado de Bolsonaro. Sobre as *fake*

*news*, foi possível observar o constante disparo de mensagens improcedentes – milhões via *WhatsApp*, *Instagram*, *Twitter*, *Telegram* e *Facebook* – principais mídias de circulação e de propagação de mensagens das milícias digitais, responsáveis por alterar o rumo da eleição/2018.

É importante lembrarmos que Jair Bolsonaro só tinha pouco tempo de propaganda eleitoral nas redes de TV e que sua campanha foi construída nas redes sociais. O candidato se comunicava com seus séquitos [seguidores], sobretudo, pelo Twitter, algo que perdurou quando se tornou presidente – canal praticamente oficial de seu governo. A internet adquiriu grande potência nos últimos anos em relação ao seu alcance, em termos quantitativos, e no que tange a construção de *cybervínculos*, em termos subjetivos, afinal, diferente dos canais tradicionais, o meio digital tornou a todos não só consumidores, mas também produtores de conteúdo digital.

O bombardeio de mensagens, que iniciaram mesmo antes da campanha às eleições, atacavam Fernando Haddad, o PT, Lula e Dilma Rousseff (principais nomes do partido). Além disso, na perspectiva neoconservadora, para atingir, sobretudo, os religiosos neopentecostais tornaram sistemáticos ataques ao público LGBTQIAPN+ e à ideologia de gênero, eixos centrais da veiculação de conteúdos falsos nas redes sociais em apoio à Bolsonaro. Informações que objetivavam atribuir falta de moralidade ao PT ou a qualquer progressismo humanitário. Assim, os conservadores encontraram em Bolsonaro uma voz potente e nas *fake news* a sua combustão.

Portanto, todos os dias, milhares de mensagem de conteúdo falso chegavam na casa dos brasileiros, sobretudo, por meio dos celulares – objeto portátil e de uso diário. Em sua 34ª edição, a pesquisa sobre o Mercado Brasileiro de TI, promovida pela Fundação Getúlio Vargas, contabilizou que, em 2023, no Brasil havia mais de 2 celulares para cada habitante<sup>96</sup>. Decerto que com a difusão da internet e o engajamento de uma militância ativa na criação de mentiras, os rumos da campanha eleitoral protagonizada pela extrema direita reacionária ganhou ares de guerra fria, isto é, indireta, em que o seu poder destruidor se ativou a partir da desinformação.

A pesquisadora Tatiana Dourado (2020), em sua tese de doutorado, contabilizou a circulação de 346 *fake news* no período eleitoral<sup>97</sup>. Destas, a estratégia textual indicava que 184 beneficiavam diretamente um único candidato. Um total de 45,37% das *fake news* promoviam

---

<sup>96</sup> Informação disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/uso-ti-brasil-pais-tem-mais-dois-dispositivos-digitais-habitante-revela-pesquisa> Acesso em: 23 ago. 2024.

<sup>97</sup> A coleta de dados da pesquisadora se deu por meio de pesquisa exploratória, que circularam entre agosto e outubro de 2018. Segundo Dourado, a metodologia de sua pesquisa, intitulada “Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil”, submetido ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Bahia (2020, p. s/p): “A metodologia da pesquisa foi construída a partir de métodos mistos e métodos digitais. Em uma primeira etapa, foi realizada análise exploratória da natureza política de 346 *fake news* sobre as eleições. Em seguida, delimitou-se amostra para análise aprofundada composta por 57 dessas *fake news*, que foram propagadas principalmente por 1.073 contas e alcançaram quase 4 milhões de compartilhamentos nos últimos meses das eleições, e analisadas a partir de quatro dimensões: clima de opinião hostil, dos meios e modos de propagação, da mimetização do formato jornalístico e conteúdo político”.

algum tipo de vantagem ao ex-militar, Jair Bolsonaro (PSL). E se consideramos, de acordo com Dourado (2020), que conteúdos de extrema direita também favoreciam o referido candidato a soma cresceria para 226 *fake news*, o que significaria 65,31% do conteúdo divulgado. E se acrescentarmos, também, as notícias relacionadas à direita, a porcentagem subiria pra 72,54%.

Tabela 5 – Visão geral da análise dos sentidos e afetos das *fake news*

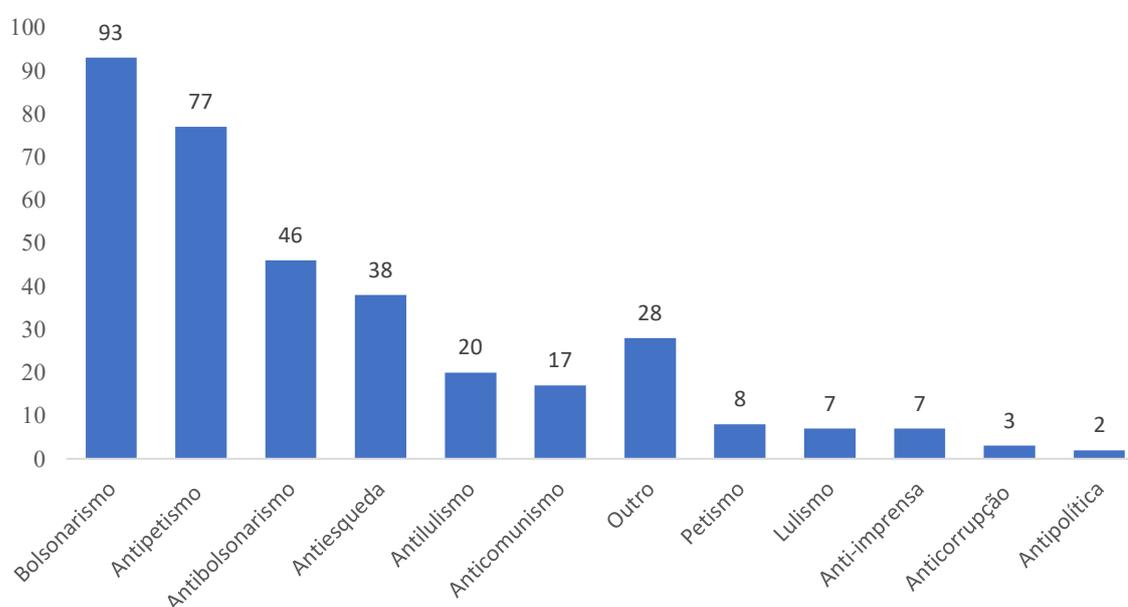
Candidatos x <i>Fake news</i>	Benefício direto ao candidato	% com benefício direto	Benefício ao campo político	% com benefício indireto	Candidato + campo político	% com benefício direto e indireto
Jair Bolsonaro	157	45,37%	94	27,16%	251	72,54%
Lula e Haddad	28	8,09%	12	3,46%	39	11,56%

Fonte: Pesquisa exploratória realizada por Dourado (2020)

Elaboração: Dourado (2020, p. 164)

Além do mais, em sua tese, apresentada ao Programa de Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, a pesquisadora Tatiane Dourado destaca que as 346 histórias falseadas (circuladas em milhares de postagens na internet) se encaixavam em 12 categorias quanto as disposições emocionais sugeridas (vide gráfico abaixo). Desse total, a categoria bolsonarismo representou 26,7% das *fake news*. Ela envolve mensagens como essa: “Manifestação pró-bolsonaro é a maior da história”. Já o antipetismo chegou a 22,25%, que são *fake news* desse tipo: “vídeo mostra eleitores do PT espancando idosas eleitoras de Bolsonaro”.

Gráfico 23 - Principais disposições emocionais nas peças de *fake news*



Fonte: Pesquisa exploratória realizada por Dourado (2020)

Elaboração: Dourado (2020, p. 167), adaptado.

A distribuição do *kit gay* nas escolas, de mamadeiras em formato do órgão genital masculino para as crianças, a doutrinação na rede pública de ensino e a fraude nas urnas foram outras *fake news* que viralizaram nas redes sociais. Em uma delas, Haddad era acusado de que promoveria a pedofilia como ato legal caso chegasse à presidência, com um suposto projeto de Lei de sua autoria em legras garrafais. As *fake news*, nesses casos, visam promover candidatos com inverdades ou atacar os seus oponentes. Como aponta Chauvin (2020), essas notícias foram criando uma camada de crenças, que tornavam confusa a mente (pouco lúcida) de seus adeptos.

Decerto que essa situação favoreceu e determinou, em certa medida, o resultado das eleições, em conjunto com outros fatores. Um outro deles foi a prisão, em setembro de 2018, do ex-presidente Lula da Silva. De acordo com pesquisa Data folha publicada em 22 de agosto, Lula despontava nas intenções de votos com 39% e Bolsonaro com 19%. No caso de Haddad candidato, este tinha 4% de votos; já Bolsonaro 22%<sup>98</sup>. No mês seguinte, a candidatura de Lula foi indeferida pelo TSE, por 8 votos a um. O relator do pedido foi o ministro indicado por Dilma Rousseff, Roberto Barroso, que declarou a sua inelegibilidade com base na Lei da Ficha Limpa.

Lula foi condenado, no bojo da Operação Lava Jato, por 12 anos. Cumpriu prisão por 580 dias. Somente em 06 de setembro de 2023, o Ministro do STF, Dias Toffoli, anula todas as provas obtidas pelas delações da Odebrecht e declara que a prisão do ex-presidente foi “[...] um dos maiores erros judiciais da história do Brasil”<sup>99</sup>. Assim, o caminho para Bolsonaro nas urnas havia sido otimizado, pois a inelegibilidade de Lula da Silva eliminou da disputa um dos candidatos mais bem avaliados da história política brasileira; algo novamente posto à prova em 2022, quando, livre das acusações, derrota Bolsonaro e se torna presidente pela 3ª vez do Brasil.

Em se tratando de outro determinante do rumo eleitoral, em 06 de setembro de 2018, Jair Bolsonaro sofre um atentado na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais (MG). Na ocasião, grupos de internet foram bombardeados com fotos suas sendo atingido no abdome. Em seguida, atendido pela Santa Casa da cidade, ocorreria o anúncio de que teria sido um objeto cortante a arma. O homem que representava a alternativa ao antipetismo e a “velha política”, vestido de

---

<sup>98</sup> Pesquisa Data Folha publicada no Jornal G1, disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alcmin-6-ciro-5.ghtml> Acesso em: 29 ago. 2024.

<sup>99</sup> Sentença do Ministro Toffoli, em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/wp-content/uploads/2023/09/RCL-43007.pdf> Acesso em 29 ago. 2024. Na ação tramitada no STF, o Ministro ainda registro o seguinte sobre a prisão de Lula: “[...] armação fruto de um projeto de poder de determinados agentes públicos em seu objetivo de conquista do Estado por meios aparentemente legais, mas com métodos e ações contra legem” (2023, p. 131). O site Intercept Brasil em junho de 2018 havia publicado três reportagens, com chats, gravações, vídeos, fotos, bem como documentos judiciais e outras provas sobre a perseguição a Lula da Silva pela Operação Lava Jato. Além disso, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em 10/06/2019, recomendou o afastamento de Sérgio Moro do caso.

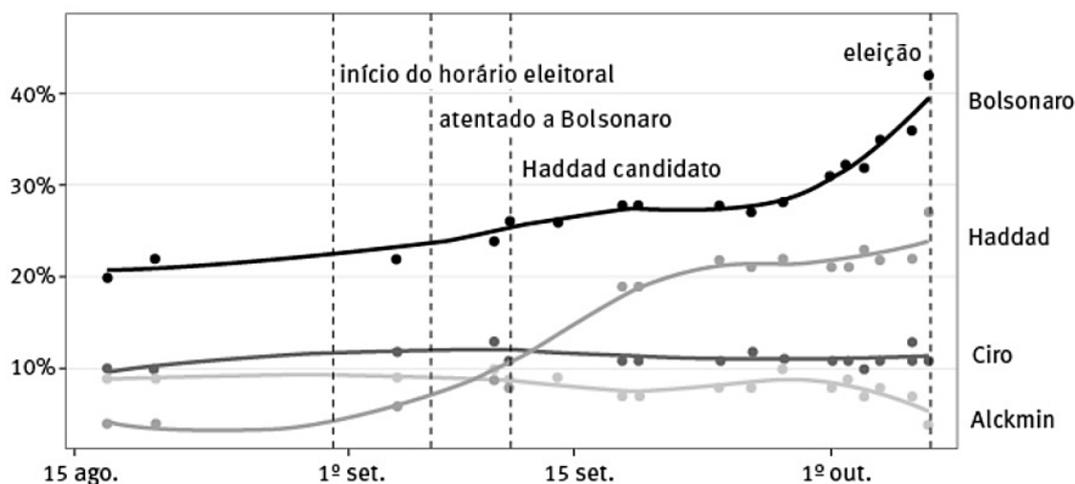
camisa amarela, escrito: “Meu partido é o Brasil”, foi atingido quando era carregado pela multidão. O crime, num cenário de intensa polarização política, passou a ditar o clima eleitoral.

Na época do atentado à Bolsonaro, Lula ainda era o candidato do PT, embora ele estivesse com a proposta *sob judice*. Com Lula proibido de ser mencionado na campanha, o candidato do PL liderava as intenções de voto. Possivelmente, na eleição mais polarizada da história do país, os fatos que se sucederam – o atentado (que visibilizada Bolsonaro) e a prisão de Lula da Silva (que fortalecia o antipetismo), exerceram seus efeitos no eleitorado. Bolsonaro, conhecido pela inábil oratória e por outras limitações, teria encontrado, portanto, a justificativa para a sua ausência nos debates, tornando a sua campanha ainda mais centralizada na internet.

Obviamente, a repercussão dessa situação auferiu-lhe maior visibilidade, além de reforçar sua legenda como mártir – “mito”, e garantir que a sua estratégia de campanha pudesse ganhar corpo social e ideológico; e, definitivamente, migrar para as redes sociais. No segundo turno, tendo sido vitorioso no primeiro com 46,03% dos votos válidos em contrapartida aos 29,28% de Fernando Haddad, Bolsonaro se lançava ainda mais forte no caminho da presidência ao atacar a corrupção, atraindo para a campanha o algoz de Lula e estrela da Lava Jato, o juiz Sérgio Moro, escalado para Ministério da Justiça, caso o capitão fosse eleito (Anderson, 2020).

Ao contrário do que pensavam parte importante dos cientistas políticos no início da campanha, em relação à derrota do PT nas urnas após um ciclo virtuoso de vitórias desde 2002, em 30 de outubro de 2018, Bolsonaro conquistou o Governo Federal com 55,13% dos votos. O candidato Fernando Haddad, do PT, embora tenha ampliado a quantidade de votos em relação ao primeiro turno, no final da campanha somava porcentagem insuficiente de 44,87% dos votos. Essa vitória representava não apenas a ascensão da extrema direita e seu pacote de austeridade, contrarreformas e privatizações, mas a tomada de poder pelo reacionarismo político no Brasil.

Gráfico 24 – Evolução da intenção de voto para presidente nas pesquisas do Ibope e Datafolha, em primeiro turno (2018)



Fonte: Pesquisas Ibope e data Folha  
Produção: Nicolau (2020, p. 26)

Essa nova fase do ultraliberalismo, portanto, que se constituiu no encerramento da contagem de votos em 2018, prometia, assim, não apenas espoliar o acesso à renda, ao trabalho e à proteção social pelo povo trabalhador, mas traria à tona às máculas mais infaustas de nossa formação social e histórica, do *modus vivendi* neoliberal e das relações políticas tradicionais. Segundo Anderson (2020, p. 162) as previsões de Singer teriam sido as mais acertadas, em *Os sentidos do lulismo*, pois o “[...] cientista político entendera com exatidão a mentalidade dos despossuídos, o medo que sentiam da desordem e o desejo agudo que nutriam por estabilidade”.

Para Anderson (2020), as análises de Singer, anos atrás, em 2012, teria captado com clarividência o triunfo de Bolsonaro em regiões de grande população do país. No governo, o PT teria beneficiado os mais pobres, mas não teria os mobilizado. A tese principal de Singer (2012) é a de o PT e lulismo tinham enveredado por um “reformismo fraco”, com a diluição do “reformismo forte”, que havia caracterizado o petismo de antes. Sem que houvesse o interesse em revolucionar, o “comodismo” de Lula teria aprendido a não mexer no capital, sob a alcunha de que dever-se-ia ser ativo no combate à pobreza, sem pôr em risco a “manutenção da ordem”.

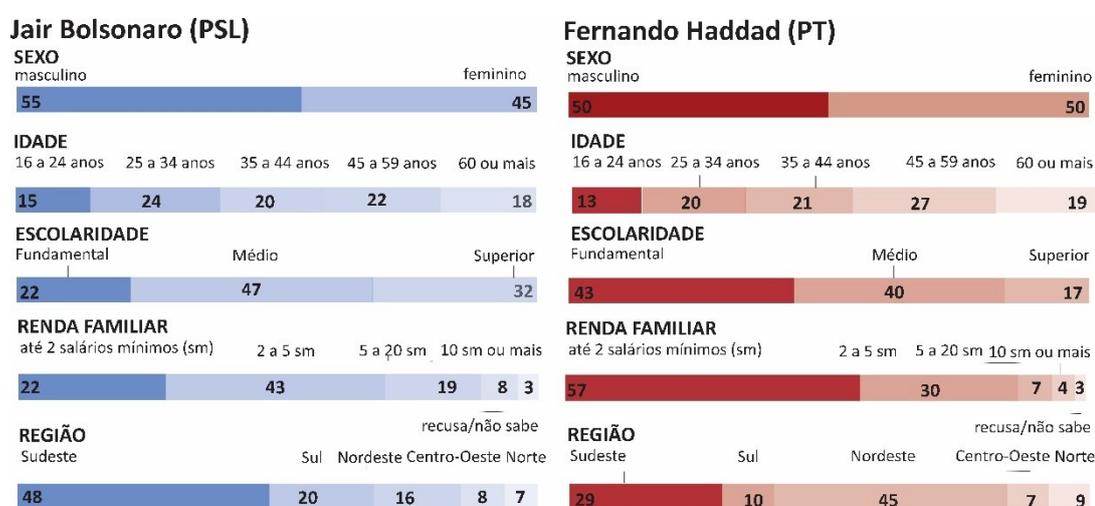
As massas não foram convocadas a defender as suas conquistas. No outro campo:

Os adversários não apenas mobilizaram, como também educaram a si mesmos segundo os mais recentes padrões pós-modernos. O resultado foi uma guerra de classes unilateral, em que apenas um dos campos poderia vencer. As grandes manifestações que terminaram por derrubar Dilma resultaram de uma galvanização da classe média inédita na história do Brasil; possibilitada por um amplo domínio das redes sociais, foi transmitida a Bolsonaro

diretamente pela juventude e refletiu uma transformação do país com características de revolução social (Anderson, 2020, 162).

A argumentação de Anderson (2020) é a de que o PT não forjou uma ruptura, que veio da direita. A inabilidade do PT em compreender a urgência em estremecer positivamente a ordem foi o que atingiu o partido – em 2016-2018. O perfil do eleitorado de Bolsonaro ressoou as profundas contradições que se eligiram nas relações sociais brasileiras, com a desigualdade entre regiões, a evangelização da política e a insatisfação política da classe média e juventude. Esse quadro geral de desalento político e de ativismo do populismo reacionário atingiu a quem? No quadro abaixo, a pesquisa Data Folha pouco anterior ao segundo turno, evidencia o seguinte:

Infográfico 6 – Perfil do eleitorado de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, em % (2018)



Fonte: Pesquisa Data Folha, realizada em 02/10/2018 (cinco dias antes do primeiro turno das eleições)  
Produção: própria

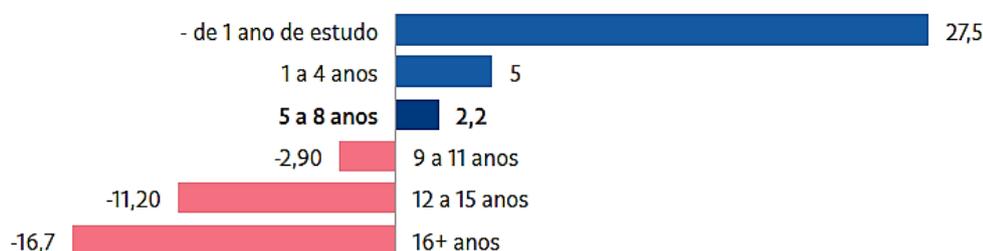
Em radiografia das eleições de 2018, realizada pelo cientista político, o especialista em sistemas eleitorais Jairo Nicolau (2020), aponta que Bolsonaro foi eleito, nas regras do Novo Fundo Partidário, com uma campanha 87 vezes mais barata do que a Dilma Rousseff. Algo que não acontecia desde a 1ª eleição após a redemocratização, em 1989. Com o atentado, Bolsonaro cresceu, mas já vinha em ascensão. Nos últimos 10 dias de campanha, ela saiu da faixa de 30% para 40% das intenções de voto. O resultado final foi ainda maior nas urnas, cita Nicolau, cuja hipótese é a de que muitos dos eleitores de Alckmin tenha migrado para o PSL (Idem, 2020).

Com o PT na presidência, de 2003 a 2016, parcela importante da sociedade havia sido agraciada com políticas focalizadas, que teriam melhorado as suas condições de renda e de trabalho. Dados divulgados pela Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (2023), destacam que 68,8 bilhões de pessoas (31,6% da população) viviam na pobreza, ganhando menos de R\$

637 *percapita* ao mês. As políticas compensatórias, diante desse contexto, funcionavam como um alento para aqueles que possuíam rendimento de 1,5 salário-mínimo. Porém, aquela parcela com rendimento acima de 2,5 salários-mínimos foi se encontrando em apuros nos anos de PT<sup>100</sup>.

Nessa parcela de trabalhadores, com rendimento *percapita* de 2,5 salários-mínimos, o bolsionarismo viu seu ritmo de adesão crescer entre os de maior grau escolaridade. Isto é, entre aqueles que foram sendo submetidos a uma maior inadequação da renda às funções do trabalho, ao desgaste salarial e por terem se tornado pagadores de imposto de renda desde 2013, como esclarece Fernando Canzian, autor do gráfico abaixo, que foi extraído de sua matéria no jornal Folha de São Paulo – *Brasileiro mais escolarizado vê renda desabar e cai na informalidade*<sup>101</sup>.

Gráfico 25 – Quem estudou mais, perdeu mais –  
Variação dos rendimentos do trabalho entre 2012 e 2023, em %\*



Fonte: Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, por Veloso, Barbosa Filho e Peruchetti (2023)<sup>102</sup>

Produção: Fernando Canzian (2020), Jornal Folha de São Paulo.

\* Entre o 1º trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2023.

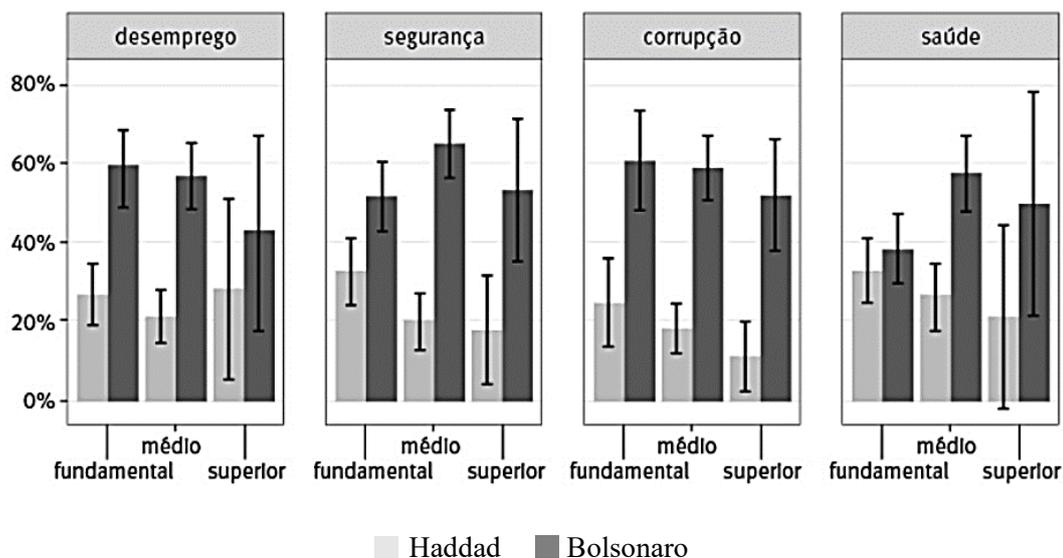
O avanço da precarização do trabalho no Brasil ocorreu inclusive nos governos do PT. Ainda que tenha havido a ampliação de empregos de rendimento de até 1,5 salário-mínimo, a esquerda não foi capaz de conter o avanço da precarização do trabalho e nem a quantidade de empregos com baixos salários (Singer, 2012). Não por acaso, é possível verificarmos, no Gráfico, a seguir, que o desemprego é uma das pautas de maior insatisfação da população, em todos os níveis de escolaridade, quando abordada sobre o seu voto para presidente. Em seguida, se sobressaíram, conforme resgate de Jairo Nicolau (2020): a segurança, a corrupção e a saúde.

<sup>100</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/brasileiro-mais-escolarizado-ve-renda-desabar-e-cai-na-informalidade.shtml> Acesso em: 29 ago. 2024.

<sup>101</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/brasileiro-mais-escolarizado-ve-renda-desabar-e-cai-na-informalidade.shtml> Acesso em: 29 ago. 2024.

<sup>102</sup> Disponível em: [https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/educacao\\_e\\_mercado\\_de\\_trabalho\\_03012022\\_-\\_final.pdf](https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/educacao_e_mercado_de_trabalho_03012022_-_final.pdf) Acesso em: 29 ago. 2024.

Gráfico 26 – Relação entre escolaridade, opinião sobre qual o maior problema do Brasil e o voto para presidente (primeiro turno, 2018)\*



Fonte: Pesquisa realizada pelo *Latin American Opinion* (LAPOP), no primeiro trimestre de 2019. Produção: Nicolau (2020, p. 46).

\* Pesquisa realizada após as eleições. As barras verticais mostram o percentual de votos para presidente. As linhas verticais na parte superior das barras expressam as margens de erro.

Nicolau (2020) analisa que entre os eleitores de escolaridade fundamental, que era um dos mais fortes redutos do PT, os que atribuíram ao desemprego e à corrupção a posição de maiores problemas do Brasil, votaram massivamente em Bolsonaro no primeiro turno de 2018. Além disso, Bolsonaro também teria recebido apoio expressivo dos eleitores com escolaridade média (antes, outro segmento petista), independente do principal problema apontado. Nenhum dos pretendentes a presidente do país, relembra Nicolau, foi capaz de discutir com seriedade a crise econômica de 2015-2016, possivelmente devido a ausência de um candidato competitivo.

Um segmento importante nas eleições foi a aceitação de Bolsonaro entre aqueles mais ricos e com maior escolaridade. Perniás (2018)<sup>103</sup> chama à atenção para a participação da classe média no resultado final das eleições em favor de Bolsonaro. O autor relembra que essa classe vivencia os mesmos dilemas de todos os integrantes da classe trabalhadora, isto é, não são detentoras dos meios de produção e necessitam vender a sua força de trabalho. E, portanto, estão sujeitas as mesmas aflições: queda dos salários, perda do poder de compra e desemprego. Ainda que sintam isso em outra intensidade, é falsa a sensação de que são superiores aos demais.

<sup>103</sup> Conferir o artigo na íntegra, de Tomás Rigoletto Perniás, publicado em 21 de fevereiro de 2018, em *Le Monde Diplomatique* – Três elementos para compreender as preferências políticas e o conservadorismo da classe média, disponível em: <https://diplomatie.org.br/tres-elementos-para-compreender-as-preferencias-politicas-e-o-conservadorismo-da-classe-media/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

### 5.3.3 Terceira Fase ultraliberal: conjuntura, pandemia e disputa pelo fundo público

Iniciaremos este assunto árido sobre economia e sociedade brasileira com literatura! E o faremos porque, primeiramente, temos a oportunidade, na defesa desta tese, de homenagear um escritor pelo qual nutrimos grande admiração, em seu centenário de morte – Franz Kafka. E, em segundo, porque *Uma folha antiga*, uma pequena narrativa publicada em 1916-1917<sup>104</sup>, lembra-nos os dilemas vividos pela esquerda brasileira frente à ascensão da extrema direita reacionária. Estamos certos de que a atemporalidade do escritor de *A metamorfose*, *O processo*, *O castelo* e outras obras primas da prosa universal é capaz de nos estimular a reflexões atuais.

No conto, Kafka (1999) narra uma cidade invadida por nômades – sujeitos com o comportamento bárbaro e que não falavam o mesmo idioma dos cidadãos, que, no conto, eram retratados por dois trabalhadores – o sapateiro e o açougueiro. Aos desordeiros, cada vez mais numerosos, antes mesmo de empregarem a violência, as pessoas, por medo ou estranheza, iam cedendo tudo o que tinham ou parte de tudo. O sapateiro lamentava a condição do açougueiro, que ponderava ser pior que a dele, pois tudo o que produzia era engolido pelos nômades. “Como o açougueiro é um medroso” – julgava o sapateiro, ele não ousava acabar com o fornecimento.

Caso ele se desobrigasse a entregar o que produzia, sabe-se lá o que ocorreria. E se entregasse a carne diariamente, o que também iria lhes acontecer?... Deduzindo que poderia se poupar pelo menos do esforço do abate, certo dia, o açougueiro serviu-lhes o boi vivo. Cansado da pilhagem dos bárbaros, apostava que isso pudesse interromper o ritual de violência. Ocorre que, insaciáveis, atacaram-no vivo. De todos os lados com mordidas, *arrancavam com os dentes pedaços de sua carne quente*. O sapateiro afastou-se para não ouvir os mugidos pavorosos do animal. Quando ele os avistou, estavam *deitados mortos de cansaço em torno dos restos do boi*.

Os súditos avistaram o rei distante e escondido. Aguardaram por um sinal político. Nada! O rei manteve-se recluso e imponente, com seu poder fantasmagórico. “Ele os atraiu e a agora não era capaz de expulsá-los” – ressentiram os que acreditavam nele. Ainda que Kafka não seja inclinado a crenças de salvação, no final da história, o sapateiro (narrador da história), despertou para o fato de que uma possível solução pese sobre os ombros da própria população.

---

<sup>104</sup> Essa pequena narrativa integra a obra *Um médico rural*, reeditado pela companhia das letras, em 1999 (editora que relançou quase que completa a coleção de obras do escritor). Neste livro, na essência de suas narrativas, Kafka inseri os seus personagens no centro de dilemas humanos e sociais, que são fortemente violentos, muitos deles protagonizados por tiranos. O escritor, que havia iniciado a coletânea comedidamente desde agosto de 1916; em 2017, ainda em produção, sofreria as primeiras toses da tuberculose, que selaria a sua morte em 1924. Kafka, que provocou fortes críticas de Marxistas como György Luckács e Bertold Brecht, que viam a sua literatura com desconfiança, foi aclamado por tanto outros, como Benjamin e Adorno, que se debruçaram sobre seus escritos.

Aos trabalhadores deste reino – que Kafka cita literalmente, como os artesãos e os comerciantes, caberia expulsar os bárbaros e as suas práticas de violência. Kafka deixa a solução em suspenso.

Quais seriam as lições de Kafka para o nosso contexto de barbárie? Diferente do que se vinha apostando no século XXI com os governos do PT, a ultradireita no comando do país elevou a outro patamar a espoliação da população pelo capital. A vitória de Bolsonaro para a presidência em 2018 e de seus séquitos, imputou, sobre os nossos ombros o peso da barbárie, isto é – ao se avançar sem quaisquer traços de civilidade sobre os ganhos diretos e indiretos do trabalho. Embora acreditássemos que a democracia nos tornaria livres do ódio e da expropriação declarada como política, os seus personagens ressurgiram como no caso dos bárbaros de Kafka.

Atordoados pelo discurso da violência e pela força que emanavam das instituições e espaços públicos, fomos cedendo para os nômades o que nos restava de progresso, de renda, de trabalho e de outros direitos sociais. Foi assim que parte da população se sentiu, do campo mais progressista, atordoados e reativo, quanto à vitória do reacionarismo de direita no Brasil. Parcelas da população, em vários os níveis, conscientes ou não, foram encurraladas. O carro de bois ou passaria sobre elas ou seria interceptado, mas não para protegê-las e sim para tirar-lhes tudo que lhes garantiam renda e vida dignas. E assim, devoravam, insaciáveis, o que produziam.

A esperança partidária, de que um rei nos salvaria, dos destroços da violência e das mortes<sup>105</sup> ocasionadas pelo projeto de destruição, é equivocada, algo que tem custado bastante caro para a classe trabalhadora. Os trabalhadores no enredo de Franz Kafka não se vangloriam por recair sobre os seus ombros a responsabilidade por “salvar a pátria” daqueles invasores. Ao contrário, não acreditam estar à altura desse fardo, que poderia os arruinar. No nosso caso, parte se sentiu aturdida, mas também impotente. Os nossos bárbaros foram utilizando todas as armas que dispunham, o medo, o militarismo, bem como a força da lei e da economia para se instalar.

Ao assumir a presidência, em 2019, portanto, Bolsonaro pôs em movimento a nova fase ultraliberal brasileira, outrora iniciada com Dilma Rousseff e aprofundada e acelerada com Michel Temer. O ritmo das mudanças já estava em curso, caberia a ele dar prosseguimento, o que já estava previsto desde o desenho de sua candidatura (que estudamos no tópico anterior), mas que ele o fez na perspectiva do extremismo de direita, do reacionarismo e do militarismo. Não por acaso, parte expressiva do governo foi composta por militares, dando-lhe base estável e poderosa, algo nítido pelo número e pela relevância de cargos ocupados (Anderson, 2020).

---

<sup>105</sup> Veremos, à frente, que a aplicação do termo mortes é literal, algo possível de ser afirmado a partir do modo como o governo da extrema direita reacionária tratou da pandemia de Covid-19, gerando, com seu projeto de destruição, milhares de mortes. Bem como é possível, ainda, ser verificada no extermínio da população negra das periferias e das mulheres, vítimas do avanço do racismo estrutural, do sexismo e do patriarcado (legitimados).

Bem antes de assumir o Governo, o novo presidente já tinha sido encarregado, pela pressão dos setores políticos ligados ao capital, de realizar a Reforma da previdência, outra grande ofensiva contra os direitos do trabalhador, que estava em curso pela agenda regressiva. Diferente de Haddad, que prometia equilibrar as contas com a retomada da criação de empregos e pelo combate à sonegação; Bolsonaro, como expressivamente garantia em sua proposta de governo, tinha como uma de suas principais missões *cria um novo sistema de previdência*. Em 20 de fevereiro de 2019, dois meses após eleito, o governo envia ao Congresso a PEC 06/2020.

Como havia se comprometido, reduziu para 22 as pastas ministeriais<sup>106</sup>. Extinguiu os Ministérios, a saber: 1) Transportes, Portos e Aviação Civil; 2) Indústria, Comércio Exterior e Serviços; 3) Esporte; 4) Cidades; 5) Cultura; 6) Trabalho e Segurança Pública. Além disso, foi criado o cargo de articulação na Câmara e no Senado, chefiado por Onyx Lorenzoni (DEM), um dos três “super ministros” de Bolsonaro, junto com Paulo Guedes, que passou a comandar o Ministério da Economia e, o ex-juiz, Sérgio Moro, à frente do Ministério da Justiça. Onyx<sup>107</sup> coordenaria, portanto, os Ministérios e viraria o principal articulador do governo no Congresso.

Essa função, inclusive, assumiu extrema relevância nas manobras que se seguiriam para a aprovação das contrarreformas, das medidas de ajuste fiscal e outras de viés ultraliberal. Além do fato de que havia por parte do atual projeto em andamento a centralidade em executar essa agenda de destruição ultraliberal pró-mercado (Paulani, 2020), ele também se afirmou, não apenas pela fala anti-humanista, mas, na prática, por uma escalada autoritária, como foi possível observar, entre outros, na militarização de Ministérios (como o da Saúde, da Educação e C&T), estatais e órgãos estratégicos. O militarismo, portanto, passou a representar, de fato, o governo.

Anderson (2020) relembra que 45 militares assumiram postos nos dois níveis mais altos da Administração. “Em termos comparativos, o número de ministros das Forças Armadas no governo de Bolsonaro supera não só o do governo de Castelo Branco no início da Ditadura em 1964, mas também de qualquer de seus sucessores militares [...]” (Anderson, 2020, p. 173). Um Dossiê do Andes – Sindicato Nacional<sup>108</sup>, denuncia, inclusive, o crescimento, nesse governo, de uma escalada autoritária na educação básica, com o Programa das escolas cívico-militares (Decreto 10.004, de 05/09/19) e na IFES, com a intervenção na nomeação de reitores.

---

<sup>106</sup> Medida provisória nº 870, de 01 de janeiro de 2019.

<sup>107</sup> Então coordenadora da Campanha de Bolsonaro, Lorenzoni se torna Chefe da Casa Civil em seu mandato. Conferir a matéria, por Ricardo Della Colleta, publicada pelo *El País*, em 30 nov. 2018 – Onyx Lorenzoni, de escanteado no DEM a novo todo poderoso de Brasília. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/02/politica/1541174947\\_621896.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/02/politica/1541174947_621896.html) Acesso em: 02 set. 2024.

<sup>108</sup> Conferir o documento, onde, inclusive, constam tabelas com a discriminação dos cargos e outros dados de relevância sobre o assunto do intervencionismo na educação básica e na Educação Superior. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/abril2021/DossieMilitarizacao.pdf> Acesso em: 02 set. 2024.

Uma das ameaças dessa institucionalização da militarização pela extrema direita reacionária, consistia no fato dessa prática se aliar à exaltação promovida pelo presidente e seus séquitos da Ditadura Militar – algo sentido como risco iminente à democracia (Avritzer, 2020). Esse governo se caracterizou *pela possibilidade de um desfecho cesarista*, lembra Avritzer (2020). Esse militarismo se imiscuiu com o conservadorismo moral, ou melhor, com o reacionarismo e/ou o anti-humanismo. Fez parte disso, o *olavismo*, inspirado no astrólogo Olavo de Carvalho, movimento que questiona a ciência e que acredita num fantasma comunista.

Com tais atributos, essa nova fase de implantação da agenda ultraliberal ganhou nuances particulares na atuação da extrema-direita reacionária no Brasil. Nesse sentido, esta foi ofensiva quanto ao ajuste fiscal, mas não apenas, ao passo em que protagonizou importantes ataques à democracia e aos direitos humanos, como se desenvolveu, inclusive, no desempenho da pastora Damares Alves à frente do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, bem como na intervenção negacionista do Governo Federal diante da crise sanitária provocada pela Pandemia de COVID-19, que assolou o mundo de 2020 a 2022, como avaliaremos adiante.

Em relação à atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Pereira e Araujo (2021) chamam a atenção para o fato de ter ocorrido um verdadeiro desmonte no enfrentamento à violência de gênero, à LGBTfobia, ao racismo e à outras discriminações. O que prevaleceu foi o padrão dominante patriarcal, branco cis-heteronormativo, reforçado pela deficiência no investimento em ações de promoção da igualdade, da diversidade e da inclusão. A ausência de política educativas e o “combate à ideologia de gênero” reforçaram os índices de violência já tão perversos na história brasileira contra grupos minorizados, destacam as autoras.

Em seu primeiro ano de governo, Bolsonaro editou 536 decretos. E, se comparado com os governos anteriores, o ex-militar foi o presidente que mais editou medidas provisórias. Porém, segundo a site oficial da Câmara dos Deputados, a taxa de transformação dessas medidas em lei, em 2020, não chegava a 50%<sup>109</sup>. Esse tipo de dispositivo, possibilita que se atue de forma urgente, sem a aprovação imediata dos deputados e dos senadores. Desse modo, o governo foi acelerando as medidas relativas às privatizações, à facilitação do acesso a armas de fogo, às ofensivas contra o meio ambiente, o trabalho, como se expressa no quadro que se segue:

---

<sup>109</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/709849-governo-edita-mais-medidas-provisorias-que-gestoes-antiores-mas-menos-mps-se-convertem-em-lei/> Acesso em 02 set. 2024.

Quadro 4 – Seleção de medidas ultraliberais do governo Bolsonaro, 2019 a 2022\*

Medida	Ementa	Situação em jul. de 2024
Medida Provisória nº 870, de 1º.1.2019 DOU de 1º.1.2019 - Edição especial <sup>110</sup>	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.	Convertida Lei nº 13.844, de 2019
Decreto nº 9.690, de 23. 1.2019 DOU de 24.1.2019	Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.	Revogado pelo Decreto nº 11.527, de 2023
Decreto nº 9.797, de 21. 5.2019 DOU 22.5.2019	Altera o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, e o Decreto nº 9.607, de 12 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa	
Decreto nº 9.760, de 2019 DOU 11/4/2019 Extra <sup>111</sup>	Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.	Não consta revogação expressa
Decreto nº 9.811, de 30. 5.2019 DOU de 30.5.2019 – Extra	Dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND das ações ordinárias da União representativas do capital social do IRB Brasil Resseguros	
Medida Provisória nº 871, 2019, DOU de 18.1.2019 – Extra	Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus [...] por Análise de Benefícios com índices de Irregularidade [...]	Convertida em Lei nº 13.846, de 2019
Medida Provisória nº 873, de 2019 DOU de 1º.3.2019 - Extra <sup>112</sup>	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Vigência encerrada Ato nº 43, de 2019
Medida Provisória nº 881, de 2019 DOU de 30.4.2019 – Extra	Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências.	Convertida na Lei nº 13.784, de 2019
Medida Provisória nº 904, de 2019 DOU de 12.11.2019	Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas	Vigência Encerrada Ato nº 28, de 2020 (Vide ADIN Nº 6262)
Medida Provisória nº 905, de 11.11.2019 DOU de 12.11.2019	Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.	Revogada pela MP nº 955/ 2020 Vigência encerrada Ato 127/2020
Medida Provisória nº 914, 2019 DOU de 24.12.2019 - Extra	Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II.	Vigência encerrada Ato nº 55, de 2020

<sup>110</sup> É importante também lembrar que com essa medida Bolsonaro transferiu o serviço florestal brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o Ministério da Agricultura (MAPA).

<sup>111</sup> Análise feita pela Fundação Perseu Abramo sobre a destruição do Meio Ambiente no primeiro ano de Governo Bolsonaro. <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Boletim-mensal-analise-conjuntura-43-territorial.pdf> Acesso em: 03 set. 2024.

<sup>112</sup> A medida impedia a cobrança de desconto de contribuição sindical em folha. Sobre a queda nas taxas de contribuição sindical, que caiu 12,5%, em 2018, para 11,2%, em 2019, vide a análise do Diretor Técnico do Diesse Fausto Augusto Junior, publicado em seu canal do Youtube em: 27 de ago. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vvbJ68vWy74> . Acesso em 03 de novembro de 2024.

Medida Provisória nº 955, de 2020 DOU 20.4.2020 - Extra <sup>113</sup> .	Revoga a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista.	Vigência encerrada Ato nº 113, de 2020
Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019 <sup>114</sup>	Altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências.	Emenda Constitucional nº 109 de 15/03/2021
Proposta de Emenda à Constituição nº 206/2019	Dá nova redação ao art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3º ao art. 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas.	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2021 <sup>115</sup> (PEC dos precatórios)	Altera os Arts. 100, 160 e 167 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.	Transformada em Emenda Constitucional nº 113 de 08/12/2021
PEC 15/2022 (Fase 1 - CD) <sup>116</sup>	Altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis; [...] expande o auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021; institui auxílio para caminhoneiros autônomos; expande o Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e institui auxílio para entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público.	Transformada na Emenda Constitucional nº 123, de 14/07/ 2022
Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2021 <sup>117</sup>	Acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e altera a Constituição Federal, para fins de reforma político-eleitoral.	Emenda Constitucional nº 111 de 28/09/2021
Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019 (Reforma da Previdência)	Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.	Tranformada em Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019
Proposta de EC nº 10/2020 (Fase 2/CD) (Orçamento de guerra) <sup>118</sup>	Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.	Tranformada em EC nº 106, de 2020

<sup>113</sup> A Câmara de Deputados aprovou, em 21 de novembro de 2023, o projeto de lei 5496/2013, que resgata a chamada “carteira de trabalho verde e amarela”. Proposta de substitutivo à PL 5.228, de 2019, que institui o Contrato de Primeiro Emprego para jovens entre 18 e 29 anos e o Contrato de Recolocação Profissional para pessoas com 50 anos ou mais, também conhecido como Carteira Verde e Amarela.

<sup>114</sup> Vide a análise do Dieese sobre a PEC. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec252PECEmergencial.html> Acesso em: 03 set. 2024

<sup>115</sup> Essa PEC que limitou o pagamento de dívidas do governo e, no mesmo texto, aumentou o teto de gastos (norma criada para travar as despesas federais), com finalidade eleitoreira, em 2022.

<sup>116</sup> A PEC, chamada de “PEC das bondades”, “PEC Kamikaze” ou “PEC Eleitoral”, permitiu que o governo concedesse benefícios sociais às vésperas da eleição, em 2022, com impacto fiscal para o ano seguinte. O valor total de aumento de despesas foi calculado em R\$ 41,25 bilhões aos cofres públicos, recurso a ser contabilizado fora da regra do teto de gastos. A PEC trata da expansão do Auxílio Brasil; do Auxílio Gás; de auxílios aos caminhoneiros e taxistas; do financiamento da gratuidade de transporte coletivo para idosos; de reforço financeiro ao Programa Alimenta Brasil e a compensação aos estados que concederem créditos tributários para o etanol para aumentar a competitividade desse item em relação à gasolina.

<sup>117</sup> A PEC institui um estado de emergência no Brasil, para driblar a lei eleitoral e regras fiscais, e faz parte dos planos de Jair Bolsonaro para alavancar a campanha eleitoral

<sup>118</sup> Entre as medidas danosas à população, em relação à recuperação dos gastos se darem nas costas da população trabalhadora, a Emenda Constitucional nº 106 (EC 106) possibilita a drenagem de recursos do fundo público para a compra de títulos públicos e privados pelo Banco Central no mercado secundário. Em relatório, o Dieese analisa as diversas medidas para o favorecimento do capital bancário e financeiro, disponível em:

Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019 (Autonomia do Banco Central)	Dispõe sobre nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil.	Lei Complementar nº 179 de 24/02/2021
Projeto de Lei nº 5.877, de 2019 <sup>119</sup>	Dispõe sobre a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, o Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.	Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados
Projeto de Lei Complementar nº 6.438, de 2019	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes, e dá outras providências	Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão (CREDN)
Projeto de Lei Complementar nº 2.401/2019	Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Arquivado
Projeto de Lei Complementar nº 4.883/2020	Altera o art. 8º-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão CMULHER
Projeto de Lei Complementar nº 2.611/2021	Institui o Dia Nacional do Nascimento e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto, a ser comemorado, anualmente, em 8 de outubro.	Aguardando designação de Relator(a) na Comissão CMULHER
Medida Provisória nº 1.136/2022. DOU de 29.8.2022 .Extra <sup>120</sup>	Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.	Vigência encerrada Ato nº 3, de 2023

Fonte: Portal da Legislação (<https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis>)

Produção: própria

\* Pesquisa exploratória em Decretos, Leis Complementares, Medidas Provisórias e Projetos de Lei (2019-2022). O critério foi instruções normativas que apresentassem algum prejuízo social, econômico e ou político à população.

Desse modo, diversas foram as medidas ofensivas em relação aos direitos sociais e trabalhistas. Em se tratando da Reforma da Previdência, no geral, a pessoa assalariada terá que trabalhar mais tempo, e, ainda, para acessar um benefício menor. Para as mulheres, as mudanças ainda foram mais graves, pois além de serem afetadas pelo aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, também foram penalizadas, sem distinção, em relação aos valores, devido às mudanças no cálculo (Dieese, 2019). Outra investida ultraliberal contra o trabalho foi o Programa Carteira Verde e Amarela, que foi criado pela MP nº 905, em 11 de nov.de 2019.

Essa carteira alternativa ampliava a precarização do trabalho para jovens em relação ao previsto na CLT, uma das promessas de campanha de Bolsonaro. Essa foi uma das medidas

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTEc239MedidasSistemaFinanceiro.html> Acesso em: 05 set. 2024

<sup>119</sup> Relatório do Dieese sobre a privatização da Eletrobrás, que constitui risco para a soberania energética do país. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/ELETROBRAS-riscos.html> Acesso em: 03 set. 2024

<sup>120</sup> Vide avaliação do Andes sobre a medida, considerada um ataque ao orçamento de C&T. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/bolsonaro-edita-mp-que-ataca-mais-uma-vez-orcamento-da-ciencia-e-tecnologia1/page:8/sort:Conteudo.created/direction:desc> Acesso em 03 set. 2024

que não logrou êxito, como outras do Governo, que não foram convertidas em Lei em tempo hábil, no caso, 60 dias, prorrogável por mais 60 dias. Em 2023, ocorreu uma reedição da PL da *Carteira verde e Amarela* na Câmara, demonstrando que essa contrarreforma ainda permanece no horizonte do capital, ressurgindo por meio de seus representantes no Congresso. Além dessa medida, outra que caiu nas graças do governo foi a liberação de armas de fogo para a população.

Em se tratando dessa liberação, foram editados mais de 40 decretos para facilitar o acesso a armas de fogo no país<sup>121</sup>, triplicando o número de registros em nome de colecionadores e caçadores no Brasil, que saltou de 350 mil para mais 1,5 milhão, em 2022. Esses dados estão disponíveis no 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP, 2023, p. 230), que também expõe ter este “[...] mercado estimulado a modernização de arsenais criminosos com a aquisição de armas legais”. Certamente, uma das alianças erguidas pelo bolsonarismo foi com a indústria bilionária de armas de fogo e munição, o que se alinha com o seu perfil militarista e reacionário.

Outras medidas ultraliberais também são possíveis de serem observadas na pesquisa exploratória que realizamos em dispositivos normativos (quadro acima), como o favorecimento de crimes ambientais (como ao instituir o decreto nº 9.760, de 2019, que dificultou a aplicação de multas), o desmontes sindical (por meio da MP nº 873, de 2019 – cuja vigência foi encerrada, que, entre outros, proibia a arrecadação da contribuição sindical pelos sindicatos). As instruções normativas atuaram ao favorecer, direta e indiretamente, o capital, promovendo um ataque de grandes proporções aos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas, e aos direitos humanos.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, que se tornou a Emenda Constitucional nº 109 de 15/03/2021, foi considerada uma medida tão danosa quanto a EC 95, de 2016. Isso porque, assim como esta, seu objetivo foi impor o controle sobre o crescimento das despesas obrigatórias permanentes, no âmbito fiscal e da Seguridade Social, da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. “[...] No caso da EC-109, é criado um critério baseado na relação entre despesas e receitas correntes” (Dieese, 2021, p. 2). A justificativa do Governo Federal era conter gastos devido à pandemia, entretanto, às custas dos direitos sociais.

No ano das eleições, em 2023, em que Bolsonaro concorria com o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (reeleito pela terceira vez ao cargo), o Governo Federal colocou a máquina e o dinheiro público à serviço de sua candidatura, como com a publicação da Emenda Constitucional nº 123, aprovava pelo Congresso em 14 de julho de 2022, que possibilitaria o governo gastar mais de R\$ 41 bilhões até o final do ano com benefícios sociais, como o auxílio

---

<sup>121</sup> Informação disponível em matéria do Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/12/apos-mais-de-40-decretos-de-bolsonaro-brasileiros-compram-1-300-armas-por-dia> Acesso em: 03 de set. 2024.

emergencial, o auxílio a caminhoneiros e taxistas, a compra de alimentos para pessoas de baixa renda e o incentivo à redução dos tributos do etanol. Isto, objetivando tão-só vantagem eleitoral.

Em 2020, a Pandemia de COVID-19, devido a disseminação do novo coronavírus, denominado de SARS-CoV-2, agravou o quadro de crise mundial e brasileira. Ainda que não tenha sido essa crise sanitária a causa da crise atual (em curso desde a crise estrutural do capital de 2007/08, como avaliamos no terceiro capítulo desta tese). Afinal, como explica Carcanholo (2021), mesmo antes da mundialização pandêmica, em 2020, a economia capitalista já vinha em trajetória de crise, com baixos índices de crescimento econômico. No caso do Brasil, estas suas manifestações passaram a ser gravemente sentidas em 2015, devido ao efeito retardado da crise mundial sobre os países emergentes, como analisamos a partir da leitura de Tonelo (2021).

Um outro aspecto a ser considerado quanto ao equívoco em estabelecer a pandemia como causa da crise (algo fortemente utilizado pela extrema direita bolsonarista), diz respeito ao papel ideológico desse argumento, aponta Carcanholo (2021). Ao atribuir a fatores exógenos a sua eclosão, com algo que não se relaciona com a natureza da sociabilidade capitalista, cria-se a ilusão de que passados esses percalços a economia voltaria a crescer. E veremos, adiante, que o desenvolvimento econômico, inclusive o brasileiro, posterior à pandemia, imediatamente contrariou essa mitificação, pois ele emerge já no bojo da recente grande depressão capitalista.

Trata-se de uma mistificação (ideológica), justamente por desconsiderar que as crises são regulares e necessárias no capitalismo [...]. Essa mistificação ainda se desdobra para níveis inferiores de abstração pois, se a pandemia é a causa da crise, o neoliberalismo (uma estratégia específica de desenvolvimento no capitalismo) e a política econômica de austeridade (um tipo particular de política econômica) tampouco teriam repercussões para o eclodir da crise. Passada a pandemia, o capitalismo, o neoliberalismo e a política econômica de austeridade poderiam não só serem mantidos, mas o seu reforço e intensificação em nada impactariam na trajetória de acumulação de capital [...]. (Carcanholo, 2021, p. 122).

Isto posto, ainda que compreendendo que a crise pandêmica não consiste na causa da crise, é preciso considerarmos, consoante Carcanholo (2021, p. 122), que ela “[...] intensifica e modifica os efeitos da crise (elevação do desemprego, redução das taxas de crescimento, parada ou redução dos aparatos produtivos e de distribuição, etc.)”. No caso brasileiro, ela se deu em um cenário de barbárie, no curso de uma agenda altamente regressiva, de austeridade fiscal e de contrarreformas sociais aviltantes para a classe trabalhadora. Não obstante, o Brasil foi o 2º país com mais mortes por Covid no mundo, atrás apenas dos EUA. Segue tabela, abaixo:

Tabela 6 – Ranking de países em nº de mortes por COVID/19 (setembro de 2024)

<b>País</b>	<b>Casos confirmados</b>	<b>Mortes</b>	<b>Mortes/milhão de habitantes</b>
EUA	103.436.829	1.200.360	3.514
Brasil	37.511.000	702.116	3.338
Índia	44.264.992	530.054	377
Rússia	22.705.370	394.895	2.763
México	7.473.164	332.871	2.575

Fonte: Our World in Data<sup>122</sup> e Johns Hopkins University<sup>123</sup>  
Produção própria

Quando analisamos o número de mortes em relação aos casos confirmados, o Brasil registrou situação pior quando comparado com os EUA e Índia. A taxa de letalidade brasileira foi de 1,87, apesar de ter menos casos confirmados em relação aos norte-americanos. Vejamos:

Tabela 7 – Estatísticas de COVID-19: Casos confirmados e Taxas de Mortalidade no Brasil, Estados Unidos e Índia (dados atualizados em setembro de 2024)

<b>Países</b>	<b>Casos confirmados</b>	<b>Mortes</b>	<b>Taxa de mortalidade</b>
<b>Brasil</b>	37.500.000	700.000	1,87
<b>Estados Unidos</b>	107.300.000	1.200.000	1,12
<b>Índia</b>	45.400.000	530.000	1,17

Fonte: Our World in Data<sup>124</sup> e Johns Hopkins University<sup>125</sup>  
Produção própria

Em relação aos efeitos do coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro se posicionou de forma negacionista e cética quanto aos riscos da pandemia no Brasil. Com um troca-troca de Ministros – Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga<sup>126</sup>, a situação foi terrivelmente administrada, quer pela baixa capacidade de coordenação quer pela minimização da letalidade do vírus. Por diversos momentos, o capitão da reserva questionou as orientações da OMS, satirizou as vítimas e a doença e emplacou um sistemático boicote ao isolamento social e à vacinação. Em diversos Estados, os governadores foram exercendo o protagonismo na condução das políticas em saúde.

<sup>122</sup> Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus> Acesso em 30 set. 2024.

<sup>123</sup> Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/> Acesso em 30 set. 2024.

<sup>124</sup> Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus> Acesso em 30 set. 2024.

<sup>125</sup> Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/> Acesso em 30 set. 2024.

<sup>126</sup> Veja a matéria: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm> Acesso em: 04 set. 2024.

O saldo da COVID-19 no Brasil, portanto, foi uma extrema desigualdade sanitária e socioeconômica, além de muitas mortes ocorridas em solo brasileiro e além daquelas somadas mundo afora. A pandemia colocou em evidência a importante fratura social criada pelo período neoliberal, bem como a fragilidade de nossos sistemas de saúde e de proteção social. O mundo (produtivo) do capital, breçou e se explicitaram as suas profundas contradições. Foi necessário ampliar auxílios sociais, gerir sistemas de saúde e garantir vacinas gratuitas. Ao mesmo tempo, as máculas neoliberais provaram toda a sua letalidade por via das iniquidades sociais e sanitárias.

No geral, Carcanholo (2020) aponta que as políticas sociais quando da pandemia no Brasil foram tímidas. No caso do auxílio emergência, por exemplo, este não foi capaz de prover os mínimos sociais aos trabalhadores, nem em valor e nem em abrangência. Por período estipulado e insuficiente se comparado ao montante destinado à proteção ao capital, o benefício não reverteu a situação de pobreza da população brasileira. Muito pelo contrário, os índices de crescimento da desigualdade foram alarmantes, ao passo em que os investimentos no capital bancários e financeiro foram abundantes, no mesmo ritmo do ultraliberalismo já em andamento.

Sobre o assunto, Boschetti e Behring (2021) relembram os altos investimentos em benefício de bancos e empresários, como com o valor de trilhões a serem destinados por fora do teto dos gastos, com clara preferência pela drenagem de recursos para o capital ao invés de ações de socorro à classe trabalhadora. Relembram as autoras da aprovação do “orçamento de guerra” (EC nº 106/2020), que, embora fosse justificado como regime extraordinário fiscal para o enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia, na realidade, consistiu em um desvio de cerca de R\$ 1 trilhão para favorecimento do setor financeiro em 10 anos (2009-2018).

As professoras (2020), com base na análise da Auditoria Cidadã da Dívida, expõem que, afora esse R\$ 1 trilhão, Guedes já teria beneficiado o setor com aporte de 1,2 trilhão pela oferta de crédito. Além disso, a EC nº 106/2020 autorizava a retirada de recursos das áreas sociais, ainda que, conforme explicitam Boschetti e Behring (2021), se mantivesse inalterados os recursos destinados ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Ela também:

[...] [visava] “legalizar” a emissão de títulos da dívida pública para pagar as despesas correntes com juros dessa dívida, o que burla o art. 167, III, da própria Constituição; [...] [visava] “legalizar” mecanismo fraudulento que tem aumentado ilegalmente o estoque da dívida, usando recursos de capital para pagar as privilegiadas despesas correntes com juros; [...] [promoveu] o salvamento de empresas e bancos, transferindo para os cofres públicos o ônus de papéis podres em poder do mercado (tal como ocorreu nos EUA e na Europa na crise de 2008, afetando gravemente os cofres públicos), com aporte de 25% do Tesouro Nacional, sem exigir contrapartida alguma das empresas e bancos beneficiados. (Boschetti; Behring, 2021, p. 78).

O auxílio emergencial foi proposto pelo governo da extrema direita reacionária, de Jair Bolsonaro, no valor de parcos R\$ 200,00, que adiante foi revisto pelo Congresso Nacional, alçando o valor de R\$ 600,00, bem como foram promovidas diversas ofensivas ao trabalho, por “[...] meio da suspensão de contratos com redução de salários e a facilidade para empregadores interromperem os contratos de trabalho [...]” (Boschetti; Behring, 2021, p. 78). Acerca do alcance, ressaltam Boschetti e Behring (2021) que ele foi incipiente, afinal o benefício teria alcançado apenas 44% dos domicílios brasileiros; tão-só, 68 milhões entre os 108 solicitantes.

Em dissertação apresentada ao PPG em Educação da Unioeste sobre a disputa pelo fundo público na pandemia, quanto à aplicação da EC 95/2016, Santos (2024), sob orientação do pesquisador Luiz Fernando Reis, identificou a seguinte contradição: os dados demonstram um crescimento aparente dos gastos sociais no período da COVID-19. Esses valores, todavia, reduzem de forma dramática quando a pesquisadora subtrai das despesas totais por área os valores gastos com COVID-19 e de forma ainda mais expressiva quando ela analisa em termos proporcionais, tais valores, quanto ao total de despesas da União: 2015-2022. Segue as tabelas:

Tabela 8 – Evolução do Gasto Social da União por ano (Políticas Sociais), excluídas as despesas destinadas ao enfrentamento da COVID-19, no período de 2015 a 2022\*

ANO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	CULTURA	DESPORTO E LAZER	DIREITOS DA CIDADANIA	EDUCAÇÃO	HABITAÇÃO	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA
2015	109.187.131.011	1.349.536.679	1.037.100.416	1.128.179.199	139.819.202.651	3.774.683	2.614.501.151
2016	112.566.905.404	1.380.918.007	693.466.582	2.664.031.485	138.136.849.614	13.650.268	3.338.173.467
2017	116.570.786.100	1.431.857.359	438.827.963	1.992.108.766	142.837.799.799	8.727.494	2.555.988.656
2018	116.244.616.177	1.337.922.777	362.582.160	1.341.190.129	129.362.057.707	7.681.005	2.122.380.304
2019	121.127.172.555	968.591.718	206.749.827	1.156.955.479	123.251.850.306	6.425.733	1.793.925.281
2020	101.518.774.141	769.364.814	124.794.637	888.265.474	110.144.235.649	2.492.476	1.677.854.011
2021	106.411.628.914	723.748.939	249.638.112	745.448.439	110.725.400.328	2.459.080	1.186.915.417
2022	206.607.578.078	639.530.985	308.671.533	763.566.870	113.355.768.637	2.723.152	1.527.247.048
<b>Δ 2015-2022</b>	<b>89,22%</b>	<b>-52,61%</b>	<b>-70,24%</b>	<b>-32,32%</b>	<b>-18,93%</b>	<b>-27,86%</b>	<b>-41,59%</b>
ANO	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SANEAMENTO	SAÚDE	SEGURANÇA PÚBLICA	TRABALHO	URBANISMO	TOTAL
2015	811.915.115.156	409.652.194	148.126.514.163	12.236.002.497	103.079.597.266	1.787.983.238	1.332.694.290.303
2016	841.544.407.625	593.589.163	145.401.958.256	12.224.054.202	101.649.356.291	2.218.440.570	1.362.425.800.934
2017	894.234.091.178	1.002.520.316	144.097.777.593	12.813.035.333	97.227.834.911	2.586.804.068	1.417.798.159.536
2018	870.023.614.820	755.700.423	146.399.758.577	11.936.312.194	95.122.951.249	2.171.482.441	1.377.188.249.963
2019	892.981.826.471	588.042.638	148.963.373.466	11.769.970.594	94.554.278.828	1.764.000.721	1.399.133.163.619
2020	908.715.739.271	997.239.276	139.949.879.570	13.298.174.698	95.903.558.958	1.580.197.188	1.375.570.570.164
2021	882.284.714.860	519.977.429	138.857.998.787	12.184.349.140	76.838.495.395	1.308.104.772	1.332.038.879.610
2022	897.657.842.533	310.686.962	138.256.625.024	12.526.213.854	98.905.791.978	1.469.650.397	1.472.331.897.050
<b>Δ 2015-2022</b>	<b>10,56%</b>	<b>-24,16%</b>	<b>-6,66%</b>	<b>2,37%</b>	<b>-4,05%</b>	<b>-17,80%</b>	<b>10,48%</b>

Fonte: SIOP, 2024.

Elaboração: Santos (2024, p. 76)

\*Valores pagos em R\$, a preço de janeiro de 2024, corrigidos pelo IPCA)

Tabela 8 – Evolução do gasto social da União (Políticas Sociais), discriminado por funções, excluídas as despesas destinadas ao enfrentamento da Covid-19, em termos proporcionais (%), em relação ao total do gasto social, 2015 a 2022

ANO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	CULTURA	DESPORTO E LAZER	DIREITOS DA CIDADANIA	EDUCAÇÃO	HABITAÇÃO	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA
2015	8,19%	0,10%	0,08%	0,08%	10,49%	0,00%	0,20%
2016	8,26%	0,10%	0,05%	0,20%	10,14%	0,00%	0,25%
2017	8,22%	0,10%	0,03%	0,14%	10,07%	0,00%	0,18%
2018	8,44%	0,10%	0,03%	0,10%	9,39%	0,00%	0,15%
2019	8,66%	0,07%	0,01%	0,08%	8,81%	0,00%	0,13%
2020	7,38%	0,06%	0,01%	0,06%	8,01%	0,00%	0,12%
2021	7,99%	0,05%	0,02%	0,06%	8,31%	0,00%	0,09%
2022	14,03%	0,04%	0,02%	0,05%	7,70%	0,00%	0,10%
<b>MÉDIA%: 2015-2022</b>	<b>8,90%</b>	<b>0,08%</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,10%</b>	<b>9,12%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,15%</b>
ANO	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SANEAMENTO	SAÚDE	SEGURANÇA PÚBLICA	TRABALHO	URBANISMO	TOTAL
2015	60,92%	0,03%	11,11%	0,92%	7,73%	0,13%	<b>100%</b>
2016	61,77%	0,04%	10,67%	0,90%	7,46%	0,16%	<b>100%</b>
2017	63,07%	0,07%	10,16%	0,90%	6,86%	0,18%	<b>100%</b>
2018	63,17%	0,05%	10,63%	0,87%	6,91%	0,16%	<b>100%</b>
2019	63,82%	0,04%	10,65%	0,84%	6,76%	0,13%	<b>100%</b>
2020	66,06%	0,07%	10,17%	0,97%	6,97%	0,11%	<b>100%</b>
2021	66,24%	0,04%	10,42%	0,91%	5,77%	0,10%	<b>100%</b>
2022	60,97%	0,02%	9,39%	0,85%	6,72%	0,10%	<b>100%</b>
<b>MÉDIA%: 2015-2022</b>	<b>63,25%</b>	<b>0,05%</b>	<b>10,40%</b>	<b>0,89%</b>	<b>6,90%</b>	<b>0,13%</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIOP, 2024.

Elaboração: Santos (2024, p. 76)

Santos (2024) analisa quanto à primeira tabela que somente três das políticas sociais cresceram em relação aos gastos sociais do Governo Federal: Assistência Social (89,2%), a Previdência (10,56%) e a Segurança Pública (2,37%). Porém, o estudo desnuda que, tomando por referência o período de 2015 a 2021, a política de Assistência Social apresentou queda de 2,54% - de R\$ 109,187 bilhões para R\$ 106,412 bilhões. Esses dados são de vera elucidativos quanto a qualquer primeira impressão de crescimento. Ela aponta, ainda, que em 2022 a política foi alvo de um movimento particular, um *plus* de 94,16%, pois foi utilizada na disputa eleitoral.

O Governo Federal havia destinado cumulativamente, esclarece Santos (2024), para o enfrentamento da Pandemia de COVID-19, 809,843 bilhões. Deste montante, R\$ 75,35% foi considerado pelo governo como gasto social. De todas as funções, a pesquisadora identificou que a Assistência Social foi a que mais recebeu recursos, R\$ 495,392 bilhões, 61,17% do total dos valores destinados ao enfrentamento da Covid. Esclarece que o destino da rubrica foi, no geral, basicamente para o pagamento do Auxílio Emergencial, que foi o benefício criado para prover as mínimas necessidades sociais de trabalhadores em situação de pobreza na calamidade.

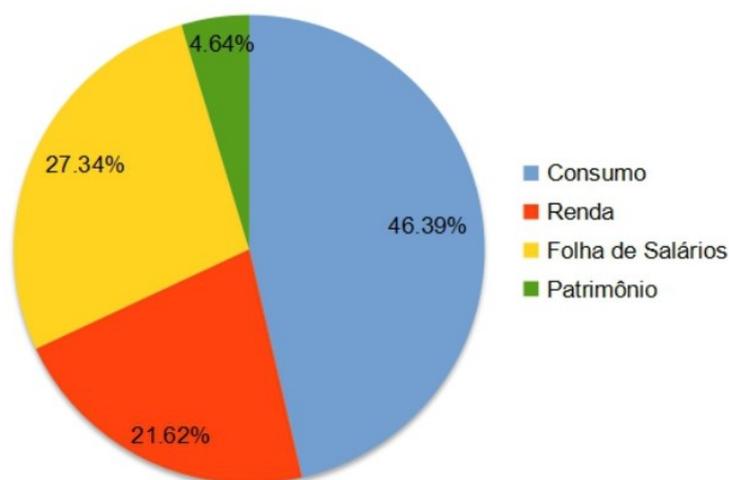
No que tange a esse crescimento dos gastos com o auxílio emergencial, Boschetti e Behring (2021, p. 15) denunciam que ele ocorreu com drenagem de recursos do Fundo Nacional de Assistência social, prejudicando investimentos em outras ações e serviços socioassistenciais da política, que “[...] tiveram agressiva redução de 38,6% entre 2012 e 2018, com a participação

no FNAS caindo de 5,6%, em 2012, para 2,8%, em 2019, o que se agravará em 2020”. Essa prática, que se direciona apenas para a cobertura assistencialista voltada à pobreza absoluta, não corresponde aos princípios norteadores dessa política como direito social (Ibdem, 2021).

Chama à atenção, ao analisarmos as tabelas, o impacto da EC95/2016 (como aponta o estudo realizado por Santos, 2024), mas, de forma mais abrangente, do ultraliberalismo, sobre as políticas sociais públicas no Brasil. É expressiva a redução das despesas da União com outras rubricas, como educação (-18,93%), saúde (-6,66%) e cultura (-52,61%), como se observa na primeira tabela. Não há dúvidas de que os achados da autora evidenciam o caráter contracionista do Estado em relação aos direitos sociais do povo trabalhador brasileiro, protagonizado por um total descompromisso democrático e social, ao mesmo tempo cujo axioma se torna o mercado.

É importante salientarmos que nos momentos de crise se torna ainda mais acirrada a disputa pelo fundo público, de um lado pelas lutas da classe trabalhadora e de outro lado pelos imperativos da valorização do valor. Reis e Macário (2018) são assertivos em identificar a dupla espoliação da classe trabalhadora em relação ao fundo público (na constituição e na destinação). Em primeiro lugar, porque nosso sistema tributário reforça e reproduz a desigualdade de renda; afinal, por se tratar de uma tributação regressiva, parte importante da arrecadação incide sobre o salário da classe trabalhadora, mediante os impostos que advêm do consumo (Ibdem, 2018).

Gráfico 27 – Tributos por base de incidência – Total: R\$ 2.291 bilhões  
Carga tributária em 2018: 33,26% do PIB\*



Fonte: Receita Federal

Produção: Auditoria Cidadã da Dívida<sup>127</sup>

\* Inclui esferas federal, municipal e estadual

<sup>127</sup> Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/qual-reforma-tributaria-queremos-por-maria-lucia-fattorelli/> Acesso em: 19 set. 2024.

Como expressa o gráfico, quase 50% da carga tributária se origina do consumo de bens e serviços, o que impacta a todos de forma indistinta. Para os trabalhadores, cuja renda é inferior em relação aos ricos, o peso desse tipo de tributação se torna maior, aprofundando o fosso existente entre as classes sociais. Assim, realçam Reis e Macário (2018, p. 134) que “[...] não é possível olvidar que o sistema tributário brasileiro constitui mecanismo sofisticado de espoliação dos estratos da população com renda mais baixa para garantir o patrimônio e a riqueza dos mais ricos, bem como para a engorda dos capitais dos credores da dívida pública”.

Já a segunda situação de espoliação trata-se justamente da drenagem desse recurso para o pagamento da dívida pública em detrimento dos investimentos em políticas de proteção social para os trabalhadores. Reis e Macário (2022) resgatam que, de 2003-2020, o Governo Federal direcionou R\$ 9,497 trilhões para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública (excluído o refinanciamento) – 12 vezes mais do que investiu em universidade federais e 55 vezes mais do que investiu em C&T. O montante drenado para o capital financeiro, no período, correspondeu a 18,86%, em média, do orçamento federal, citam os pesquisadores.

Diante da crise, permanece, portanto, enaltecida a destinação dos recursos do fundo público para o capital. Por esse motivo, Paulo Guedes muito claramente expunha que estávamos diante de uma grande depressão que deveria ser custeada pelo Estado (leia-se, fundo público) e que se manteria inalterada a destinação de recursos para honrar a nossa dívida. Dívida esta que quanto mais pagamos, mais cresce, como expõe a *Auditoria Cidadã da Dívida*<sup>128</sup>. Logo, devido a dupla espoliação, Reis e Macário (2018) batizaram esse sistema de *Robin Hood às avessas*, pela lógica estrutural de drenar parte da renda dos pobres para alimentar o *superlucro* dos ricos.

### 5.3.3.1 Breve balanço dos resultados econômicos (2019-2022)

Quais os resultados que a extrema direita reacionária alcançou ao longo dos seus 4 anos de governo em relação ao desenvolvimento econômico do país? O pacote draconiano de ajuste fiscal e de espoliação da classe trabalhadora criou as condições para a recomposição do capital, para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social do país? Essas reflexões requerem que avaliemos alguns marcadores de desempenho econômico, como o PIB, a inflação, a taxa de câmbio e o equilíbrio fiscal, assim como a taxa de investimento e o desemprego; no contexto do ultraliberalismo capitaneado pelo *projeto de destruição* de Jair Bolsonaro no país.

---

<sup>128</sup> Dados sobre o crescimento da dívida e as análises acerca das contradições que são geradas pela drenagem desse recurso para o capital bancário e financeiro, podem ser acessadas em documentos e estatísticas produzidas pela Associação Auditoria Cidadã da Dívida. Site oficial: <https://auditoriacidada.org.br/> Acesso em: 05 set. 2024.

Esse *projeto de destruição*, como caracterizou Paulani (2021), consiste no sonho neoliberal de criar as condições para a completa devastação do Estado social, possibilitando com que todos os direitos sociais sejam dominados pelo mercado, com a *chancela* do Estado. Esse projeto, como analisaremos, não tem apresentado resultados sustentáveis para o capital no campo econômico a curto prazo, porém foi eficiente em aprofundar o fosso de desigualdades sociais existentes no país, apostando na superexploração do trabalho para a superação da crise. O fato é que o programa econômico de Jair Bolsonaro apresentou pífios resultados econômicos.

Em resposta aos pífios resultados econômicos, Paulani (2021) cita que o *queixume*, advindo do mercado contra o governo Bolsonaro ao se constatar a ineficiência de seu programa econômico, direcionou-se para a reivindicação de que se avançasse na perspectiva de completar a agenda regressiva. Isto é, “[...] enquanto a destruição não se completar e o mercado não tiver subsumido a sociedade, a tarefa não estará terminada [...]” (Paulani, 2021, p. 230). Não se trata, lembra Paulani, de analisar os índices de crescimento, emprego e de redução da miséria, mas do aprofundamento neoliberal como resposta à crise em curso do próprio neoliberalismo.

Em relação ao PIB, o governo da extrema direita reacionária, ainda que tenha criado fortes expectativas no primeiro ano do mandato, conclui 2019 de forma desanimadora. A aposta de Paulo Guedes em seu discurso de posse no cargo de Ministro da Economia era de que o PIB cresceria 3,5% ao ano em curso prazo, devido a medidas como as privatizações<sup>129</sup>. Todavia, ainda que o Governo Federal tenha priorizado tais ofensivas (como veremos adiante), não foi possível recompor as taxas de crescimento do PIB, que foi, no mandato de Jair Bolsonaro, de 1,5% ao ano - uma das menores taxas mundiais, expõe o relatório produzido pelo Dieese (2022):

A economia brasileira cresceu apenas 1,0% no 1º trimestre deste ano [2022], na comparação com o último trimestre de 2021, na série com ajuste sazonal. Na comparação com o primeiro trimestre de 2021, o crescimento foi de 1,7%. Após a queda abrupta da atividade econômica no início da pandemia, a recuperação a partir de 2021 teve uma base de comparação muito baixa e o início de 2022 mostra que a economia brasileira apenas voltou ao observado antes da pandemia: crescimento lento e heterogêneo. O nível da atividade econômica continua abaixo do verificado em 2014! (Dieese, 2022, p. 2).

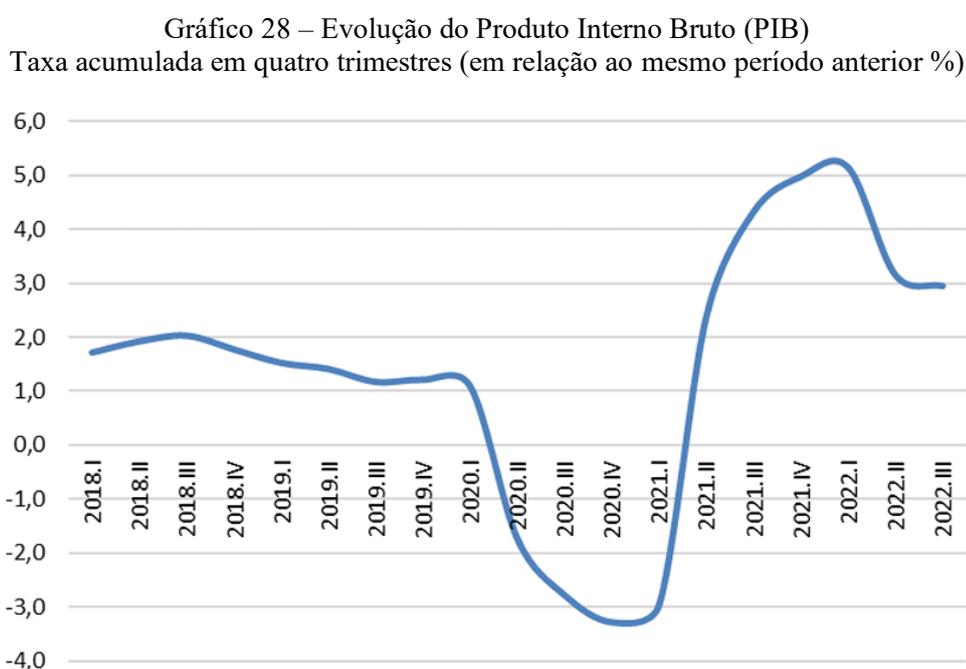
Essa grande recessão, representou, além de baixos resultados para a economia, a deterioração do mercado (incentivadas pela agenda regressiva), a dificuldade de arrecadação e o acirramento da disputa pelo fundo público entre capital e trabalho. A pandemia de COVID, decerto, ampliou os efeitos funestos do fracasso do crescimento brasileiro, destaca a professora

---

<sup>129</sup> Discurso disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/01/Discurso-Paulo-Guedes-1.pdf> Acesso em 10 set. 2024.

Leda Paulani (2021) (fase pandêmica chamada por ela de terceira onda da destruição), mas esta se sobrepôs a uma economia já comalida por 6 anos de recessão e pela baixa vertiginosa do PIB. Ademais, o contracionismo das medidas anticíclicas aprofundou outros problemas do país.

Não obstante, essa queda no investimento também se deve pela deterioração recente da economia internacional, destacam Oreiro e Fernando de Paula (2021). Para os economistas, a retomada do país está sob os efeitos da briga comercial entre EUA e China, da desaceleração econômica da Zona do Euro e da China; da crise nos países latino-americanos, como Argentina etc. Essa conjuntura vem deteriorando os termos de troca, desde 2011, com repique em meados de 2016 e de 2017, em parte devido à crise das *commodities*. Ressaltam, portanto, que não se deve esperar uma compensação do mercado interno por um maior desempenho das exportações.



Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais  
Produção: Dieese (2023b)

O gráfico acima demonstra que 2019 e 2020 foram anos de depressão em relação ao crescimento do PIB. Em 2021 e 2022, sobre igual período anterior, aconteceu uma retomada do crescimento, que chegou no 3º trimestre de 2022 a 3,0%. Isso foi possível, segundo o Dieese, devido ao encerramento gradual do isolamento social, especialmente com base na expansão do setor de serviços, que chegou a 4,4%, outrora o mais afetados pela pandemia (Dieese, 2023b). Em contrapartida, no mesmo período, a indústria havia crescido apenas 0,8% e a agropecuária 1,3%. Já o consumo das famílias, 3,7%, ainda que a formação bruta de capital apenas 0,8%<sup>130</sup>.

<sup>130</sup> A formação bruta de capital consiste em uma aproximação estatística do nível de investimento.

Esse crescimento teria se dado, como efeito da retomada da economia, por meio da abertura de postos de trabalho informais e pela precarização do trabalho, geralmente, com baixa remuneração. Outro fator que efetivamente colaborou para a alta assinalada no gráfico foi, relembra o Dieese (2023b), a expansão de benefícios sociais no período eleitoral, como com a “PEC eleitoral” (aprovada como EC nº 123/2022), que permitiu ao Governo Federal ampliar a concessão dos auxílios às vésperas das eleições, com impacto fiscal para o ano seguinte, a fim de beneficiar, na campanha de 2022, o candidato, à época presidente do Brasil, Jair Bolsonaro.

O que as medidas contracionistas agravaram, como foi a privatização da Eletrobrás (em 2022) e a transformação do Banco Central em autarquia independente, argumenta o Dieese (2022), foi a fragilização do Estado como agente indutor de crescimento. No cenário mundial, a crise estrutural do capital de 2007/2008, agudizada pela pandemia e pela guerra da Ucrânia (2022-atual), impôs um cenário de estagflação (combinação de estagnação com inflação) nas economias centrais. A resposta tem sido, no geral, o mesmo remédio aplicado na crise de 1970: isto é, elevar taxa de juros para conter a inflação, uma combinação desastrosa (Dieese, 2023b).

A ampliação da taxa de juros para contenção da inflação já havia demonstrado no curso da crise de 1960/1970, que traria impactos ainda mais extenuantes para as economias periféricas, esclarece o relatório de conjuntura do Dieese (2023b). “[...] Embora o cenário global atual apresente muitas diferenças, a experiência mostra que o aumento dos juros inibe o crescimento econômico e não necessariamente controla a inflação” (Dieese, 2023b, p. 2). Os dados da inflação no Brasil demonstram que desde 2020 ela cresce ininterruptamente. O governo, em 2023, entregou o país com uma taxa Selic duas vezes maior do que a que recebeu (Ibdem).

De acordo com dados do Banco Central<sup>131</sup>, a taxa Selic em janeiro de 2019, no início do Governo, foi de 6,4%, chegando a apresentar tendência de queda a partir de 2019, quando alcançou 1,9%, em agosto de 2020. Todavia, voltou meteoricamente a subir, saindo de 2,65%, em março de 2021, e chegando a 13,65%, em agosto de 2022. Desde então, não houve outra redução importante da taxa. Em agosto de 2024, ainda permanece em patamar elevado, 10,40%. Essa alta da taxa básica (Selic) indica um cenário de inflação alta, já que o seu objetivo é desaquecer a economia, reduzindo a pressão sobre a alta dos preços no sistema de circulação.

Conforme aponta o Dieese (2022b), a elevação da taxa de juros norte-americana em 2022 (num intervalo de 0,75% e 1% ao ano), a maior dos últimos 20 anos, também pressionou, em 2022, o Banco Central a manter a taxa Selic em patamares elevadíssimos (12,75% ao ano), possibilitando, inclusive, conservar a taxa de câmbio em R\$ 5 por US\$ 1, com vistas a conter a

---

<sup>131</sup> Todo os dados da Taxa Selic estão disponíveis no Site Oficial do Banco Central da República, em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros> Acesso em: 10 set. 2024.

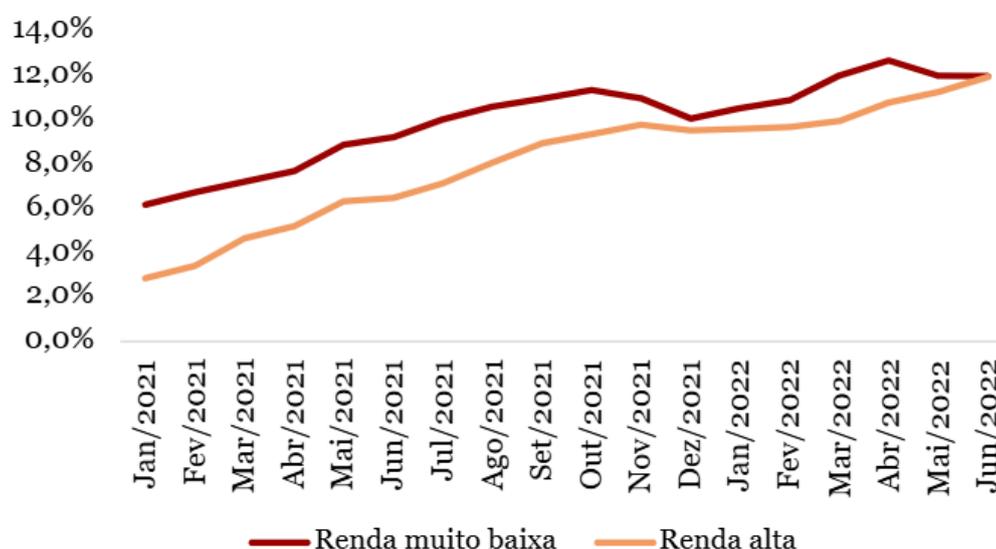
inflação. Entretanto, isso não tem sido uma estratégia eficaz para fazer retroceder a inflação no Brasil. Essa ampliação da taxa Selic vem, entretanto, impactando as famílias endividadas (que chegou, em 2022, a 77% das famílias, maior percentual dos últimos 12 anos) (Dieese, 2022b).

O fato é que, o “lado positivo”, da elevação da taxa de juros, ainda que não seja o de conter a inflação (muito pelo contrário), tem sido o de turbinar os lucros já exorbitantes dos bancos. Sobre o assunto, em sua análise de conjuntura, explana o Dieese (2022c, p. 6), a saber:

Pela sinalização do Copom, em setembro [de 2022], o Banco Central pode retomar a estratégia de alta dos juros, até que a inflação esteja “sob controle”. Se o aumento dos juros é ineficaz para controlar uma inflação que, sabidamente, não é de demanda, ele exerce, por outro lado, forte impacto negativo sobre produção, consumo, comércio e investimentos produtivos. Faz também o Brasil bater sucessivos recordes de despesas com juros da dívida pública. Nos 12 meses entre junho do ano passado e maio último, o governo federal já desembolsou R\$ 500 bilhões com os credores. Segundo o Banco Central, esse é o maior valor gasto em um ano, desde fevereiro de 2016, quando a despesa alcançou R\$ 513 bilhões. É um montante que equivale a 5,51% do Produto Interno Bruto (PIB), 2,5 vezes superior à soma dos orçamentos previstos para 2022 em saúde (R\$ 139,9 bilhões) e em educação (R\$ 62,8 bilhões). Talvez os únicos setores da sociedade que não têm o que reclamar da política econômica atual sejam os bancos e os investidores, com elevadas somas aplicadas em papéis. Os quatro maiores bancos de capital aberto do país (Itaú-Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander) lucraram, juntos, R\$ 266 bilhões entre abril e junho, alta de 20,6% em relação ao mesmo período de 2021.

Enquanto isso, em contraste com os superlucros do capital bancário e financeiro, o aumento da inflação tem forte repercussão sobre o custo de vida da classe trabalhadora. Não apenas os itens da cesta básica alcançaram valores elevadíssimos, mas também aqueles gastos da população como energia elétrica, gás de cozinha, gasolina, água, transporte público etc. Essa situação acirrou as desigualdades sociais, atingindo visceralmente a população com renda mais baixa, ainda que o seu mesmo percentual tenha atingido o segmento de renda alta, em junho de 2022, como expressa, abaixo, o gráfico do Dieese (2022), a partir dos dados do IPCA/IPEA:

Gráfico 29 – Evolução da Inflação no Brasil (IPCA-IBGE)  
(Variação acumulada em 12 meses)



Fonte: Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)  
Produção: Dieese (2022, p. 4).

A carestia em relação ao consumo das famílias também se agravou devido ao fato de aproximadamente metade da população possuir apenas rendimento médio mensal de R\$ 415, em 2021 (38 vezes menor que a média de rendimento de 1% da população, que foi de R\$ 15,940), como destaca o Dieese - valor ainda menor que 2020, que chegou a R\$ 498. “[...] Cerca de 15% da população, equivalente a 33 milhões de pessoas, [estiveram] em situação de fome [em 2022], das quais 14 milhões passaram a esta dramática condição no último ano [2021]. [...] O país regrediu em patamar equivalente ao da década de 1990”, explicita o Dieese (2022, p. 3).

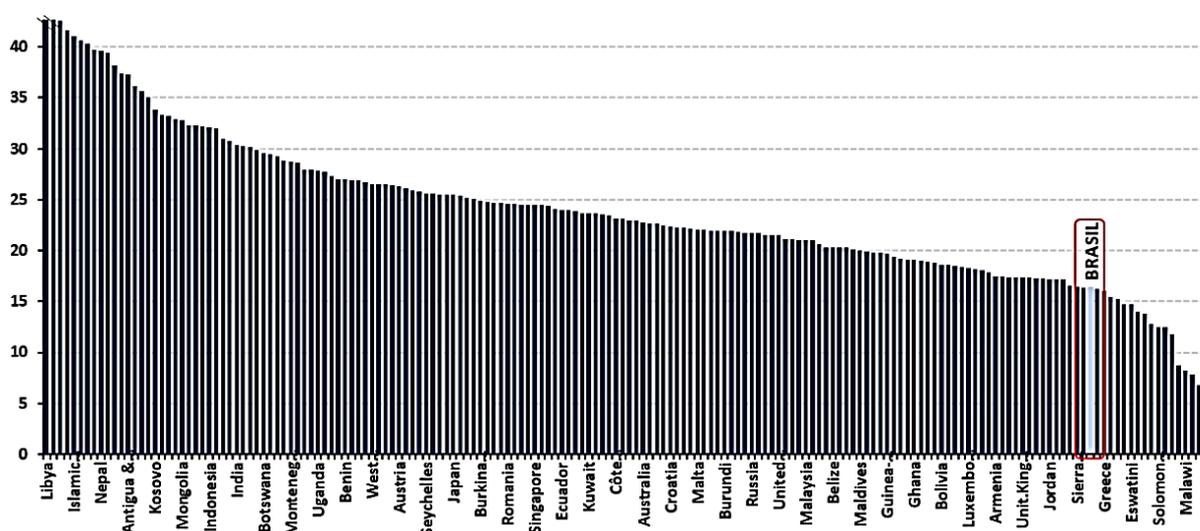
O economista Emilio Chernavsky, no artigo “Entre os piores do mundo: um balanço da economia brasileira no governo Bolsonaro”, publicado na Carta Capital, no Observatório da Economia Contemporânea, em maio de 2022<sup>132</sup>, explicitou a relação entre baixo investimento e crescimento econômico no Brasil. Para o autor (2022), não surpreendeu a estagnação pela qual passou o país, tendo em vista a baixa taxa de investimento, de apenas 17,1% (valor médio de 2019-2022), inferior à média mundial (27,3%) e da América Latina e Caribe (20,5%). Os motivos em relação aos baixos investimentos seriam quatro, conforme a análise de Chernavsky.

Em primeiro, Chernavsky (2022) esclarece que os baixos investimentos podem ser justificados pela redução do crédito, sobretudo para os pequenos e médios empresários. E devido às taxas de juros, no geral, elevadíssimas. Em segundo lugar, pela estagnação da massa

<sup>132</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-da-economia-contemporanea/entre-as-piores-do-mundo-um-balanco-da-economia-brasileira-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 10 set. 2024.

salarial, devido aos elevados índices de desemprego e a inépcia do governo em reduzi-los, o que impacta negativamente no consumo e cria um desalento para o investimento produtivo. Em terceiro, em decorrência do teto dos gastos (EC 95/2006), que impôs não apenas a redução dos gastos sociais, mas também a contenção dos investimentos. E, por fim, a imprevisibilidade do próprio governo, gerando uma instabilidade na política econômica, avaliada de forma negativa.

Gráfico 30 – Taxa de investimento média 2019-2022 (% do PIB)



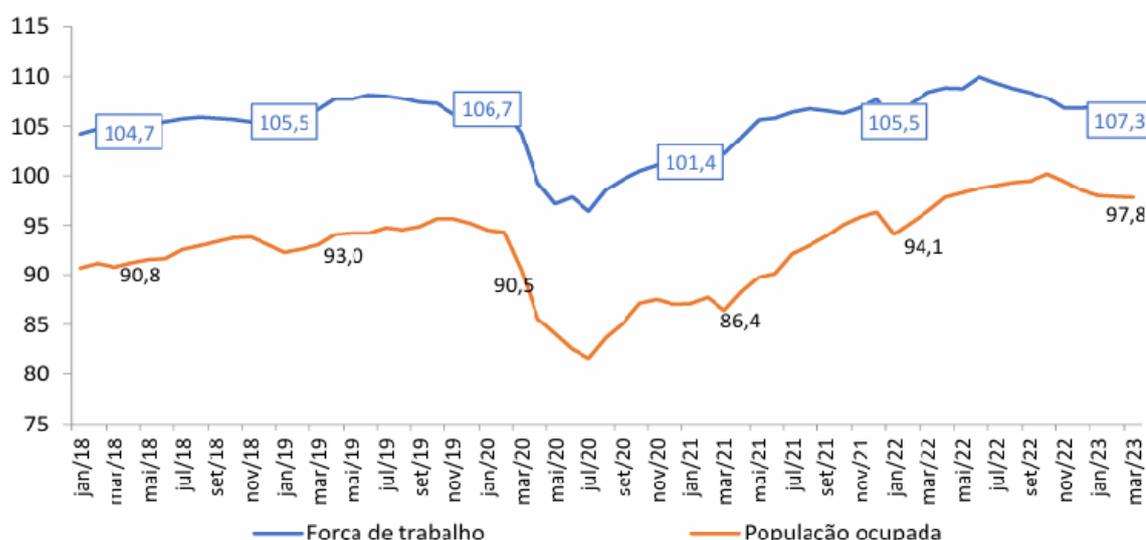
Fonte: FMI/WEO abril, 2022.

Produção: Emilio Chernavsky (2022)<sup>133</sup>

Portanto, entende-se que as reformas ultraliberais, o contracionismo estatal quanto aos gastos sociais e a agenda regressiva austera praticada desde a crise de 2014/2015 não foram capazes de criar um padrão de crescimento sustentável para a economia brasileira. Ao contrário disso, o que se amplificou foi a piora das condições de vida e de trabalho da população, em um contexto de acirramento das desigualdades (de classe, de gênero, de raça/etnia, de orientação sexual etc.). Em se tratando da inserção no mercado de trabalho e quanto à distribuição de renda, esse projeto demarcou uma nova etapa de espoliação, com robusta e agressiva perda de direitos.

<sup>133</sup> Idem

Gráfico 30 – Força de trabalho e população ocupada no mercado de trabalho brasileiro (janeiro de 2018 a março de 2023) (Em milhões de pessoas)



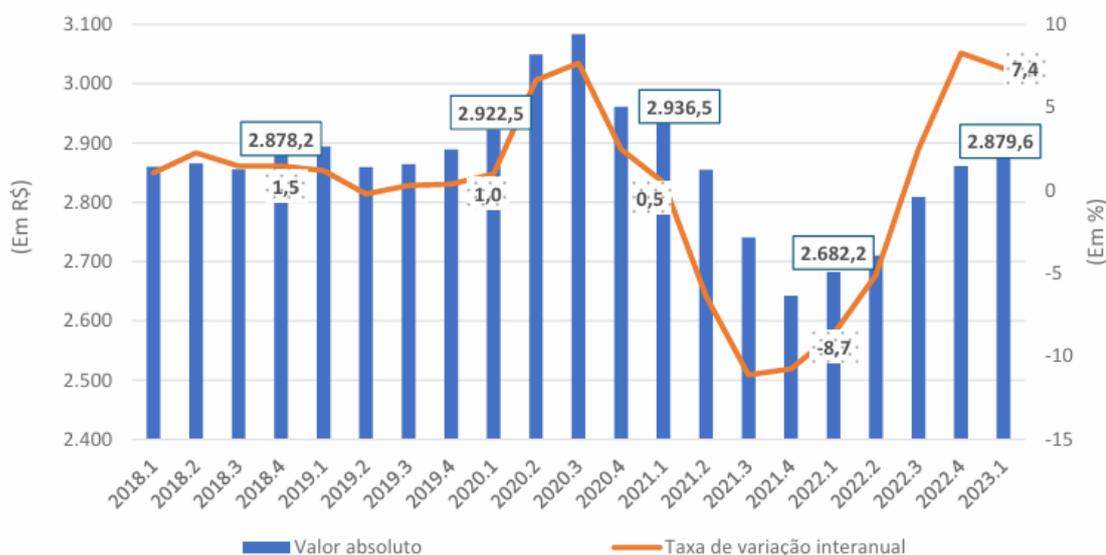
Fonte: PNAD Contínua/IBGE<sup>134</sup>

Produção: Silva, Lameira, Carvalho, Ramos e Fernandes (IPEA, 2023).

O ultraliberalismo também não foi capaz de reverter a estagnação no mercado de trabalho, desde o início da crise de 2014/2015. As taxas de precarização do trabalho se somaram ao expressivo número de desocupados registrados pelo IBGE, de 2019 a 2022. Ainda que tenha havido recuperação do número de empregos, em 2022, a queda da renda e o desalento bateram *record*, sob a gestão da extrema direita reacionária no Brasil. O trabalho informal e a uberização do trabalho, que abrange os trabalhadores sem vínculo empregatício e que atuam por meio de plataformas digitais, impõem hoje sérios riscos ao mundo do trabalho no nosso país, sobretudo quando somado ao recente processo de destruição das legislações do trabalho (Antunes, 2020).

<sup>134</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados> Acesso em: 11 set. 2024.

Gráfico 31 – Rendimento mensal médio do trabalho no Brasil\*  
(Valor absoluto em R\$1 e taxa de variação interanual - Em %)  
(em valores deflacionados para fevereiro de 2020)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE<sup>135</sup>

Produção: Silva, Lameira, Carvalho, Ramos e Fernandes (IPEA, 2023).

\*Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento do trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos.

O gráfico acima expõe, inclusive, que a redução da taxa de desocupação em 2021 no Brasil ocorreu também concomitante à redução da renda média do trabalhador, que recobra o crescimento do último trimestre de 2021. Ainda que seja relevante a recuperação da trajetória do emprego formal no país, o Brasil ainda segue com um contingente de mais de 9,4 milhões de pessoas em situação de desemprego involuntário e mais da metade dos ocupados em situação de trabalho informal (Silva; Lameira; Carvalho; Ramos; Fernandes, 2023). Isto é, um grande número de trabalhadores, em atividade, sem qualquer proteção trabalhista ou previdenciária.

Portanto, ainda que o esforço da narrativa e o objetivo tivessem sido o de recuperar as taxas de lucro do capital com medidas anticíclicas – no caso ortodoxas, de aprofundamento ultraliberal, quer Temer quer Jair Bolsonaro (e seu superministro, Guedes) não apresentaram resultados sustentáveis para o capital. Não por acaso, após terem passado a boiada sobre os direitos dos trabalhadores, o que se realizou foi uma baixa recuperação dos índices econômicos do país, ainda que tenham sido dramaticamente desastrosos, de curto e longo prazo, seus efeitos de alcance e de aprofundamento das desigualdades sociais e da concentração de renda no Brasil.

<sup>135</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados> Acesso em: 11 set. 2024.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste relatório de pesquisa, o que vem na mente dessa pesquisadora é uma pergunta que Karl Marx se faz e aos leitores no capítulo 23, d'O capital, livro I – *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*: quais os impactos desse sistema para a classe trabalhadora? Essa reflexão, remonta-nos, por sua vez, a duas obras literárias, que decerto não possuem ligação nenhuma com o tempo histórico desta pesquisa e, em termos de tempo, sequer uma com a outra. Mas é inegável que continuam mais atuais do que nunca, o que não é algo a se vangloriar, haja vista o tema que retratam. Estamos falando de *Os miseráveis* (*Les Misérables*), de Victor Hugo (1862), e de *Quarto de Despejo*, da nossa escritora brasileira, Carolina Maria de Jesus (1960).

O que essas obras tem a dizer sobre os dias de hoje, ainda que seus escritores sequer imaginassem a realidade atual? E mais, de que forma elas se correlacionam com os impactos do sistema capitalista contemporâneo sobre a classe trabalhadora? Em uníssono, a resposta consiste no empobrecimento da classe trabalhadora. Marx, em *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*, captou determinações que lhe permitiram concluir sobre esse sistema, a saber: “[...] a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho [...]” (2003, p. 887). Isto, Marx conclui ao analisar a essência e contradições do MPC.

Na primeira edição de *Os miseráveis*, Victor Hugo prefaciou (ou pressagiou): “[...] Enquanto houver lugares onde seja possível a asfixia social; em outras palavras, e de um ponto de vista mais amplo ainda, enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria, livros como este não serão inúteis” (2014, p. 37). *Os Miseráveis*, no contexto do desenvolvimento capitalista, tornou-se um dos romances mais amplamente vendidos e lidos ao redor do mundo. Em sua história, resgataremos, aqui, dois personagens: *Jean Valjean* e *Fantine*. Ambos unidos pelas desgraças e infortúnios das desigualdades sociais – um sobrevive, outro padece. Os personagens marcariam reflexões potentes do escritor sobre infortúnios, (in)justiça, decadência e resistência.

Jean Valjean foi preso por roubar um pão para alimentar seus sobrinhos, os quais, sentiu o próprio escritor a necessidade de advertirmos: “[...] no decurso dessa dolorosa história nunca mais os reencontraremos” (2014, p. 126). Foi condenado à prisão e ao brutal trabalho forçado por 5 anos e, por suas tentativas de fuga, por mais 15 anos. “Em outubro de 1815, foi posto em liberdade, tendo entrado ali em 1796, por quebrar um vidro e furtar um pão [...]” (2014, p. 127). Ressalta Victor Hugo: “Jean Valjean entrou para as galés [local de trabalhos forçados] soluçante e trêmulo; saiu de lá impassível. Entrou desesperado, saiu sombrio. Que se passou naquela alma?” (Ibidem). Sua trajetória foi de fuga do passado e luta por sobrevivência.

Já Fantine surge em *Os miseráveis* no alto viço da sua jovialidade e beleza. Após engravidar de um jovem rico, que a abandona, ela foi jogada à própria sorte, não tendo quem a acolhesse grávida e, muito menos, quando passou a erguer no colo a pequenina Cosette. Fantine entrega a pequena bebê, o seu bem mais precioso, devido a impossibilidade de trabalhar e de cuidar da criança, à família Thénardier. Sem que sua mãe tivesse ciência, Cosette cresceu vítima de terríveis crueldades – da fome e do trabalho. Enquanto isso, Fantine, ao perder o emprego, viu-se diante das mais injustas situações, submetendo-se, por fim, à prostituição para enviar dinheiro ao casal odioso que, sem que soubesse, explorava a sua filha. Por fim, adoece e falece!

Fantine se debilitou de forma gradual, da jovialidade ao definhamento, desassistida por qualquer sistema de proteção social. Sem emprego, portanto, ela não poderia provir as condições básicas de existência para si e para a sua filha. Já bem doente, “[...] Aquela criatura de vinte e cinco anos tinha a fronte cheia de rugas, a face sem vigor, as narinas contraídas, os dentes abalados, os membros mirrados, a pele cor de terra e os cabelos louros já entremeados de cabelos grisalhos [...]” (Hugo, 2014, p. 293). Essa história une-se a de Jean Valjean devido a camadas muito semelhantes de injustiças, que, sobrepostas, desabavam sobre os trabalhadores.

Passados mais de um século em que a narrativa de *Os miseráveis* se compunha, outra narrativa de tão semelhante desamparo social foi a descrita, realisticamente, por Carolina Maria de Jesus. Separada de Victor Hugo quer por um punhado grande de tempo, quer por outro punhado grande de terra, a escritora brasileira escreveu *Quarto de Despejo – Diário de uma favelada*, em 1960. O diário descreve expressões da questão social como a violência, a miséria, e a fome. Carolina foi uma mulher negra, que migrou de Minas Gerais para São Paulo muito jovem em busca de emprego. Mãe solo de três filhos, para sobreviver, vira catadora de papel.

Moradora da favela de Canindé, que existia às margens do Rio Tietê (SP) (que ao longo do tempo deu lugar ao asfalto de uma avenida, coincidentemente, chamada Marginal), a escritora trouxe ao público nacional e internacional, profundas desigualdades sociais. Como escrito no prefácio pelo jornalista que a descobriu, Audálio Dantas: “[...] Quarto de despejo não é um livro de ontem, é de hoje. Os quartos de despejo, multiplicados, estão transbordando”. (JESUS, 2014, s/p). Em uma de suas passagens, Carolina descreve a gélida noite de 29 de maio:

Até que enfim parou de chover. As nuvens deslisa-se para o poente. Apenas o frio nos fustiga. E várias pessoas da favela não tem agasalhos. Quando uns tem sapatos, não tem palitol. E eu fico condoída vendo as crianças pisar na lama. [...] Percebi que chegaram novas pessoas para a favela. Estão maltrapilhas e as faces desnutridas. Improvisaram um barração. Condói-me de ver tantas agruras reservadas aos proletariados. Fitei a nova companheira de infortúnio. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças paupérrimas. Foi o olhar mais triste que eu já presenciei. Talvez ela não tenha mais ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida. ... Há de existir alguém

que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais. O que eu revolto é contra a ganância dos homens que espremam uns aos outros como se espremesse laranja. (Jesus, 2014, p. 46).

Seja como um livro de ontem ou de hoje (que poderia ser datado de Victor Hugo, da leitura de Audálio e, por que não dizer, da nossa leitura atual), as obras citadas revelam a triste atemporalidade da miséria que se subjaz no capitalismo, presente em seu mecanismo de reprodução social, atentamente descoberto por Marx em *O capital*. Ao expor sobre a síntese de Marx, os estudiosos marxistas José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006) alertam-nos para a necessidade de contextualização histórica da polarização do Modo de Produção Capitalista: a riqueza e a pobreza. E, especialmente, ressaltam (2006, p. 137): “[...] entretanto, mesmo com essa contextualização, o que resulta da acumulação capitalista é a polarização mencionada [...]”.

Desse modo, nesta tese, a fim de abstrairmos a essência dos fenômenos estudados, tanto expulsemos as características atuais que assume o capitalismo contemporâneo – capítulo 1 – *capital fictício e a crise estrutural de 2007-2008*, inclusive no percurso da sua atual crise estrutural, quanto explicitamos os seus fundamentos no campo da economia política – capítulo 2 – em *A crise do capital na teoria de Karl Marx*. Essa contextualização nos permitiu resgatar em Marx que um dos maiores impactos desse sistema ao longo da história tem sido ampliar a pobreza e as desigualdades sociais, ainda que isso tenha se dado no horizonte da luta de classes. Ou seja, sob resistência e luta dos trabalhadores, em todos os momentos de nossa história social.

Esse resgate, que, direta ou indiretamente, visa submeter os dilemas atuais e, até mesmos as antigas e duradouras contradições entre capital e trabalho ao clivo da teoria de Karl Marx, vale-se do que o economista chama de *autonomização e substantivação* da forma capital – com configurações que ganham relativa autonomia e vida própria (de modo dialético), como remete, no próprio Marx, o professor Marcelo Carcanholo (2018). Isto é, Marx é mais do que nunca um autor atual para a análise da essência e dos fundamentos do sistema capitalista, ainda que o horizonte a ser alcançado se estabeleça quanto as suas particularidades contemporâneas.

Demonstramos, assim, ao abordarmos o capitalismo contemporâneo, que, no bojo da *autonomização e substantivação do capital*, o capital financeiro, ao adquirir as propriedades do capital fictício, tornou-se uma das principais estratégias de valorização da massa de capital super acumulado após a crise de 1960/1970. Esta, somou-se a conjunto de outras estratégias, como a reestruturação produtiva, a aumento da transferência de valor das economias periféricas para as centrais, as reformas estruturais do mercado de trabalho, entre outras determinações (Carcanholo, 2018). Despontou-se, portanto, a mundialização com predominância financeira, que, como afirmou Chesnais (1996), não tardaria em revelar o seu aspecto instável e predatório.

No âmbito das características do capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo, pós crise de 1960/1970, como demonstramos em gráficos sobre taxa de lucro do capital (em especial em Michael Roberts e Aldemir Marquetti), teve que lidar com o baixo crescimento econômico e com a autonomização do capital na esfera dos ativos e dos derivados financeiros. Ao mesmo tempo em que condenou os trabalhadores, de modo geral, ao aprofundamento do desemprego estrutural, essa nova dinâmica impôs aos governos a perda do controle sobre o destino das moedas e das finanças, uma força quase que incontrolável, sob o amálgama da financeirização (Chesnais, 1996). Essa lógica se explicitará na nova crise estrutura do capital – em 2007/2008.

Antes de analisarmos essa crise, em específico, é relevante a compreensão da lógica de funcionamento do capitalismo quanto à existência cíclica das crises e no que tange a sua recorrência histórica e social em patamares cada vez mais profundos. Esse debate se instaura no âmbito da teoria das crises em Marx, que expulsemos no capítulo 2. Recobremos, ainda, que a abundância de capital no MPC, conforme Marx e Engels (2005), passa a funcionar como um grande entrave à valorização do valor. Por esse motivo, as crises se tornam necessárias como momentos de transição entre depressão e novos ciclos de expansão do capital. Elas sanariam o terreno para a recomposição das taxas de crescimento e de acumulação (Marx; Engels, 2005).

Todavia, como contradição, as crises ganham cada vez maiores e incontidas formas, tornando gradualmente difícil controlá-las, já alertavam Marx e Engels, que expuseram essa questão como necessária à compreensão dos trabalhadores em *O manifesto Comunista*, de 1848. Essa análise de Marx, não só resistiu ao tempo, mas também se intensificou, assumindo nuances mais sombrias e proporções mais dramáticas, a ponto de estarmos lidando atualmente com uma crise que abarca não apenas a esfera econômica, mas também a social, a cultural e a política, desmantelando formas civilizatórias geradas pelo próprio capital/capitalismo e aprofundando o confisco de rendas e ativos de nações e seus povos, como foi executado pelo *ultraliberalismo*.

Mesmo assim, o capital não conseguiu reproduzir o ciclo marcado por altas taxas de lucratividade e expansão dos mercados, vivenciando patamares cada vez mais rebaixados quanto a essas taxas. Ou seja, como afirma Carcanholo (2010) e *crise cíclica* e acumulação de capital expressam o mesmo movimento de processualidade, de forma contraditória e dialética. Não por acaso, como define o professor (2010), o capital *crece e entra em crise e entre em crise porque* cresceu, de forma objetivamente dialética. Por esse motivo, a causa das crises deriva da natureza contraditória dessa relação, atinente ao modo de reprodução social do capital.

Salientemos que para Carcanholo – um teórico que decidimos de fato seguir devido a solidez das argumentações, não devemos nos ofuscar pelos fenômenos da crise ao tratarmos de sua causa. A superacumulação, a queda tendencial da taxa de lucro, a superprodução, bem

como outros fenômenos aparentes, como a financeirização e, mais recentemente, à pandemia de Covid-19, ainda que se apresentem como fenômenos intimamente ligados à crise, não podem ser compreendidos como a causa das crises, que, para o professor (1997, p. 28), diz respeito à “[...] divergência entre as condições de produção e as condições de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra. Esta contradição, que se encontra na essência do modo de produção capitalista, é o que explicita a irrupção das crises”.

Desse modo, feitas essas breves considerações, decerto que esse debate só pode ser melhor situado na perspectiva da mencionada *autonomização e substantivação do capital*. No caso da crise de 2007/2008, as suas determinações se explicitaram, inclusive, nas contradições entre as esferas financeira e produtiva. O que observamos foi que o atual estágio do capitalismo, consolidado e maduro, subsumiu a lógica das barreiras físicas, do setor produtivo, à um estado de dispersão, ainda essas esferas permaneçam interligadas. Essa nova dinâmica pode vir a gerar incontidas e mais graves crises, pois as velocidades de ambas as esferas não correspondem entre si. E vale a pena pontuarmos que, certamente, o crescimento do capital fictício não retrocederá.

Michael Robert apresentou dados, inclusive, que explicitaram o fato de grande parte dos investimentos do Estado na crise estadunidense, em 2007/2008, terem sido reinvestidos em capital fictício. Nas várias situações de crise, o Estado utiliza o fundo público para salvaguardar o capital. Todavia, neste contexto, ao invés do montante bilionário ter sido direcionado para a manutenção de empregos e a estruturação do setor produtivo, o economista expôs, através dos dados de crescimento dos investimentos nos capitais financeiro e produtivo, que parcela desses valores tem sido reaplicada no primeiro setor. Isto é, essa esfera vem se autorregulando, aquém da organização do setor produtivo, tornando o cenário atual ainda mais instável para o capital.

No capítulo 3 – O ultraliberalismo como alternativa no Brasil demonstramos que a crise mundial do capital, iniciada nos Estados Unidos em 2007/2008, a partir das especulações ocorridas no setor imobiliário, com os *subprimes*, evoluiu ao longo do decênio subsequente, deslocando dos países centrais para os dependentes (Tonelo, 2021). Essa crise teria se movido, expressando as graves contradições do capitalismo contemporâneo, regido pelo neoliberalismo.

Primeiramente, o neoliberalismo explicitou a sua incapacidade em dar respostas aos problemas econômicos do capitalismo contemporâneo. É tanto que a atual crise pôs em xeque os anos, não gloriosos, mas bem equilibrados da economia neoliberal, desde 1990. Em segundo, o crescimento do capital fictício, implacável, apresenta-se como pólvora prestes a detonar crises cada vez mais graves e profundas. Em terceiro, nesse contexto, cresce as desvantagens dos países periféricos quanto aos países centrais, sobretudo como fonte de transferência de valor no

esteio das crises. E, em quarto lugar, desnuda-se a fragilidade das democracias burguesas e dos acordos do Estado com a classe trabalhadora, pondo por terra quaisquer pactos de conciliação.

O ultraliberalismo, como medida contra-arrestante aos desdobramentos de longo prazo da crise estrutural de 2007/2008, que no Brasil se agravou a partir de 2014/2015, acirrou a disputa pelo fundo público, fazendo aprofundar o contracionismo estatal nas áreas sociais. Esse projeto diz respeito a um liberalismo radicalizado, para além o neoliberalismo tradicional, que põe em prática, plenamente, determinado projeto de destruição, como destaca a economista e docente Leda Paulani (2021). Nessa lógica, a liberdade, na perspectiva fiel ao que apregoam os teóricos do neoliberalismo, deve ser tratada na ótica do mercado, refletindo os interesses dos que possuem a propriedade privada, os negócios, as corporações e o capital financeiro (Ibdem).

É relevante resgatarmos, como revelaram os gráficos do professor Marquetti sobre a evolução da taxa de lucro e da taxa de acumulação no Brasil, que, desde 1990, a economia nacional não se recuperou em comparação ao estágio alcançado nas décadas de 1950-1970, quando predominou o modelo econômico da Industrialização por Substituição de Importações (ISI). Ainda que tenha havido a retomada do crescimento com a estratégia neoliberal por conta dos ajustes, esse patamar, como apontou o estudo, reduziu-se a uma média aproximada de 20% no período de 1990-2020, o que ratifica as apreciações acerca dos limites da neoliberalização.

Esse a processo tendencial decrescente da taxa de lucro (cujos fundamentos foram explicitados no capítulo 2), para o Brasil, apesar do boom das *commodities* entre 2003 e 2013, agravou-se quando da crise estrutural de 2008, com a desaceleração chinesa e o aumento da oferta global. Além disso, esse contexto somou-se a novas problemáticas econômicas com a pandemia, em 2020-2021, e com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, no início de 2022. Essa conjuntura, que impacta fortemente sobre a realidade brasileira a partir de 2014/2015, põs a prova a tinteira social, o projeto de conciliação de classes do PT e a aposta do governo na nova matriz econômica desenvolvimentista, sobretudo já no final do 1º mandato de Dilma Rousseff.

A referida crise se impôs forçando um redirecionamento na condução estratégica da presidenta, sob confluência de fortes pressões políticas e de crescimento do antipetismo, já intensamente presente na realidade nacional após as Jornadas de Junho de 2013. A nova matriz econômica, implantada por Dilma Rousseff em seu primeiro mandato, foi uma importante aposta do PT, a fim de prover mudanças nos processos de acumulação do capital no Brasil, com foco na industrialização integrada à superação da pobreza, no planejamento da industrialização de forma eficiente, no investimento pelo Estado de setores em expansão e na orientação para investimento em áreas específicas. Havia empenho do Estado para que o projeto lograsse êxito.

Esse projeto, que teria ousado questionar, inclusive, os superlucros dos bancos, do capital financeiro, em meio ao amálgama da crise econômica, da crise política e da crise cultural nacional, fracassou, ao passo em que o capital arquitetava nos bastidores políticos a queda de Dilma, por meio do golpe político, jurídico e midiático, que teria levado ao seu *impeachment*, em 2016. Ainda que, como ressaltaram Saad Filho e Moraes (2018) e Perry Anderson (2020) a presidenta tenha realizado o governo mais à esquerda do país desde Jango, ela já teria se rendido às medidas anticíclicas, alinhadas ao projeto do ultraliberal, isso ainda antes de sua deposição.

Identificamos a existência de três fases do ultraliberalismo no Brasil, a primeira no final do mandato de Dilma Rousseff, quando a presidenta inicia ajustes em resposta às pressões da crise econômica mundial. À época, a necessidade do ajuste fiscal já havia sido apresentada ao governo, bem como a urgência das medidas contracionistas e das contrarreformas. Isso gerou o abandono na Nova Matriz Econômica Desenvolvimentista (do projeto neoliberal heterodoxo), a retração dos gastos com pessoal, cortes sociais e contingenciamentos. Outras demonstrações de que a resposta à crise não implicaria em mudanças estruturais, expressou-se quando do seu veto à auditoria cidadã da dívida (2015), na sua promulgação da lei antiterrorismo (2015) etc.

Decerto que a estratégia neoliberal havia se aprofundado sob nova alcunha, a do *ultraliberalismo*, que impunha a dureza da austeridade fiscal e das estratégias anticíclicas sobre os ombros da classe trabalhadora. Vale a pena recuperarmos Marx (livro III d'O capital) quanto à natureza contra-arrestante da queda tendencial da taxa de lucro no sistema capitalista. Ela atua elevando o grau de exploração do trabalho, na compreensão dos salários abaixo do seu valor, no barateando dos elementos do capital constante, na superpopulação relativa (desemprego), pelo comércio externo e no capital acionário. Isto é, parte das medidas implicam o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores, objetivando prevenir e enfrentar as crises do capital.

Essas estratégias no *ultraliberalismo* têm se somado à intensificação da espoliação das rendas do trabalho, à mercantilização de serviços sociais, às privatizações de estatais, à liberalização, à austeridade, à desnacionalização e à drenagem do fundo público para o capital. Todas elas com vistas a recuperar o equilíbrio do capital e, ao mesmo tempo, com o intuito de preservar os privilégios das elites. Na base de tudo isso, da lógica expansiva do capital, tanto nos períodos de crescimento como nos de crise, a ofensiva direciona-se ao trabalho. Essa prática ortodoxa na condução do Estado vem se tornando, mundo afora, a régua para medir os cortes sociais, ainda que não seja essa mesma métrica aplicada aos recursos que se destinam ao capital.

No caso do Brasil, dado o caráter social do governo e do Partido, o golpe de Estado que depôs Dilma Rousseff, mesmo que não tenha como causa qualquer guinada mais radical à esquerda, visto que já havia uma adequação em curso na direção das medidas anticíclicas, o

projeto ultraliberal necessitava ser posto em prática em maior intensidade, rapidez e extensão. Michel Temer, com o documento apresentado ao capital, em 2015, chamado *A ponte para o futuro* (PMDB), tornar-se-ia um governante viável para dar curso ao *ultraliberalismo*. Em meio a uma grave crise política e haja vista o caráter permanente de contrarrevolução da burguesia nacional (Fernandes, 2005), estavam postas as condições do ataque direcionado à democracia.

Os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários da classe trabalhadora se tornaram a ponta de lança da burguesia. Como foi retrato na Marques de Sapucaí, Michel Temer avançou como um vampiro neoliberal sobre a classe trabalhadora (permitam-nos o trocadilho!). No seu governo, portanto, o usurpador atuou de forma rápida e intensa, movimentou os ataques mais graves do ultraliberalismo, à exemplo, fazem avançar as contrarreformas nas Leis trabalhistas, a PEC da morte, que congelava por 20 anos gastos sociais (EC95/2016), a EC93/2016, que gerou a desvinculação das porcentagens estabelecidas na CF88 para áreas específicas, como saúde e educação, bem como a contrarreforma sindical e o programa das privatizações, o PPI.

Como abordamos no capítulo 5 – *ultraliberalismo no Brasil: avanço da destruição*, desta tese, Michel Temer trabalhou em função do avanço do capital sobre os direitos da classe trabalhadora, alinhado com o arrocho social e com a agenda regressiva ultraliberal. Todavia, ainda que o pmdebista tenha draconianamente atuado em prol da matriz internacionalizada e altamente excludente do ultraliberalismo, em resposta à crise do capital, não conseguiu reverter o grave quadro econômico brasileiro. Até a deflação, tão alardeada como o melhor resultado de Temer e sinal de recuperação da economia, na verdade, deveu-se à política de austeridade fiscal, nociva aos trabalhadores, enquanto a inflação, ainda, continuava pesada sobre os seus ombros.

Jair Messias Bolsonaro (PL), na onda de um processo em franco andamento, ainda no contexto das crises política, econômica e cultural brasileira, beneficiado por um processo de polarização nacional – entre petismo e antipetismo, torna-se o candidato da burguesia para dar continuidade ao ultraliberalismo. Essa nova fase do projeto, todavia, se destacaria de forma diferenciada. Não se tratava da esquerda ou do projeto polido da direita, mas de algo reacionário e anti-humanista. Estávamos diante da ascensão da extrema direita reacionária, capitaneada por uma figura *caricaturesca*, um defensor da ditadura, misógino, racista, xenofóbico e capacitista.

Como alternativa ao antipetismo e à “velha política”, sem o entrave da popularidade do candidato Lula da Silva (impedido de concorrer às eleições devido a sua prisão, em 2018), Bolsonaro ascende nas pesquisas, defendendo justamente a estratégia em execução por Temer. Ao assumir o governo, sob direção de seu superministro da Economia, Paulo Guedes, ele deu continuidade à agenda pró-mercado. Quando da pandemia, a sua atuação foi peremptoriamente negligente com o direito à saúde, retardando a compra de vacinas e atuando de forma opositora

às medidas sanitárias. Evidenciamos que atuou, ainda, em detrimento da classe trabalhadora, ao beneficiar a bancos e empresários, com drenagem trilionária de recursos públicos, acirrando a disputa pelo fundo público, já bastante penalizado com a manutenção do pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública – intocáveis por todos os governos. Enquanto isso, aprofundou-se a fragmentação, o desfinanciamento e a focalização das políticas públicas, como saúde, educação e a assistência social, em um processo de agudização da barbárie social.

O governo de Jair Bolsonaro se opôs ao pagamento do auxílio emergencial quando da pandemia, cedendo apenas após às pressões políticas e sociais. Mas um dado interessante foi o crescimento de investimentos nesse benefício quando do ano eleitoral, como se expressou nos dados da pesquisa de mestrado de Franciele Quevedo dos Santos (2024). Ao analisar os gastos sociais do governo, subtraindo os investimentos com Covid, a pesquisadora desnuda um franco e grave processo de desfinanciamento, sobreposto às políticas sociais em geral. Em se tratando da assistência social, aplicando essa mesma metodologia, observou-se o decréscimo dos gastos.

Os índices de desemprego despontaram desde a crise econômica, ainda no governo Dilma Rousseff, tendo se elevado a um patamar mais grave no governo Temer. E mesmo quanto ao pequeno fôlego alcançado no governo de Jair Bolsonaro, este ocorreu às custas do crescimento do trabalho sem carteira assinada, precarizado e por conta própria. Desse modo, sem que pudesse garantir o crescimento sustentável para a acumulação capitalista, a estratégia ultraliberal em todas as suas fases no Brasil, ainda que dotadas de particularidades, agudizou as desigualdades sociais, a fome, a miséria, a desproteção social, o desemprego, varrendo direitos históricos dos trabalhadores, em um vasto processo de ampliação da barbárie em escala social.

Três foram as dimensões da crise analisadas nesta tese, que alinhadas fomentaram a ascensão ultraliberal no país. A crise econômica nacional, com a eclosão da crise estrutural do capitalismo contemporâneo. A crise política, que resultou na antipetismo, no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e na prisão de Lula da Silva, inviabilizando-o de concorrer nas eleições de 2018, e na ascensão da extrema direita reacionária, sob direção de Jair Bolsonaro. E a crise cultural, que se retroalimenta do caráter contrarrevolucionário da burguesia nacional (Fernandes, 2018) e da racionalidade neoliberal como forma totalizadora de reprodução social.

As três fases do ultraliberalismo no Brasil – no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff (esquerda), no governo de Michel Temer (direita) e de Jair Bolsonaro (extrema direita reacionária), portanto, não foram capazes de recuperar as taxas de lucratividade do capital em crise (pelo menos não a curto/médio prazos). Ao invés disso, colocaram em prática uma agenda draconiana cortes sociais e de austeridade fiscal, ampliando o fosso de desigualdades sociais existentes no Brasil, no bojo da exploração do trabalho, da espoliação das rendas do trabalhador

e da degradação de suas condições de vida (ao atacar seus salários diretos e indiretos). Ou seja, esse projeto torna mais atuais do que nunca histórias com as de Carolina e as de Victor Hugo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALLEGOS, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte (1964-2019)**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos, do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Katálysis**, Santa Catarina v. 24, n.1, p. 146-156, Jan./Abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KWXN3b3JFnjYvw6PTtpjcw/#>. Acesso em: 22 mar. 2024.

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais *In*: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso (org.). **Políticas de financiamento da Educação Superior num contexto de crise**. Campinas: Mercado das Letras, 2017.

ANBSP. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, Brasília, DF, 2023.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica**. São Paulo: Editora Todavia, 2020.

BARRETO, Lima. Os bruzundangas. *In*: BARRETO, Lima. **Obra reunida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

BOCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021. Disponível em: [scielo.br/j/sssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/?format=pdf](https://scielo.br/j/sssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/?format=pdf). Acesso em: 11 set. 2024.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a classe trabalhadora. **Revista Aurora**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-10, dez. 2010. Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <http://dx.doi.org/perru10.36311/1982-8004.2010.v3n2.1226>. Acesso em: 24 set. 2024.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependência, superexploración del Trabajo y crisis: una interpretación desde Marx**. Madrid: Ediciones Maia, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A crise do capitalismo dependente brasileiro. *In*: Macário, Epitácio; MEDEIROS, Richelly Barbosa; ALEXANDRE, Tainara (org.). **Dimensões da crise**

**brasileira.** Dependência, trabalho e fundo público. Ceará: Editora da UECE. São Paulo: Editora Práxis, 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Causa, formas e manifestação da crise:** uma interpretação do debate Marxista. Orientador: Nelson Rosas Ribeiro. 1996. 200f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: Disponível em: <https://www.calameo.com/read/0001407492397811573bc>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise Capitalista: financeirização ou queda da taxa de lucro?. In: ALVES, G.; CORSi, F. L. (org.). **Crise capitalista no século XXI:** um debate Marxista. Marília: Projeto Editorial Práxis, 2021, v. 1, p. 121-144.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo y dependencia contemporánea: alternativas de desarrollo en América Latina. In.: MOLINA, Paula Vida. **Neoliberalismo, neodesarrollismo y socialismo bolivariano.** Santiago do Chile: Clacso, 2019.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependencia, superexplotación, del trabajoy crisis.** Uma interpretación desde Marx. Madrid, Maia ediciones, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Formas, conteúdo e causa: uma proposta de interpretação Marxista do fenômeno crise. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 5, 1997. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L5/2-Carcanholo.pdf> Acesso em: 02 jan. 2023.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital:** essência e aparência. volume II. São Paulo: Expressão popular, 2013.

CAMPEDELLI, André Luís. **A inflação brasileira:** uma interpretação do fenômeno sob a ótica do conflito distributivo entre 1999 e 2018. 2022. 152 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/riche/Downloads/campedelli\\_andreluis\\_d.pdf](file:///C:/Users/riche/Downloads/campedelli_andreluis_d.pdf). Acesso em: 24 ago. 2024.

CAMPEDELLI, André Luís; LACERDA, Antônio Corrêa. O combate à inflação como fator concentração de renda: um estudo da década de 2010. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, 32 n. 1, v. 57, p. 2020, p.13-37. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/49084/32616>. Acesso em 07 ago. 2024.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas.** O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAVALCANTI, B. M.; VENERIO, C. M. S. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, n. 54, v. 215, p.139-162, 2017. Disponível em: [ril\\_v54\\_n215\\_p139.pdf](ril_v54_n215_p139.pdf). Acesso em: 24 set. 2024.

CAZIAN, Fernando. Brasileiro mais escolarizado vê renda desabar e cai na informalidade. **Folha de São Paulo**. 3 set. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/brasileiro-mais-escolarizado-ve-renda-desabar-e-cai-na-informalidade.shtml>. Acesso em: 11 set. 2024.

CHAUVIN, Jean Pierri. Contrarrevolução à pururuca. *In*: MOUSSE, Ricardo; MARTINS, Paulo (org.). **Primeiros anos de (des)governo**. São Paulo: FFLCH, 2021.

CHASIN, Jean Pierri. **A miséria brasileira – 1964-1994**: do golpe militar à crise social. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005

CHERNAVSKY, Emilio. Entre as piores do mundo: um balanço da economia brasileira no governo Bolsonaro. **Carta capital**. 05 mai. de 2022.  
<https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-da-economia-contemporanea/entre-as-piores-do-mundo-um-balanco-da-economia-brasileira-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 11 set. 2024.

CITTADINO, Monique. O avanço do neoliberalismo no Brasil: Governo Temer, Uma Ponte para o Futuro e os reflexos econômicos e no mundo do trabalho (2016-2018). **América latina en la Historia Económica**, Ciudad de México, n. 30, v. 2, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/1299>. Acesso em: 07 ago. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Empresas estatais e desenvolvimento: considerações sobre a atual política de desestatização. **Nota técnica**. n. 189. Brasília, DF: Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec189Estatais.html> Acesso em 26 jul. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). 2016 Um ano para os fortes. **Boletim de conjuntura**, n. 10. Brasília, DF, mar. 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2017/boletimConjuntura010.html>. Acesso em 26 jul. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Estudos e pesquisas. **Balanço das greves do primeiro semestre de 2023**. n. 108, ago. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2023/estPesq108Greves.html> Acesso em: 11 ago. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). O longo amanhecer da reconstrução. **Boletim de conjuntura**, n. 37, fev./mar. 2023b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2023/boletimconjuntura37.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). PEC 6/2019: como ficou a Previdência depois da aprovação da reforma no Senado Federal. **Nota técnica**, n. 214, nov. 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec214ReformaPrevidenciaAprovada.html>. Acesso em: 11 set. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Emenda Constitucional N° 109/2021: novo desmonte dos direitos sociais. **Nota técnica**, n° 257, mai. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec257PEC186.html>. Acesso em 11 set. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Economia lenta e pobreza acelerada. **Boletim de conjuntura**, n. 34, jun./Jul. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2022/boletimconjuntura34.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). País à deriva, em contexto de pandemia, carestia e impactos da guerra. **Boletim de conjuntura**, n. 33, mai./jun. 2022b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2022/boletimconjuntura33.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

DOURADO, Tatiana. **Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. 2020. 308 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31967>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FERGUSON, Charles. **O trabalho interno**. EUA, Representational Pictures, Sony Pictures Classics, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005.

FILHO, Alfredo Saad; Morais, Lecio. **Brasil: Neoliberalismo versus Democracia**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

FLIGENSPAN, Flávio. Câmbio, especulação e juros no final do Governo Temer. **Sul 21**. Porto Alegre, 18 de jun. de 2018.

FONTES, Virgínia. Módulo VIII Crise do capital. Laboratório de Estudos Marxistas. [S. l.: s. n.], 1 jul. 2021. 1 vídeo (2:03:17). Curso de estudos sobre a obra “O capital” publicado pelo LeMarxUESB. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/hb769fHzwcM?si=OKw7qFdhzpgRULDg>. Acesso em: 16 fev. 2023.

GONÇALVES, Reinado. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento.** São Paulo: LTC, 2014.

GOTIJO, Cláudio. **Raízes da crise financeira dos derivativos subprime.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/riche/Downloads/TD342CEDEPLARRAZESDACRISEFINANCEIRADOSDERIVATIVOSSUBPRIME%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/riche/Downloads/TD342CEDEPLARRAZESDACRISEFINANCEIRADOSDERIVATIVOSSUBPRIME%20(1).pdf). Acesso em 27 out. 2023.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Traduzido por Maurício Balthazar Leal. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2014.

HEMINGWAY, Ernest. **O velho e o mar.** 99 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

HUGO, Victor. **Os miseráveis.** Tradução de Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret, 2014.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KAFKA, Franz. **Um médico rural.** São Paulo: Cia das Letras, 1999.

KRUGMAN, Paul. Reagan conseguiu. **Uol notícias.** São Paulo, online, 2009. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/paul-krugman/2009/06/03/krugman-reagan-conseguiu.htm> Acesso em: 20 mar. 2023.

KORYBKO, Andrew. **Guerra híbrida: das revoluções coloridas aos golpes.** São Paulo: Expressão popular, 2018.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 2014.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <scielo.br/j/ssoc/a/MFzdwxBBcNqHyKkckfW6Qn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 22 nov. 2023.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias.** Uma visão histórica. São Paulo: Expressão popular, 2018.

MACÁRIO, Eptácio. Particularidade brasileira: dependência e autocracia burguesa. (ainda não publicado). In: Macário, Eptácio. **Relatório de conclusão de pós-doutoramento.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, p. 24-65, set. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Petrópolis, RJ; Vozes, Buenos Aires: Clacso, 2000.

MANDEL, Ernest. **Crise do capital: os fatos e a sua interpretação Marxista**. Tradução de Juarez Guimarães e João Marchado Borges. São Paulo: Ensaio. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MANOEL, Jones. Junho de 2013 e a guerra híbrida: o leninismo contra a idealização da conspiração. *In*: ALTRAN, Breno; CARLOTTO, Maria. **Junho de 2013**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARQUETTI, Adalmir; Filho, Eduardo Maldonado; MIEBACH, Alessandro. MORRONE, Henrique. Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, vol. 43, nº 2, pp. 309-334, abril-junho/2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/tGvJrQKr4qmNnsMth5LR3BB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2024.

MARQUETTI, Adalmir. A taxa de lucro no Brasil. 1950-2020. Uma interpretação sobre sete décadas de economia política. **Webinário comportamento de curto e longo-prazo da taxa de lucro no Brasil**, 2022. 1 vídeo (2:26:46). Acesso pelo serviço de streaming Youtube do Grupo de Pesquisa Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L913Rh-VogM>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MARX, Karl. **O capital**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v. 1.

MARX, Karl. **O capital**. O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Rubens Enderle. v.1. São Paulo: Boitempo, 2017, v.3.

MARX, Karl. **O capital**. crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, v.1.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl. **O capital**. crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. 1.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MÁXIMO, Wellton. Queda do dólar faz BC fechar 2016 com primeiro prejuízo da história em oito anos. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 23 fev. de 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-02/queda-do-dolar-faz-bc-fechar-2016-com-primeiro-prejuizo-da-historia-em-oito> Acesso em: 11 set. 2024.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEIRELES, Cecília. **Vaga Música**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

MENDES, Mateus. A revolução colorida brasileira. *In*: ALTRAN, Breno; CARLOTTO, Maria. **Junho de 2013**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Zahar, 2020.

OREIRO, José Luis. Taxa de Lucro, Acumulação de Capital e Crescimento Econômico: comentários ao artigo do Professor Adalmir Marquetti. **Blog jlcoreiro**. Brasília – DF, 2022. Disponível em: <https://jlcoreiro.wordpress.com/2022/02/23/taxa-de-lucro-acumulacao-de-capital-e-crescimento-economico-comentarios-ao-artigo-do-professor-adalmir-marquetti/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, DF, Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod\\_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf). Acesso em: 12 set. 2016.

PAULANI, Leda Maria. Três vezes destruição. *In*: MOUSSE, Ricardo; MARTINS, Paulo (org.). **Primeiros anos de (des)governo**. São Paulo: FFLCH, 2021.

PASINETTI, Luigi Lodovico. The rate of profit and income distribution in relation to the rate of economic growth. **Review of Economic Studies**, Orxford, Reino Unido, vol. 29, n. 4, 1961. pp. 267-279. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/2296303?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

PANSARD, Marcos Vinícius. O Moderno Príncipe Conservador: o MBL e o novo projeto político da direita brasileira. *In*: **Estudios Latino-americanos**, Distrito de Coyoacán, México, n. 42, jul./dez, 2018, pp. 75-88. Disponível em: [file:///C:/Users/riche/Downloads/flores\\_santiago,+67956-198722-1-CE.pdf](file:///C:/Users/riche/Downloads/flores_santiago,+67956-198722-1-CE.pdf). Acesso em: 25 set. 2024.

PERNÍAS, Tomás Rigoletto. Três elementos para compreender as preferências políticas e o conservadorismo da classe média. **Le monde diplomatique Brasil**. Conjuntura. 21 fev. 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/tres-elementos-para-compreender-as-preferencias-politicas-e-o-conservadorismo-da-classe-media/>. Acesso em: 11 set. 2024.

REIS, Luiz Fernando. Ultraliberalismo no Brasil: contexto e impacto. Acesso no serviço de streaming Youtube pela TV ABEPSS, 5 jun. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2MoGOreMlo&t=254s>. Acesso em: 26 nov. 2024.

REIS, Luiz Fernando. **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**. 2015. 246 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/14796>. Acesso em: 23 ago. 2024.

REIS, Luiz Fernando; MACÁRIO, Eptácio. Fundo Público em Disputa: Gastos Orçamentários do Governo Central com a Dívida Pública, as Universidades Federais e a Ciência e Tecnologia no Brasil (2003-2020). *In: Revista AAPE EPAA (Dossiê Especial Educação Superior na América Latina em Tempos de Crise)*, Arizona, Estados Unidos da América, v. 30, n. 1, 2022, p. 1-30. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8404442>. Acesso em: 11 set. 2024.

REIS, Luiz Fernando; MACÁRIO, Eptácio. Dívida Pública, sistema tributário e financiamento de C&T no Brasil (2003 – 2017). *In: Macário, Eptácio et. al. (org.) Dimensões da Crise Brasileira: dependência, trabalho e fundo público*. Fortaleza: Ed. Uece; Bauru: canal 6, 2018.

PEREIRA, Flávio de Leão Bastos; ARAÚJO, Gabriela Shizue de. Direitos humanos no Brasil: balanço e perspectivas. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Processo de corrosão democrática. 10 dez. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/direitos-humanos-no-brasil-balanco-e-perspectivas/> Acesso em: 11 set. 2024.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2019.

NERY, Carmen. PNAD. Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos. **Editoria estatísticas sociais**. Brasília, DF, 31 jan. 2020. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod\\_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundac%3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundac%3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf) Acesso em: 11 set. 2024.

ROBERTS, Michael. A World rate of profit: a new approach. **Blog Michael Roberts**. Estados Unidos, Chicago, Illinois, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/07/25/a-world-rate-of-profit-a-new-approach/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ROBERTS, Michael. The US rate of profit in 2020. **Blog Michael Roberts**. Estados Unidos, Chicago, Illinois, 05 dez. 2021. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2021/12/05/the-us-rate-of-profit-in-2020/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ROBERTS, Michael. The US rate of profit in 2021. **Blog Michael Roberts**. Estados Unidos, Chicago, Illinois, 18 dez. 2022. Disponível:

<https://thenextrecession.wordpress.com/2022/12/18/the-us-rate-of-profit-in-2021/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ROBERTS, Michael. The Three contradictions of the Long Depression. **Blog Michael Roberts**. Estados Unidos, Chicago, Illinois, 18 dez. 2022c.

ROBERTS, Michael. A word rate of profit: importante new evidence. **Blog Michael Roberts**. Estados Unidos, Chicago, Illinois, 18 dez. 2022a. Disponível: <https://thenextrecession.wordpress.com/2022/01/22/a-world-rate-of-profit-important-new-evidence/>. Acesso em: 30 mai. 2023.

ROBINSON, Joan. **Essays in the theory of economic growth**. Macmillan: Londres. 1962.

SINGER, André. **O lulismo em crise**. Um quebra-cabeça do período Dilma. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lécio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOS, Fábio Luís Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. 2 ed. São Paulo: Ed. Elefante, 2022.

SANTOS, Franciele Quevedo dos. **Emenda Constitucional nº95/2016: impactos no financiamento do gasto social do Governo Federal (2017-2022)**. 2024. 125 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade do Oeste do Paraná, Cascavel – PR, 2024.

SILVA, Sandro Pereira; LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; CARVALHO, Sandro Sacchet de; RAMOS, Lauro Roberto Albrecht; FERNANDES, Leo Veríssimo. Conjuntura do mercado de trabalho no Brasil: análise dos dados até o 1º trimestre de 2023. **Nota técnica IPEA**. Brasília, DF, IPEA, 2023. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12206/1/NT\\_DISOC\\_Conjuntura\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12206/1/NT_DISOC_Conjuntura_Publicacao_Preliminar.pdf). Acesso em: 11 set. 2024.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Renildo. **China: a crise da Evergrande e seu contexto**. Opinião. Le monde Diplomatique (online), 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/china-a-crise-da-evergrande-e-seu-contexto/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

SVAMPA, Maristella. **Del cambio de época al fin de ciclo.** Gobiernos progressistas, extractivismo y movimientos sociales en América Latina. Buenos Aires: Ensayo Edhasa, 2017.